

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE NOS PADRÕES GRI EM
ORGANIZAÇÕES NÃO EMPRESARIAIS: APLICAÇÃO NA RESERVA
EXTRATIVISTA MARINHA DE ARRAIAL DO CABO

Paula Calainho Teixeira Murta Ribeiro

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DA COORDENAÇÃO DOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO.

Aprovada por:

Prof. Rogério de Aragão Bastos do Valle, D.Sc.

Prof. Valéria Gonçalves da Vinha, D.Sc.

Prof. Carlos Alberto Nunes Cosenza, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL
AGOSTO DE 2008

RIBEIRO, PAULA CALAINHO TEIXEIRA MURTA

Relatório de sustentabilidade nos padrões GRI em organizações não empresariais: aplicação na reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo [Rio de Janeiro] 2008.

X, 250 p. 29,7 cm (COPPE/UFRJ, M.Sc., Engenharia de Produção, 2008)

Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE.

1. Relatório de Sustentabilidade
2. Global Reporting Initiative
3. Reserva Extrativista Marinha

I. COPPE/UFRJ II. Título (série)

Dedico a presente dissertação

Às minhas filhas Giulia e Giovanna.
Espero que um dia essa dissertação traga algum
retorno que valha todos os momentos que
nos mantivemos afastadas por ela.

Aos meus pais, minhas mães e minha irmã,
que a dissertação seja motivo de orgulho.

Aos meus avós por insistirem em mim.

À alguém lá de cima que deve mesmo gostar
muito de mim, pois sempre que me entrego
me assopra força vinda sei lá de onde.

Ao meu anjo da guarda, amor da minha vida,
que sabe bem quem é.

Agradeço,

À minha paixão eterna, pelos abraços e palavras de confiança nas horas em que mais precisei. OBRIGADA POR CONFIAR MAIS EM MIM DO QUE EU MESMA.

Prometo que um dia irei retribuir cada momento.

À Marinez, meu braço direito e esquerdo, que cuida das minhas filhas como se fossem filhas dela. OBRIGADA MESMO...

À minha mãe e à Carol pelo apoio incondicional com as meninas. À minha irmã por seu amor e por ser essa pessoa maravilhosa e linda, por dentro e por fora. Minha paixão.

Ao Rogério Valle pela atenção e pela orientação. À Professora Valéria da Vinha pelo carinho e ao Professor Cosenza por aceitar o meu convite para participar da banca.

Ao Fabrício pelas leituras e correções. À Maura pelos sorrisos deliciosos e pela força e carinho. Ao Dejair pelo suporte técnico. Ao Sérgio Hilst pelas dicas da dissertação.

À Lindalva pela atenção e carinho

Ao Antônio Marcos por abrir o Projeto Ressurgência para mim.

Resumo da Dissertação apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.)

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE NOS PADRÕES GRI EM
ORGANIZAÇÕES NÃO EMPRESARIAIS: APLICAÇÃO NA RESERVA
EXTRATIVISTA MARINHA DE ARRAIAL DO CABO

Paula Calainho Teixeira Murta Ribeiro

Agosto/2008

Orientador: Rogério de Aragão Bastos do Valle

Programa: Engenharia de Produção

Atualmente a procura pela sustentabilidade tem trazido novos olhares. A busca pelo desenvolvimento sustentável, pela transparência, por um objetivo único, tem dado às relações um ambiente de maior valor e maior complexidade. O relatório de sustentabilidade se torna cada vez mais uma ferramenta de comunicação efetiva entre a organização relatora e seus *stakeholders*. As Diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) foram criadas com o objetivo principal de informar de forma transparente o quão sustentável a organização relatora é. Voluntária, porém, e com um enfoque *multistakeholder*, as Diretrizes da GRI se fazem eficazes na demonstração do quadro atual e na criação de novos processos de melhoramento contínuo do desempenho da organização dentro do contexto da sustentabilidade. O objetivo do presente trabalho é demonstrar que as Diretrizes GRI, apesar de criadas com enfoque empresarial, podem ser aplicadas também em organizações não empresariais. Considerando que toda reserva extrativista, diferentemente de uma reserva biológica, tem por objeto não a conservação dos recursos naturais apenas, mas também a garantia da exploração auto-sustentável por população extrativista tradicional local, foi utilizada como estudo de caso a Reserva Extrativista Marinha (RESEX-MAR) de Arraial do Cabo, a fim de aplicar os indicadores GRI na verificação do alcance desta organização não empresarial à sustentabilidade ambiental, social e econômica, além da própria aderência da ferramenta.

Abstract of Dissertation presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science (M.Sc.)

GRI SUSTAINABILITY REPORT IN NO BUSINESS
ORGANIZATIONS:
APPLICATION IN MARINE RESERVE OF ARRAIAL DO CABO

Paula Calainho Teixeira Murta Ribeiro

August/2008

Advisor: Rogério de Aragão Bastos do Valle

Department: Industrial Engineering

The search for sustainability has shed new light. With a clear and unique objective the search for sustainable development, has given a greater value and complexity to the relationships. The sustainability report has become a tool for effective communication between the organization and its stakeholders. The Guidelines of the Global Reporting Initiative (GRI) were created with the prime objective of informing, in a clear manner, how sustainable the organization is. Though voluntary and with a multistakeholder appeal, the GRI Guidelines, have become effective in demonstrating the actual stage and creating new fronts for continuous improvement in the organization. The goal of this project is to demonstrate that the GRI Guidelines though created with a business focus are suitable for other organizations. Unlike a simple environmental reserve, all extractive reserve are not subject to conserve the environment, but also to guarantee the self-sustainable development of traditional local population. In order to apply the GRI Guidelines so as to verify the reach of the indicators in a non-business organization the case study utilized was of the Extractive Marine Reserve (RESEX-MAR) from Arraial do Cabo.

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO.....	1
	PRIMEIRA PARTE: REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
II.	SUSTENTABILIDADE: DIFINIÇÃO E FORMAS DE MENSURAÇÃO.....	6
	2.1. Sustentabilidade.....	7
	2.2. Desenvolvimento Sustentável.....	10
	2.3. Definições importantes para o conceito de Desenvolvimento Sustentável.....	14
	2.3.1. <i>Dados e informação</i>	14
	2.4. Indicadores e indicadores de sustentabilidade.....	17
	2.4.1. <i>Indicadores</i>	17
	2.4.2. <i>Indicadores de sustentabilidade</i>	19
	2.5. Principais sistemas de Indicadores de Sustentabilidade.....	23
	2.5.1. <i>Dow Jones Sustainability Index (DSJI)</i>	23
	2.5.2. <i>Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial</i>	24
	2.5.3. <i>Global Reporting Initiative (GRI)</i>	25
	2.6. Principais diferenças entre as Metodologias ou Sistemas de Indicadores.....	26
	2.7. Divulgação do desempenho na área da Sustentabilidade.....	27
III.	GLOBAL REPORTING INITIATIVE.....	34
	3.1. Composição.....	37
	3.2. Financiamentos.....	38
	3.3. A G3.....	39
	3.4. Orientações sobre as diretrizes da GRI.....	41
	3.5. Conteúdo do Relatório.....	41
	3.6. Maximização do valor do Relatório.....	42
	3.7. Princípios da GRI.....	43

3.7.1.	<i>Princípios para a definição do conteúdo</i>	43
3.7.1.1	<i>Princípio da materialidade</i>	44
3.7.1.2	<i>Princípio da inclusão dos Stakeholders</i>	45
3.7.1.3	<i>Princípio do contexto da sustentabilidade</i>	46
3.7.1.4	<i>Princípio da abrangência</i>	47
3.7.2.	<i>Princípios para assegurar a qualidade do relatório</i>	48
3.7.2.1	<i>Princípio do equilíbrio</i>	48
3.7.2.2	<i>Princípio da comparabilidade</i>	48
3.7.2.3	<i>Princípio da exatidão</i>	49
3.7.2.4	<i>Princípio da periodicidade</i>	49
3.7.2.5	<i>Princípio da clareza</i>	50
3.7.2.6	<i>Princípio da confiabilidade</i>	50
3.7.3	<i>Níveis de aplicação</i>	51
IV.	AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	53
4.1.	Conceito de unidade de conservação.....	53
4.2	Unidades de conservação no Mundo.....	54
4.3.	Unidades de conservação no Brasil.....	56
4.4.	Análise jurídica das unidades de conservação.....	58
4.5.	Fiscalização e poder de polícia.....	64
4.6.	A reserva extrativista e sua gestão.....	66
4.6.1.	<i>Reserva extrativista</i>	67
4.6.2.	<i>Gestão da reserva extrativista</i>	69
4.7.	Plano de Manejo.....	70
4.8	Atividades dentro da RESEX.....	72
4.8.1	<i>Visitação Pública</i>	72
4.8.2	<i>Pesquisa Científica</i>	74
4.8.3	<i>Exploração a partir dos recursos naturais da Reserva</i>	75

4.9.	Recebimento de recursos.....	76
4.10.	Compensação Ambiental.....	77
SEGUNDA PARTE: PESQUISA APLICADA.....		80
V	METODOLOGIA DE PESQUISA.....	80
5.1	Características de Arraial Do Cabo.....	80
5.1.1	<i>Características demográficas.....</i>	81
5.1.1.1	<i>População segundo faixa etária e gênero.....</i>	82
5.1.1.2	<i>População residente.....</i>	82
5.1.1.3	<i>População Economicamente Ativa.....</i>	83
5.1.1.4	<i>População economicamente ativa por grandes grupos de trabalho.....</i>	84
5.1.1.5	<i>População por grupos de anos de estudo.....</i>	85
5.1.2	<i>Características da área de Saúde.....</i>	86
5.1.2.1	<i>Número de Leitos Hospitalares.....</i>	86
5.1.2.2	<i>Número de Unidades Ambulatoriais.....</i>	87
5.1.2.3	<i>Gastos do município em Saúde.....</i>	88
5.1.3	<i>Características de consumo de energia elétrica.....</i>	90
5.1.4	<i>Características de saneamento básico.....</i>	91
5.1.4.1	<i>Tratamento dado ao esgoto.....</i>	92
5.1.5	<i>Abastecimento e tratamento da água.....</i>	93
5.1.6	<i>Coleta e tratamento dado ao lixo.....</i>	94
5.1.7	<i>Características da Bacia Hidrográfica da Lagoa de Araruama.....</i>	95
5.1.7.1	<i>Impacto ambiental dos usos da orla.....</i>	98
5.2.	Coleta de dados.....	99
5.2.1	<i>O Projeto Ressurgência e sua Metodologia.....</i>	100
5.3	Utilização de metodologia própria da GRI - “Ciclo preparatório para a elaboração de relatórios de sustentabilidade GRI: Manual para pequenas e médias organizações”.....	102

5.3.1	<i>Elaboração do cronograma.....</i>	103
5.3.2	<i>Determinação do escopo e do limite.....</i>	103
5.3.3	<i>Caracterização da organização pesquisada.....</i>	105
5.3.4	<i>Identificação e participação dos stakeholders.....</i>	107
5.3.5	<i>Diálogo com os stakeholders.....</i>	110
5.3.6	<i>Análise dos dados coletados e comprovação do princípios GRI..</i>	115
	5.3.6.1 <i>Comprovação do princípio da materialidade.....</i>	115
	5.3.6.2 <i>Comprovação do princípio da abrangência e do contexto de sustentabilidade.....</i>	117
	5.3.6.3 <i>Comprovação dos princípios da qualidade da informação.....</i>	120
5.3.7	<i>Estrutura.....</i>	124
5.3.8	<i>Indicação do meio de comunicação de um futuro relatório.....</i>	125
5.4	<i>Aplicação dos Indicadores GRI na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo.....</i>	127
	5.4.1 <i>Protocolo de Indicadores Econômicos da GRI.....</i>	127
	5.4.2 <i>Protocolo de Indicadores de Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente da GRI.....</i>	154
	5.4.3 <i>Protocolo de Indicadores de Responsabilidade pelo Produto da GRI.....</i>	178
	5.4.4 <i>Protocolo de Indicadores de Direitos Humanos da GRI.....</i>	199
	5.4.5 <i>Protocolo de Indicadores da Sociedade da GRI.....</i>	208
	5.4.6 <i>Protocolo de Indicadores de Meio Ambiente.....</i>	217
	CONCLUSÕES.....	235
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	238
	ANEXO I (Tabelas de Metas da RESEX propostas pelo Projeto Ressurgência).....	245

I. INTRODUÇÃO

Se anteriormente todo o crescimento de uma organização era medido apenas levando-se em consideração o aumento dos lucros no final de um ano, hoje esse crescimento é medido de uma forma muito mais complexa. Se ontem, apenas o estudo do balanço financeiro era capaz de demonstrar aos investidores a saúde e vitalidade de uma organização, hoje, temos certeza de que já não é mais assim.

Quantas mudanças em tão pouco tempo. Quanta mudança de comportamento, de observação, de atitude, de gestão em tão pouco tempo. Foram apenas quase 40 anos. Para mudar a mentalidade do mundo? É muito pouco. Neste período, passou-se da assimilação do apaziguador conceito de desenvolvimento sustentável na década de 70, (vindo do choque entre crescimento econômico e meio ambiente criado pelo relatório do Clube de Roma, que pregava o crescimento zero como única saída para que se evitasse a catástrofe mundial) para a atual elaboração de relatórios de sustentabilidade, que tentam demonstrar aos interessados quais foram os meus esforços para contribuir com a sustentabilidade mundial. É muita mudança. Ainda há muita a ocorrer, mas já se subiu vários degraus em direção à sustentabilidade. Mas é assim que tem que ser, porque apenas nos momentos de pressão é que ocorrem as mais significativas mudanças.

Mas será que apenas as organizações empresariais devem se preocupar em ser sustentáveis? E como vamos medir essa sustentabilidade? Essas perguntas refletem o avanço do conceito.

Em 1997 surgiu a idéia de se criar uma regra global para relatar a sustentabilidade. Criou-se então a Global Reporting Initiative (GRI), a qual vem a elaborar Diretrizes que estabelecem uma estrutura globalmente aceita de elaboração de relatórios de sustentabilidade, trabalhando em função de uma política de transparência, prestação de contas, no âmbito econômico, social e ambiental, tudo rumo ao desenvolvimento sustentável. A aplicação das Diretrizes e indicadores da GRI possibilitam uma exposição das condutas da organização relatora, o que permite uma avaliação do grau de sustentabilidade em que a mesma se encontra. Pode-se dizer que é feita uma “avaliação” ou “medição” do grau de sustentabilidade da organização. O relatório não se presta apenas para relatar as condutas da organização relatora, mas também para revê-las e melhorá-las.

Muito embora os indicadores GRI de sustentabilidade tenham sido criados com um foco empresarial, as Diretrizes expõem que qualquer organização pode se valer de seus indicadores para elaborar o seu relatório de sustentabilidade.

Sendo assim, surge a idéia de comprovar, através da presente pesquisa, se a GRI pode mesmo ser aplicada em organizações não-empresariais. Mas o que seria uma organização não-empresarial?

Para caracterizar organização foram utilizados conceitos da Administração e para empresa, conceitos do Direito.

A proliferação de organizações na sociedade atual, tal é a variedade de suas estruturas e finalidades, fez com que o seu estudo se tornasse mais complexo. Há de se ter cuidado para não misturar os conceitos de organização e de empresa, pois não necessariamente toda organização é uma organização empresarial.

A sociedade humana é feita de organizações que fornecem os meios para o atendimento das necessidades. Serviço de saúde, água e energia, educação, diversão, em todos os níveis dependem de organizações.

As organizações devem ser pensadas como se fossem organismos. Elas podem ser muitas ao mesmo tempo. Segundo Morgan (2007, p.17), “as organizações são fenômenos complexos e paradoxais que podem ser compreendidos de muitas maneiras diferentes.” Embora se tente anular essa complexidade, não se pode determinar todas as organizações que existem atualmente.

Para Maximiano (2007, p. 4), “uma organização é um sistema de recursos que procura realizar algum tipo de objetivo (ou conjunto de objetivos). (...) É a administração que faz a organização ser capaz de utilizar corretamente seus recursos e atingir seus objetivos.”

Chiavenato (2007, p. 33) salienta:

[...] uma organização nunca constitui uma unidade pronta e acabada, mas um organismo social vivo e sujeito continuamente a mudanças. São propositada e planejadamente construídas e elaboradas para atingir determinados objetivos, e também são reconstruídas e reelaboradas, ou seja, reestruturadas e redefinidas, conforme os objetivos são atingidos ou conforme se descobrem meios melhores para atingi-los com menor custo e menor esforço e menor tempo.

É a forma com que a organização é administrada que a levará a ser eficaz e eficiente. Pode-se dizer que uma organização é eficaz quando ela atende seus objetivos. Quanto mais alto o grau de atendimento de seus objetivos, mais eficaz ela é. Para ser eficiente a organização deve utilizar seus recursos produtivamente ou de forma econômica. A organização deve ser eficaz e eficiente, e enquanto não alcançar seu objetivo com eficácia e eficiência, deve se fazer mudanças.

As organizações podem ser lucrativas ou não-lucrativas. Não necessariamente as organizações precisam ter o lucro como objetivo, elas podem ser voltadas para o bem-social, para a comunidade, para o meio ambiente.

Dizemos formais as organizações caracterizadas por regras e regulamentos formalizados por escrito e por estruturas de posições e hierarquia que ordenam as relações entre os indivíduos ou órgãos componentes. Assim, a organização formal “tenta regular o comportamento humano para o alcance eficiente dos objetivos explícitos, tornando-se um caso de estudo especial”. (ROCCO CARZO & YANOZAS, 1971, p. 12)

Já empresa deve ser entendida como “atividade econômica organizada de produção e circulação de bens e serviços para o mercado, exercida pelo empresário, em caráter profissional, através de um complexo de bens.” (BULGARELLI, 1995, p. 100)

Pode-se entender, então, que nem toda organização é uma empresa, ou uma organização empresarial. Para Requião (2008, p.49) “estes organismos econômicos, que se concretizam da organização dos fatores de produção e que se propõem a satisfação das necessidades alheias, e, mais precisamente, das exigências do mercado geral, tomam na terminologia econômica o nome de *empresa*.”

Asquini (1996, p.116) considera que “a empresa aparece como aquela força em movimento que é a atividade empresarial dirigida para um determinado escopo produtivo.” Segundo Negrão (2007, p.58) a concepção de empresa é, pois, “abstrata e corresponde ao conceito de fatos jurídicos, ou exercício de negócios jurídicos qualificados (atividade econômica organizada, com fim próprio, lícito).”

Voltando ao questionamento inicial sobre a aplicação das Diretrizes GRI em organizações não-empresariais e considerando a aplicação destas para o destaque do grau de sustentabilidade de uma organização através da aplicação dos indicadores de sustentabilidade, chegou-se a idéia de aplicar as Diretrizes GRI num reserva extrativista marinha (RESEX-MAR), a qual tem como objetivo primordial a sustentabilidade, tanto da biodiversidade quanto da população extrativista tradicional.

Ou seja, considerando os conceitos anteriores, a RESEX pode ser caracterizada com uma organização não-empresarial formal, já que possui uma estrutura organizada para atingir um determinado objetivo que é não apenas a preservação da biodiversidade da área, mas também a manutenção da sustentabilidade da atividade extrativista de população tradicional, como já foi dito. Não há atividade econômica exercida pela RESEX e sim pelas organizações que exercem suas atividades dentro da RESEX, estas sim poderiam ser caracterizadas como organizações empresariais.

O art. 18 da lei nº 9985/2000 que dispõe sobre do Sistema Nacional das Unidades de Conservação, expõe que: “A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas

populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.” O que se deseja é manter a exploração, pois esta é tradicional e importante para a população local, mas garantir que esta seja feita em bases sustentáveis para garantir a preservação dos recursos naturais e da própria população local tradicional.

Já que a lei dispõe que o que se deseja é proteger os meios de vida e as culturas das populações tradicionais (no caso da RESEX de Arraial do Cabo, a população de pescadores tradicionais) e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade, como isso será feito se não medirmos e controlarmos o grau de sustentabilidade da reserva? É possível fazer essa medição através dos indicadores GRI? Caso não se faça a medição como será avaliada a eficácia e a eficiência da reserva?

No caso desta pesquisa, buscou-se responder as seguintes **indagações**: Os indicadores GRI podem ser aplicados em organizações não-empresariais, mesmo tendo sido criados com foco empresarial? Os indicadores poderiam ser aplicados numa reserva extrativista marinha? Seria possível a obtenção dos dados suficientes para a aplicação dos indicadores GRI numa reserva extrativista marinha? A metodologia de passo a passo criada pelo GRI para pequenas e médias empresas pode ser aplicada numa organização não-empresarial? São necessárias muitas adaptações? A aplicação dos indicadores GRI possibilitam a medição do grau de sustentabilidade em que a reserva se encontra? É possível vislumbrar as ações necessárias para que se alcance a sustentabilidade objetivada através da observação dos resultados da aplicação dos indicadores?

A pesquisa foi dificultada pela literatura especializada não apresentar trabalhos direcionados à aplicação das Diretrizes GRI em organizações não-empresariais do tipo de uma reserva extrativista marinha, (apenas em organizações não governamentais e em uma universidade pública). Apesar da dificuldade de se obter os subsídios, outras pesquisas trouxeram pistas capazes de fornecer base para o desenvolvimento da hipótese. Assim, a **hipótese básica** que norteia este estudo é a de que, uma reserva extrativista marinha por ter como objetivo a garantia da sustentabilidade da biodiversidade e da população extrativista tradicional é possível a aplicação dos indicadores GRI para medição de seu grau de sustentabilidade e verificação se está ou não atingindo tal objetivo, além da propositura de ações.

Assim, o estudo teve como **objetivo geral** analisar a reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo, envolvendo todas as atividades executadas dentro de sua área e também o entorno, para a aplicação dos indicadores GRI.

Em relação à **estrutura da dissertação**, esta foi dividida em duas partes.

Na parte I, composta por três capítulos, procurou-se fazer uma revisão de literatura, de modo a construir um embasamento teórico. No Capítulo II (considerando a

introdução como o capítulo I), procurou apresentar os temas relacionados à sustentabilidade e formas de medição, englobando os conceitos de desenvolvimento sustentável, indicadores de sustentabilidade e etc. No Capítulo III, trabalhou-se a Global Reporting Initiative (GRI), desde a sua criação aos seus princípios. No Capítulo IV, foram trazidos os embasamentos teóricos sobre as unidades de conservação, dando ênfase, posteriormente, às reservas extrativistas.

Na parte II, composta por quatro partes, foi descrita a pesquisa de campo, explicando como se fez a metodologia. A primeira parte trouxe a contextualização de Arraial do Cabo; a segunda, a fase de coleta de dados; a terceira a apresentação e aplicação da metodologia GRI, através do documento de passo a passo para pequenas e médias empresas e; a quarta trouxe a aplicação dos indicadores GRI na RESEX.

PRIMEIRA PARTE: REFERENCIAL TEÓRICO

Esta primeira parte da dissertação apresenta o referencial teórico. Já que o trabalho dispõe sobre o estudo da aplicação das diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI em uma unidade de conservação, o referencial teórico está dividido em três capítulos.

Sendo o primeiro capítulo anterior a essa primeira parte e constando apenas a introdução, o segundo capítulo trata da definição de sustentabilidade e das formas de mensuração. Engloba temas como desenvolvimento sustentável, indicadores de sustentabilidade e metodologia de divulgação.

O terceiro capítulo passa pela criação, elaboração das diretrizes, até os princípios da *Global Reporting Initiative* (GRI). O terceiro capítulo traz como conteúdo as unidades de conservação, tendo prioritária atenção ao que concerne às reservas extrativistas.

II. SUSTENTABILIDADE: DEFINIÇÃO E FORMAS DE MENSURAÇÃO

Elaborar um relatório de sustentabilidade, segundo a GRI, “é a prática de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional visando ao desenvolvimento sustentável”. O relatório de sustentabilidade tem como objetivo descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais (*triple bottom line*) de uma organização, a fim de informar aos *stakeholders*¹.

Partindo desse conceito, a pergunta que se faz por diversos pesquisadores é: Por que uma organização decide elaborar o seu relatório?

Respondendo a essa pergunta, Coral et. al. (2004) listou os principais motivos, tais como:

- Porque a organização entendeu a importância de ser sustentável e deseja mensurar o seu grau de sustentabilidade.
- Porque a organização quer informar aos *stakeholders* e *shareholders* sobre a sua sustentabilidade, pois entendeu que eles são parte interessadas e devem participar e estar cientes sobre a sua sustentabilidade;

¹ Segundo Figge & Schaltegger (2000) *stakeholders* são os indivíduos ou grupos que têm interesses materiais ou imateriais na empresa e *shareholders* são os acionistas.

- Porque a organização sabe que aquele que é sustentável tem melhor imagem no mercado, tanto para os seus parceiros comerciais, quanto para seus clientes;
- Porque a organização observou que no momento que responde aos indicadores de sustentabilidade para montar o relatório, ela tem a possibilidade de melhorar o seu desempenho na área da sustentabilidade;
- Porque a organização aceitou que hoje quem não for sustentável, não investir em sustentabilidade, em responsabilidade social, não contribuir para o desenvolvimento sustentável, estará passos atrás no mercado;
- Porque a organização deseja atender o seu fim e para isso, precisa ser sustentável.

A RESEX se encaixa no último motivo exposto, ou seja, ela necessita ser sustentável para atender a sua finalidade de preservar a biodiversidade da área e a pesca artesanal. Ela precisa ser ponto de extração para a população tradicional, porém preservando a área. A extração tem que ser sustentável, a RESEX tem que ser sustentável, e para isso é importante que se meça o seu grau de sustentabilidade atual, que se relate, que se responda aos indicadores de sustentabilidade, que informe, que se crie um ambiente participativo para todos os *stakeholders*, que se institua as melhorias.

No entanto, para que se possa compreender a finalidade de um relatório GRI, torna-se necessário conhecer alguns conceitos que estão ligados ao tema da sustentabilidade e que se repetem inúmeras vezes, tais como: sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, dados, informação, indicadores, indicadores de sustentabilidade, e divulgação do desempenho. Dessa forma, passa-se a conhecê-los.

2.1. Sustentabilidade

Dentro do sistema global, elementos de todos os três subsistemas (ambiental, econômico e social) interagem uns com os outros na troca de informação, energia e materiais, enquanto, ao mesmo tempo, elementos dentro de cada subsistema estão interagindo uns com os outros. A sobrevivência humana e a qualidade de vida dependem do funcionamento equilibrado destes subsistemas.

Para a avaliação do potencial de sustentabilidade precisa ser considerado que a sobrevivência depende do funcionamento de alguns elementos geridos em forma também de sistemas: de um sistema de informações, sistemas de energia disponíveis; e, dos recursos materiais utilizados nos processos. O funcionamento destes sistemas

(informação, energia e materiais) é essencial para gerar os resultados necessários para a sobrevivência.

Há de se compreender melhor a complexidade dos sistemas de que a sobrevivência depende e entender o papel humano na viabilidade do sistema e na preservação a longo prazo para a disponibilidade dos materiais e da energia necessária para o funcionamento do sistema global.

Existem alguns microsistemas que são fundamentais, requisitos básicos, para a sobrevivência humana: alimentos, água, terra, saúde, ambiente e clima, energia, materiais, fluxos de transporte, os sistemas biológicos naturais, os sistemas sociais e os sistemas econômicos.

Estes microsistemas interagem e cada um deles é uma parte do outro; são influenciados e têm um impacto sobre o ambiente, a economia e a sociedade. Além disso, os seres humanos têm um impacto em cada microsistema através do consumo, moderado pelas tecnologias utilizadas para produzir os bens e serviços consumidos, e através do efeito multiplicador do número de pessoas que consomem (VANN et. al., 2006)². As metas do milênio das Nações Unidas discutem estes microsistemas³.

O sistema de inter-relações entre os microsistemas é mostrado na figura abaixo (FIGURA 1). As inter-relações são representadas como sendo influenciadas pelas atividades humanas (além das influências mútuas) dentro do contexto de valores humanos, população, tecnologia e consumo.

² Para os autores desse artigo, Sustentabilidade é a sobrevivência humana indefinidamente rumo a um futuro com uma aceitável qualidade de vida.

³ <http://www.pnud.org.br/odm/> acesso em março de 2008.

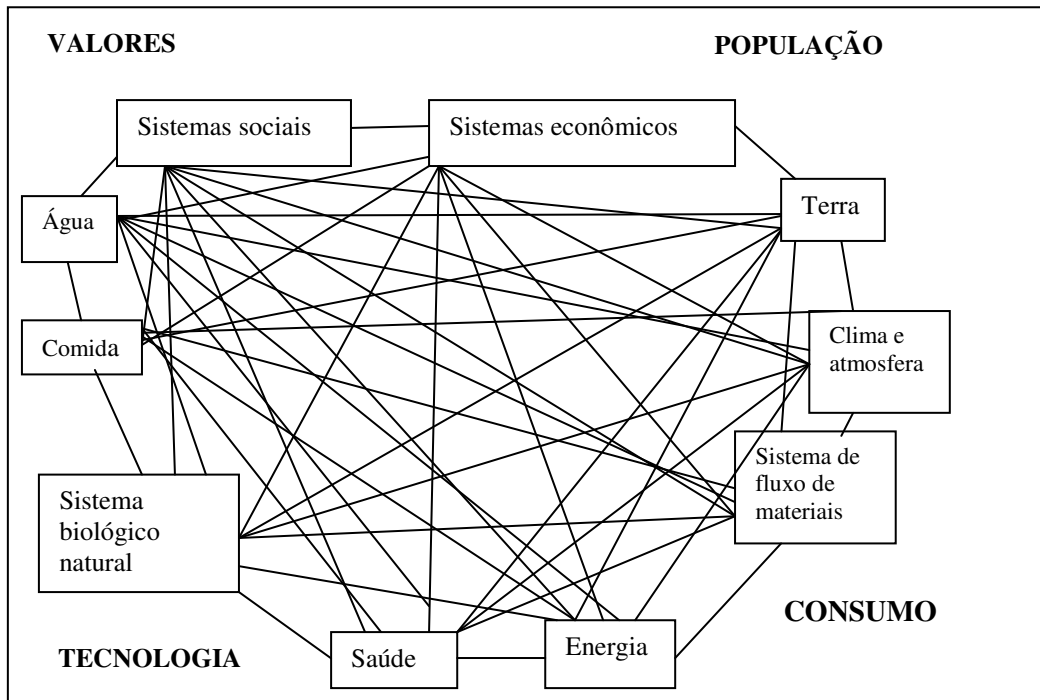


Figura 1: Inter-relações entre Microsistemas
 Fonte: VANN et. al., 2006

Para Ruschinsky (2004) sustentabilidade é um termo dinâmico que tem sua origem na agricultura. Tem por fim manter a capacidade de reposição de uma população, ou seja, manter sua biodiversidade sem perdas a longo prazo para o funcionamento do ecossistema, possibilitando sua sobrevivência e continuidade como espécie.

Segundo Begon, Townsend e Harper (2007) sustentabilidade seria algo possível de ser repetido em um futuro previsível, considerando sempre que práticas insustentáveis hoje, não podem ser aceitas acreditando que no futuro a tecnologia as tornará sustentáveis.

Rodriguez (1997, p. 9-26) dispõe que:

[...] sustentabilidade ambiental é um atributo de uma entidade espaço-temporal em que se incorpora a relação Sociedade-Natureza. Implica na coexistência harmônica do homem com o seu meio ambiente, mediante o equilíbrio de sistemas transformados e criados através da eliminação de detritos. Pressupõe-se a incorporação de conceitos temporais, tecnológicos e financeiros, refletindo um processo dinâmico e aleatório de transações de fluxos de EMI (energia, matéria e informação) entre todos os componentes espaciais. A sustentabilidade econômica é a habilidade de um sistema ambiental de manter a produção através do tempo, na presença de repetidas restrições geoecológicas e pressões sócio-econômicas. A sustentabilidade social é o manejo da organização social compatível com os valores sociais e éticos do grupo envolvido e da sociedade que aceita em suas comunidades e organizações, a continuidade de tal processo no tempo.

Apesar de toda a discussão sobre o tema, talvez o melhor termo para conceituar sustentabilidade, seja apenas “sobrevivência”.

Depois de conceituado “sustentabilidade”, vale a contextualização de “desenvolvimento sustentável”, termo tão em voga nos dias atuais. Afinal, o que seria desenvolvimento sustentável?

2.2. Desenvolvimento Sustentável

Começando pelo âmbito econômico, primeiramente cabe a distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, até que se alcance o termo desenvolvimento sustentável propriamente dito.

Segundo Clemente e Higachi (2000), crescimento econômico refere-se "ao crescimento da produção e da renda, enquanto o desenvolvimento, à elevação do nível de vida da população".

O conceito de desenvolvimento econômico pode ser dividido em duas grandes vertentes do pensamento econômico. A primeira, neoclássica e com ênfase teórica, considera o desenvolvimento como sendo um sinônimo de crescimento. Já a segunda, mais empírica e ortodoxa, acredita que o crescimento é uma condição de extrema importância para que o desenvolvimento ocorra, porém não é suficiente. Assim, o crescimento econômico é entendido como uma variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento implica uma variação qualitativa nas condições de vida da população (SOUZA, 1999).

Já para Schumpeter (1982. p.47), o "desenvolvimento é uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente".

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) propõe que "para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana" (PNUD, 2008).

Uma interpretação muito semelhante a do termo “avanço” é a que deve ser feita sobre “desenvolvimento”, onde deve-se considerar vários aspectos como o econômico, o social, o político e o cultural. Separar o aspecto econômico do social é muito difícil por estarem intimamente ligados, sendo assim, estes devem ser analisados de forma conjunta e como representantes do nível de vida da população, através de dados específicos de renda, emprego, saúde, educação, alimentação, segurança, lazer, moradia e transporte (CLEMENTE; HIGACHI, 2000).

E, novamente, o que deve ser entendido como desenvolvimento sustentável?

O conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado na Assembleia Geral das Nações Unidas. Em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (World Commission on Environment and Development) produziu um documento final dos debates e estudos sobre as questões ambientais intitulado “Nosso Futuro Comum” (Our Common Future), o qual ficou mais conhecido como Relatório Brundtland⁴.

Surgiu no relatório a mais conhecida definição de desenvolvimento sustentável⁵, dentre as diversas que podem ser encontradas: “Modelo de desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem afetar a capacidade de gerações futuras de também satisfazer suas próprias necessidades”. (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987).

A reunião da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, em 2002, afirma que o Desenvolvimento Sustentável é construído sobre “três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores” — desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental⁶.

Em função desses três pilares (econômico, social e ambiental) é dada uma atenção especial ao equilíbrio dos interesses ambientais, econômicos e sociais no desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade⁷.

Assim como se coloca a filosofia *Triple Bottom Line*, que consiste num modelo de gestão empresarial baseado na adaptação dos mesmos três pilares (viabilidade

⁴ No início da década de 1980, a ONU retomou o debate das questões ambientais. Foi indicada pela entidade, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para chefiar a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. O relatório final se chama “relatório Brundtland” em homenagem a primeira-ministra.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Relat%C3%B3rio_Brundtland, acesso em fevereiro de 2008.

⁵ O conceito foi definitivamente incorporado como um princípio, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula da Terra de 1992 - Eco-92, no Rio de Janeiro. O Desenvolvimento Sustentável deseja buscar o equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico e serviu como base para a formulação da Agenda 21, com a qual mais de 170 países se comprometeram, na ECO-92.

⁶ http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento_sustent%C3%A1vel, acessos em 20 de fevereiro de 2008.

⁷ O PII (Projeto de Implementação Internacional) apresenta quatro elementos principais do Desenvolvimento Sustentável — sociedade, ambiente, economia e cultura.

- Sociedade: uma compreensão das instituições sociais e seu papel na transformação e no desenvolvimento.
- Ambiente: a conscientização da fragilidade do ambiente físico e os efeitos sobre a atividade humana e as decisões.
- Economia: sensibilidade aos limites e ao potencial do crescimento econômico e seu impacto na sociedade e no ambiente, com o comprometimento de reavaliar os níveis de consumo pessoais e da sociedade.
- Cultura: é geralmente omitido como parte do DS (Desenvolvimento Sustentável). Entretanto, valores, diversidade, conhecimento, línguas e visões de mundo associados à cultura formam um dos pilares do DS e uma das bases da EDS (Educação para o Desenvolvimento Sustentável).

http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento_sustent%C3%A1vel, acessos em 20 de fevereiro de 2008.

econômica, consciência ambiental e responsabilidade social). Segundo esse conceito inglês, o progresso sustentável a longo prazo requer o equilíbrio desses parâmetros. A filosofia *Triple Bottom Line* também pode ser chamada de modelo de gestão dos três P's:

- *People* - pessoas direta e indiretamente envolvidas;
- *Planet* - meio ambiente e impactos; e
- *Profit* - retorno financeiro.

O conceito de desenvolvimento sustentável pode ser definido como um processo de mudança no qual a exploração, a direção de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e mudança institucional estão todos em harmonia e ambos aumentam o potencial corrente e futuro para reunir necessidades e aspirações humanas.

Leonardo Boff (1999) expõe que uma sociedade ou um processo de desenvolvimento possui sustentabilidade, quando por ele se consegue a satisfação das necessidades, sem comprometer o capital natural e sem lesar o direito das gerações futuras de verem atendidas também as suas necessidades e de poderem herdar um planeta sadio com seus ecossistemas preservados.

Segundo Bellen (2007) o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser inserido na relação dinâmica entre o sistema econômico humano e um sistema maior, com taxa de mudança mais lenta, o ecológico. Para ser sustentável esta relação deve assegurar que a vida humana possa continuar indefinidamente, com crescimento e desenvolvimento da sua cultura, observando-se que os efeitos das atividades humanas permaneçam dentro de fronteiras adequadas, de modo a não destruir a diversidade, a complexidade e as funções do sistema ecológico de suporte à vida.

A sustentabilidade só pode ser alcançada por meio de um equilíbrio nas complexas relações atuais entre necessidades econômicas, ambientais e sociais que não comprometa o desenvolvimento futuro.

Vale diferenciar as idéias de competitividade e de sustentabilidade. Uma organização pode ser competitiva e sustentável? Os termos são distintos, mas não excludentes, muito pelo contrário, são focos honráveis e necessários à sobrevivência da organização. Focos que devem ser tratados de forma conjunta.

É normal que os ambientalistas extremados em função de todo um histórico predatório que as organizações têm, façam uma idéia ruim do conceito de competitividade, mas isso não é real. Seria utópico imaginar que as organizações não desejam crescer, gerar novos negócios e lucro, e para isso elas devem ser competitivas, mas isso nada tem a ver com ser ou não sustentável.

É absolutamente possível e desejado que a organização seja sustentável sem deixar de ser competitiva, ou, mais do que isso, que a organização seja sustentável, e

que essa sustentabilidade a torne cada vez mais competitiva e melhor. Para tanto é necessário apenas que se persiga uma idéia de competitividade “sustentável” e não mais uma competitividade predatória. A Tabela abaixo (Tabela 3) representa bem a diferença entre uma competitividade predatória ou “insustentável” e uma competitividade “sustentável”.

Tabela 1: Diferença entre uma competitividade predatória ou “insustentável” e uma competitividade “sustentável”.

Fonte: tabela adaptada de Coral et. al. (2004)

Competitividade Predatória ou “Insustentável”	Competitividade “Sustentável”
Baseada em fatores econômicos e operacionais	Baseada em fatores econômicos, sociais e ecológicos
Visão de mundo restrita – empresa contra as forças competitivas	Visão de mundo mais ampla – parcerias para obter vantagens competitivas
Legislação ambiental = aumento dos custos de produção	Legislação ambiental = promoção da Inovação
Uso de tecnologias de produção tradicionais	Uso de tecnologias limpas de produção
Questões do meio ambiente natural geralmente são vistas como ameaças	Questões do meio ambiente natural geralmente são vistas como novas oportunidades
Foco na redução de custos e eficiência Operacional	Foco na inovação
Individualista	Cooperação

O artigo de Coral et. al. (2004) traz essa mesma tabela, porém nomeando, a primeira coluna como “competitividade” e a segunda como “sustentabilidade”. *Data maxima venia*, a utilização do termo “competitividade” parece equivocada, afinal, como já mencionado, não há o que se contrapor competitividade e sustentabilidade. No seu lugar acredita-se que podem ser utilizados os termos “competitividade insustentável” e “competitividade sustentável”, como foi usado na Tabela 3 acima.

O tema da sustentabilidade e, conseqüentemente, do desenvolvimento sustentável, mesmo depois de tantos anos da criação do termo ainda é visto com restrições por alguns doutrinadores. Se autores como Montaño (2002), Cabette (2008) são mais descrentes na possibilidade da existência de um desenvolvimento realmente

sustentável, outros como Cavalcanti (2003), Brüseke (2003), Leonardi (2003), Vecchiatti (2004) e Leff (2006), não consideram o termo utópico como os anteriores, mas não conseguem vislumbrar esse modelo de desenvolvimento na sociedade atual, ou seja, acreditam na dificuldade do alcance deste novo modelo de desenvolvimento, mas não na sua impossibilidade. Para Siena (2002), Hales e Prescott-Allen (2005), Bellen (2007), Rodriguez (1997) já é possível ver mudanças na sociedade, ainda iniciais, mas reais, na tentativa de alcançar o desenvolvimento sustentável, colocando como prova a existência de diversos indicadores de sustentabilidade, que necessitam, obviamente, do trabalho de coleta e obtenção de dados e informações sobre a sustentabilidade (RABELO & LIMA, 2007).

2.3. Definições importantes para o conceito de Desenvolvimento Sustentável

2.3.1. Dados e Informação.

Dados, informação⁸, por que será que hoje esses termos são tão importantes para o mundo? Tudo hoje gira em torno da informação, de dados. O setor financeiro quer todas as informações para poder minimizar os seus riscos; o setor de varejo quer todos os dados do seu negócio e as informações do cliente para se manter competitivo e apresentar melhores produtos ou serviços; a melhor escola é aquela que oferece mais informação para o aluno.

Todos querem ser “bem informados”! Pois aqueles que não são, ficam para trás. Pode-se dizer sem medo de errar que hoje, e cada vez mais, aquele que não tem informação realmente fica para trás (mais para trás talvez do que aqueles que não tiveram a melhor formação).

⁸ Segundo HOUAISS (2001):

INFORMAÇÃO: ato ou efeito de informar (-se). 1. comunicação ou recepção de um conhecimento ou juízo; 2. o conhecimento obtido por meio de investigação ou instrução; esclarecimento, explicação, indicação, comunicação, informe; 3. acontecimento ou fato de interesse geral tornado do conhecimento público ao ser divulgado pelos meios de comunicação; notícia; 5. informe escrito; relatório; 6. conjunto de atividades que têm por objetivo a coleta, o tratamento e a difusão de notícias junto ao público; 7. conjunto de conhecimentos reunidos sobre determinado assunto; 9. opinião ou parecer que contém dados sobre uma pessoa física ou sobre a evolução de uma pessoa jurídica; 12. interpretação ou significado dos dados; 13. produto do processamento de dados; 14. conjunto de informes (documentos ou observações) já analisados, integrados e interpretados, que habilita um comandante a tomar decisões seguras relativas a uma linha de ação e à conduta da manobra (mais us. no pl.).

DADO: 8. aquilo que se conhece e a partir do que se inicia a solução de um problema, a formulação de um juízo, o desenvolvimento de um raciocínio; 9. resultado de investigação, cálculo ou pesquisa; 10. aspecto característico que resulta da natureza, estado ou condição de alguma coisa; 15. elemento inicial de qualquer ato de conhecimento (uma impressão sensível, um axioma, um princípio lógico etc.), apresentado de forma direta e imediata à consciência, e que servirá de base ou pressuposto no processo cognitivo.

No mundo de hoje tudo é rápido, as relações são rápidas, a mudança dos fatos, a alteração dos dados, a transferência de informações, são mais rápidas ainda. A informação acaba sendo o fator chave para a tomada de decisão em qualquer nível, desde o pessoal, ao profissional; desde decisões da mais alta complexidade, às mais simples. Não seria diferente no contexto da sustentabilidade.

Inicialmente, há de se questionar: qual é a diferença entre dados e informação?

Stair (1998, p.4) diferencia que "dados são os fatos em sua forma primária, como, por exemplo, o nome de um empregado e o número de horas trabalhadas em uma semana, números de peças em estoque, ou pedidos de venda". Quando estes dados estão organizados ou arranjos de uma maneira significativa, eles se tornam uma informação.

Para Turban (2003, p.17), "dados são fatos puros ou descrições básicas de coisas, eventos, atividades e transações que são capturados, registrados, armazenados e classificados, mas não organizados para transmitir qualquer significado".

Albrecht (1999) ressalta que dados são átomos de matéria-prima a ser trabalhada pelo homem. É o nível simbólico irreduzível, no qual a codificação alfanumérica nos permite transportar a matéria-prima de um lado para outro, como tantos grãos ou sacos de arroz. Os dados são inertes. São granulares. Podem ser armazenados e transportados a despeito de seu significado. Os dados são considerados a matéria-prima que não traduz significado algum e que, se receberem o tratamento adequado serão transformados em informação.

Já informação na visão de Stair (1998, p.4), "é um conjunto de fatos organizados de tal forma que adquirem valor adicional além do valor do fato em si". Rezende & Abreu (2000, p.60) conceituam informação como "todo dado trabalhado, útil, tratado, com valor significativo atribuído ou agregado a ele e com um sentido natural e lógico para quem usa a informação".

Turban (2003, p.17) define informação como "conjunto de fatos (dados) organizados de modo a fazer sentido para o destinatário. As informações nascem a partir dos dados processados". Kogut & Zander (1992, p.384) dizem que informação é o "conhecimento que pode ser transmitido sem a perda de integridade, dado que as regras sintáticas requeridas para decifrá-lo são conhecidas. Informação inclui fatos, proposições axiomáticas e símbolos".

A informação habilita a empresa a alcançar seus objetivos, pelo uso eficiente das pessoas, materiais, equipamentos, tecnologias, dinheiro e informação. Esse é o propósito básico da informação.

Entendendo-se a importância da informação para o processo de tomada de decisão, pode-se dizer que a informação é essencial para a sociedade em todos os níveis e condições. Drucker (1968) já expunha com convicção que o que distinguirá uma nação avançada de outra será a habilidade de coletar, organizar, processar e disseminar informações.

Ribeiro (2008) acredita que identificar a informação relevante, que seja capaz de potencialmente esclarecer a existência de quaisquer processos não-sustentáveis de desenvolvimento na relação entre sociedade e meio ambiente, só será possível para uma sociedade se ela dispuser de instrumentos científico-técnicos e políticos construídos com essa finalidade.

Para London (2001) depois de superada a luta pela alimentação, o fluxo de água, energia e o transporte é a base da construção de qualquer sociedade. Sendo assim, qualquer fator que impeça esse fluxo, desorganiza e subverte a nossa sociedade. Os fluxos sociais de qualquer aglomerado urbano só são possíveis se os três estiverem em funcionamento regular. Continua o autor dizendo que a esses três elementos acrescentar-se-á um quarto: o fluxo de informações, que é o que permite o abastecimento de decisões e ações diárias.

Nessa “Era da Informação” ou na “Sociedade do Conhecimento”, as pessoas e as organizações dependem da informação para tomarem decisões e, acima de tudo, sobreviverem⁹.

Na visão de Lopes (2002) precisa-se hoje de três elementos básicos para que a convergência tecnológica se sustente: tecnologia, informação e comunicação interativa. Essa convergência resulta no novo quadro social que se constrói ao qual se decidiu designar sociedade da informação. Para essa nova sociedade, a informação tornou-se um atrativo comercial por excelência. Um dado bem tratado gera uma informação que pode ser o elemento decisivo para uma nova conquista no mercado.

Ser um subsídio para a tomada de decisões é o papel principal da informação e a personagem principal deste processo são as pessoas, vistas de forma individual ou coletiva (as organizações) ou em relação àquele que gera e aquele que recebe a informação.

⁹ Segundo HOUAISS (2001):

SOBREVIVER: 1. permanecer vivo depois de (algo); continuar a viver ou a existir; 2. resistir ao efeito de; continuar a existir depois de (algo).

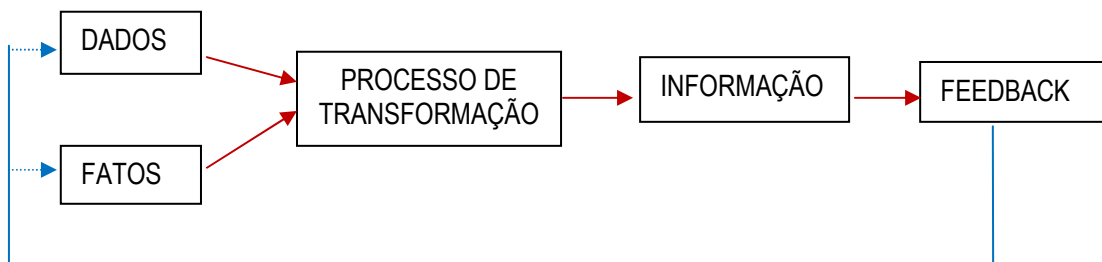


Figura 2 - O Processo de transformação de Dados em Informação
 Fonte: Adaptado de BITTENCOURT (2006)

O tratamento dos dados vem *a posteriori* da obtenção subsidiado por um sistema de indicadores, ou seja, “um conjunto de dados que disponibilizarão informações válidas, confiáveis, personalizadas e oportunas” (REZENDE; CASTOR, 2005, p.107).

2.4. Indicadores e Indicadores de Sustentabilidade.

2.4.1. Indicadores

O termo indicador é originário do latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar (BITTENCOURT, 2006).

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, um indicador deve ser entendido como um parâmetro, ou valor derivado de parâmetros que apontam e fornecem informações sobre o estado de um fenômeno, com uma extensão significativa (OCDE, 1993). A própria OCDE define indicador de resposta social como "medidas que mostram em que grau a sociedade está respondendo às mudanças ambientais e às preocupações com o meio ambiente". Referem-se às ações coletivas e individuais para mitigar, adaptar ou prevenir os impactos ambientais negativos induzidos pelo homem, parar ou reverter danos ambientais já infligidos.

Sato (2007) expõe que os indicadores são instrumentos que permitem simplificar, quantificar e analisar informações técnicas para transmiti-las aos mais diversos grupos de usuários.

Para Fernandes (2004), um indicador tem como tarefa primária expressar, da forma mais simples possível, uma determinada situação a ser avaliada. A resposta ao indicador será como uma fotografia de um momento, e demonstra, sob uma base de medida, aquilo que está acontecendo ou que se planeja acontecer.

Seguindo a idéia de Abbot & Guijt (1999), um indicador é algo que auxilia a transmitir um conjunto de informações sobre complexos processos, eventos ou tendências.

De acordo com Mitchell (1997), um indicador permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade, podendo sintetizar um conjunto complexo de informações e servir como um instrumento de previsão.

Pensando mais no âmbito público, Rezende e Castor (2005, p.79) acentuam que "os indicadores podem servir como padrões ou unidades de medidas onde os munícipes e demais interessados na cidade podem comparar e avaliar os resultados almejados, bem como atribuir ações corretivas em eventuais desvios". Essa função que os indicadores têm de "rever" também é de suma importância no contexto privado, por questões óbvias.

Para Marzall & Almeida (2008), "um dos aspectos críticos é a metodologia a ser adotada tanto para a determinação do indicador quanto para sua leitura e interpretação. Independente da escolha, esta deve ser clara e transparente, não deixando dúvidas sobre quais os princípios que estão na base do processo." Na visão dos autores, um indicador é apenas uma medida, não um instrumento de previsão ou uma medida estatística definitiva, nem mesmo uma evidência de causalidade; o indicador apenas constata uma situação fática. O levantamento das causas, conseqüências ou previsões são um exercício de interpretação do leitor que a faz de acordo seu convencimento, conhecimento e visão de mundo.

Mas, qualquer informação interessa? Pode-se dizer que para a informação ser importante ela deve ser de qualidade e exata. Vale ressaltar que os indicadores econômicos, sociais e ambientais podem ser expressos de muitas maneiras, desde respostas qualitativas até medições quantitativas detalhadas. Isso influenciará diretamente no grau de exatidão, por exemplo, a exatidão de informações qualitativas depende da clareza, detalhamento e equilíbrio de sua apresentação.

A exatidão de informações quantitativas, por outro lado, pode depender dos métodos de amostragem usados na coleta de dados oriundos de várias unidades de operação. O nível de exatidão necessário dependerá em parte do uso que se pretende fazer da informação. Certas decisões exigirão um nível mais alto de exatidão do que outras. (GRI, 2008)¹⁰.

¹⁰ Disponível em: http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/812DB764-D217-4CE8-B4DE-15F790EE2BF3/0/G3_GuidelinesPTG.pdf - acesso em 20 de março de 2008

A escolha dos indicadores deverá considerar os objetivos da coleta de dados, as exigências de sofisticação técnica e a capacidade do leitor de entender e responder às informações apresentadas.

2.4.2. Indicadores de Sustentabilidade

Até um determinado momento o que importava era o desempenho financeiro da organização. Todos aguardavam ansiosos pela publicação do balanço financeiro da organização. Pode-se dizer que hoje o contexto mudou um pouco. Obviamente o balanço financeiro continua (e continuará sempre) sendo muito importante para a avaliação de uma organização, mas a maioria das organizações já consegue ter uma visão holística do mercado e entender que a saúde financeira da organização deve ser avaliada frente ao contexto do seu desempenho econômico, ambiental e social, atual e futuro.

Segundo Bittencourt (2006, p.140):

No âmbito empresarial, o papel do gestor está sofrendo uma mutação. Antes sua missão era somente proporcionar resultados de elevado desempenho para as organizações, ou seja, elevados lucros. Agora o gestor deve ir além dessa missão, pois deve também proporcionar vantagens para a sociedade por meio de ações que alavanquem condições econômicas, sociais e ambientais. Realizar a articulação entre lideranças da sociedade civil, do setor público e da iniciativa privada para a promoção do desenvolvimento sustentável, economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo passa a ser também mais uma preocupação dos gestores. Experiências mostram que as organizações privadas chegaram ao momento do amadurecimento do conceito da cidadania empresarial, levando as corporações a se preocuparem mais com os impactos de suas atividades, não apenas no âmbito econômico, mas também na esfera política e social.

Na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente (Rio-92), baseado no capítulo 40 da Agenda 21¹¹, surgiu a idéia de se criar indicadores que contemplassem a realidade de cada país para a tomada de decisões.

Gallopín (1996) considera que os indicadores de sustentabilidade podem ser o principal componente da avaliação do progresso rumo ao desenvolvimento dito sustentável.

¹¹ Ainda citando Carlos Magno Bittencourt (2008, p.147), “a Agenda 21 é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Constitui-se na mais abrangente tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando todas as suas ações propostas. A proposta da Agenda 21 é definir padrões sustentáveis de desenvolvimento considerando aspectos ambientais, econômicos, sociais, éticos e culturais. Para isso, tornou-se necessário definir indicadores que mensurassem, monitorassem e avaliassem esse elenco de aspectos.”

Atualmente existem várias ferramentas de medição da sustentabilidade (Tabela 2), as mais conhecidas são a pegada ecológica (*Ecological Footprint Method*), o *Dashboard of Sustainability* e o *Barometer of Sustainability* (Bellen, 2007), porém, vale destacar, tais ferramentas não utilizam um mesmo conceito para desenvolvimento sustentável, o que dificulta a comparação.

Tabela 2: Quadro Comparativo das principais ferramentas de análise da Sustentabilidade.
Fonte: (RABELO & LIMA, 2007)

Ferramentas	Definição	Escopo	Esfera
ECOLOGICAL FOOTPRINT METHOD	Ferramenta que consiste em estabelecer a área necessária para manter uma determinada população ou sistema econômico indefinidamente, fornecendo: energia e recursos naturais e capacidade de absorver os resíduos ou dejetos do sistema.	Ambiental	Global Continental Nacional Regional Local Organizacional Individual
DASHBOARD OF SUSTAINABILITY	Ferramenta que faz uma metáfora a um painel de automóvel para informar aos tomadores de decisão e público em geral, a situação do progresso em direção ao desenvolvimento sustentável.	Ambiental Social Econômico Institucional	Continental Nacional Regional Local Organizacional
BAROMETER OF SUSTAINABILITY	Ferramenta que avalia o progresso em direção à sustentabilidade pela integração de indicadores e mostra o seu resultado por meio de índices.	Ambiental Social	Global Continental Nacional Regional Local

No mundo, existem em média 559 iniciativas de indicadores de sustentabilidade (RABELO & LIMA, 2007). No Brasil, algumas instituições como o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - e o Instituto Ethos já criaram os seus indicadores próprios. O IBGE, por exemplo, possui hoje 60 indicadores de sustentabilidade, dentro de um escopo de quatro dimensões: ambiental, social, econômica e institucional (baseados nos 58 indicadores da *Commission on Sustainable Development – CSD*), tendo iniciado em 2002 com 50. (INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL IBGE, 2008).

Os indicadores de sustentabilidade são diferentes dos indicadores tradicionais de progresso econômico, social e ambiental, pois estes medem as mudanças de um aspecto

como se fosse inteiramente independente dos demais. No entanto, a sustentabilidade requer uma visão integrada do mundo, holística, com indicadores multidimensionais que mostrem as inter-relações entre a economia, o meio ambiente e a sociedade.

Com base na introdução do documento que traz os indicadores de desenvolvimento sustentável do IBGE (2008, p.9), o desenvolvimento sustentável:

[...] trata-se de um novo paradigma para abordar um velho desafio: o desenvolvimento. Nesta nova ótica, a noção de desenvolvimento, por muito tempo identificado ao progresso econômico, extrapola o domínio da economia através da sua integração com as dimensões social, ambiental e institucional, apoiando-se em novos paradigmas. Um dos desafios da construção do desenvolvimento sustentável é o de criar instrumentos de mensuração, tais como indicadores de desenvolvimento. Indicadores são ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem. Indicadores de desenvolvimento sustentável são instrumentos essenciais para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado rumo ao desenvolvimento sustentável. Devem ser vistos como um meio para se atingir o desenvolvimento sustentável e não como um fim em si mesmos. Valem mais pelo que apontam do que pelo seu valor absoluto e são mais úteis quando analisados em seu conjunto do que o exame individual de cada indicador.

Os indicadores devem ser dinâmicos e variar de acordo com a natureza do estudo, ou seja, eles devem estar contextualizados na análise a ser feita, não existindo, então, indicadores de sustentabilidade definitivos ou que se encaixem igualmente em todas as organizações. Isso explica de certa forma, os vários sistemas distintos de indicadores de sustentabilidade (RABELO & LIMA, 2007).

Ou seja, a escolha dos indicadores tem que ser coerente com os propósitos da avaliação. Para isso é necessário ter clareza sobre:

- O que avaliar.
- Como avaliar.
- Por quanto tempo avaliar.
- Por que avaliar.
- De que elementos constam a avaliação.
- De que maneira serão expostos, integrados e aplicados os resultados da avaliação para o melhoramento do perfil dos sistemas analisados.

Os aspectos acima deverão orientar a definição quanto ao tipo de indicador recomendado para o monitoramento do objeto proposto. Quando o indicador utilizado para o monitoramento não retrata os anseios do grupo diretamente relacionado com o objeto, não é raro acontecer de o monitoramento gerar muitas informações que serão pouco ou nada utilizadas (DEPONTI *et.al.*, 2002)

Um indicador, por definição, é uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade, tendo como característica principal a de poder sintetizar diversas informações, retendo apenas o significado essencial dos aspectos analisados (MITCHELL, 1997). Com base nisso, para que um indicador cumpra os seus objetivos, deve ser transparente, completo, relevante, preciso, neutro, comparável e auditável.

Beaver & Bellof (2000) ressaltam que os indicadores de sustentabilidade devem:

- ser simples de usar e fáceis de serem entendidos;
- ser complementares a programas de acompanhamento legais existentes;
- apresentar facilidade de coleta e custo viável;
- ser úteis como ferramenta de gestão.

Identificar as partes interessadas (*stakeholders*) e compreender os seus interesses é um pré-requisito para o desenvolvimento de um adequado e significativo conjunto de indicadores de sustentabilidade. Na tabela abaixo (Tabela 3) pode-se ver como exemplo o levantamento dos *stakeholders* de uma indústria de mineração e seus interesses dentro do tema da sustentabilidade. Pode-se identificar que a maioria dos *stakeholders* considerados neste exemplo tem um forte interesse no âmbito econômico do desenvolvimento sustentável e algumas preocupações com questões ambientais e sociais.

Tabela 3 - A Indústria e os seus principais atores interessados (*Stakeholders*) em questões de sustentabilidade
 Fonte: AZAPAGIC (2004)

<i>Stakeholders</i>	Sustentabilidade		
	Âmbito econômico	Âmbito ambiental	Âmbito social
Empregados/trabalhadores	*	+	*
Sindicatos	*	-	*
Prestadores de serviços	*	-/+	-/+
Fornecedores	*	-	-
Clientes	*	+	+
Acionistas (<i>shareholders</i>)	*	+	+
Credores	*	+	+
Seguradoras	*	*	*

Comunidades locais	*	*	*
Autoridades locais	*	*	*
Governos	*	*	*
ONGs	+	*	*

(*) forte interesse; (+) algum interesse; (-) nenhum interesse

Além das características expostas acima, cada sistema de indicadores também possui um enfoque particular, ou seja, visa informar um determinado público. Todos os indicadores, ou a maioria deles, são direcionados para um segmento específico, determinado, de acordo com o seu interesse. Isto, muitas vezes, os torna (ou tornariam, se a organização quisesse seguir vários enfoques) complementares.

2.5. Principais sistemas de Indicadores de Sustentabilidade

Hoje, os três sistemas de indicadores mais usados pelas empresas brasileiras são o *Dow Jones Sustainability Index* do *Dow Jones*, os indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial do Instituto Ethos e a Terceira Geração de Diretrizes da *Global Reporting Initiative*. Numa breve análise dos três sistemas pode-se verificar algumas diferenças.

2.5.1. *Dow Jones Sustainability Index (DSJI)*¹²

É um índice internacional e de grande credibilidade no mundo todo. Seus indicadores têm como foco os acionistas (*shareholders*), pois seu objetivo é criar valor aos acionistas. Seu questionário é claro e usa uma metodologia de avaliação objetiva de seus indicadores.

O Índice de Sustentabilidade do *Dow Jones* (DJSI) é um indicador de sustentabilidade corporativa de nível global e foi lançado em setembro de 1999 para acompanhar o desenvolvimento de empresas líderes em seu campo de atuação em termos de sustentabilidade corporativa.

Seu objetivo é fornecer às empresas uma avaliação de sua estratégia de sustentabilidade, bem como de seu gerenciamento das oportunidades, riscos e custos a

¹² <http://www.djindexes.com> - acesso em fevereiro de 2008

ela ligados, de forma derivada e integrada com os indicadores globais tradicionais do *Dow Jones*, tendo a mesma metodologia de cálculo, revisão e publicação dos índices.

Na mesma linha, existe o DJSI STOXX (acrescentado a partir de 2006 do DJSI STOXX 40 e DJSI EURO STOXX 40), referente a empresas europeias e o DJSI *North America* e DJSI *United States*, para empresas norte americanas e dos Estados Unidos, respectivamente.

Para Dow Jones (2008), a sustentabilidade corporativa é uma abordagem de negócios que cria valor aos acionistas em longo prazo, através do aproveitamento de oportunidades e do gerenciamento de riscos que derivam de aspectos econômicos, sociais e ambientais. Ou seja, o valor aos acionistas seria maximizado através da adaptação das estratégias e gerenciamento ao aproveitamento do potencial de mercado para produtos e serviços sustentáveis ao mesmo tempo em que são reduzidos e evitados custos e riscos derivados da sustentabilidade.

2.5.2. Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial¹³

Amplamente reconhecida em território nacional, seu foco é maior na dimensão social da organização.

Foram desenvolvidos no Brasil em 2000 para servir de ferramenta de autodiagnóstico cuja principal finalidade é auxiliar as empresas a gerenciarem os impactos sociais decorrentes de suas atividades.

A versão atual foi elaborada com base na estrutura e conteúdo de relatórios de sustentabilidade propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI), pelo *Institute of Social and Ethical Accountability* (ISEA), assim como a associação entre Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial - Versão 2001 e o Modelo de Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

O objetivo do Instituto Ethos é demonstrar para as organizações como hoje é importante que se tenha uma política de responsabilidade social instituída e a melhoria da qualidade dos relatórios e balanços sociais.

Os indicadores Ethos estão dispostos em um questionário, que deverá ser respondido pela organização que *a posteriori*, receberá a avaliação do Instituto das respostas apresentadas. A organização tanto pode decidir responder o questionário Ethos apenas como subsídio para avaliar o seu grau de responsabilidade social e suas ações ou para montar o seu balanço social; quanto pode também decidir participar da avaliação dos grupos de organizações que possuem as melhores práticas em

¹³ http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/default.asp - acesso em fevereiro de 2008.

responsabilidade social. A empresa terá acesso então à comparação de seus indicadores com o grupo de *benchmarking*, das 10 melhores empresas.

Como o foco dos indicadores Ethos é avaliar a Responsabilidade Social Empresarial, indicadores econômicos sem ligação com questões sociais e ambientais não são indagados. A parte social sim é bastante completa. Por ter esse cunho social, os indicadores Ethos não se prestam a avaliar a sustentabilidade da organização como um todo e sim apenas a responsabilidade social, muito embora, ainda seja uma ótima ferramenta de análise corporativa social e análise comparativa social entre diferentes organizações.

2.5.3. Global Reporting Initiative (GRI)¹⁴

A GRI é uma rede de ação global. Uma instituição com governança *multistakeholder* que colabora no desenvolvimento de normas globais de elaboração de relatórios de sustentabilidade. Foi criado como um sistema de indicadores para ser aplicado em empresas do mundo todo igualmente. Seu foco são os grupos de interesses diretos e indiretos à organização (*stakeholders*).

A GRI tem como objetivo aumentar a qualidade, o rigor, e a utilidade das informações de sustentabilidade das organizações, para isso cria-se Diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade.

A idéia é que as organizações sigam um mesmo padrão para relatar a sua sustentabilidade, ou seja, sigam um mesmo “molde” mundialmente aceito e conhecido, o que gerará maior confiabilidade e possibilitará a comparabilidade das organizações.

A elaboração de um relatório GRI de sustentabilidade deve ser uma decisão voluntária da organização, que visa principalmente informar, através do seu relato econômico, social e ambiental. A empresa pode decidir seguir as Diretrizes GRI apenas informalmente.

Essas diretrizes são continuamente reavaliadas por pessoas do mundo todo que apresentam sugestões de melhoria. Isso torna o processo de melhoria e construção de novas diretrizes GRI, participativo, democrático e de crescente aceitação mundial. De um modo geral, os indicadores da GRI são bastante completos, pois, como já foi destacado, sua abordagem procura focar nos interesses de todos os *stakeholders* envolvidos na atividade empresarial, tendo os interesses dos acionistas, o mesmo peso que o dos demais *stakeholders*.

¹⁴ <http://www.globalreporting.org> – acesso em 23 de fevereiro de 2008.

A GRI deseja fazer as organizações entenderem que a atuação de cada uma de forma individual e a interação entre elas, direta ou indireta, é o que vai contribuir para o desenvolvimento sustentável mundial.

Os indicadores GRI de sustentabilidade serão melhor aprofundados no capítulo 3 do presente trabalho.

2.6. Principais diferenças entre as Metodologias ou Sistemas de Indicadores

Cabe observar que o Instituto Ethos deseja avaliar a atuação da organização quanto à sua responsabilidade social. Pode-se dizer que ele procura atender aos interesses dos *stakeholders* e tem uma preocupação com os *shareholders* bem diferente do Dow Jones.

Já o DJSI apesar de ter perguntas sobre responsabilidade social e meio ambiente em seu questionário, indicando preocupação com o contexto da sustentabilidade, os indicadores desta iniciativa têm o objetivo claro de diferenciar as empresas com desempenho voltado à sustentabilidade para atrair mais investimentos.

O GRI, entretanto, tem o foco nos *stakeholders*, mas, diferentemente do Instituto Ethos, seus indicadores tem maior abrangência, mesmo não incluindo critérios financeiros, aplicando-se a empresas que pretendem avaliar suas atividades sob a ótica da sustentabilidade segundo preceitos do Relatório Brundtland.

Das três iniciativas apresentadas, a GRI é a que mais converge, portanto, com o conceito de desenvolvimento sustentável.

Outra diferença importante entre a GRI e o Dow Jones é a verificação das informações prestadas pela organização. A GRI tem suas diretrizes, seus indicadores e as organizações constroem seus relatórios de sustentabilidade seguindo este molde. Uma vez escrito o relatório de sustentabilidade nos moldes da GRI, esta não tem como objetivo checar as informações relatadas (apesar de existirem os relatórios com e sem verificação externa, o que será visto de forma mais aprofundada em outro capítulo), o que é feita é uma auto-avaliação pela organização relatora, já que o que se deseja é estimular a transparência das organizações.

A GRI acredita que caso a organização não seja transparente em seu relatório, seja omitindo informações relevantes, seja mentindo sobre seus dados, isso por si só já descaracterizaria a organização como sustentável, pois o processo de relato e o próprio conceito de sustentabilidade devem ser intrinsecamente transparentes e verdadeiros. Essa conduta iria contra toda a política mundial de sustentabilidade, a política da GRI e a política de sustentabilidade da organização relatora.

Diferente da GRI, o *Dow Jones* possui um questionário de sustentabilidade que será preenchido pela empresa e avaliado e valorado posteriormente por eles. Os critérios do *Dow Jones* são incorporados a esse questionário de Sustentabilidade Empresarial, que quantifica o desempenho em sustentabilidade de uma empresa por atribuir uma pontuação às informações apresentadas.

A pontuação e a avaliação se basearão nas respostas ao questionário online, apresentação de documentação, políticas e relatórios, informações publicamente disponíveis e uma interação direta com a empresa, até mesmo para pedidos de esclarecimentos. Será feita toda uma checagem das informações, inclusive com checagem cruzada para garantir a exatidão dos dados. Essa pontuação vai determinar a sustentabilidade da empresa e identificar as empresas líderes em sustentabilidade em cada setor (CORAL *et.al.*, 2004).

No dia a dia de uma organização as atividades no âmbito econômico, social e ambiental se afinam (ou devem estar afinadas) com o conceito de sustentabilidade para alcançar o objetivo de seguir rumo ao desenvolvimento sustentável.

2.7. Divulgação do desempenho na área da Sustentabilidade

Jenkins & Yakovleva (2004) ilustram bem a realidade da divulgação do desempenho na área da sustentabilidade, nos servindo como base de análise deste subcapítulo.

A divulgação pelas empresas de seu desempenho social e ambiental cresceu consideravelmente ao longo dos últimos 20 anos. Isto em relação às divulgações voluntárias ou às obrigatórias sobre questões importantes. Além das preocupações econômicas, estão as questões sociais e ambientais para um vasto leque de interessados.

Divulgação ambiental diz respeito ao ambiente natural, a proteção do ambiente e a utilização dos recursos, bem como a divulgação social, normalmente, se refere à divulgação sobre a interação de uma empresa com a comunidade, trabalhadores e sociedade em geral.

A divulgação das questões sociais e ambientais das empresas tem vários papéis (GRAY *et. al.*, 1995):

- Avaliar os impactos sociais e ambientais das atividades nas sociedades;
- Medir a eficácia social das empresas e de programas ambientais;
- Relatórios sobre a responsabilidade social e ambiental das empresas; e,

- Sistemas Externos e internos de informação que permitam a avaliação global de todas as empresas quanto aos impactos nos recursos e sustentabilidade.

Existem várias teorias que explicam a motivação das empresas em divulgar suas informações sociais e ambientais. Apenas a título exemplificativo¹⁵, sem detalhamento, pode-se destacar: regulamentos e normas; teoria da legitimidade; teoria da economia política; teoria dos *stakeholders*, papel do público e pressões externas; custos da informação e benefícios.

Há também uma grande variedade de meios de divulgação da inserção social e Ambiental das empresas, que incluem:

- Propagandas ou artigos publicados detalhando as atividades das empresas;
- Relatórios Anuais;
- Brochuras ou folhetos produzidos para abordar as atividades sociais e ambientais da empresa;
- CD relatórios;

¹⁵ O estudo dos temas pode ser mais aprofundado nos artigos:

- Regulamentos e normas:
Azzone G, Manzini R, Noci G. Evolutionary trends in environmental reporting. In: Ulhøi JP, Madsen H, editors. Industry and the environment: practical applications of environmental management approaches in business. The Aarhus School of Business; 1996. p. 15e28.
- Teoria da legitimidade:
Patten DM. Exposure, legitimacy, and social disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy* 1991;10:297e308.
Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/B6VBG-45JT1Y5-8/2/0deb9b79dfc7bf0fc23f0de62c24a25c>
Acesso em 21 de março de 2008.
- Teoria da economia política e Custos da informação e benefícios:
Cormier D, Gordon JM. An examination of social and environmental reporting strategies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 2001;14(5):587e616.
Disponível em:
<http://www.emeraldinsight.com/Insight/viewContentItem.do?contentType=Article&contentId=869819>
Acesso em 21 de março de 2008.
- Teoria dos stakeholders:
Roberts CB. Environmental disclosures: a note on reporting practices in mainland Europe. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 1991;4(3):62e71.
Disponível em:
<http://www.emeraldinsight.com/Insight/viewContentItem.do?contentType=Article&contentId=869563>
Acesso em 21 de março de 2008.
- Papel do público e pressões externas:
Walden WD, Schwartz BN. Environmental disclosures and public policy pressure. *Journal of Accounting and Public Policy* 1997;16(2):125e54.
Disponível em:
<http://www.ingentaconnect.com/content/els/02784254/1997/00000016/00000002/art00015>
Acesso em 21 de março de 2008.
Neu P, Warsame H, Pedwell K. Managing public impressions: environmental disclosures in Annual Reports. *Accounting, Organizations and Society* 1998;23(3):265e82.
Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/B6VCK-3SX7SVM-2/2/41ffb95f201a8a879bd4d7a1f3699324>
Acesso em 21 de março de 2008.

- Relatórios da Comunidade;
- Relatórios Ambientais;
- A rotulagem dos produtos para a promoção ambiental e outras preocupações;
- Comunicados de Imprensa;
- Suplementos para os relatórios anuais ou produzidos em datas provisórias;
- Vídeo Cassetes; e
- Web sites.

Os relatórios anuais são os mais divulgados e visíveis documentos de divulgação produzidos pelas empresas. São considerados uma fonte regular de informação sobre benefícios sociais e ambientais da empresa. Embora o nível das divulgações sociais e ambientais tenha aumentado ao longo desses últimos anos, até pouco tempo atrás as empresas ainda continuavam a fornecer relatórios anuais relativamente pouco detalhados, muitas vezes com dados qualitativos e não quantitativos (JENKINS & YAKOVLEVA, 2004).

Os indicadores de sustentabilidade criados baseados na elaboração de relatórios sobre as dimensões ambiental, econômica e social de suas atividades, bens e serviços auxiliam a organização e suas partes interessadas a articular e compreender suas contribuições para o desenvolvimento sustentável.

Um número crescente de empresas publica relatórios ambientais autônomos (DAVIS-WALLING & BATTERMAN, 1997). Os relatórios ambientais representam um instrumento que as empresas utilizam para explicar e ilustrar a sua política ambiental, seus principais problemas ambientais, seu desempenho e os impactos ambientais de suas atividades. Atualmente, deixam de ser um simples relato, demonstrando um compromisso da empresa com o meio ambiente, com a comunicação dos dados do seu desempenho ambiental, além da importância das partes interessadas na gestão ambiental estratégica (AZZONE et. al., 1997).

As primeiras empresas a fazerem sua versão autônoma de relatório ambiental foram as do setor petroquímico, começando na década de 80 e início dos anos 90 (por exemplo, a Shell do Canadá produziu o seu "Relatório do Progresso para o Desenvolvimento Sustentável em 1991). O setor de mineração começou de forma mais lenta na década de 90 e gradualmente foi aumentando a divulgação (JENKINS & YAKOVLEVA, 2004).

Observa-se que as empresas que operam no chamado setor das "Indústrias ambientalmente sensíveis" - como minerais, extração de petróleo e gás, produtos

químicos e florestais - são mais susceptíveis a divulgar seu desempenho ambiental e social. Um estudo de 70 Relatórios Anuais de cinco indústrias australianas demonstra esse fato (TILT & SYMES, 1999)

Almeida (2002, p.61) cita uma passagem do site da ABIQUIM – Associação Brasileira de Indústria Química – que só vem a corroborar com toda a demonstração da mudança de postura em outro setor ambientalmente sensível: o setor químico, *in verbis*:

A indústria química, a exemplo da grande maioria das instituições, vinha sempre atuando com o conceito de que a proteção de seus interesses deveria ser resguardada atrás de seus muros, evitando-se discutir eventuais problemas com terceiros, incluindo-se aí as comunidades vizinhas às fábricas. As justificativas mais freqüentes para tal comportamento eram de que os temas ligados à indústria são muito técnicos e complexos para que possam ser debatidos com leigos, ou então, que envolvem segredos industriais de propriedade das empresas. Hoje, entretanto, pode-se afirmar, categoricamente, que o setor químico, tanto no Brasil como no exterior, está consciente do fato de que a postura fechada e isolada, predominante até bem pouco tempo, deve ser substituída pelo diálogo franco e ético com os seus parceiros e públicos. A indústria sabe que esse diálogo deve estar suportado em ações concretas, que demonstrem que suas operações e produtos são seguros e não agridem o meio ambiente.

Um estudo realizado pela KPMG demonstra que o setor de mineração é o que lidera na posição dos que mais divulgam informações ambientais e sociais (KPMG, 2008).

Muitas empresas começaram a incluir outras questões em seus relatórios ambientais, como a saúde e segurança, o que deu origem ao termo “Saúde, Segurança e meio ambiente”. A tendência para a integração das várias questões ligadas a sustentabilidade continuou. Na década de 1990, novos relatórios sociais e ambientais apareceram em cena, que incorporavam informações ambientais, de saúde, segurança e questões da comunidade. Algumas empresas optaram por colocar nomes longos e complexos nos respectivos relatórios, como “Relatório de Saúde, segurança, Meio Ambiente e Comunidade”. No final da década de 90 as empresas começaram a produzir “Relatórios de Sustentabilidade” ou “Relatórios de Sociedade” (JENKINS & YAKOVLEVA, 2004).

Salterbaxter (2003) registrava uma tendência de que os responsáveis pela elaboração dos relatórios deixem de chamá-los de relatórios sociais ou ambientais para chamá-los de relatórios de responsabilidade corporativa, refletindo a crescente convergência das responsabilidades sociais e da governança corporativa. No Brasil, porém o termo mais utilizado é mesmo “relatório de sustentabilidade”.

Em relação ao meio de divulgação, cada vez mais as empresas utilizam a internet para divulgar seus relatórios. Em 2000, cerca de 65% das empresas listadas na Revista

Fortune Global 500 utilizavam a internet como meio de divulgação. Além dos relatórios, as empresas também devem colocar em seus sites na internet matérias relativas à área social, do trabalho, da comunidade, ou seja, relativas à sustentabilidade com um todo, pois muito embora tenha suas limitações, a internet é um excelente canal de divulgação (HERBST, 1998).

Os relatórios anuais possuem um maior grau de credibilidade, em comparação com outros tipos de divulgação, por possibilitarem que se percorra o mesmo processo de auditoria de uma companhia de informações financeiras (NEU et.al., 1998).

Uma série de preocupações foi expressa acerca da comunicação corporativa ambiental: em primeiro lugar, a publicação de dados incertos; em segundo lugar, muitas empresas são seletivas sobre o material que eles desejam incluir nos seus relatórios; e em terceiro lugar, a dificuldade em comparar os dados dos relatórios, seja dentro de um mesmo relatório, entre relatórios de diferentes anos, ou entre relatórios de diferentes empresas, mesmo dentro de um mesmo setor. Por isso, muitos argumentavam que a solução para estas discrepâncias práticas em relatórios ambientais poderia ser encontrada na normalização (padronização) dos relatórios quanto ao formato e às medidas de desempenho, a fim de alcançar uma eficaz metodologia de medição e avaliação do desempenho ambiental (HOPKINSON & WHITAKER, 1999)

Niskanen e Nieminen (2001) argumentam que, devido à ausência de regulamentação, as próprias empresas decidem a cerca da objetividade das informações ambientais e sociais que desejam relatar. Sendo assim, uma forma de aumentar a credibilidade da informação é através da verificação por terceiros.

Muito embora os relatórios sociais e ambientais fossem voluntários e ainda não tivessem definido regras relativas a sua forma, estrutura e conteúdo, Azzone et. al. (1996) já comungava da idéia que a tendência seria uma padronização. Em relação à estrutura, os relatórios ambientais são semelhantes aos relatórios financeiros, mas em relação ao tipo de indicadores e formas de medição, são poucas as similitudes.

Adicionalmente a divulgação da suas atividades, as empresas devem relatar também as atividades de suas filiais, devido ao entendimento de que os agentes econômicos globais têm impactos ambientais e sociais globais e têm a responsabilidade de divulgar seus impactos às partes interessadas.

Empresas que tem negócios no mundo todo relatam cada vez mais os impactos das empresas nacionais e de suas subsidiárias internacionais num formato global, para transmitir as informações do sistema completo de gestão nas empresas coligadas como um todo (KRUT & MORETZ, 2000).

A divulgação varia de um país para o outro devido às diferenças de regulamentação contábil, ações governamentais nacionais e regionais, cultura, economia, existência de grupos de pressão, e a gravidade dos problemas sociais e ambientais. Além disso, as grandes empresas divulgam mais informações sociais e ambientais do que as pequenas empresas (JENKINS & YAKOVLEVA, 2004).

Em estudo sobre a divulgação de práticas ambientais de 60 empresas extrativistas australianas, analisando seus relatórios anuais foi revelado que algumas empresas não divulgam qualquer informação sobre os seus impactos ambientais e que, em geral, são as grandes empresas as que têm o mais alto grau de divulgação sobre proteção ambiental. Além disso, as empresas onde os relatórios demonstram os maiores lucros divulgam mais do que as menos rentáveis (JENKINS & YAKOVLEVA, 2004).

Os investidores começavam a ficar cada vez mais interessados em saber mais sobre as dimensões sociais, ambientais e éticas da empresa antes de investir nelas. Eram os investimentos socialmente responsáveis. Atualmente, as empresas que não informam sobre a parte social e ambiental são mal vistas pelos investidores.

A governança corporativa contribui para que líderes empresariais mantenham sustentáveis, fortes e responsáveis as organizações. É muito importante que se tenha uma excelente governança corporativa, para preservar áreas que o mercado confia, sua reputação, a confiança do investidor, o acesso ao capital e a satisfação do empregado, dentre outros fatores (KPMG, 2008).

De acordo com o relatório da KPMG, 100% das empresas de mineração da Austrália, Canadá, África do Sul, Estados Unidos da América e Reino Unido relatam informações sobre as suas práticas de governança corporativa, em comparação com 50% das empresas dos 'outros' países; isto se explica em função dos diferentes requisitos de divulgação da governança corporativa em cada país.

Tentativas de obrigatoriedade dos relatos existem. Por exemplo, no Reino Unido, a “Modernising Company Law Review” propôs mudanças no “UK Companies Act”. As mudanças foram vistas como de pura linha política, pois trabalham reconhecendo a supremacia do acionista, enquanto tentam balancear os interesses das partes interessadas (SUTTON, 2002). Sob novas exigências, os dirigentes da empresa serão obrigados a divulgar fatores que afetam o desempenho futuro do negócio; tais como fatores materiais, políticas de emprego, políticas ambientais, políticas sociais e da comunidade ou qualquer matéria que afeta a reputação da empresa.

Além disso, empresas públicas e privadas (dependendo do tamanho e do volume de negócios) serão obrigadas a produzir uma revisão financeira e de operações. Isso deve prover relatórios qualitativos e voltados para futuro, que levem em conta a crescente

importância das questões empresariais mais suaves, como ativos intangíveis, know-how, marcas e relacionamentos de negócios (SUTTON, 2002).

A constante pressão para a necessidade de reforçar a confiança nos dados, sinceridade e transparência das organizações e dos relatórios, normas e diretrizes foram desenvolvidas, como a *AA1000 Assurance Standard*. Como o mercado já acenava, um desafio para os relatórios era que fosse estabelecido um padrão de elaboração globalmente reconhecido e aceito. Surge a Global Reporting Initiative (GRI), que tenta juntar as diversas experiências na elaboração de relatórios empresariais e elaborar um conjunto coerente de normas globais. A GRI é a melhor iniciativa até hoje (COTTRELL & RANKIN, 1998).

III. GLOBAL REPORTING INITIATIVE

Depois de escândalos financeiros, como o da Enron¹⁶ no final de 2001, o que se desejava era criar um sistema relacional ético, que confirmasse uma boa-fé. O medo das inconseqüências nos relatórios financeiros das empresas, das informações manipuladas dava ensejo a uma busca por transparência. Fazia-se necessária uma nova cultura, uma nova ética para o mercado, um novo sistema relacional.

O momento era de profusão de novos conceitos. O mais interessante deles surgia com grande clamor: o da sustentabilidade. Mas como medir a sustentabilidade? Como colocar no papel a minha sustentabilidade, já que, até então, tudo ainda era extremamente inconsistente.

Em 1997 surge a idéia de se criar uma regra global para relatar a sustentabilidade. Criou-se então a Global Reporting Initiative (GRI) que foi o ponto de convergência e aceleração desse desejo, já que trabalhava para que se estabelecesse uma política de transparência, prestação de contas e elaboração de relatórios de sustentabilidade, tudo rumo ao desenvolvimento sustentável. A GRI vinha para criar uma estrutura aceita globalmente de elaboração de relatórios de sustentabilidade.

A luta era para que o relatório financeiro deixasse de ser a maior ferramenta de demonstração da saúde da organização e o juízo de valor passasse a ser baseado num espectro muito maior de informações, que viessem a refletir verdadeiramente a realidade da organização. Era a chegada de um relatório econômico, ambiental e social. Era a admissão de que a organização precisava ser mais do que um relatório financeiro; precisava mostrar suas várias faces, já que seu impacto é bem maior do que o impacto financeiro gerado.

Desejava-se que o processo de elaboração de relatórios de desempenho econômico, ambiental e social fosse algo tão rotineiro que se transformasse sim numa ferramenta de comparabilidade (comparação da organização com ela mesma nos anos anteriores e comparação com outras organizações), assim como eram os relatórios financeiros.

¹⁶ 'A Enron Corporation era uma companhia de energia estadunidense, localizada em Houston, Texas. A Enron empregou por volta de 21.000 pessoas tendo sido uma das companhias líderes no mundo em distribuição de energia (electricidade, gás natural) e comunicações. Seu faturamento atingia \$101 bilhões de dolares em 2000, pouco antes do escândalo financeiro que ocasionou sua falência.
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Enron>

Tabela 4: Um pouco da história da GRI: o início de tudo.

Fonte: <http://www.globalreporting.org/AboutGRI/WhatWeDo/OurHistory/OurHistory.htm> acesso em 25 de março de 2008.

1997/1998	<ul style="list-style-type: none"> ▶ A idéia de um padrão global de divulgação de informações sobre sustentabilidade foi criada. ▶ A organização sem fins lucrativos de Boston, CERES, iniciou um “Global Reporting Initiative Project”; ▶ O Comitê Diretor da GRI foi formado.
1999	<ul style="list-style-type: none"> ▶ A UNEP entrou como parceira, assegurando uma plataforma global para a GRI; ▶ O esboço das Diretrizes GRI de Relatórios de Sustentabilidade foi liberado para exposição; ▶ 20 organizações começam a fazer seus relatórios de sustentabilidade com base nas diretrizes GRI.
2000	<ul style="list-style-type: none"> ▶ São liberadas para exposição as primeiras Diretrizes GRI de sustentabilidade. ▶ Eventos de divulgação e de “evangelização” foram realizados na América do Sul, América do Norte, Austrália, Europa, Ásia do Sul, e no Japão; ▶ 50 organizações já fazem seus relatórios de sustentabilidade com base nas diretrizes GRI;
2001	<ul style="list-style-type: none"> ▶ A Câmara da CERES decide separar a GRI e transformá-la numa instituição independente, por recomendação do Comitê Diretor; ▶ A GRI passa por uma fase de desenvolvimento institucional centrada na elaboração de artigos de incorporação e recrutamento dos membros do Conselho; ▶ Foi estruturado um processo de feedback com 30 empresas que usaram as Diretrizes GRI para elaborar seus relatórios de sustentabilidade. Tal processo teve como resultado várias recomendações de atualização e melhoramento das Diretrizes de 2000. ▶ 80 organizações já utilizam as Diretrizes como base para os seus relatórios de sustentabilidade.
2002	<ul style="list-style-type: none"> ▶ A administração provisória da GRI é nomeada e anunciada. Judy Henderson é a nova presidente do Conselho Diretor; ▶ O Comitê Diretor é dissolvido; ▶ A GRI como instituição foi publicamente inaugurada nas Nações Unidas em Nova York; ▶ A GRI é realocada e incorporada como uma fundação na Holanda. As operações e os ativos são totalmente transferidos da CERES; ▶ A segunda iteração das Diretrizes ocorreu em Johannesburgo, na África do Sul, na Reunião Mundial para o Desenvolvimento Sustentável; ▶ Ernst Ligteringen é designado Chefe Executivo da GRI e membro da Administração; ▶ 150 organizações já relatam de acordo com as Diretrizes GRI.

2003	<ul style="list-style-type: none"> ▶ O Conselho Diretor aprova Plano de Negócios 2003-2005; ▶ São designados 60 membros do Conselho de <i>Stakeholders</i>. O Conselho faz sua primeira reunião e Linda Funnel-Milner é eleita presidente; ▶ Um novo processo de Feedback é iniciado; ▶ É lançado o programa de <i>Organizational Stakeholders</i> (OS). É feita a abertura para inscrição como membros. ▶ Elaborados dois suplementos setoriais: operações turísticas e telecomunicações; ▶ 325 organizações já utilizam as Diretrizes GRI como base para a elaboração de seus relatórios de sustentabilidade.
2004	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Concluído o processo de Feedback com a participação de 450 experts no mundo todo. Os resultados foram apresentados ao Conselho Diretor e ao Conselho de <i>Stakeholders</i>; ▶ O Conselho Diretor aprova plano de dois anos para desenvolver a próxima geração de Diretrizes GRI; ▶ Entrada da centésima organização no programa de OS's; ▶ O setor de Mineração e Metais e o setor de serviços financeiros ganham seus suplementos setoriais. ▶ 500 organizações já utilizam as Diretrizes GRI como base para a elaboração de seus relatórios de sustentabilidade.
2005	<ul style="list-style-type: none"> ▶ É nomeado o Comitê Consultivo Técnico (TAC) e feita a sua primeira reunião; ▶ O programa de OS's já conta com 225 membros; ▶ Inicia-se o processo de revisão e aprimoramento das Diretrizes. São contratadas 100 pessoas no mundo organizadas em grupos de trabalho para produzirem a terceira geração de Diretrizes da GRI (conhecidas como "G3"); ▶ O Protocolo de limites está concluído; ▶ Criação dos suplementos setoriais de logística e transportes e agências públicas; ▶ O Conselho Diretor aprova plano 2005-2010; ▶ 750 organizações já utilizam as Diretrizes GRI em seus relatórios de sustentabilidade.
2006	<ul style="list-style-type: none"> ▶ O projeto da terceira geração de Diretrizes é liberado para comentário público. Foram recebidas 270 respostas; ▶ 300 parceiros e patrocinadores convocam para eventos em 28 cidades a nível mundial, para a demonstração e discussão do projeto das novas Diretrizes para mais de 3000 participantes; ▶ Os resultados são avaliados pelos membros da governança da GRI (Conselho Diretor, Comitê Consultivo Técnico e Conselho de <i>Stakeholders</i>). A G3 passa pela liberação por maioria de votos; ▶ Mais de 850 organizações já baseiam seus relatórios de sustentabilidade nas Diretrizes GRI; ▶ Os OS's já somam 330 Organizações; ▶ Uma Parceria Tecnológica foi convocada com fornecedores de software em antecipação das necessidades do mercado de comunicação digital; ▶ A pesquisa, desenvolvimento, aplicação da experiência com relatórios de sustentabilidade gerados ao longo de quase uma década culminou com a realização da Conferência da GRI em Amsterdam, incluindo o lançamento das Diretrizes G3;

2007

- ▶ O Conselho Diretor da GRI aprova o Plano de Desenvolvimento 2008-2012;
- ▶ Criada uma série de publicações, inclusive: "Reporting the Business Implications of Climate Change in Sustainability Reports", "Biodiversity Resource Document" and "Making the Connection";
- ▶ Lançada a Reader's Choice Awards e Survey;
- ▶ O processo de certificação de parceiros para serem treinadores das Diretrizes G3 é iniciado nos EUA, Brasil e na Índia;
- ▶ Publicado o "ciclo de relatórios de sustentabilidade GRI: Um manual para as pequenas e não tão pequenas organizações";
- ▶ Apresentação do primeiro relatório de sustentabilidade agregado no mundo feito pela Valle de Maipo Chilean Fruit Company;
- ▶ GRI/GTZ projeto de transparência na cadeia de suprimento;
- ▶ Elaborados os suprimentos setoriais para aeroportos, alimentos e ONG's;
- ▶ Teste do suplemento setorial do setor de serviços financeiros;
- ▶ Continuação dos trabalhos para a elaboração dos suplementos dos setores de vestuário e calçados e do setor elétrico.
- ▶ 470 OS's em cerca de 50 países;
- ▶ Mais de 1000 organizações em 60 países já utilizam as Diretrizes GRI em seus relatórios.

3.1. Composição

Pode-se dizer que a "*Global Reporting Initiative* é uma ampla rede *multistakeholder* composta por milhares de especialistas de dezenas de países em todo o mundo. Eles participam dos grupos de trabalho e órgãos de governança da GRI, usam as Diretrizes da GRI em seus relatórios, acessam informações em relatórios baseados na GRI ou contribuem para o desenvolvimento da Estrutura de Relatórios de outras formas, tanto formal como informalmente¹⁷".

Apesar da rede de relações da GRI ser muito grande e contar com a contribuição de várias pessoas e organizações fora do seu quadro organizacional, ela possui uma estrutura formal. A GRI é composta por órgãos de governança *multistakeholder* que representam seu lado institucional e coordenam os elementos formais da rede GRI. São eles:

- O Conselho Diretor: Detém a responsabilidade fiduciária, financeira e legal pela GRI, incluindo a estratégia organizacional e a deliberação final referente ao desenvolvimento da Estrutura de Relatórios. Recebe recomendações estratégicas e políticas do Conselho de *Stakeholders*, e técnicas do Comitê Consultivo Técnico (TAC). Composto por 16 membros;

¹⁷ <http://www.globalreporting.org/Home/WhoWeArePortuguese.htm>. acesso dia 25 de março de 2008.

- O Conselho de *Stakeholders*: É o fórum formal de política de *stakeholders* que discute e delibera sobre questões-chave relativas à política e estratégia da GRI. Suas funções incluem a aprovação das indicações para o Conselho Diretor, fazer recomendações ao Conselho Diretor sobre questões políticas e estratégicas. É composto por 48 a 50 pessoas nomeadas segundo um equilíbrio geográfico e de *stakeholders*. São os “olhos e os ouvidos” da GRI em suas relações em todo o mundo;
- O Comitê Consultivo Técnico (TAC): Formado por 12 especialistas internacionais que dão suporte à manutenção da qualidade e coerência geral da Estrutura de Relatórios da GRI, fornecendo aconselhamento sobre sua arquitetura geral e conhecimentos de alto nível técnico para o Conselho Diretor e para a rede GRI;
- Os *Stakeholders* Organizacionais (*Organizational Stakeholders - OS*) : centenas de organizações e indivíduos que são os pilares da estrutura de governança da GRI ajudam a manter a integridade das Diretrizes da GRI e são parte integrante da rede GRI. Um OS tem direito a votar anualmente para eleger membros do Conselho de *Stakeholders*, um grupo-chave na governança da GRI que, por sua vez, elege o Conselho Diretor. Um OS também pode se candidatar a membro do Conselho de *Stakeholders*, além de ter direitos a vários benefícios dentro da GRI, como informações de primeira mão sobre a GRI, valores diferenciados, páginas exclusivas no site da GRI e etc.
- A Secretaria: Sediada em Amsterdam na Holanda, é onde se implementa o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Diretor, incluindo o engajamento e a construção da rede e coordenação dos processos dos grupos de trabalho que resultam em novas e melhores estruturas dos relatórios. Composta por aproximadamente 25 pessoas.

3.2. Financiamentos

A GRI é uma fundação sem fins lucrativos, porém, para que possa seguir com o seu trabalho ela depende do apoio financeiro, e em espécie, de contribuintes da rede, sejam estes OS's ou não. O uso das Diretrizes GRI é voluntário e gratuito¹⁸.

Para que os projetos da GRI aconteçam é necessária a existência de patrocinadores. Foi o que aconteceu com o projeto de elaboração da G3, em 2004. Foi

¹⁸ <http://www.globalreporting.org/Home/FundingPortuguese.htm>, acesso dia 25 de março de 2008

formado o Consórcio de Patrocinadores da G3, o G3C, composto pelas empresas: BP, Ford, GM, Microsoft, Shell, Alcan e RBC Financial Group. A ajuda também veio da HP invent, Deutsche Bank e do Ministerie van Economische Zachen.

Há organizações que fornecem o apoio em espécie, na forma de recursos, serviços ou transferência de tecnologia. Pode-se citar também as Parcerias de Tecnologia que apóiam ainda soluções tecnológicas para a elaboração de relatórios. Esses parceiros são provedores de software que se associaram à GRI na expectativa de demanda de mercado por relatórios digitais.

A GRI também conta com subvenções de alguns países. Atualmente, recebe subvenções provenientes da Holanda, Comissão Européia, Reino Unido, Suécia, Alemanha e Austrália.

Muitas fundações são colaboradoras, como: a Fundação Charles Stewart Mott, a Fundação ONU, o Banco Mundial, a Fundação John D. e Catherine T. MacArthur, a Fundação Ford, a Fundação Bill e Melinda Gates, o Fundo Irmãos Rockefeller, a Fundação Spencer T. e Ann W. Olin, a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, a Fundação V. Kann Rasmussen e a Fundação Soros.

3.3. A G3

A G3, ou Guideline 3, é a terceira geração de Diretrizes lançadas pela GRI em outubro de 2006 na Conferência da GRI em Amsterdam¹⁹.

Todas as organizações sejam pequenas, grandes, públicas, privadas, com ou sem fins lucrativos, sejam de qualquer setor ou local, podem elaborar seus relatórios de sustentabilidade com base nas Diretrizes da GRI.

Os primeiros relatórios são mais simples, mas aos poucos vão ficando mais robustos e tratando daquilo que realmente importa para os *stakeholders*. O relatório conterà o seu escopo e a declaração dessa intenção de estar em constante aperfeiçoamento.

Venham por meio impresso ou digitam, conjunta ou separadamente do relatório financeiro, eles são sempre relevantes, tanto para a organização relatora, quanto para seus interessados.

O que a GRI deseja é disseminar a transparência e incentivar que um número cada vez maior de organizações, como base nas suas Diretrizes, consiga demonstrar aos

¹⁹ <http://www.globalreporting.org/Home/AboutRFPRT.htm>
<http://www.globalreporting.org/ReportingFramework/G3Guidelines/acessos> em 28 de março de 2008

interessados como e quanto colaboram para a sustentabilidade, seja qual for o seu espectro de influência.

A Estrutura de Relatórios da GRI visa ser como um modelo globalmente aceito para a elaboração de relatórios para a divulgação do desempenho econômico, ambiental e social de uma organização. Sua concepção já objetivava que fosse utilizada por organizações de qualquer porte, setor ou localidade.

A GRI criou uma estrutura de relatórios de sustentabilidade. Essa estrutura se divide em três componentes²⁰:

- As Diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade;
- Os Protocolos; e os
- Suplementos setoriais.

Toda a orientação para a elaboração de relatórios GRI é feita na forma de princípios e de indicadores, levando-se em consideração uma visão de longo prazo, com ênfase nos procedimentos, para que se possa garantir um desempenho sustentável.

As Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI consistem de princípios para a definição do conteúdo do relatório e a garantia da qualidade das informações relatadas. Além disso, incluem também o conteúdo do relatório, composto de indicadores de desempenho e outros itens de divulgação, além de orientações sobre temas técnicos específicos relativos à elaboração do relatório

Os Protocolos de Indicadores fornecem definições, orientações para compilação e outras informações destinadas a auxiliar as organizações relatoras e a assegurar coerência na interpretação dos indicadores de desempenho.

Já os Suplementos Setoriais complementam as Diretrizes com interpretações e orientações sobre como aplicá-las em determinado setor e incluem indicadores de desempenho específicos do setor. Os suplementos setoriais não substituem as Diretrizes e sim a complementam.

Os Protocolos Técnicos também devem ser usados em conjunto com as Diretrizes, já que orientam questões referentes à elaboração do documento, como o estabelecimento de limites do relatório.

²⁰ http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/812DB764-D217-4CE8-B4DE-15F790EE2BF3/0/G3_GuidelinesPTG.pdf acesso em 28 de março de 2008.

3.4. Orientações sobre as Diretrizes da GRI

Como já salientado, as Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade compreendem os princípios, as orientações e os indicadores de desempenho. Todos esses elementos têm o mesmo peso e importância.

A primeira parte para a avaliação do relatório é a definição do conteúdo, a qualidade e o limite estabelecido. Para ajudar no estabelecimento do que relatar (conteúdo) trabalhar-se-á com os princípios da materialidade, da inclusão dos *stakeholders*, do contexto da sustentabilidade e com o princípio da abrangência, através de breves testes para cada um. A aplicação desses princípios determina os temas e indicadores a ser divulgados. Já os princípios de equilíbrio, de comparabilidade, de exatidão, de periodicidade, de confiabilidade e de clareza, e seus respectivos testes, ajudam na definição da qualidade das informações relatadas.

Por último, estabelecer-se-á o limite do relatório, através do estabelecimento das unidades de negócios contempladas no relatório.

3.5. Conteúdo do Relatório

As Diretrizes identificam as informações a ser divulgadas, que são relevantes e essenciais para a maioria das organizações e do interesse da maior parte dos *stakeholders*, em três categorias de conteúdo²¹:

- Perfil – Informações que estabelecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, tais como sua estratégia, perfil e governança;
- Forma de Gestão – Conteúdo que descreve o modo como a organização trata determinado conjunto de temas para fornecer o contexto para a compreensão do desempenho em uma área específica;
- Indicadores de Desempenho – Informações comparáveis sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização.

²¹ http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/812DB764-D217-4CE8-B4DE-15F790EE2BF3/0/G3_GuidelinesPTG.pdf - acesso em 28 de março de 2008

3.6. Maximização do valor do Relatório

O relatório de sustentabilidade é um processo e uma ferramenta vivos, que não se inicia nem termina com uma publicação impressa ou *on-line*.

Sua elaboração deverá se enquadrar em um processo mais amplo de estabelecimento de estratégia organizacional, implementação de planos de ação e avaliação de resultados. O relatório possibilita uma sólida avaliação do desempenho da organização e pode dar suporte à melhoria contínua do desempenho ao longo do tempo. Também serve como ferramenta para engajar *stakeholders* e assegurar uma contribuição útil a processos organizacionais²².

A GRI estabeleceu princípios que se prestam a descrever os resultados que um relatório deverá atingir e orientam as decisões ao longo de seu processo de elaboração, como que temas e indicadores relatar e a forma de relatá-los.

Conjuntamente, os princípios ajudarão a atingir a transparência, valor e objetivo do relatório. Para cada um dos princípios a GRI estabeleceu uma definição, uma explicação e um conjunto de testes para que a organização possa avaliar o próprio uso desses princípios.

Para a GRI transparência deve ser definida como “a divulgação completa de informações sobre os temas e indicadores necessários para refletir impactos e possibilitar a tomada de decisões pelos *stakeholders*, bem como sobre os processos, procedimentos e hipóteses usados na preparação dessa divulgação.”

A GRI definiu indicadores essenciais e adicionais. Ambos foram desenvolvidos em processos *multistakeholders*, porém os essenciais são geralmente aplicáveis e considerados relevantes pela maioria das organizações. Estes devem estar sempre presentes nos relatórios, salvo na hipótese de serem considerados não relevantes com base nos princípios do relatório.

Assim como isso é possível de acontecer, também é possível que a organização relatora inclua no relatório, indicadores importantes para a sua realidade especificamente, mesmo que estes não tenham sido mencionados nas Diretrizes da GRI. Esses indicadores específicos da organização relatora também estarão sujeitos aos mesmos princípios de relatórios da GRI e possuem o mesmo rigor técnico das Diretrizes da GRI.

A GRI apresenta três tipos de indicadores²³:

²² http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/812DB764-D217-4CE8-B4DE-15F790EE2BF3/0/G3_GuidelinesPTG.pdf - acesso em 28 de março de 2008.

²³ http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/812DB764-D217-4CE8-B4DE-15F790EE2BF3/0/G3_GuidelinesPTG.pdf - acesso em 28 de março de 2008

- Indicadores essenciais: são aqueles pertencentes ao G3 identificados como os que têm maior relevância para a maioria dos grupos de interesse. Deve ser considerados como materiais, salvo se com base nos princípios de elaboração de relatórios GRI de sustentabilidade se descobrir o contrário. Ou seja, pode ser que, após a avaliação da materialidade do indicador, tenha se chegado à conclusão que apesar do GRI considerá-lo essencial, para a para a minha organização especificamente, aquele indicador não figura como relevante.
- Indicadores adicionais: são aqueles identificados pelo guia G3 como representantes e práticas emergentes ou que tratam aspectos que podem ser relevantes para determinada organização, mas geralmente não são para a maioria delas.
- Indicadores do suplemento setorial da GRI: são aqueles que complementam as Diretrizes com interpretações e orientações sobre como aplicá-las em determinado setor, incluindo indicadores de desempenho específicos. Eles visam superar as limitações de uma abordagem padronizada. Quanto à sua materialidade, os indicadores específicos setoriais, devem ser vistos assim como os essenciais, ou seja, materiais, salvo comprovação em contrário. Os suplementos setoriais aplicáveis deverão ser acrescentados às Diretrizes, e não usados em seu lugar. Possuem indicadores setoriais os setores: instituições financeiras, logística e transporte, metalúrgico e mineração, agências públicas, turismo, telecomunicações e automobilístico.

3.7. Princípios da GRI

Como destacado anteriormente, a GRI estabelece dois grupos de princípios: os princípios para definição do conteúdo do relatório e os princípios para qualidade das informações²⁴.

3.7.1. Princípios para a definição do conteúdo

Os princípios devem ser usados junto com as orientações para a definição do conteúdo. Cada um dos princípios compreende uma definição, uma explicação e um

²⁴ http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/812DB764-D217-4CE8-B4DE-15F790EE2BF3/0/G3_GuidelinesPTG.pdf - acesso em 28 de março de 2008.

conjunto de testes para orientar seu uso. O objetivo é que os testes sejam utilizados como ferramentas de autodiagnóstico, e não como itens específicos de divulgação a serem relatados.

Neste capítulo veremos a explicação de cada um dos princípios, porém os testes dos mesmos e sua aplicação serão vistos posteriormente no capítulo 3.

3.7.1.1 Princípio da materialidade

“As informações no relatório devem cobrir temas e indicadores que reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização ou possam influenciar de forma substancial as avaliações e decisões dos stakeholders.”

Os indicadores ditos materiais são aqueles que podem ser tidos como importantes por refletirem os impactos econômicos, ambientais e sociais da organização ou por influenciar as decisões dos *stakeholders*. Estes, portanto, devem ser incluídos no relatório.

A materialidade é a linha que distingue os temas ou indicadores que se tornam suficientemente expressivos para serem relatados. É com base neste limiar também que se estabelece a importância de cada tema relevante e a ênfase dentro do relatório, o que deverá refletir a prioridade relativa desses temas e indicadores relevantes.

O estabelecimento da materialidade para relatórios de sustentabilidade é mais complexo do que, por exemplo, o estabelecimento da materialidade para relatórios financeiros, pois não se restringe aos temas que têm impacto financeiro significativo na organização, considerarão impactos econômicos, ambientais e sociais que *ultrapassam* o limiar que afeta a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Obviamente, essas questões relevantes freqüentemente terão impacto financeiro significativo de curto e longo prazo na organização, sendo relevantes também para aqueles que se interessam única e exclusivamente pela situação financeira da organização, mas não se restringem a elas²⁵.

A relevância da informação é verificada através de uma combinação de fatores internos e externos, entre os quais a missão geral e a estratégia competitiva da organização, preocupações expressas diretamente pelos *stakeholders*, expectativas

²⁵ Segundo a GRI, “impactos significativos são aqueles sujeitos a uma preocupação permanente por parte das comunidades de especialistas ou que tenham sido identificados por meio de ferramentas estabelecidas, como metodologias de avaliação de impacto ou análise de ciclos de vida”. Já os “impactos suficientemente importantes para exigir uma gestão ativa ou comprometimento por parte da organização provavelmente serão considerados significativos”

sociais mais amplas e o raio de influência da organização sobre entidades tanto *upstream* (a cadeia de suprimentos, por exemplo) quanto *downstream* (como os clientes). Devem ser levadas em conta, além desses fatores as expectativas básicas expressas em normas e acordos internacionais que a organização deve cumprir.

Outros temas que não os mencionados nas Diretrizes GRI podem ser incluídos no relatório, caso sejam identificados como relevantes pelos *stakeholders*. Temas menos relevantes podem até ser incluídos no relatório, porém com menor destaque. No relatório, a organização deverá explicar os processos usados para a determinação da prioridade dos temas tratados em seu relatório.

O princípio da materialidade, não se aplica apenas para a seleção dos temas a serem relatados, mas também ao uso dos indicadores de desempenho. Um relatório poderá apresentar vários graus de abrangência e detalhamento na divulgação de desempenho. A decisão de como relatar os dados devem ser baseadas na importância da informação para a avaliação do desempenho da organização e quanto ela facilita comparações.

3.7.1.2 Princípio da inclusão dos stakeholders

“A organização relatora deve identificar seus stakeholders e explicar no relatório que medidas foram tomadas em resposta aos seus interesses e expectativas procedentes.”

Os *stakeholders* são definidos pela GRI como “organizações ou indivíduos que possam ser significativamente afetados pelas atividades, produtos e/ou serviços da organização e cujas ações possam afetar significativamente a capacidade da organização de implementar suas estratégias e atingir seus objetivos com sucesso. (GRI, 2008)”

Dentro da caracterização de *stakeholders* podem estar incluídos tanto as partes diretamente envolvidas nas operações da organização (como empregados, acionistas e fornecedores) quanto as indiretamente envolvidas (a comunidade do entorno, por exemplo).

Os interesses e expectativas procedentes dos *stakeholders* são fundamentais para muitas decisões durante a elaboração do relatório, como, por exemplo, para a determinação do escopo, do limite, da aplicação dos indicadores e a abordagem de verificação. Apesar disso, sabe-se que nem todos os *stakeholders* de uma organização usarão o relatório.

Para decisões, como o escopo ou o limite do relatório, os interesses e expectativas procedentes do máximo de *stakeholders* possível deverão ser considerados. Entretanto, outras decisões como o nível de detalhamento para que o relatório seja útil para os *stakeholders* ou as expectativas de diferentes *stakeholders* sobre o que é necessário para torná-lo claro, poderão exigir uma ênfase maior naqueles que, espera-se, farão uso do relatório.

É de extrema importância documentar os processos e a forma como as decisões foram tomadas. O processo de engajamento dos *stakeholders* pode servir como ferramenta para a compreensão de seus interesses e expectativas procedentes. Se a organização já tiver processos de engajamento de *stakeholders* implantado, este pode subsidiar o processo de elaboração do relatório. Do contrário, esse engajamento terá que ser implementado especificamente para o relatório. Para que o relatório seja passível de verificação, o processo de engajamento terá de ser documentado.

A organização relatora precisa documentar sua abordagem para definir com quais *stakeholders* se engajou, como e quando, e de que modo esse engajamento influenciou o conteúdo do relatório e as atividades de sustentabilidade da organização.

A falta de identificação ou a não participação dos *stakeholders* na elaboração do relatório diminuem as chances do mesmo estar adequado às suas necessidades, não tendo, dessa forma, total credibilidade entre todas as partes. O engajamento sistemático dos *stakeholders*, ao contrário, aumenta a receptividade e a utilidade do relatório.

3.7.1.3 Princípio do contexto da sustentabilidade

“O relatório deverá apresentar o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade.”

A pergunta-chave desse princípio é de que modo a organização contribui ou pretende contribuir no futuro para a melhora ou deterioração das condições econômicas, ambientais e sociais em nível local, regional ou global. Simplesmente relatar as tendências no desempenho individual (ou na eficiência da organização) não responderá a essa questão.

Ao relatar, a organização deve, portanto, buscar expressar o desempenho em relação a conceitos mais amplos de sustentabilidade. Não se deve relatar apenas as tendências em ecoeficiência, a organização poderia apresentar sua carga total de poluição em relação à capacidade do ecossistema regional de absorver o poluente.

A própria estratégia de negócios e sustentabilidade da organização fornece o contexto para a discussão de desempenho. A relação entre sustentabilidade e estratégia

organizacional deverá estar clara, assim como o contexto dentro do qual o desempenho é relatado.

3.7.1.4 Princípio da abrangência

“A cobertura dos temas e indicadores relevantes, assim como a definição do limite do relatório, deverá ser suficiente para refletir os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos e permitir que os stakeholders avaliem o desempenho da organização no período analisado.”

A “abrangência” é composta principalmente por dimensões como escopo, limite e tempo. O princípio da abrangência possui duas formas de aplicação uma relação à prática de coleta de informações (por exemplo, assegurando que os dados compilados incluam resultados de todos os locais dentro do limite do relatório) e se a apresentação das informações é aceitável e apropriada. Tal princípio está intimamente ligado aos princípios da exatidão e do equilíbrio, princípios da qualidade do relatório.

O “escopo” se refere ao conjunto de temas de sustentabilidade tratados no relatório. A soma dos temas e indicadores relatados deverá ser suficiente para refletir os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos, bem como permitir que os *stakeholders* avaliem o desempenho da organização. A análise quanto às informações do relatório serem suficientes ou não deverá basear-se nos resultados dos processos de engajamento dos *stakeholders*.

O “limite” se refere às unidades de negócios (subsidiárias, *joint ventures*, empresas contratadas etc.) cujo desempenho é declarado pelo relatório. No estabelecimento do limite do relatório a organização deverá considerar a gama de entidades sobre as quais tem controle e a gama de entidades sobre as quais exerce influência, seja *upstream* (a cadeia de suprimentos, por exemplo) como *downstream* (os distribuidores e usuários de seus produtos e serviços, por exemplo).

O “tempo” se refere à necessidade de as informações selecionadas estarem completas em relação ao período especificado no relatório. Dentro do possível, atividades, eventos e impactos deverão ser reportados de acordo com o período coberto pelo relatório. A abordagem de impactos futuros (positivos e negativos) as informações deverão basear-se em estimativas criteriosas que reflitam o provável tamanho, natureza e escopo dos impactos.

O não relato dos impactos futuros, mesmo tendo estas limitações claramente expostas no relatório, não conseguiria transmitir ao leitor o objetivo de oferecer uma

declaração equilibrada e razoável do desempenho econômico, ambiental e social da organização.

3.7.2 Princípios para assegurar a qualidade do relatório

Tais princípios orientam escolhas para assegurar a qualidade das informações relatadas, incluindo sua apresentação. Todos esses princípios são fundamentais para garantir uma transparência efetiva das informações. É a qualidade da informação que possibilitará o *stakeholders* realizar avaliações de desempenho consistentes e justas e tomar as suas decisões de forma mais adequada e segura.

3.7.2.1 Princípio do equilíbrio

“O relatório deverá refletir aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do desempenho geral.”

O desempenho da organização deverá ser relatado de forma imparcial, devem ser evitadas escolhas, omissões ou formatos de apresentação que tendam a influenciar indevida ou inapropriadamente uma decisão ou julgamento por parte do leitor.

Devem estar presentes no relatório resultados tanto favoráveis quanto desfavoráveis e abordar temas que possam influenciar as decisões dos *stakeholders* proporcionalmente à sua materialidade.

3.7.2.2 Princípio da comparabilidade

“As questões e informações deverão ser selecionadas, compiladas e relatadas de forma consistente. As informações relatadas deverão ser apresentadas de modo que permita aos stakeholders analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e subsidiar análises sobre outras organizações.”

Para que se faça uma avaliação do desempenho da organização relatora é necessário que o relatório seja passível de ser comparado. Os *stakeholders* que usarem o relatório deverão poder comparar as informações sobre o atual desempenho econômico, ambiental e social da organização com o relatório anterior, com seus objetivos e, na medida do possível, com o desempenho de outras organizações.

Vale ressaltar que comparações entre organizações exigem sensibilidade a fatores como diferenças de porte, influências geográficas e outras considerações que

possam afetar o desempenho relativo de cada uma. O relatório deverá fornecer subsídios para que o leitor consiga fazer tais ponderações.

A comparabilidade é facilitada ao longo do tempo nos casos onde a organização relatora mantém mais ou menos certos padrões de preparação das informações, como a manutenção dos métodos utilizados para os cálculos de dados, no *layout* do relatório e na explicação dos métodos e hipóteses usados. Isso, porém, lembrando sempre que a importância relativa de temas para uma dada organização e seus *stakeholders* muda de um período para outro, sendo assim, o conteúdo dos relatórios também mudará.

É indicado que alterações no limite, no escopo, na duração do período coberto pelo relatório ou seu conteúdo (inclusive *design*, definições e uso de quaisquer indicadores), as organizações reladoras devem, na medida do possível, reformular seus informes atuais junto com dados históricos, ou vice-versa. Isso deverá assegurar que as informações e comparações sejam confiáveis e significativas ao longo do tempo.

3.7.2.3 Princípio da exatidão

“As informações deverão ser suficientemente precisas e detalhadas para que os stakeholders avaliem o desempenho da organização relatora.”

Explicação:

As informações ambientais, sociais e econômicas do relatório podem ser expressas de muitas maneiras, desde respostas qualitativas até medições quantitativas detalhadas. A precisão das informações qualitativas é, em grande parte, determinada pelo grau de clareza, detalhamento e equilíbrio de sua apresentação dentro do adequado limite do relatório. Já o rigor das informações quantitativas pode depender dos métodos específicos usados para coletar, compilar e analisar dados.

O nível de exatidão necessário dependerá, em parte, do uso que se pretende fazer das informações. Certas decisões exigirão um nível mais alto em determinadas informações relatadas do que em outras.

3.7.2.4 Princípio da periodicidade

“O relatório é publicado regularmente e as informações são disponibilizadas a tempo para que os stakeholders tomem decisões fundamentadas.”

As informações são úteis desde que o momento de sua divulgação permita aos *stakeholders* integrá-las eficazmente ao seu processo decisório.

A consistência na periodicidade dos relatórios e na duração dos períodos cobertos também é fundamental para assegurar tanto a comparabilidade das informações ao longo do tempo como a acessibilidade do relatório entre os *stakeholders*. Pode ser igualmente relevante para os *stakeholders* que o calendário dos relatórios financeiro e de sustentabilidade esteja alinhado.

3.7.2.5 Princípio da clareza

“As informações deverão estar disponíveis de uma forma que seja compreensível e acessível aos stakeholders que fizerem uso do relatório.”

Os relatórios deverão apresentar as informações de forma compreensível, acessível e utilizável pelos *stakeholders* da organização, não importando a mídia escolhida.

As informações devem estar expostas de maneira clara e sem exigir grande esforço para serem encontradas ou interpretadas, afinal nem todos os leitores são técnicos. Gráficos e tabelas podem ser bons instrumentos na tentativa de tornar as informações do relatório acessíveis e compreensíveis. Deve se tomar cuidado com o nível de agregação das informações, pois informações significativamente mais ou menos detalhadas do que os *stakeholders* esperam também podem afetar a clareza do relatório.

3.7.2.6 Princípio da confiabilidade

“As informações e processos usados na preparação do relatório deverão ser coletados, registrados, compilados, analisados e divulgados de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e materialidade das informações.”

O relatório deverá poder ser verificado para que se estabeleça a confiabilidade de seu conteúdo e se saiba até que ponto os princípios de relatório da GRI foram aplicados, caso haja interesse por parte dos *stakeholders*.

As informações e dados incluídos deverão poder ser rastreados e para isso devem ser apoiados por controles ou documentação internos que possam ser analisados por outras partes que não as que elaboraram o relatório. Informações não embasadas por comprovação não poderão ser relatadas, salvo se apresentarem informações relevantes e o relatório trazer explicações inequívocas de quaisquer dúvidas relacionadas a elas.

Os processos decisórios referentes à elaboração do relatório também deverão ser documentados de uma forma que permita análise de onde foram baseadas as decisões

fundamentais (tais como os processos para determinar o conteúdo e o limite do relatório e o engajamento dos *stakeholders*). Ao desenvolver seu sistema de informação, a organização relatora deverá prever verificação externa.

A aplicação das diretrizes do GRI, na elaboração de relatório de sustentabilidade, será discutida na parte prática do presente trabalho.

3.7.3 Níveis de aplicação

A GRI criou um sistema de níveis de aplicação que foi concebido a fim de oferecer uma via progressiva para desenvolver, ampliar e aprofundar a apresentação das informações em fases sucessivas. A própria organização determinará que nível de aplicação é mais adequado a sua realidade, com base na tabela GRI e no processo de elaboração do relatório de sustentabilidade.

Será uma autodeclaração do nível de aplicação que indicará aos usuários em que medida foi aplicado o guia G3 e outros elementos na elaboração do relatório GRI de sustentabilidade. O sistema foi composto por três níveis (A, B e C) e os critérios de apresentação dos dados vão aumentando em cada nível (por exemplo, no nível C se incluem menos indicadores de desempenho e informações sobre o perfil do que no Nível A). Além da autodeclaração, a organização pode eleger solicitar a um terceiro independente que dê um parecer sobre a auto-qualificação ou solicitar que a secretaria do GRI examine a exatidão da autodeclaração (“GRI *Checked*”)²⁶.

A organização pode ter o ponto a mais no seu nível de aplicação (A+, B+ e C+) caso tenha havido verificação externa do relatório. O exame do nível de aplicação por parte da GRI não é equivalente a uma verificação externa e não acrescenta o ponto a mais (+) (a organização será ainda A, B ou C, mas terá o ícone GRI *CHECKED*, mas não será A+, B+ ou C+). Para que a organização possa ganhar o ponto a mais a verificação externa tem que ter engajado partes especialistas no assunto em questão e práticas de verificação externas à organização; seguir procedimentos definidos que podem ser explicados e que foram documentados; avaliar a capacidade do relatório de fornecer uma apresentação de desempenho razoável e equilibrada que levou em conta todos os dados do relatório como a seleção do conteúdo geral; resultar em uma opinião ou conjunto de conclusões que estão disponíveis para os usuários do relatório.

²⁶ As solicitações devem ser feitas pela internet pelo site da GRI – www.globalreporting.org. Desde que avisada com antecedência, a GRI poderá examinar o nível autodeclarado antes da publicação do relatório. Havendo concordância com o nível de aplicação, a GRI fornecerá um ícone especial correspondente ao nível, para uso em relatórios impressos ou disponibilizados na internet..(GUIDELINES GRI, 2008, p. 3)

A verificação externa é uma boa alternativa para os relatórios, pois isso confere uma maior credibilidade. O processo de verificação pode ser realizado por especialistas em auditorias, por representantes independentes ou por *stakeholders*. Se for solicitado à GRI o exame de um relatório A+, B+ ou C+ (ou seja, com verificação externa), a GRI examinará a existência de uma declaração do verificador externo, mas esse exame não determinará se a verificação externa utilizou os mecanismos expostos acima.

Tabela 5: Nível de aplicação

		NÍVEIS DE APLICAÇÃO					
		A	A +	B	B +	C	C +
CONTEÚDO DO RELATÓRIO	Perfil da G3	Responder aos itens: 1.1; 2.1 ao 2.10; 3.1 ao 3.8, 3.10 ao 3.12; 4.1 ao 4.4, 4.14 e 4.15	COM VERIFICAÇÃO EXTERNA	Responder a todos os critérios elencados para o nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 ao 4.13, 4.16 e 4.17	COM VERIFICAÇÃO EXTERNA	O mesmo exigido para o nível B	
	Informações sobre formas de gestão da G3	Não exigido		Informações sobre a forma de gestão para cada categoria de indicados		Forma de gestão divulgada para cada categoria de indicador	
	Indicadores de desempenho da G3 e Indicadores de desempenho do suplemento setorial (quando houver)	Responder a um mínimo de 10 indicadores de desempenho, incluindo um de cada área de desempenho (econômico, social e ambiental)		Responder a um mínimo de 20 indicadores de desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas: econômico, ambiental, direitos humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto		Responder a cada indicador essencial da G3 e do suplemento setorial com a devida consideração ao princípio da materialidade de uma das seguintes formas: respondendo ao indicador ou explicando o motivo da omissão.	
		COM VERIFICAÇÃO EXTERNA		COM VERIFICAÇÃO EXTERNA		COM VERIFICAÇÃO EXTERNA	

IV. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

4.1 Conceito de Unidade de Conservação.

Com base na Lei n° 9.985 de 18 de julho de 2000 (conhecida popularmente como lei do SNUC), que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, entende-se por unidade de conservação “o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com os objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”

As áreas protegidas, denominadas tecnicamente de Unidades de Conservação, são escolhidas devido às suas características especiais, as quais devem permanecer conservadas ou preservadas. O grau de proteção de cada área é o que vai divergir considerando-se o tipo de regime legal específico de cada uma das tipologias. A proteção pode variar desde a intocabilidade até o uso diário e relativamente intenso.

Embora a lei do SNUC tenha utilizado o termo “conservação” em seu texto, muito se discute sobre a diferença entre “conservação” e “preservação” nas unidades de conservação²⁷. Segundo Diegues (1996), duas importantes correntes de pensamento surgem: a facção preservacionista e a facção conservacionista.

O objetivo dos preservacionistas seria proteger a natureza contra o desenvolvimento industrial e da modernidade e a melhor forma de fazê-lo seria a instituição legal das áreas de proteção. Por outro lado, os conservacionistas acreditam na utilização racional dos recursos naturais das unidades pela sociedade do entorno considerando os modelos de desenvolvimento econômico atuais. As duas correntes acreditam que a natureza deve ser protegida, mas divergem no grau de proteção das unidades.

Apesar da discussão, parece que ambas possuem razão já que, a própria legislação brasileira em vigor, (como será analisado mais adiante), determina graus de proteção distintos para cada categoria de unidade, sendo assim, existem áreas que por suas características naturais especiais devem manter-se intocadas e outras que podem e devem ser utilizadas, até mesmo para que se permita o contato e a interação entre Homem e Natureza.

²⁷ Para MICHAELLIS (2000):

Conservação é a “administração planejada dos recursos naturais de um país, para impedir a exploração prejudicial, destruição ou negligência”.

Preservação é “cautela, prevenção, proteção. Pôr (-se) ao abrigo de algum mal, dano ou perigo futuro, defender, resguardar.”

4.2 Unidades de Conservação no Mundo.

Ainda antes da criação do conceito de Unidades de Conservação (UC), já era possível a observação do interesse na preservação de áreas naturais. A primeira área natural protegida, data do fim do século XIX, nos Estados Unidos da América: o Parque Nacional de Yellowstone.

A iniciativa de lutar pela preservação da área foi creditada aos exploradores do rio Yellowstone, que conseguiram, em 1º de março de 1872, que o Congresso americano aprovasse o projeto e criasse a primeira Unidade de Conservação do mundo (COSTA, 2002).

Apesar disso, a área onde hoje fica o Parque Nacional de Yosemite, foi decretada “inalienável em qualquer tempo”, por Abraham Lincoln, em 30 de junho de 1864, tornando-se a primeira área de preservação.

Posteriormente a essas duas experiências, outros países passaram também a criar suas áreas protegidas. De acordo com o Relatório Brundtland, publicado em 1988, a realidade das áreas naturais protegidas já era de mais de 4 milhões de km² naquele ano.

Tabela 6: Áreas protegidas no mundo.
Fonte: WECD, 1987

Continente	Área (%)
África	6,5
Américas	14,2
Ásia	4,3
Austrália	4,3
Europa	3,9
URSS	2,5
<i>Total de áreas naturais protegidas</i>	<i>35,7</i>

Tabela 7: Unidades de Conservação no mundo.
 Fonte: Adaptada de COSTA, 2002

Primeiras unidades de conservação no mundo			
Local	Nome	Ano de criação	Extensão
EUA	Parque Nacional de Yellowstone	1872	8.980 km ²
Austrália	Parque Nacional Royal	1879	15.608 há
Canadá	Parque Nacional Banff	1885	6.641 km ²
Nova Zelândia	Parque Nacional Egmont	1881	293 km ²
		1900	335 km ² (acrécimo do Monte Kaitake à área e transformação em Parque Nacional)
África do Sul	Parque Nacional Kruger	1898	Área parcialmente protegida
		1925	19.485 km ² (Anexação de outros territórios já protegidos)
Argentina	Parque Nacional Nahuel Huapi	1903	Criado com 75 km ² , hoje ocupa 3.300 km ² e possui em seu interior o Parque Nacional Los Arrayanes, criado em 1974.
Equador	Parque Nacional Galápagos	Em 1932 as Ilhas passaram a integrar o território do Equador. Em 1934 virou Parque.	6.912 km ²

Para a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), o que é chamado hoje de Unidade de Conservação, nada mais é do que uma “área de terra e/ou de mar especialmente dedicadas à proteção e à manutenção da diversidade biológica, e dos recursos naturais e culturais associados, e geridas através meios legais e outros também eficazes.” (UICN, 2008)

A distribuição espacial das Unidades de Conservação deverá ser capaz de proteger o máximo possível dos ecossistemas do país, reduzindo ao mínimo possível a

perda da biodiversidade. O objetivo de conservação e preservação deve ser de longo prazo, centrando-o como eixo fundamental de todo o processo conservacionista. Deverá ser estabelecida a necessária relação de complementaridade entre as diferentes categorias de UC's organizando-as em grupos de acordo com seus objetivos de manejo e tipos de uso (SILVA, 2005).

No caso da América Latina, os Sistemas Nacionais de Áreas Naturais Protegidas, de acordo com Moore & Omarzabal (1988), foram definidos como:

conjunto de espacios naturales protegidos, de relevante importância ecológica y social, pertenecientes a la nación, que ordenadamente relacionados entre sí y a través de su protección y manejo, contribuyen al logro de determinados objetivos de conservación y, a su vez, al desarrollo sostenido de la nación.

Os sistemas são distintos em cada país do mundo, criando para cada, um enquadramento específico, sendo assim, não é raro encontrar termos parecidos para categorias de unidades de conservação com objetivos e restrições diferentes em cada país. Um bom exemplo é o que ocorre entre o Brasil e o Japão. O que este último conceitua como Parque Nacional, mais se assemelha com o que o Brasil classifica como Área de Proteção Ambiental.

Para o sistema brasileiro, um parque nacional é uma unidade de proteção integral o que significa dizer que nesta área é permitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; já uma área de proteção ambiental é classificada como unidade de uso sustentável, geralmente extensa e com certo grau de ocupação humana, tendo como objetivo disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais em função de seus atributos.

4.3 Unidades de Conservação no Brasil

A primeira Unidade de Conservação Federal Brasileira foi na modalidade de Parque Nacional, criada em 1937, em Itatiaia no Estado Rio de Janeiro. Durante o Império, em 1876, André Rebouças, político e engenheiro, inspirado em Yellowstone – criado quatro anos antes -, fez a proposta de criação de dois Parques Nacionais: um em Sete Quedas (PR) e o outro na Ilha do Bananal (TO) (ANTUNES, 2007).

Setenta anos depois da proposta do engenheiro, surge o Parque Nacional de Itatiaia, com o objetivo de “além das suas finalidades de caráter científico (...) atender às de ordem turística...” – baseando-se nos conceitos de Parques Nacionais, Florestas Nacionais e Florestas Protetoras, estabelecidos no Código Florestal de 1934. Hoje existem:

Tabela 8: Unidades de Conservação no Brasil.
 Fonte: BESSA, 2007, p.225²⁸.

Unidades de Conservação Federais			
Tipo de uso	Áreas das Unidades de Conservação (ha)	Área Continental do Brasil	% do continente brasileiro
Proteção Integral	28.147.214,93	854.546.635,67	3,29%
Uso Sustentável	33.663.938,75	854.546.635,67	3,94%
Totais	61.811.153,68	854.546.635,67	

Na tentativa de se alcançar uma efetiva conservação ambiental, as áreas protegidas devem ser classificadas e distintas em níveis e finalidades compatíveis com as características naturais locais, além de reguladas por um arcabouço jurídico que deixe claro o objetivo de cada uma delas. Surge assim o esboço de um sistema de áreas naturais protegidas.

De acordo com a Diretoria de Ecossistemas - DIREC do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o sucesso na conservação da diversidade biológica depende do estabelecimento de estratégias e ações coordenadas e harmônicas, estruturadas em um sistema de áreas protegidas: as Unidades de Conservação – UC's²⁹.

Com a ratificação da Convenção sobre a Diversidade Biológica, o Brasil se comprometeu a defender o seu patrimônio biológico. Sendo assim, cabe ao Poder Público Brasileiro a responsabilidade de promover a criação, a implementação e a gestão das Unidades de Conservação, dentro de um sistema adequado, sendo esta a maneira mais efetiva de alcançar os objetivos da conservação.

Outras ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, como ações e programas para o controle do crescimento populacional, para a mitigação de impactos ambientais, para o aumento da produtividade dos processos industriais e da reciclagem, auxiliam e complementam os trabalhos a serem desenvolvidos nas UC's.

Considerando todos os objetivos de conservação e preservação ambiental adotados por um país, será necessário um conjunto de categorias de manejo de Unidades de Conservação organizadas em um sistema. Cada categoria deverá cumprir

²⁸ Dados capturados pelo autor em 05 de maio de 2007

²⁹ <http://www.ibama.gov.br/> - acesso em 17 de fevereiro de 2008

conjuntos específicos de objetivos, de tal forma que o sistema cumpra a totalidades dos objetivos nacionais.

4.4 Análise jurídica das Unidades de Conservação.

A criação de áreas especialmente destinadas à proteção da diversidade biológica é para o Direito Brasileiro, um mandamento constitucional. A Constituição Federal de 1937, em seu artigo 134 já dispunha que: “Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.”

Segundo o artigo 225 da nossa Constituição Federal de 1988:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético [...]

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

[...]

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

O bem-estar das gerações futuras objetivado no caput do artigo 225 da CF/88 era de suma importância e consistia num grande avanço na luta pela preservação. Na década de 90 a idéia mundial de conservação da biodiversidade, já tentava dar ênfase a relação entre as sociedades do entorno e as Unidades de Conservação, com, inclusive, projetos econômicos de desenvolvimento sustentável.

No Brasil, essa tendência global ficou muito bem determinada pela iniciativa de criação das Reservas Extrativistas (Decreto nº 98.897/90) e das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (Decreto nº 98.914/90).

Para cumprir com o que tinha sido disposto na Constituição Federal de 1988 era necessário que fossem instituídas não só as áreas que seriam protegidas, mas também as regras relacionadas com essa proteção e gestão das áreas.

Apesar da existência de outras normas sobre o assunto, em 18 de julho de 2000, surge a Lei nº 9.985 que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que, em nível federal, sistematiza o regime jurídico aplicável às unidades de conservação da União, ou seja, estabelece critérios e normas para a criação implantação e gestão das unidades de conservação. Tal lei foi regulamentada pelo Decreto nº 3.834 em 5 de junho de 2001.

Posteriormente, o Decreto nº 4.340 em 22 de agosto de 2002, veio a revogar o Decreto nº 3.834, trazendo novas considerações. Em 18 de fevereiro de 2005, foi aprovada a Medida Provisória nº 239, que acrescentava à lei nº 9.985, artigos sobre a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Logo em 4 de julho de 2005 houve a conversão da MP 239 na Lei nº 11.132. Em 21 de março de 2007, a lei nº 11.460, que dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação, altera alguns artigos da lei do SNUC.

Faz-se oportuno o destaque de algumas definições trazidas pela lei do SNUC, já que no decorrer do presente trabalho tais institutos serão mencionados inúmeras vezes. Na existência de definição legal, mesmo que os institutos tenham outras definições em outros segmentos, a lei será aplicável seguindo as suas definições.

Sendo assim, para os fins previstos na Lei do SNUC, entende-se por:

<p>CONSERVAÇÃO DA NATUREZA</p>	<p>Manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração, e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, 'as atuais gerações mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.</p>
<p>DIVERSIDADE BIOLÓGICA</p>	<p>Variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas;</p>
<p>RECURSO AMBIENTAL</p>	<p>A atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;</p>
	<p>Conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies,</p>

PRESERVAÇÃO	habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;
PROTEÇÃO INTEGRAL	Manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;
CONSERVAÇÃO <i>IN SITU</i>	Conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características;
MANEJO	Todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;
USO INDIRETO	Aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;
USO DIRETO	Aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;
USO SUSTENTÁVEL	Exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;
EXTRATIVISMO	Sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis;
RECUPERAÇÃO	Restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;
RESTAURAÇÃO	Restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original;
ZONEAMENTO	Definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;
	Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento

PLANO DE MANEJO	e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;
ZONA DE AMORTECIMENTO	O entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade;
CORREDORES ECOLÓGICOS	Porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

Segundo o artigo 22 da Lei do SNUC, as unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público. A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

A consulta pública só não será obrigatória nas categorias de Estação Ecológica ou Reserva Biológica. No processo de consulta, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas, a fim de possibilitar que o processo seja verdadeiramente participativo.

Qualquer alteração numa unidade de conservação deve ser cautelosa. Caso se queira transformar uma unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável total ou parcialmente em unidades do grupo de Proteção Integral, tal procedimento deverá ser feito por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta pública.

A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que também obedecidos os procedimentos de consulta. Sendo para benefício de uma maior proteção do meio ambiente a alteração se dá de forma mais simplificada, juridicamente falando.

Observe-se, porém, que a desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.

De acordo com o artigo 2º do Decreto 4.340/02, o ato de criação de uma Unidade de Conservação deverá indicar:

- a denominação, a categoria de manejo, os objetivos, os limites, a área da unidade e o órgão responsável por sua administração;
- a população tradicional beneficiária, no caso das Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável;
- população tradicional residente, quando couber, no caso das Florestas Nacionais, Estaduais ou Municipais;
- as atividades econômicas, de segurança e de defesa nacional envolvidas.

Seguindo pelo art. 4º do Decreto 4.304/02, compete ao órgão executor proponente de nova unidade de conservação elaborar os estudos técnicos preliminares e realizar, quando for o caso, a consulta pública e os demais procedimentos administrativos necessários à criação da unidade.

Mesmo o Decreto em questão fazendo a ressalva de “quando for o caso” para as consultas públicas o mesmo não é feito no texto da Lei do SNUC que impõe sempre a elaboração de estudos e de consultas públicas excluindo apenas, como já foi destacado, o caso da criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica.

Na visão de Antunes (2007, p.226) “é condição de validade da constituição de unidade de conservação que ela seja precedida de estudos técnicos elaborados pelo órgão proponente de sua criação, sendo possível - e recomendável – a convocação de uma consulta pública para que se ouça o ponto de vista da comunidade envolvida.” Tal entendimento se deve pelo autor acreditar que sem a devida consulta pública não se conseguirá efetivamente atender aos interesses da população e demais interessados, colocando-os em consonância com o objetivo de preservação³⁰.

Cabe salientar, porém que não há o que se falar em participação nas questões ambientais se não houver uma sociedade com um bom nível de educação e de informação ambiental³¹.

³⁰ AGRAVO DE INSTRUMENTO. CRIAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DO TIPO RESERVA EXTRATIVISTA (LEI 9.985/2000; DECRETO 4.340/2002). ESTUDOS TÉCNICOS E CONSULTA PÚBLICA. OBSERVÂNCIA. 1. No processo de criação de unidades de conservação da natureza, ‘a vista do disposto no artigo 22, §§ 2º e 3º, da Lei 9.985/2000 e nos artigos 4º e 5º do Decreto 4.340/2002, a consulta pública ‘a população interessada deve ser precedida dos estudos técnicos que comprovem a viabilidade dela (unidade de conservação). 2. Por sua vez, a consulta pública, além de observar os preceitos legais e regulamentares (Lei 9.985/2000, artigos 5º, III, e 22, §§ 2º e 3º e artigos 4º e 5º do Decreto 4.340/2002) deve ser procedida com obediência ao disposto no Guia de Consultas Públicas para Unidades de Conservação, de forma a permitir a mais ampla divulgação e oportunidade de discussão sobre as implicações da criação da Unidade de Conservação, em observância ao princípio democrático. 3. (...). 4. Ocorrência do “periculum in mora”, uma vez que a criação da Unidade de Conservação em causa sem a observância dos preceitos legais e regulamentares pertinentes poderá implicar dano de difícil reparação ‘a população a ser atingida pelo ato do Poder Público. 5. Agravo de Instrumento provido em parte.

³¹ Nesta mesma linha se encontram os princípios 19 e 20 da declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente proclamada na reunião da Assembléia Geral das Nações Unidas em Estocolmo em 1972 (GUERRA & GUERRA, 2005, p.29):

Para a lei a consulta pública para a criação de unidade de conservação tem a finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a unidade; e consiste em reuniões públicas ou, a critério do órgão ambiental competente, outras formas de oitiva da população local e de outras partes interessadas.

No processo de consulta pública, o órgão executor competente deve indicar, de modo claro e em linguagem acessível, as implicações para a população residente no interior e no entorno da unidade proposta.

Na RESEX-MAR de Arraial do Cabo a etapa da consulta pública foi algo muito discutido e até hoje gera polêmica. Todos os trâmites frente ao poder público foram efetivamente seguidos, porém muitos consideram que não foram consultados para a criação da reserva. Talvez o processo de consulta não tenha sido muito eficiente por não abranger amplamente a população de Arraial do Cabo, muito embora as colônias de pescadores e entidades representativas da pesca e de pesquisa tenham sido consultadas e as assinaturas recolhidas como impõe a lei. Esse fato até hoje gera discussão sobre a legitimidade da reserva, o que tem como consequência o não reconhecimento da mesma por muitos.

A intervenção no regime dominial, seja público ou privado, para destinar o território à proteção ambiental é algo também de suma importância e de caracterização especial, sendo assim há de se observar o regime legal próprio de cada unidade.

Em relação à administração das Unidades de Conservação como um todo, o artigo 6º da Lei do SNUC, dispõe que o Sistema deve ser gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

“Princípio 19: É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto às gerações jovens como adultos, dispensando a devida atenção ao setor das populações menos privilegiadas, para assentar as bases de uma opinião pública bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade, relativamente à proteção e melhoramento do meio ambiente, em toda a sua dimensão humana.”

“Princípio 20: Deve ser fomentada, em todos os países, especialmente naqueles em desenvolvimento, a investigação científica e medidas desenvolvimentistas, no sentido dos problemas ambientais, tanto nacionais como multinacionais. A esse respeito, o livre intercâmbio de informação e de experiências científicas atualizadas deve constituir objeto de apoio e assistência, a fim de facilitar a solução dos problemas ambientais; as tecnologias ambientais, devem ser postas à disposição dos países em desenvolvimento, em condições que favoreçam sua ampla difusão, sem que constituam carga econômica excessiva para esses países.”

Vinte anos depois, na conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento, em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, novamente o princípio da informação foi exaltado.

Segundo o princípio 10 da Carta da Terra: “A melhor maneira de tratar questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar em processos de tomada de decisões. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando a informação à disposição de todos. Deve ser propiciado acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que diz respeito a compensação e reparação de danos.”

- Órgão Consultivo e deliberativo: O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema.
- Órgão Central: O Ministério do Meio Ambiente – MMA, com a finalidade de coordenar o Sistema; e
- Órgãos Executores: o Instituto Chico Mendes e o Ibama, em caráter supletivo, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação³²

4.5 Fiscalização e Poder de Polícia

Partindo do conceito grego de cidade (*pólis*) é possível encontrar o radical do poder de polícia (*politia*). O poder de polícia que, em linhas gerais, regula e coordena a atividade de pessoas, tem sua regulamentação feita pelas normas de direito, que define os limites do exercício deste poder, repelindo e tornando ilícito o abuso do mesmo, interditando excessos e arbitrariedades (GUERRA & GUERRA, 2005).

Polícia, em seu sentido amplo, significa o exercício de poder público sobre homens e coisas, com a finalidade de defender a ordem interna. Um das primeiras atividades realizadas pelo Estado veio para assegurar a existência do próprio Estado na ordem interna e externa. A atividade de polícia abrange toda a atividade da administração, quer para, prevenir os males e as desordens da sociedade, quer para zelar, através dos serviços públicos pelo bem-estar físico, econômico e intelectual da população (CRETELLA JÚNIOR, 1968).

A idéia de poder se faz tão antiga quanto o próprio homem, já mencionada nas obras de Locke, Hobbes e Maquiavel.

Mas o que seria Poder de Polícia afinal? Grandes juristas, como Cáo Tácito e Cretella Júnior, já expuseram a dificuldade da definição de tal instituto jurídico.

Para Caio Tácito (1952, p.8), “a idéia de Poder de Polícia pode ser resumida no conjunto de atribuições concedidas à administração para disciplinar e restringir, em favor de interesse público adequado, direitos e liberdades individuais.”

Na visão de Meirelles (1994, p.115) “Poder de Polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.”

³² Redação trazida pela lei n° 11.460/07

Para Guerra & Guerra (2005, p.143), “o Poder de Polícia é assim um poder instrumental da Administração Pública para condicionar e restringir os possíveis abusos do particular em relação ao Estado e, conseqüentemente, à coletividade.”

Mas e no caso de Poder de Polícia especificamente na área de defesa da ordem pública do meio ambiente?

Segundo Paulo de Bessa Antunes (2004):

[...] uma das principais atribuições do Direito Ambiental é a de fixar parâmetros normativos capazes de estabelecer um patamar mínimo de salubridade ambiental. A obediência e o respeito de tais patamares é o que significa a ordem pública do meio ambiente. A ordem pública do meio ambiente é o cumprimento e a manutenção de tais padrões. Se os níveis ambientais legalmente estabelecidos estiverem sendo observados, a ordem pública ambiental estará sendo cumprida. A polícia do meio ambiente, no intuito de assegurar a obediência às normas ambientais, poderá agir preventivamente ou repressivamente. A atuação preventiva ou repressiva faz-se mediante a utilização de medidas de polícia ambiental.

O poder de polícia ambiental deve ser exercido pelas autoridades integrantes do SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente, de acordo com o disposto na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n° 6.938/81). Sendo o SISNAMA um conjunto articulado de órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e territórios e dos Municípios, além de fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

Se a direção superior é do CONAMA a quem cabe deliberar sobre a instituição de normas e padrões com vistas à preservação do meio ambiente, caberá ao IBAMA e aos órgãos estaduais e municipais, a execução, em nível federal, estadual e municipal, respectivamente, da política e das diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, exercendo o poder de polícia ambiental. Assim chega-se ao poder de polícia aplicado ao plano ambiental.

No caso concreto da RESEX-MAR de Arraial do Cabo, a fiscalização será feita pelos co-gestores, Instituto Chico Mendes e AREMAC – Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, porém apenas o primeiro possui competência administrativa para a aplicação de sanções (multa, apreensão de rede e etc). Os gestores da reserva em razão da falta de estrutura fiscalizadora propõem muitas vezes ações conjuntas com outras instituições, como o IEF, a Polícia Federal ou a Capitania dos Portos, a fim de utilizar as embarcações destes.

A falta de fiscalização é um problema hoje muito sério para a reserva de Arraial do Cabo, pois não se possui o mínimo de estrutura para que esta seja feita, o que acaba ainda possibilitando a entrada de barcos de pesca predatória. Apesar dos gestores

possuírem a obrigação de fiscalização é importante que todos que utilizam a área da reserva, seja no exercício do seu negócio ou para o lazer, saibam a importância da fiscalização para a manutenção dos recursos naturais e se sintam também fiscalizados; sejam “os olhos” dos gestores, denunciando sempre que cientes de fatos danosos.

4.6 A Reserva extrativista e sua gestão

As Unidades de Conservação se dividem em dois grupos, com características e objetivos específicos. Cada grupo é composto por diferentes categorias de Unidades de Conservação. É possível observar melhor as subdivisões na Tabela abaixo:

Tabela 9: Unidades de Conservação: Objetivos e Categorias
 Fonte: elaboração própria baseada na lei do SNUC.

Grupos de Unidades de Conservação	Objetivo	Categorias de Unidades de Conservação – Denominação
Unidades de Proteção Integral	Preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previsto na Lei do SNUC	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Estação Ecológica ▶ Reserva Biológica ▶ Parque Nacional ▶ Monumento Natural ▶ Refúgio de vida Silvestre
Unidades de Uso Sustentável	Compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Área de Proteção Ambiental ▶ Área de Relevante Interesse Ecológico ▶ Floresta Nacional ▶ Reserva Extrativista ▶ Reserva de Fauna ▶ Reserva de Desenvolvimento Sustentável ▶ Reserva Particular do Patrimônio Natural

Na presente dissertação será trabalhada apenas de uma categoria de Unidade de Conservação: a Reserva Extrativista.

4.6.1 Reserva extrativista

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

A área é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais nas condições estabelecidas na Lei do SNUC e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. Há dois tipos de Reservas Extrativistas: a Reserva Extrativista da Amazônia e a Reserva Extrativista Marinha.

Várias áreas já foram designadas Reservas Extrativistas Marinhas, porém ainda muito se discute sobre a viabilidade econômica (falta de competitividade e forte dependência de subsídios) e sobre a difícil situação socioeconômica dos moradores dessas áreas e sua sustentabilidade ecológica (impactos sobre o recurso explorado, devido à coleta excessiva).

Teoricamente, o extrativismo numa área de reserva deveria gerar um impacto ambiental muito menor do que fora da área preservada, já que naquela existiria todo um controle sobre a extração. Considerando a atual realidade da fiscalização na reserva, alguns ambientalistas mais puros começam a colocar em dúvida se o grau de impacto gerado e a as espécies exploradas são mesmo menores, já que atualmente se enfrenta grandes dificuldades para a garantia da sobrevivência econômica.

Em contrapartida, aqueles que acreditam no sistema da reserva extrativista alegam que não se pode esperar que uma exploração artesanal, tradicional, gere a mesma quantidade de renda que a industrial, porém aquela permite que se mantenha os recursos naturais preservados. Outro argumento é que as práticas extrativistas em áreas de reservas podem sim ser economicamente viáveis desde que mantidas em intensidade e em escalas adequadas, de modo a permitir a reprodução do produto explorado.

Acredita-se também que seja possível uma modernização do extrativismo, seja como fornecedor de matéria prima, seja na ocupação de fatias de mercado, que, apesar de seu potencial, vem sendo pouco exploradas como alguns tipos de pesca. O problema para que isso aconteça é a falta de qualificação e mentalidade ainda retrógrada dos pescadores. A diversificação das atividades econômicas das reservas extrativistas

marinhas, como o passeio náutico e o mergulho, são também apontados como boas estratégias para garantir a sustentabilidade econômica dessas áreas, diminuindo a dependência do extrativismo (SILVA, 2005).

Tabela 10: Reservas Extrativistas Marinhas Brasileiras

Fonte: site do IBAMA – acesso em março de 2008.

<http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUcCategoria.php?abrev=RESEX>

Reservas Extrativistas Marinhas Brasileiras

Nome da Reserva Extrativista Marinha	Local	Ano de Criação
Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo	RJ	1997
Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguapé	BA	2000
Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá	AL	2001
Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba	PA	2005
Reserva Extrativista Marinha de Caeté -Taperaçú	PA	2005
Reserva Extrativista Marinha de Gurupi-Piriá	PA	2005
Reserva Extrativista Marinha de Soure	PA	2001
Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua	PA	2005
Reserva Extrativista Marinha do Corumbau	BA	2000
Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba	PI	2000
Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé	SC	1992

A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas serão regulados por contrato. Conforme o Decreto regulamentador da Lei do SNUC o contrato de concessão de direito real de uso e o termo de compromisso firmados com as populações tradicionais devem estar de acordo com o plano de manejo, devendo ser os contratos revistos sempre que necessário. Antunes (2004) chama a atenção para esse contrato de concessão, alertando que este é intransferível e a degradação ao meio ambiente por parte da população extrativista implica na sua rescisão. Cabe ao IBAMA toda a fiscalização.

As populações tradicionais obrigar-se-ão a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação. Para tanto deverão obedecer, para o uso dos recursos naturais, às seguintes normas:

- proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;
- proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;
- demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.

4.6.2 Gestão da reserva extrativista

A Reserva será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

Ou seja, o chefe da Unidade presidirá o Conselho Deliberativo e designará os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados. O mandato do conselheiro será de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Essa representação deverá ser feita respeitando os seguintes preceitos:

- a representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas.
- a representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica.
- a representação dos órgãos públicos e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais.
- No caso de unidade de conservação municipal, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, ou órgão equivalente, cuja composição obedeça ao mesmo formato do Conselho Deliberativo descrito

anteriormente, e tenha previstas as mesmas competências, poderá ser designado como conselho da unidade de conservação.

Seguindo o princípio da publicidade e do interesse de todos à preservação ambiental, a reunião do conselho da unidade de conservação deve ser pública, com pauta preestabelecida no ato da convocação e realizada em local de fácil acesso.

O Decreto nº 4340 de 22 de agosto de 2002, estabelece as competências dos órgãos da unidade. Sendo assim, compete ao órgão executor:

- I - convocar o conselho com antecedência mínima de sete dias;
 - II - prestar apoio à participação dos conselheiros nas reuniões, sempre que solicitado e devidamente justificado.
- E, compete ao conselho de unidade de conservação:
- I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;
 - II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;
 - III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;
 - IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;
 - V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;
 - VI - opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;
 - VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;
 - VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e
 - IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.

No caso da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo a gestão é feita por duas entidades, de forma compartilhada: a AREMAC e o Instituto Chico Mendes. Além disso, há o Conselho Deliberativo da RESEX, composto por 29 instituições representativas das classes de pescadores, entidades governamentais e entidades não-governamentais.

4.7 Plano de Manejo

Toda Reserva possuirá um Plano de Manejo, que deverá ser elaborado num prazo de até cinco anos a contar do ato de criação da unidade. Este, elaborado pelo órgão gestor, será aprovado em resolução do conselho deliberativo, após prévia

aprovação do órgão executor. O período entre a criação da Reserva e o estabelecimento do Plano de Manejo, devem ser formalizadas e implementadas ações de proteção e fiscalização.

Observe que, de acordo com o artigo 14 do Decreto supracitado, os órgãos executores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, em suas respectivas esferas de atuação, devem estabelecer, no prazo de cento e oitenta dias, a partir da publicação do Decreto, roteiro metodológico básico para a elaboração dos planos de manejo das diferentes categorias de unidades de conservação, uniformizando conceitos e metodologias, fixando diretrizes para o diagnóstico da unidade, zoneamento, programas de manejo, prazos de avaliação e de revisão e fases de implementação.

Na RESEX-MAR de Arraial do Cabo, o plano de manejo ainda não foi criado, apesar de ter completado em janeiro último 11 anos desde a sua criação. A reserva ainda se organiza com base num plano de utilização, *data vênia*, deveras ultrapassado.

Novamente, tendo em vista os princípios da publicidade e do interesse de todos à preservação ambiental, o plano de manejo aprovado deve estar disponível para consulta do público na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor.

Segundo a lei do SNUC, as unidades de conservação devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos. O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos da unidade.

Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de ocupação e uso poderão ser definidos no ato de criação da unidade ou posteriormente. Cabe ressaltar que o subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema integram os limites das unidades de conservação, devendo constar do plano de manejo.

Sendo assim, o plano de manejo da unidade deverá abranger a área da unidade, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. Não se pode esquecer que na elaboração, atualização e implementação do plano de manejo, deverá ser assegurada a ampla participação da população residente.

Serão proibidas nas Reservas quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu plano de manejo e seus regulamentos, sendo possível, inclusive, quando antijurídica a ação, responder à Lei de Crimes Ambientais, lei n° 9605/98.

4.8 Atividades dentro da RESEX

Para algumas categorias de Unidade de Conservação, certas atividades serão permitidas, observando sempre os objetivos de cada unidade e seu grau de proteção. A lei do SNUC faz algumas considerações acerca de certas atividades permitidas e estimuladas dentro da Reserva Extrativista.

4.8.1 Visitação Pública

A visitação pública é permitida na reserva, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no plano de manejo.

Em ritmo acelerado o turismo em áreas de conservação cresce no Brasil. O grande problema atualmente está na falta, em diversas Unidades de Conservação, de um estudo delimitando as áreas e as possibilidades de exploração, ou seja, de um plano de manejo. Ainda menor do que o número de unidades que possuem plano de manejo, é o número daquelas que conseguiram implementá-lo.

No caso da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo, a atividade tradicional que a reserva visa proteger é a pesca tradicional, porém, a exploração da atividade turística na área é muito significativa. A falta do plano de manejo, já mencionada anteriormente, dificulta a gestão da área e também a compatibilização do turismo com as outras atividades, inclusive com a pesca tradicional. Além de dificultar a gestão da área da reserva, a falta do plano de manejo também dificulta a gestão das próprias atividades desenvolvidas dentro da RESEX, em especial a atividade turística, tendo como conseqüência imediata o comprometimento da qualidade no atendimento aos visitantes e um maior impacto ambiental na reserva.

Quanto maior a freqüência de turistas sem qualquer regramento, maior será a pressão sobre os recursos naturais. Uma estrutura mínima para o atendimento aos turistas é condição essencial para a efetiva prestação dos serviços de turismo e de proteção ambiental, incluindo também a necessidade da elaboração de um plano de turismo contando com a total integração entre os vários grupos sociais envolvidos. Este deve ser estruturado de forma ainda mais ampla, pensando na região como um todo, já que direta ou indiretamente esse turismo impactará no município e na reserva.

No caso específico de Arraial do Cabo, outras atividades existem além do turismo, como a atividade portuária e a *offshore*. Faz-se evidente a necessidade de um estudo prévio de impacto ambiental (artigo 225, §1º, IV da Constituição Federal/88) elaborado e

custeado por aqueles empreendedores que queiram utilizar os bens naturais para lucro próprio (e que potencialmente podem vir a ocasionar significativa degradação do meio ambiente), que será exigido pelo Poder Público.

Da mesma forma que realça-se a exigência de um Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA), também deve-se crer que esse estudo se torne uma grande fonte de informação para a elaboração do plano de manejo da reserva e para o plano de desenvolvimento da região, além, é claro, de um plano que possibilite a criação de um turismo sustentável ou de um ecoturismo.

Seguindo as definições da Organização Mundial de Turismo (OMT): “Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.”

“Turismo Sustentável é aquele ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais.” (OMT, 2008).

O Ecoturismo foi originariamente definido como um segmento do turismo adaptado ao meio ambiente natural. Nos dias de hoje, ele se revela “uma atividade econômica destinada a viabilizar viagens de lazer, usando principalmente bens ambientais (meio ambiente natural, cultural, artificial e até mesmo do trabalho) “transformados” em produtos ou mesmo serviços, além de satisfazer as diferentes necessidades dos consumidores e em proveito do lucro para os diferentes fornecedores de serviços vinculados à realização de aludidas atividades prazerosas.” (FIORILLO, 2005, p. 429)

SWARBROOKE (2000) apóia o uso da expressão “turismo sustentável” e a conceitua como uma abordagem do turismo que reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade.

Para LEMOS (1996), turismo sustentável é aquele que pretende otimizar o desenvolvimento econômico com base local sob condições que assegurem não só a qualidade dos serviços oferecidos, mas também e principalmente a salvaguarda do patrimônio, que deve ser mantido melhorado e restaurado pelos recursos auferidos. Garantindo-se assim a manutenção das atividades no presente e no futuro, tendo em vista o ciclo de vida do turismo.

De acordo com SÉGUIN (2006, p.127), “o turismo para ser sustentável tem de respeitar a capacidade de carga do sítio, estar fincado nos princípios que regem a

educação ambiental, deve ser plural e inclusivo e atender às necessidades de minorias e portadores de necessidades especiais.

Vale remeter ao próprio conceito de desenvolvimento sustentável e lembrar que “este não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras.” (WCED, 1987)³³. É a idéia fundamental da assimilação entre a igualdade social e do crescimento econômico norteadas pela questão ecológica. O uso turístico de áreas naturais protegidas com base nos princípios de sustentabilidade é condicionado ao volume humano que a Unidade de Conservação pode suportar.

Conclui-se, então que, o turismo dentro de uma reserva não pode ser um turismo qualquer, deve se encaixar no conceito de turismo sustentável, mesmo que este ainda esteja em constante aperfeiçoamento. Além do mais, deve-se observar de forma diferenciada a população local e o turista, para que seja possível atender aos objetivos da reserva extrativista, colocando sempre em primeiro plano a população local e os recursos naturais.

4.8.2 Pesquisa Científica

A pesquisa científica também será permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento, sendo certa a fiscalização constante pelo mesmo órgão.

Caso queiram, os órgãos competentes podem transferir para as instituições de pesquisa nacionais, mediante acordo, a atribuição de aprovar a realização de pesquisas científicas e de credenciar pesquisadores para trabalharem nas unidades de conservação.

Os órgãos executores articular-se-ão com a comunidade científica com o propósito de incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a fauna, a flora e a ecologia das unidades de conservação e sobre formas de uso sustentável dos recursos naturais, valorizando-se o conhecimento das populações tradicionais.

Obviamente, em nenhuma hipótese, as pesquisas científicas nas unidades de conservação podem colocar em risco a sobrevivência das espécies integrantes dos ecossistemas protegidos.

³³ Conceito de desenvolvimento sustentável: World Commission on Environment and Development (WCED). “Our Common Future”, 1987. Versão Traduzida: Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991

Várias pesquisas científicas já foram feitas na RESEX-MAR de Arraial do Cabo, gerando muita informação, apesar de pouca divulgação. O próprio Projeto Ressurgência é um grande exemplo de pesquisa na reserva e que gerará um grande retorno para a gestão da área, já que tem feito uma análise ampla e plena, no âmbito social, econômico e ambiental. Infelizmente, as pesquisas feitas até o presente momento não incluíram no processo uma fase ao final de *feedback* à sociedade, o que gerou desconfiança e descrença em grupos de pesquisa, por parte dos pescadores de Arraial do Cabo.

4.8.3 Exploração a partir dos recursos naturais da Reserva

A exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais ou da exploração da imagem da unidade de conservação, dependerá de prévia autorização e sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento, observando sempre os objetivos e limitações da Reserva.

O Decreto n° 4340/02 dispõe o que deverá ser entendido por produtos, subprodutos ou serviços:

- I - aqueles destinados a dar suporte físico e logístico à sua administração e à implementação das atividades de uso comum do público, tais como visitação, recreação e turismo;
- II - a exploração de recursos naturais, nos limites estabelecidos em lei.

Autorizações para a exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços em unidade de conservação de domínio público só serão permitidas se previstas no plano de manejo, mediante decisão do órgão executor, ouvido o conselho da unidade de conservação.

No processo de autorização da exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços, o órgão executor deve viabilizar a participação de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se os limites estabelecidos pela legislação vigente sobre licitações públicas e demais normas em vigor. Além disso, a autorização para exploração comercial deve estar fundamentada em estudos de viabilidade econômica, estudos de impacto ambiental e investimentos elaborados pelo órgão executor, ouvido o conselho da unidade. Qualquer construção e ampliação de benfeitoria sem autorização do órgão gestor da unidade será proibida.

Em relação ao uso da imagem da Reserva, caso tenha a finalidade comercial, será cobrado conforme estabelecido em ato administrativo pelo órgão executor. Caso a finalidade seja preponderantemente científica, educativa ou cultural, o uso será gratuito.

Segundo o parágrafo 5º do artigo 18 da Lei do SNUC, são proibidas, a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional. Essas duas restrições são de grande importância para a nossa área de Arraial do Cabo em questão em função do assédio do setor petrolífero e da elevada existência no local de empresas de mergulho.

Como foi ressaltado anteriormente, na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo muitas atividades são exercidas além da pesca tradicional, como o passeio náutico, o mergulho, a atividade portuária, a *offshore*, a maricultura e as atividades dos navios da Marinha. Obviamente, todas serão reguladas e fiscalizadas pelos gestores da reserva e dependerão de sua aprovação para o exercício da atividade. Ainda hoje as atividades obedecem o plano de utilização da reserva, na espera de um plano de manejo que efetivamente as considere frente a um estudo técnico que analise verdadeiramente cada atividade.

4.9 Recebimento de recursos

Os órgãos responsáveis pela administração das unidades de conservação podem receber recursos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a sua conservação.

A administração dos recursos obtidos cabe ao órgão gestor da unidade. Estes serão utilizados exclusivamente na implantação, gestão e manutenção da Reserva.

A AREMAC, OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público³⁴ - co-gestora da reserva de Arraial, como já visto, tem como fonte de renda muitas doações recebidas de empresas privadas, geralmente provenientes do setor de petróleo, a fim de possibilitar a gestão da área preservada.

³⁴ OSCIP é uma qualificação decorrente da lei n° 9.790 de 23/03/99

4.10 Compensação Ambiental

Outra questão interessante é a aplicação da compensação ambiental para as áreas de Reserva Extrativista.

Segundo Machado (2005, p.793)

A compensação ambiental é uma contribuição financeira que aplica o princípio do usuário-pagador. A compensação visa a contrabalançar uma perda ou um inconveniente presente ou futuro. A compensação não é um presente que se dá a alguém, pois compensa-se por algo que representa um desequilíbrio, isto é, tenta-se o restabelecimento do equilíbrio. O dever de compensar só nasce se for possível imputar a alguém a possibilidade de causar um dano social ou ambientalmente reprovável ou nocivo.

Milaré (2007, p.687) ressalta que “as ações de compensação devem ser obrigatórias e identificadas a partir da análise dos impactos ambientais adversos significativos. Além disso, devem elas estar focadas na efetiva compensação daqueles impactos caracterizados como não-mitigáveis.”

De acordo com o artigo 5º, inciso X, da lei do Sistema Nacional das Unidades de Conservação, o SNUC será regido por diretrizes que garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos.

Contribuindo para o mesmo pensamento o artigo 42 da Lei do SNUC prevê a compensação das populações tradicionais, dispondo que as populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

No caso da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo pode-se observar um bom exemplo de compensação à população tradicional. A atividade *offshore* impede que a população tradicional da pesca exerça suas atividades enquanto do funcionamento das plataformas. Sendo assim, cabe à empresa *offshore* a compensação pelo tempo em que os pescadores se encontraram impossibilitados de pescar.

A lei do SNUC não faz menção ao significado da expressão população tradicional, porém, em interpretação de seu texto, juristas criaram definições. Machado (2005, p.803) define como sendo “a população que exista numa área antes da criação da Unidade de Conservação, cuja existência seja baseada em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais.”

Já o Decreto nº 6.040 de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em seu artigo 3º dispõe que Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Da mesma forma que as populações tradicionais possuem direitos, como a compensação ambiental exemplificada acima, grande também são os seus deveres, já que cabe a elas, como salientado anteriormente, a participação na preservação, recuperação, defesa e manutenção das unidades. Do contrário, podem incorrer, inclusive, em crime ambiental amparado pela Lei nº 9.605/98 e a perda do direito de uso (MACHADO, 2005).

Por imposição legal, nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral. Porém, quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação ambiental.

Ou seja, normalmente, unidades da categoria de Reserva Extrativista, por não serem do grupo de proteção integral, não serão beneficiárias de compensação ambiental de licenciamento de atividades de significativo impacto ambiental, salvo nas hipóteses onde a Reserva seja diretamente afetada. Nesse caso, a compensação ambiental será revertida também para a Reserva e o licenciamento dependerá de autorização do órgão responsável pela administração da unidade.

O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado gradualmente pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento. Caberá também ao órgão ambiental licenciador definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

Será instituída no âmbito dos órgãos licenciadores câmaras de compensação ambiental, compostas por representantes do órgão, com a finalidade de analisar e propor a aplicação da compensação ambiental, para a aprovação da autoridade competente, de acordo com os estudos ambientais realizados e percentuais definidos.

A aplicação dos recursos da compensação ambiental nas unidades de conservação, existentes ou a serem criadas, deve obedecer à seguinte ordem de prioridade:

- I - regularização fundiária e demarcação das terras;
- II - elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;
- III - aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento;
- IV - desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação; e
- V - desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento.

Além das compensações ambientais, é premente que as unidades de conservação tenham uma receita que suporte seus gastos com conservação, manutenção, fiscalização e apoio à sociedade, para que se alcance efetivamente seus objetivos. Afinal, como já foi dito no início deste capítulo³⁵: o sucesso na conservação da diversidade biológica depende do estabelecimento de estratégias e ações coordenadas e harmônicas, estruturadas em um sistema de áreas protegidas: as Unidades de Conservação – UC's.

³⁵ Diretoria de Ecossistemas - DIREC do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
www.ibama.gov.br

SEGUNDA PARTE: PESQUISA APLICADA

V METODOLOGIA DE PESQUISA

Para que os indicadores de sustentabilidade da GRI fossem aplicados era necessário que se passasse por três etapas:

- Caracterização do município de Arraial do Cabo: Caracterizar o município permitiria entender melhor o contexto em que se encontra a RESEX e aqueles que exercem suas atividades nela;
- Coleta de dados: Uma parte da coleta de dados para a aplicação dos indicadores foi feita de forma pessoal através de entrevistas e outra parte foi obtida através dos resultados da pesquisa do Projeto Ressurgência. Em função de a GRI impor a rastreabilidade da coleta de dados, será detalhada também a metodologia utilizada pela Projeto Ressurgência em sua pesquisa própria;
- Aplicação da metodologia GRI: Para que os indicadores GRI fossem aplicados de forma correta e para que fosse possível a comprovação da possibilidade das Diretrizes GRI serem aplicadas de forma completa, utilizou-se o material da própria GRI onde se apresenta passo a passo como as Diretrizes devem ser aplicadas em pequenas e médias empresas. Vale aqui comprovar se é mesmo possível ou não a aplicação desta metodologia também para uma organização não-empresarial.

O presente capítulo explica cada uma dessas etapas. Ao final será demonstrada a aplicação dos indicadores.

5.1 Características de Arraial Do Cabo

Para avaliar a atual situação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo se faz necessário entender um pouco mais sobre a realidade do município através da colocação de alguns dados.

As informações aqui expostas foram obtidas através do diagnóstico sócio-econômico elaborado pelo Projeto Ressurgência e exposto no Relatório III do Projeto³⁶. Para a elaboração do dito diagnóstico foram utilizados os dados oriundos de estudos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Fundação CIDE – Centro de

³⁶ O Relatório III do Projeto Ressurgência encontra-se disponível no site do Projeto (www.ressurgencia.org.br).

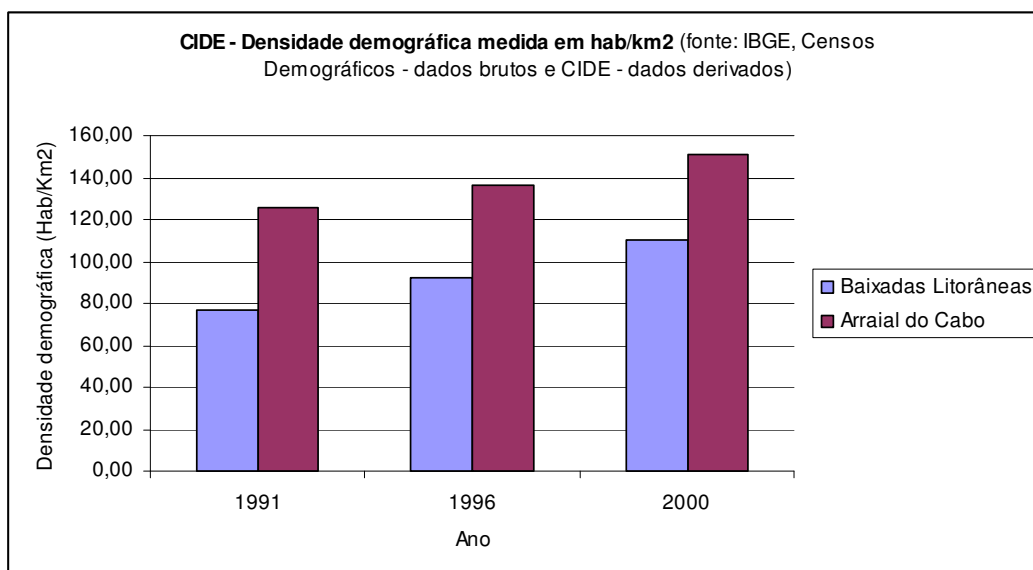
Informações e Dados do Rio de Janeiro (como este último tem como fonte de dados os censos de 1991 e 2000, o IBGE passa a ser a fonte primária de dados).

5.1.1 Características demográficas

De acordo com o censo de 2000, Arraial do Cabo tinha uma população de 23.877 habitantes, correspondentes a 3,7% do contingente da Região das Baixadas Litorâneas, com uma proporção de 100,6 homens para cada 100 mulheres. Segundo a última contagem do IBGE, divulgada em 1º de abril de 2007, o município tinha uma população de 25.248 pessoas.

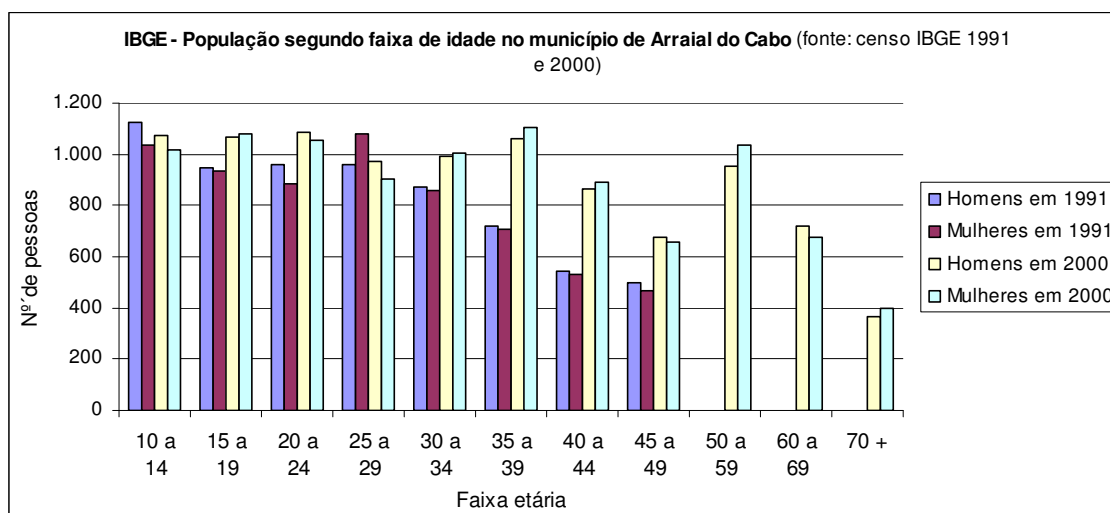
O município apresentou uma taxa média geométrica de crescimento, no período de 1991 a 2000, de 2,06% ao ano, contra 4,13% na região e 1,30% no Estado. Sua taxa de urbanização corresponde a 100,0% da população, enquanto, na Região das Baixadas Litorâneas, tal taxa corresponde a 85,5%. Arraial do Cabo tem um contingente de 19.921 eleitores (TRE - 2002), correspondentes a 80% do total da população.

A densidade demográfica no período de 1991 a 2000 era de 158 habitantes por km², contra 111 habitantes por km² de sua região. Pode-se observar pelo gráfico abaixo que, no período, Arraial mantém uma densidade demográfica razoavelmente constante, superior a da média da região a qual pertence.



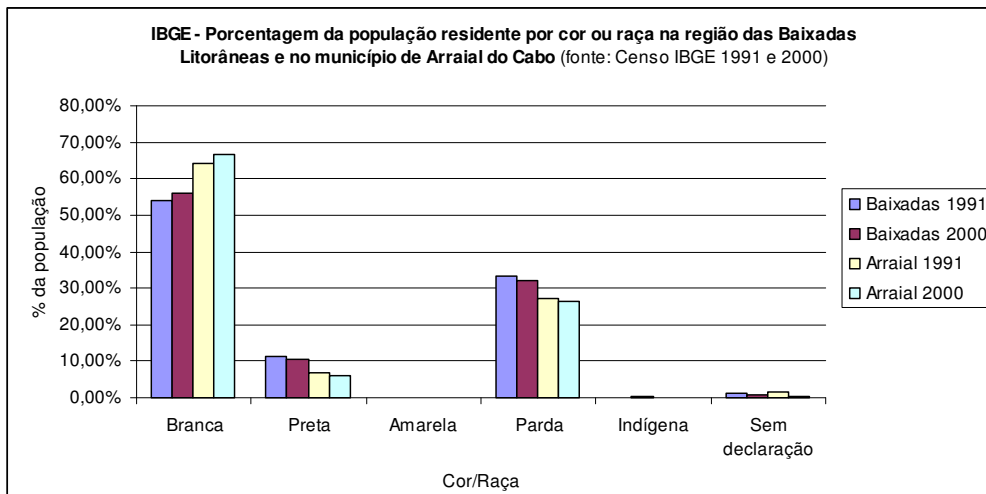
5.1.1.1 População segundo faixa etária e gênero

Segundo o Censo de 2000, a faixa etária predominante encontrava-se entre os 10 e 39 anos, e os idosos representam 9% da população de Arraial do Cabo, contra 18% de crianças entre 0 e 9 anos. No período 1991 a 2000, ocorreu um sensível aumento absoluto na população residente, tanto na região quanto no município, em consequência do incremento na expectativa de vida, principalmente em Arraial do Cabo, onde o número de pessoas até os 34 anos permanece praticamente o mesmo registrado em 1991. O crescimento populacional começa a surgir apenas quando se olha para o número de pessoas com 35 anos ou mais.



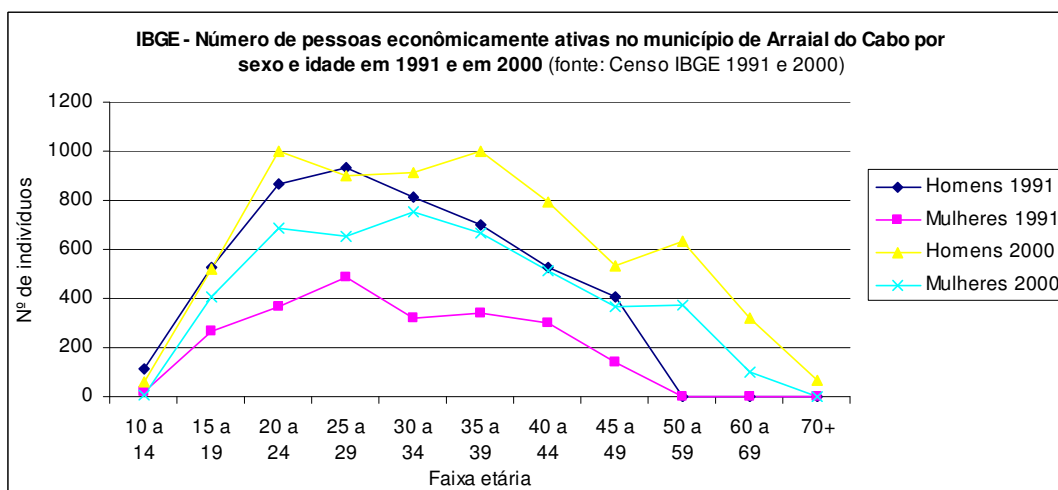
5.1.1.2 População residente

Num total de 12.572 domicílios, a taxa de ocupação era de 56%. Dos 5.535 domicílios não ocupados, 78% tinham uso ocasional, demonstrando o forte perfil turístico local. Foram levantados dados sobre o perfil racial da população em 1999 e em 2001 relativos à mesorregião geográfica e ao município de Arraial. A partir desses dados foi gerado o gráfico abaixo, que apresenta no mesmo jogo de eixos a porcentagem da população por cor/raça declarada das duas localidades e nos dois anos em questão. Observa-se uma semelhança entre a distribuição percentual da população na região e no município, em ambos predomina a cor branca e a parda em um segundo lugar mais distante, com a raça negra figurando como a terceira porcentagem. Neste aspecto, Arraial difere levemente da tendência regional por possuir um maior contingente de caucasianos vis-à-vis pessoas de pele parda ou negra.



5.1.1.3 População Economicamente Ativa

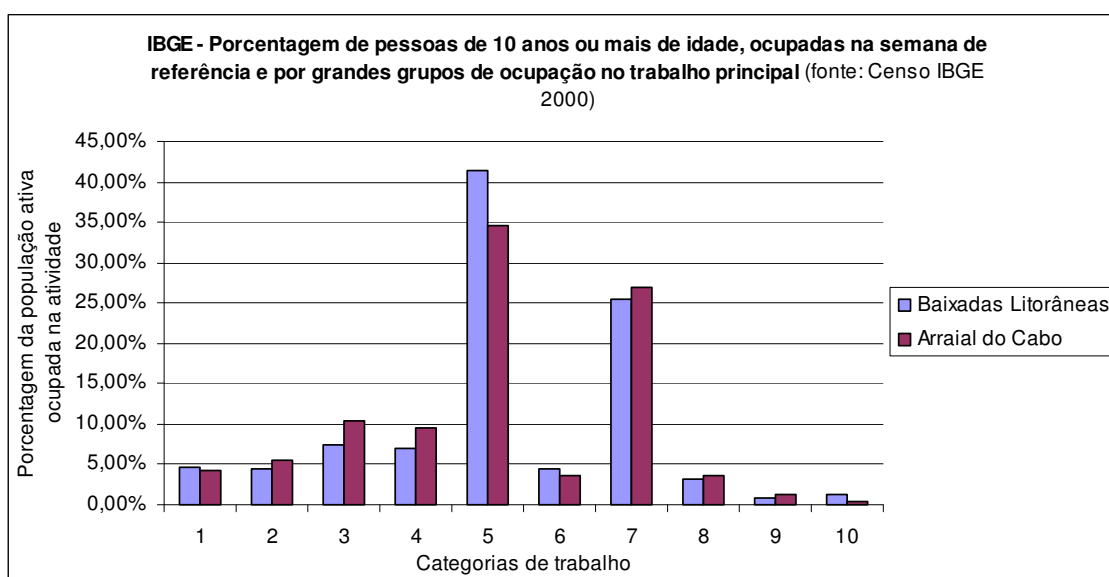
Algumas observações podem ser feitas a respeito das relações das curvas abaixo com as anteriormente apresentadas. Nota-se que os níveis de emprego voltados à população masculina mais jovem se alteram pouco, o que se deve provavelmente ao baixo incremento populacional observado nesta faixa de idade durante os nove anos observados. Já a população feminina cresceu em número de indivíduos economicamente ativos.



5.1.1.4 População economicamente ativa por grandes grupos de trabalho

Neste quesito é possível a comparação da realidade do município de Arraial do Cabo com a da região litorânea. O município de Arraial exibe grandes semelhanças com o perfil da região que o engloba. Os indicadores seguem as mesmas tendências, se distanciando de forma mais acentuada apenas na atividade de prestação de serviços e comércio, onde o município se posiciona relativamente atrás da tendência regional.

Arraial se destaca por abrigar um número significativamente maior de profissionais das áreas que exigem maior escolaridade (ciências e artes, técnicos de nível médio e trabalhadores do serviço administrativo), ao passo que o contingente de profissionais envolvidos como a pesca corresponde a uma proporção diminuta da PEA, e aquém da média regional. Uma possível hipótese para esta significativa discrepância, convergente, aliás, com a percepção local, é a de que o município se transformou num refúgio da intelectualidade. Como reflexo, abriga em sua pequena sede várias instituições de ensino e cursos profissionalizantes e, entre seus quadros administrativos, os professores são presença destacada.



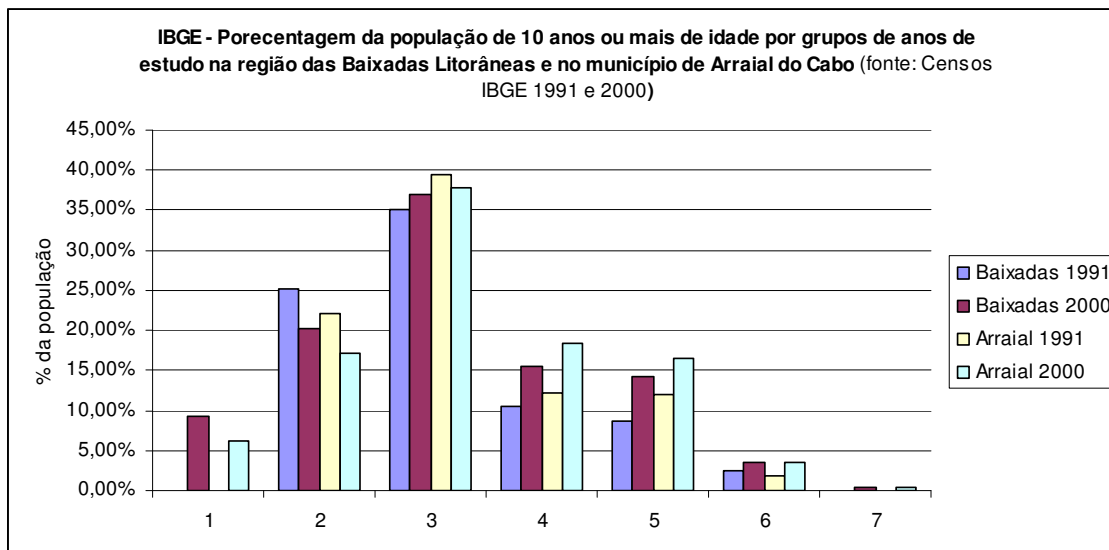
Legenda Categorias de trabalho:

1. Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes
2. Profissionais das ciências e artes
3. Técnicos de nível médio
4. Trabalhadores de serviços administrativos

5. Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados
6. Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca
7. Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais
8. Trabalhadores de reparação e manutenção
9. Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares
10. Ocupações mal especificadas

5.1.1.5 População por grupos de anos de estudo

Mais uma vez o município de Arraial mantém um perfil bem próximo ao da região a qual pertence: tanto em Arraial quanto nos demais municípios das Baixadas Litorâneas, quase 40% da população situa-se no grupo entre 04 a 07 anos de estudo, perfil este que se mantém desde 1991. Fato digno de nota é a aparição de um número significativo de pessoas com menos de um ano de instrução, ou nenhuma instrução, na mesorregião e no município no período entre 1991 e 2000, o que indica alguma carência no sistema educacional em uma esfera maior do que a municipal.



Legenda Categorias de anos de instrução:

1. Menos de 1 ano ou sem instrução
2. De 1 a 3 anos de instrução
3. De 4 a 7 anos de instrução
4. De 8 a 10 anos de instrução
5. De 11 a 14 anos de instrução

6. Mais de 15 anos de instrução

7. Não determinado

A observação das características demográficas e de educação são muito importantes para avaliar-se os impactos na RESEX e mais especificamente nas atividades exercidas na área da RESEX. Por exemplo, o incremento dos investimentos no setor de petróleo só terá relevância para o desenvolvimento do município como um todo se a população tiver um grau de escolaridade compatível com o necessário para a absorção pelo setor. Outro exemplo foi o fechamento da Álcalis, pois os desempregados da empresa em grande parte seguiram para a pesca ou para o setor de passeio turístico

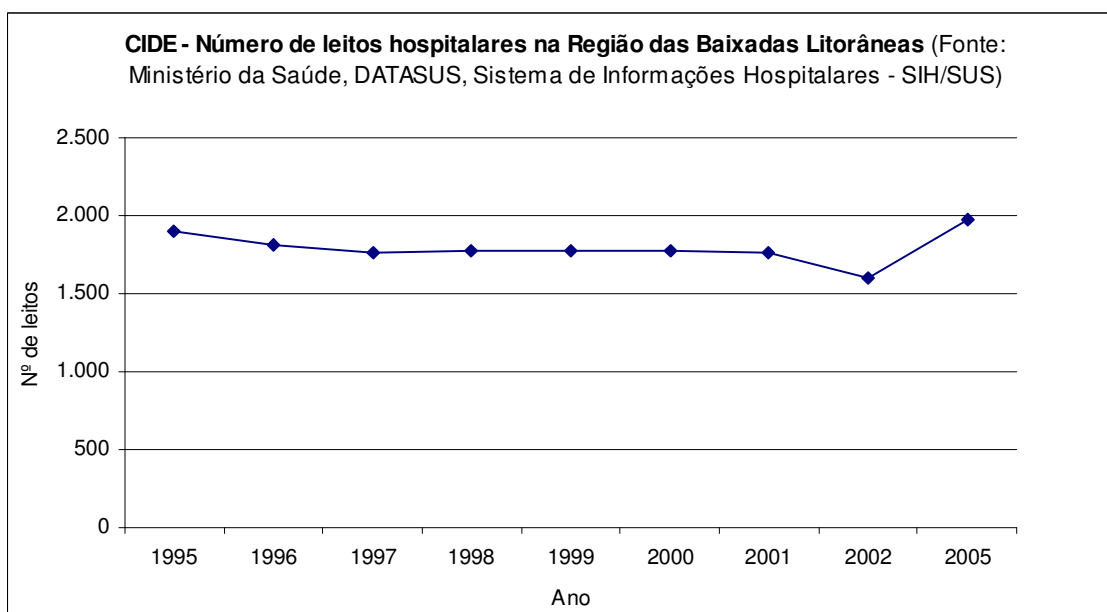
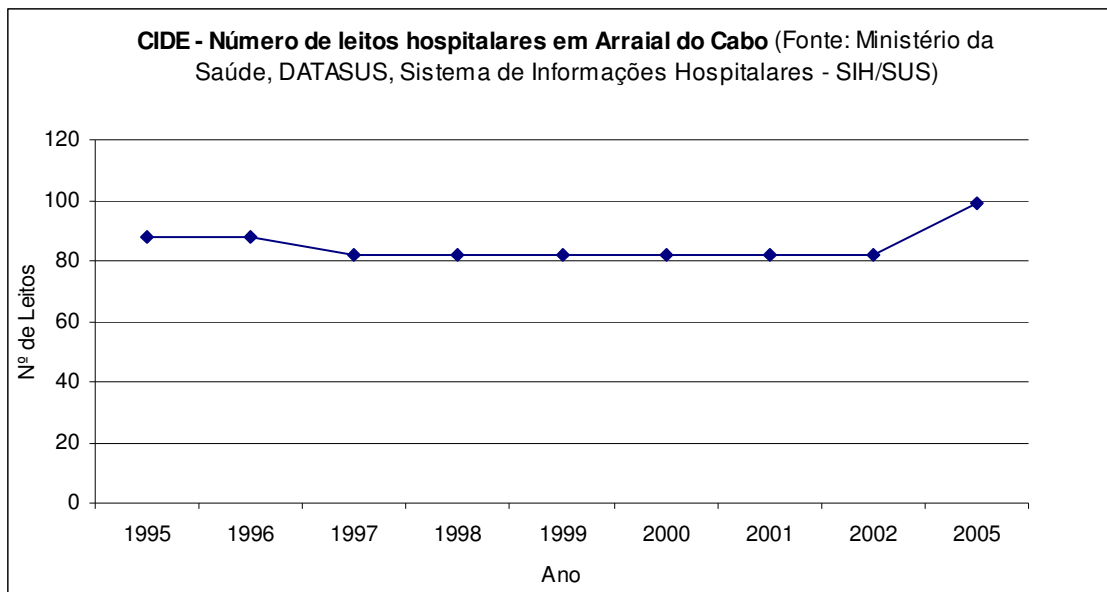
5.1.2 Características da área de Saúde

No tocante a saúde, foram encontrados dados referentes ao número de unidades ambulatoriais e ao número de leitos hospitalares oferecidos na cidade e região do governo. Estes dados foram obtidos na Fundação CIDE e provém do DATASUS – Banco de Dados do Sistema Único de Saúde -, e Sistema de Informações Hospitalares - SIH/SUS

Dados provenientes diretamente do banco de dados do DATASUS mostram que a cidade de Arraial possuiu apenas um hospital no período de abril de 1992 até julho de 1993, quando um segundo hospital foi inaugurado ficando operacional apenas até junho do ano seguinte, desde esta data até o mês de julho de 2003 o município manteve apenas uma unidade hospitalar em funcionamento. Arraial possuía apenas um hospital até a presente data.

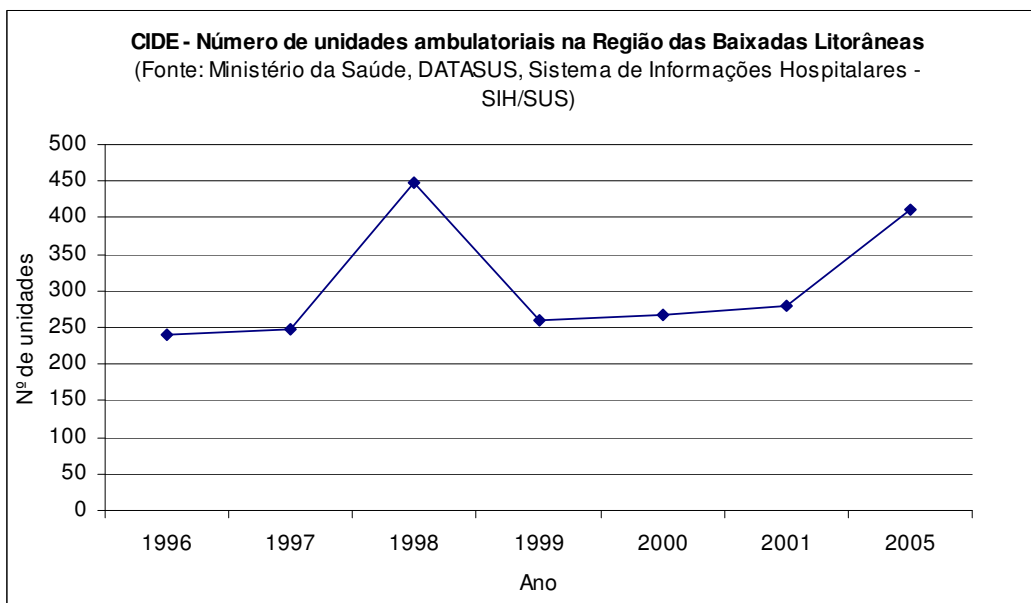
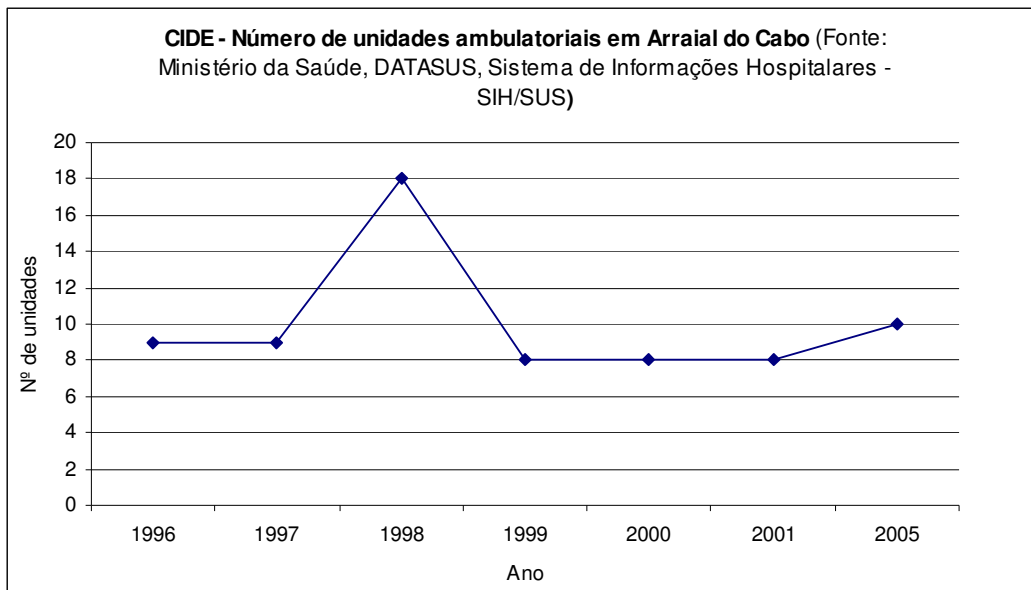
5.1.2.1 Número de Leitos Hospitalares

Observa-se que durante o período aferido os dados não apresentaram certa estabilidade, e que tanto Arraial quanto a região das Baixadas Litorâneas apresentaram tendências de comportamento semelhantes apresentando um período de poucas modificações que dura desde 1997 até 2001/2002. Um crescimento elevado pode ser observado entre 2002 e 2005. Como se observa, as curvas do município e da região coincidem em suas tendências históricas.



5.1.2.2 Número de Unidades Ambulatoriais

No que diz respeito ao número de unidades ambulatoriais, existe um comportamento semelhante na evolução tanto no município de Arraial quanto na região das Baixadas Litorâneas, com destaque para um pico no ano de 1998 e um crescimento mais moderado nos anos de 2001 a 2005 no município e mais acentuado na macrorregião. Não existem dados referentes ao período entre os dois últimos anos. O mesmo é válido tanto para ocorrência quanto para o fato de as curvas do município e da região coincidirem em suas tendências.



5.1.2.3 Gastos do município em Saúde

Os dados a seguir apresentados deferem das tabelas anteriores. O período de maior gasto do governo municipal em saúde coincide com o retrocesso do pico no número de unidades ambulatoriais. Quando os gastos municipais se mantiveram fixos (1997-1998) o número de unidades ambulatoriais quase dobrou, e justamente quando os mesmos gastos apresentaram um crescimento de aproximadamente 30% (1998-1999) o número de unidades retrocedeu para um patamar inferior ao observado no ano de 1997.

Os gastos do município em saúde não causaram efeito no número de leitos hospitalares disponíveis, já que este número permaneceu exatamente o mesmo no

período de 1997 até 2000 quando os gastos variaram em mais de 34%. Não encontram-se razões para a aparente inelasticidade dos indicadores encontrados ao aumento nos gastos do município com saúde.

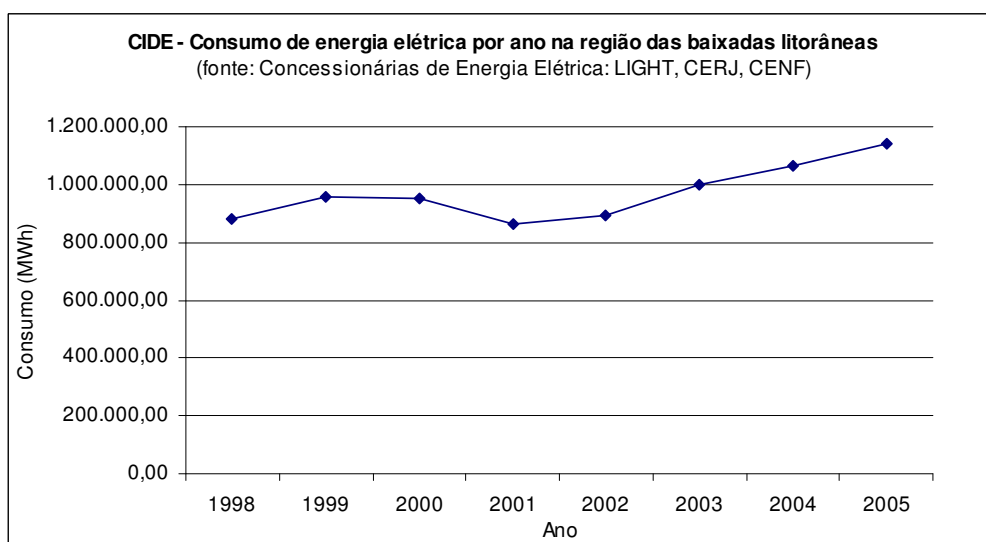
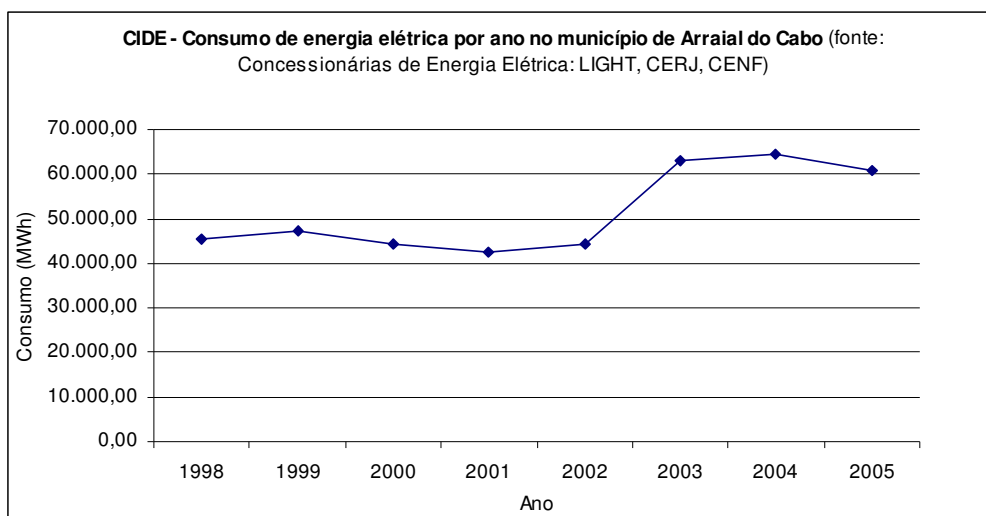
Tabela 11: Estudo Socioeconômico TCE (1997-2001)
Fonte: Estudo sócio-econômico TCE

Estudo Socioeconômico TCE (1997-2001) – Gastos, em R\$ milhões, do município em saúde e a porcentagem dos gastos com saúde em relação aos gastos totais ³⁷		
Ano	Gasto na função	Participação no total das despesas
1997	2,9	25%
1998	2,9	22%
1999	3,8	25%
2000	3,9	28%

No estudo sobre a reserva observa-se a precariedade do setor de saúde do município, o que acaba por ter como conseqüência a necessidade da prestação de certos serviços pelas entidades de representação, como a colônia de pescadores, a AREMAC e algumas outras associações. A AREMAC presta assistência médica aos associados, assim como a Colônia dos Pescadores presta serviço médico e dentário. Obviamente, nenhuma das duas instituições consegue suprir efetivamente a falha do setor de saúde, porém dentro de suas possibilidades tentam ajudar seus associados atuando nas carências municipais. O governo atual já mudou 11 vezes de secretários de saúde, muito embora ainda não tenha conseguido realmente resolver as deficiências.

³⁷ <http://mail.tce.rj.gov.br/sitenovo/develop/estupesq/gc04/ese00300.pdf>

5.1.3 Características de consumo de energia elétrica



A cidade de Arraial apresentou crescimento no consumo muito semelhante ao observado na Região, só tendo um decréscimo neste consumo no período de 2001/2002, o que pode estar relacionado ao panorama nacional de crise no setor energético (apagão) e à alta de tarifas e imposições de restrições ao consumo elevado.

Fato digno de nota é a queda de crescimento no consumo total de energia elétrica em Arraial, que culmina com o decréscimo observado no período 2004/2005, mesmo quando neste período o número de consumidores de energia na cidade apresenta um crescimento com o mesmo vigor dos anos anteriores. Este fato se agrava se levar em conta que a Região das Baixadas Litorâneas não apresentou este mesmo comportamento em 2004/2005, sendo, como nas anteriores, um período de expansão no

consumo de energia. A hipótese é que a redução drástica das atividades da Companhia Nacional de Álcalis responde pela queda no consumo de energia. Em 2006 em Arraial do Cabo, o consumo foi ainda menor registrando 47.386 MWh.

5.1.4 Características de saneamento básico

Deve-se questionar a consistência dos dados conseguidos no DATASUS, na pesquisa realizada em 1999, pois os resultados aferidos neste ano não parecem fazer sentido. A única explicação possível para tal comportamento seria alguma forma de política pública massiva e muito ativa que pudesse causar uma modificação tão rápida e violenta nesses indicadores.

Apesar disso, a principal fonte de dados será o DATASUS, onde foram encontradas informações sobre a condição do abastecimento e tratamento da água e coleta e tratamento dado ao lixo. As informações são bastante recentes cobrindo o período de 1999 até 2007.

Para fins de comparação dos resultados encontrados e das ações do governo municipal será incluída abaixo uma tabela, extraída do estudo socioeconômico do TCE, contendo os gastos municipais com habitação e urbanismo. Verifica-se que ocorreram substantivas reduções nos gastos do governo municipal na área desde 1997 com orçamento de 800 mil reais para 2000 com um orçamento de 600 mil reais, ou seja, uma redução de 25% nos gastos.

Tabela 12: Gastos do município
Fonte: Estudo socioeconômico TCE 1997-2001

Tabela: Estudo TCE - Gastos do município com habitação e urbanismo ³⁸		
Ano	Gasto na função (em R\$ milhares)	Participação no total das despesas
1997	800	7%
1998	600	5%
1999	500	3%
2000	600	5%

Analisar-se-á os valores de abastecimento e tratamento de água, coleta e tratamento de lixo e tratamento de esgoto. Tais dados não parecem estar de acordo com os gastos municipais em habitação, pois o enorme crescimento observado nas séries de

³⁸ <http://mail.tce.rj.gov.br/sitenovo/develop/estupesq/gc04/ese00300.pdf>

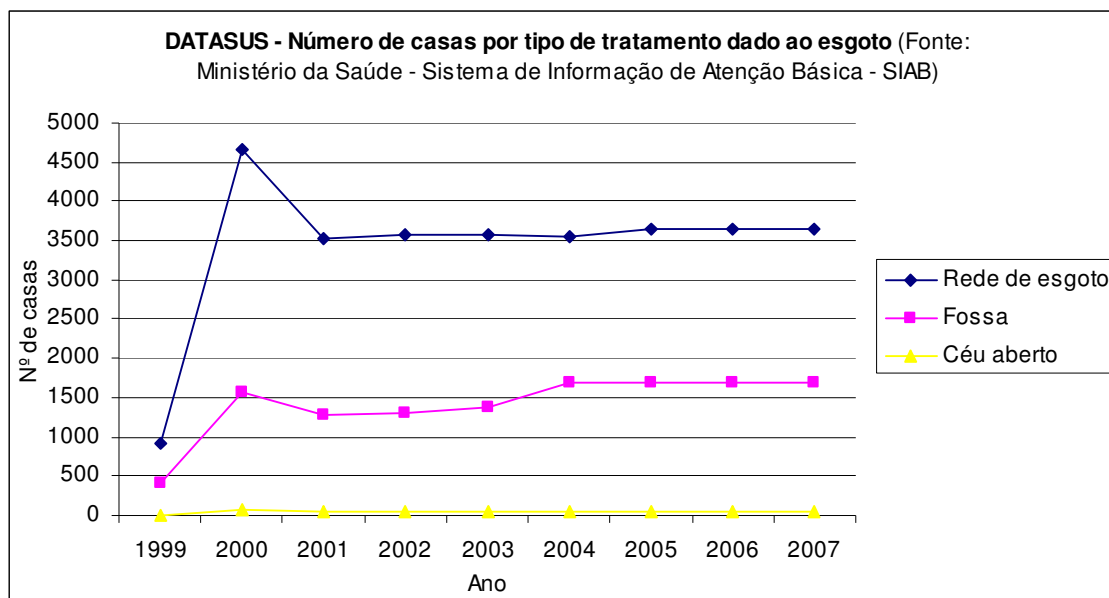
1999 para 2000 é acompanhado por um crescimento de apenas 20% dos gastos do governo de Arraial.

5.1.4.1 Tratamento dado ao esgoto

Os dados relativos ao tratamento de esgoto seguem o mesmo padrão observado nos anteriores, o que mais uma vez indica a existência de ações de grande porte provenientes da esfera governamental (municipal, estadual ou federal) no sentido de melhorar as condições gerais de saneamento básico.

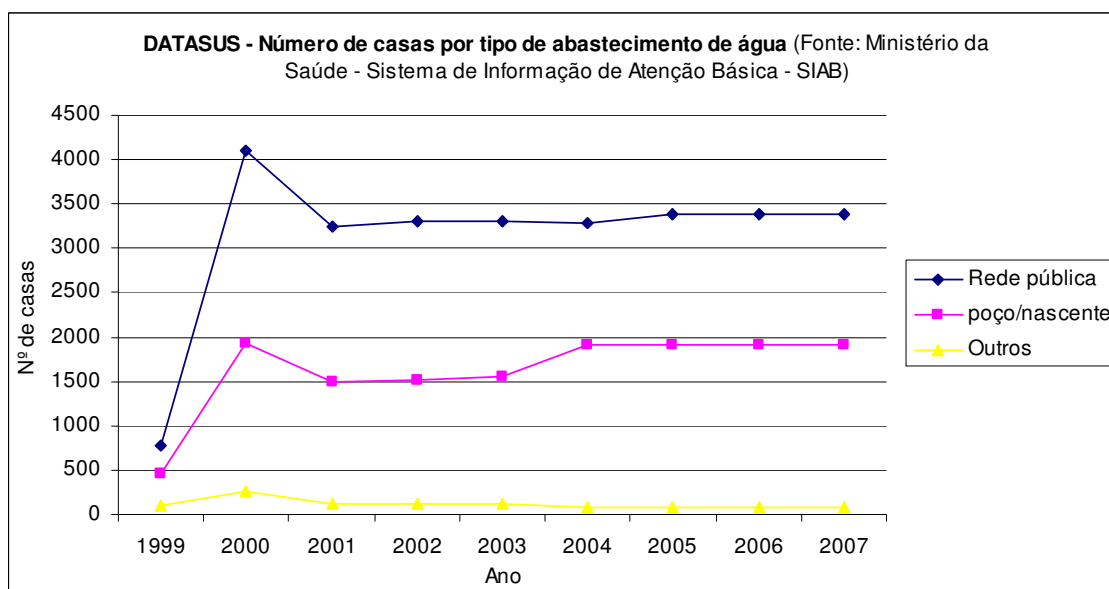
O ano de 2000 representa um marco, registrando elevação significativa no número de residências atendidas. Entre os anos de 2001 e 2004, o número de casas atendidas por rede de esgoto aumentou enquanto aquelas com fossa apresentaram um decréscimo; após 2004, a situação se estabilizou.

Enquanto a fossa é o principal destino dos dejetos nas Baixadas Litorâneas como um todo, Arraial do Cabo surpreende tendo uma rede de esgoto comparativamente mais desenvolvida. Este desempenho indica um processo de favelização menos acentuado em Arraial vis-à-vis os demais municípios da região. Contudo, em alguns bairros o processo de ocupação irregular está se agravando rapidamente. É o caso de Monte Alto, que está recebendo investimento do governo federal através do Projeto Orla.

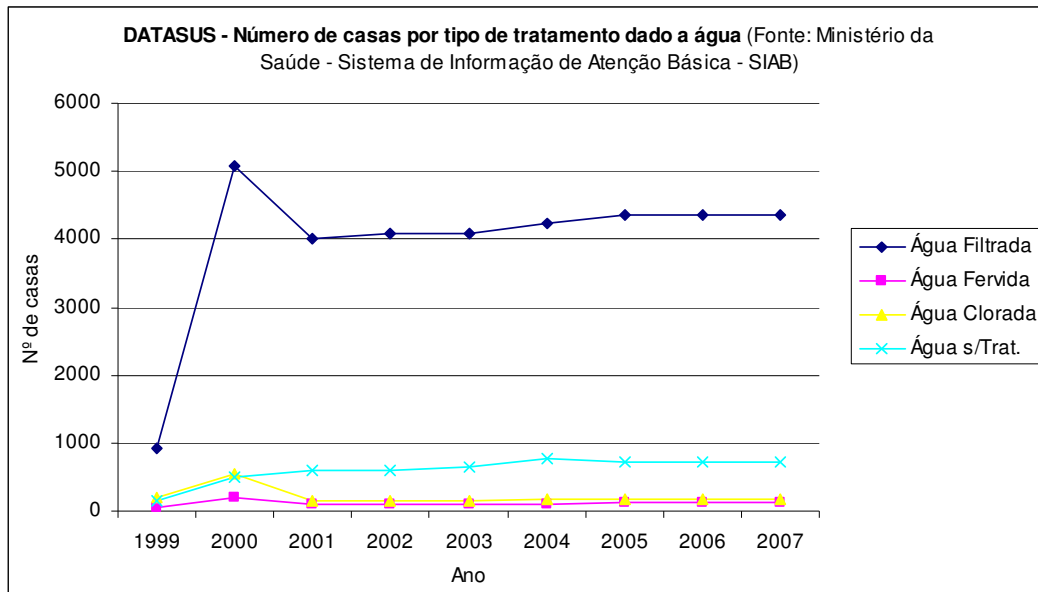


5.1.5 Abastecimento e tratamento da água

Arraial partiu de uma situação de quase completa inexistência tanto de serviços públicos de fornecimento de água, em 1999, para enfrentar um pico nestes mesmos serviços no ano de 2000. Nos anos seguintes, a situação retrocedeu a um patamar menos elevado e se manteve relativamente estável até o ano 2007, neste último período de estabilidade merece destaque apenas o aumento no número de casas com fornecimento de água proveniente de poços e nascentes observado entre os anos de 2003 e 2004.

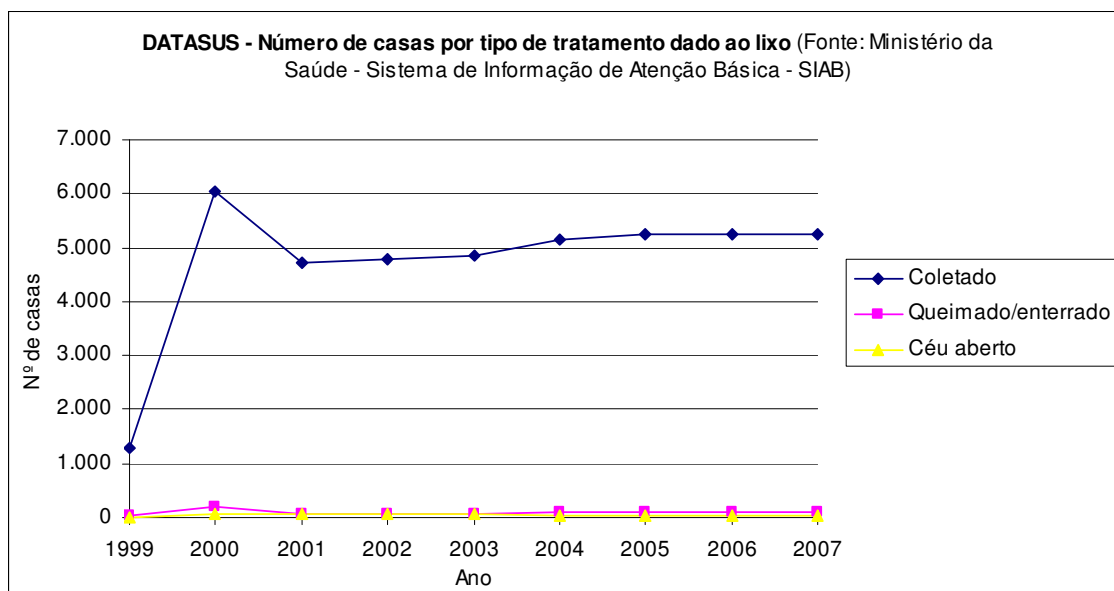


No gráfico de tipo de tratamento dado à água pode-se observar o mesmo comportamento de grande salto aferido entre os anos de 1999 e 2000 no que diz respeito à água filtrada, o que pode ser uma simples consequência do aumento observado anteriormente nas cifras do abastecimento via rede pública. Os demais tipos de tratamento de água sofreram um aumento de 1999 a 2000 e se mantêm reativamente estáveis de 2001 em diante. Os dados continuam a discrepar dos gastos municipais em habitação, como pode-se ver acima.



5.1.6 Coleta e tratamento dado ao lixo

O mesmo pico no ano de 2000 em relação a 1999 pode ser observado, após um forte decréscimo dos indicadores de 2000 a 2001 todos se mantêm relativamente estáveis, um leve acréscimo no número de casas beneficiadas pela coleta de lixo pode ser observado após 2001 até 2005, quando esta série se estabiliza.



O lixo coletado no município é depositado em um lixão a céu aberto, pois o município não possui aterro sanitário, onde acontece a queima, inclusive de lixo hospitalar. Um dado positivo é a separação de vidros, plásticos, alumínio, metais diversos e papéis, na Usina de Separação de Lixo.

5.1.7 Características da Bacia Hidrográfica da Lagoa de Araruama



Mapa do território abrangido pela bacia hidrográfica

Fonte: SEMADS-GTZ. Planagua. Janeiro 2002

A bacia da lagoa de Araruama abrange o território de sete municípios, a saber: Rio Bonito, Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Arraial do Cabo. Nenhum deles está, integralmente, situado na bacia. Arraial do Cabo tem apenas 12% de seu território na bacia, sendo que sua população não exerce pressão sobre ela, pois a cidade está fora dos limites da bacia.

Arraial do Cabo goza de clima privilegiado para o turismo, com altas taxas de insolação e baixa pluviosidade, aliado às atrações naturais, que estimulam o grande afluxo de veranistas. Uma tendência já consolidada em Araruama, onde novos bairros foram criados ao longo da orla num já avançado processo de conurbação³⁹, começa a se firmar em Arraial do Cabo o turismo de segunda residência, responsável pelo desenvolvimento do comércio e da construção civil, sem, contudo, gerar empregos formais de qualidade, além de causar significativo impacto ambiental.

³⁹ Conurbação: conjunto formado por uma cidade (e os seus subúrbios) e outras cidades-satélites (ou outros vilarejos), constituindo uma área urbana contínua (ocasionalmente metrópoles). (WIKCIONÁRIO, 2008). <http://pt.wiktionary.org/wiki/conurba%C3%A7%C3%A3o>
(cont.) Conurbação (*do lat. urbis, cidade*) é a unificação da malha urbana de duas ou mais cidades, em consequência de seu crescimento geográfico. Geralmente esse processo dá origem à formação de regiões metropolitanas. Contudo, o surgimento de uma região metropolitana não é necessariamente vinculado ao processo de conurbação. (WIKIPÉDIA, 2008). <http://pt.wikipedia.org/wiki/Conurba%C3%A7%C3%A3o>

Trazem consigo o aterro de brejos, a eliminação de vegetação fixadora de dunas, e lançando esgotos *in natura* e resíduos sólidos nos corpos d'água. Com isso, comprometem a existência dos ecossistemas e a própria sobrevivência da atividade turística e de veraneio.⁴⁰

Além dos problemas relacionados às demandas variáveis e aos “picos” dos fluxos turísticos e das atividades de lazer e férias, o município sofre com a atividades de 15 salinas e, durante meio século, sofreu com a atividade industrial química da Álcalis⁴¹. Com o agravante de que o comércio e os serviços dependem do funcionamento sazonal do clima e da condição ambiental das praias e dos lagos, das estradas e, sobretudo, do fornecimento de água potável (SEVÁ, 2002)

A experiência tem mostrado que os benefícios deste tipo de empreendimento, na forma de geração de empregos e arrecadação de IPTU, não compensam os problemas que acarretam, tais como o aumento da demanda por água, energia elétrica e de tratamento de esgoto, principalmente no verão. Alguns municípios da bacia vêm perdendo seus atrativos justamente por não conseguirem administrar esses picos sazonais, verificando-se a desvalorização imobiliária.

Com a reinauguração do Aeroporto de Cabo Frio⁴², distante apenas 4 km de Arraial, o afluxo de turistas estrangeiros tende a aumentar significativamente. Como, em

⁴⁰ Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMADS e Consórcio Ambiental Lagos-São João. Projeto Planágua Semads/GTZ de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha. Lagoa de Araruama. Perfil Ambiental do Maior Ecossistema Lagunar Hipersalino do Mundo. 2002.

⁴¹ A Companhia Nacional de Álcalis é uma empresa brasileira produtora de barrilha e sal. Foi uma das empresas, junto com a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce e a Fábrica Nacional de Motores, criadas no período do Estado Novo com o objetivo de impulsionar a industrialização do Brasil. A companhia foi criada em 1943 pelo então presidente do Brasil, Getúlio Vargas. Ela foi instalada no município de Arraial do Cabo, Rio de Janeiro e iniciou as suas operações apenas no final dos anos 50. Em 1992, durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello, a empresa foi privatizada. No ano de 2006 a produção da empresa foi interrompida. O Decreto Lei n. 5.684/43 dispõe sobre a criação da Companhia Nacional de Álcalis e o Decreto Lei n. 426/92 inclui a Companhia Nacional de Álcalis no Programa Nacional de Desestatização. (WIKIPÉDIA, 2008)
http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_Nacional_de_%C3%81calis

⁴² O Aeroporto de Cabo Frio localizado no município de Cabo Frio, a 141Km do Rio de Janeiro foi construído pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em parceria com o Comando da Aeronáutica, pelo Programa Federal de Auxílio aos Aeroportos - PROFAA. Inaugurado em dezembro de 1998, em 1999 (cont.) através de convênio assinado pelo Comando da Aeronáutica e Prefeitura de Cabo Frio o aeroporto foi municipalizado. A seguir foi habilitado para vôos internacionais pela Portaria 771/GC-5 do Comando da Aeronáutica e passou a ser denominado Aeroporto Internacional de Cabo Frio. Em 2001, foi concedido à iniciativa privada após licitação pública realizada pela Prefeitura de Cabo Frio. É administrado pela empresa Costa do Sol Operadora Aeroportuária S/A, desde de 01 de junho de 2001.
<http://www.aeroportoecabofrio.com.br/>
Em setembro de 2007 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou a ampliação do aeroporto. O novo terminal custou R\$35 milhões e levou dois anos para ser concluído. Desse total, R\$ 24 milhões – aplicados na ampliação da pista e do pátio – foram financiados pelo governo do estado do Rio e pela Aeronáutica, por meio do PROFAA. O estado investiu R\$ 12,5 milhões e a Aeronáutica R\$ 11,4 milhões. O projeto de engenharia da ampliação da pista e a contratação dos serviços para a obra foram feitos pela Secretaria de Transportes. Coube também aos engenheiros e técnicos da secretaria fiscalizar e acompanhar de perto o andamento dos trabalhos. A prefeitura de Cabo Frio e a concessionária Costa do Sol arcaram com os investimentos restantes, como desapropriação de áreas para a expansão da pista e do pátio, o

geral, este turista possui um nível alto de instrução, sendo mais exigente e afeto a respeitar as leis, sobretudo as ambientais, pode-se prever uma melhoria no padrão de atendimento impulsionada pela concorrência para conquistá-lo.

No tocante à política federal, o município não tem sido bem aquinhoado. Além de não ter sido contemplado no Proecotur, a obra denominada Porto Turístico de Arraial do Cabo, recebeu uma cotação baixa no documento-base do Programa de Regionalização do Turismo, apesar de ter sido apontado como “o maior paraíso brasileiro de mergulho”. Contraditoriamente, o mesmo documento atribui prioridade alta a melhorar a estrutura aquaviária no porto na Enseada dos Anjos.⁴³

O quadro abaixo demonstra a significativa contribuição do município no conjunto de áreas protegidas da bacia hidrográfica, muito embora a participação territorial de Arraial do Cabo na bacia seja percentualmente pequena (12%).

Com base na Lei Orgânica Municipal, e em consonância com o disposto na Lei do Plano Diretor, a Câmara Municipal de Arraial do Cabo promulgou a Lei nº 1.512, em 30 de março de 2007, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo. De um modo geral, o documento final foi considerado positivo, mesmo para os mais preservacionistas. Como sempre, as dúvidas dizem respeito à efetividade das decisões e seu monitoramento.

remanejamento de linhas de energia e construção de um novo prédio administrativo para abrigar o posto da Polícia e da Receita Federal, da Anvisa e da Vigiagro (Vigilância Agropecuária).

Sua localização, entre a cidade do Rio de Janeiro e Macaé, faz com que o novo Terminal de Carga Aérea - TECA (área alfandegada - pátio e galpão), represente tanto uma ótima base de apoio logístico às atividades ligadas à exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos, quanto uma alternativa adequada para as cargas com destino à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O Aeroporto Internacional de Cabo Frio é o maior aeroporto do interior do Estado do Rio de Janeiro e o quinto maior do país em transporte de cargas.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Aeroporto_de_Cabo_Frio

⁴³ Ministério do Turismo. 1º Encontro Nacional do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Demandas de Infra-estrutura. Brasília, Dezembro de 2006.

Áreas protegidas situadas na bacia da lagoa de Araruama

Denominação / subordinação	Área (ha)	Atos legais	Município
Públicas estaduais			
Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo / Ibama	-	Decreto de 1996	Arraial do Cabo
Parque das Dunas ¹	-	Lei 1.807, de 03/04/91	Dunas dos municípios litorâneos
Reserva Ecológica de Massambaba / Feema	1.680	Dec. 9.529-A, de 15/12/86	Arraial do Cabo
Reserva Ecológica de Jacarepiá / Feema	1.267	Dec. 9.529-B, de 15/12/86	Saquarema
Área de Proteção Ambiental de Massambaba / Feema	7.630	Dec. 9.529-C, de 15/12/86	Arraial do Cabo, Araruama e Saquarema
Área de Proteção Ambiental da Serra da Sapatiba ²	6.000	Dec. 15.136, de 20/07/90	São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande
Áreas tombadas Dunas de Cabo Frio e Arraial do Cabo / Inepac	-	Resolução 46/88, da Sec. de Estado de Cultura	Cabo Frio e Arraial do Cabo
Lagoa de Araruama e demais lagoas e Faixa Marginal de Proteção	-	Constituição Estadual	-

Fonte: Projeto Planágua Semads/GTZ

¹ integra as Dunas do Perú, Massambaba, Dama Branca e as situadas ao redor desta, na restinga de Cabo Frio

² parcialmente situada na bacia. A outra parte está na bacia do rio Una

5.1.7.1 Impacto ambiental dos usos da orla

Arraial do Cabo é o município da região com maior comprimento de orla.

Extensão das orlas municipais

Município	Valor absoluto (km)	Valor relativo (%)
Saquarema	3,20	2
Araruama	38,60	24
Iguaba Grande	7,50	4,5
São Pedro da Aldeia	39,40	25
Cabo Frio	23,00	14,5
Arraial do Cabo	48,30	30
Total	160,00	100

Fonte: Projeto Planágua Semads/GTZ

Observar-se-á também que o segmento inicial da orla é ocupado por salinas, de forma bem característica.



PONTA DAS Marrecoas (Arraial do Cabo)



PONTA DE Acaira (Arraial de Cabo)

Segundo o Projeto Orla⁴⁴ (MMA/SPU/MP), o desenvolvimento turístico acelerado e sem planejamento, as invasões de terra e as construções irregulares são as principais causas da degradação do solo em Arraial do Cabo. O grande problema associado à existência de loteamentos irregulares e clandestinos é a contaminação do lençol freático por esgoto; lançamento de esgoto na rede pluvial e, ainda, a existência de intervenções urbanas danosas em sítios de relevante beleza cênica.

Ao turismo de um modo geral estão associados problemas decorrentes do aumento do fluxo de embarcações de pesca e de turismo e esportes náuticos. Por serem mal demarcados e pouco protegidos, os sítios arqueológicos localizados na orla marítima sofrem intensa ação antrópica.

5.2. Coleta de dados

Como foi salientado anteriormente para a aplicação dos indicadores GRI na reserva estrativista marinha de Arraial do Cabo, foram usados dados obtidos de duas formas:

- Dados provenientes das pesquisas do Projeto Ressurgência; e
- Dados obtidos em entrevistas e contatos telefônicos feitos especialmente para a presente pesquisa, já que era necessário aprofundar mais certos assuntos antes não enfatizados.

Esta segunda forma de coleta de dados será minuciosamente explicada dentro do sub-capítulo 5.3. que trata da aplicação da metodologia GRI, já que a coleta de dados é uma das fases a ser executada dentro da metodologia GRI.

A GRI, em função dos princípios da materialidade, da participação dos *stakeholders* e da confiabilidade, impõe que o processo de coleta de dados seja bem

⁴⁴ Projeto Orla (MMA/SPU/MP): <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=11>

detalhado e cuidadosos a fim de garantir o atendimento àqueles e a transparência. Desta forma, a presente pesquisa optou por descrever com detalhes inclusive o processo de coleta de dados do Projeto Ressurgência.

5.2.1 O Projeto Ressurgência e sua Metodologia

O Projeto Ressurgência, para a sua pesquisa própria, já havia realizado várias entrevistas iniciais para observação da realidade atual do município, da reserva e de todo o contexto que envolve a RESEX⁴⁵. Para isso escolheu alguns *stakeholders* da RESEX, considerados, inicialmente, mais importantes para esta fase preliminar. Esse estudo rápido inicial permitiu uma primeira avaliação da problemática a fim de ajudar no planejamento mais detalhado da pesquisa do Projeto Ressurgência.

Foram feitas entrevistas *face to face* (presenciais) com estes *stakeholders*.

Tabela 13: Projeto Ressurgência - entrevistas

Entrevistas iniciais feitas pelo Projeto Ressurgência:	
ENTREVISTADOS	DATAS
João Mário da Rocha – Presidente da FIPAC	23.02.2007 e 20.07.2007
Paulo José de Azevedo Silva – Biólogo da FIPAC	
Luiz Vieira, Oceanógrafo e professor de tecnologia pesqueira	23.02.2007 e 19.07.2007
Manoel Felix de Mendonça (Sr. Maneque) – Presidente da Colônia de pescadores Z5.	23.02.2007 e 20.07.2007
Giancarlo Molinari – Biólogo Marinho e Maricultor Molinari_mar@hotmail.com	24.02.2007 e 18.07.2007
Joaquim Rodrigues de Carvalho (Sr. Quinzinho) Pescador e membro da APAC	24.02.2007 e 19.07.2007
Pescadores	24.02.2007 e 18 a 21.07. 2007
Pescadora	25.02.2007
Eraldo Teixeira da Cunha - Presidente da AREMAC Werther Andrade Pessoa - 1º secretário da AREMAC	25.02.2007 e 18.07.2007
Marcos Machado Gomes – CNPT/IBAMA, Chefe do	25.02.2007 (a segunda entrevista para validação não foi

⁴⁵ Parte desta pesquisa está disposta no item anterior.

Escritório do IBAMA local e da Resex-Mar de Arraial do Cabo (até Junho 2007) Instituto Chico Mendes.	possível em função da época de troca de chefes) Posteriormente assumiu a chefia o Sr. Álvaro Luiz A. Braga.
103 estudantes do ensino médio de escolas públicas do Município de Arraial do Cabo que concorreram à seleção pública de bolsistas de iniciação científica júnior para atuarem no auxílio às linhas de pesquisa do Projeto Ressurgência.	

Cada entrevista inicial (com exceção das entrevistas com os estudantes) foi refeita pela equipe (as datas da primeira e a segunda entrevista se encontram descritas na tabela acima.) a fim de validar o que foi dito anteriormente, possibilitando a verificação e a eventual complementação do que foi exposto. Todas as datas (da primeira entrevista e da entrevista de validação), assim como a metodologia e tema das entrevistas, foram acordadas antecipadamente com os entrevistados.

As conversas informais pela cidade, a circulação nos mercados de peixe, na Marina, nos pontos de pesca tradicional nas praias, também foram fontes de informação para esse estudo preliminar.

A metodologia para este primeiro estudo rápido está fundamentada na pesquisa-ação-participativa (PAR) e na aproximação do conceito de “*sustainable livelihoods*”, uma perspectiva que integra questões sociais, culturais, ambientais e políticas. A pesquisa participativa visa ajudar na construção de uma relação de confiança com os diversos atores sociais. A intenção é de que a edição do relatório das entrevistas seja finalizada de forma conjunta com os entrevistados, o que gera transparência e pode aumentar a confiança entre pesquisadores e participantes.

Para o alcance do objetivo final da primeira fase do Projeto foi realizado um *workshop* de planejamento estratégico e um seminário para o lançamento público do Projeto Ressurgência, além da continuidade de um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como forma de envolvimento (ou engajamento) de representantes convidados dos *stakeholders* da RESEX de Arraial do Cabo na preparação do primeiro seminário previsto.

Assim, de acordo com a metodologia do Projeto, foi utilizado o DRP como estratégia de se fomentar vínculos institucionais com os multiusuários da reserva, visando alicerçar as parcerias já existentes e, principalmente, criar novas parcerias.

O *workshop* foi realizado entre os dias 22 e 24 de junho de 2007, no Hotel Ressurgência, no Município de Arraial do Cabo, e contou com a presença de 19 pessoas (10 eram membros da Equipe Técnica, 03 Consultores e 01 Gerente de Projetos da Fundação COPPETEC. As outras cinco pessoas, atuantes no contexto da Resex-Mar de

Arraial do Cabo, eram quatro autoridades de políticas públicas voltadas para a educação, o meio ambiente e a pesca, nos níveis municipal, estadual e federal, além de um representante dos pescadores profissionais artesanais e parceiro do projeto).

Diversas atividades foram realizadas durante os três dias do evento: dinâmica de integração, exposição do projeto, ajuste de foco do projeto pelos participantes, delineamento de ações estratégicas e visitas técnicas, para que fosse observado localmente tudo o que estava sendo discutido naquele momento. Durante o workshop, os participantes foram distribuídos em três grupos de trabalho (GT's), a saber: GT Coordenação e Gerência, GT Assessoria Técnica e GT Pesquisa.

Para discutir com os participantes sobre a realidade atual da Resex-Mar de Arraial do Cabo, foi realizada uma Mesa Redonda cujo tema foi “Situação e Perspectivas da Resex-Mar de Arraial do Cabo”, com a participação do Superintendente de Articulação Institucional Secretaria de Estado de Meio Ambiente; do Chefe do escritório do IBAMA de Arraial do Cabo; do Secretário municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Arraial do Cabo; do Secretário Municipal de Meio Ambiente de Arraial do Cabo; e do Presidente da Colônia de Pescadores Z5.

Foi o início de interlocução com os atores locais por parte da maioria da equipe do Projeto Ressurgência.

Posteriormente, de 25 a 27 de abril de 2008, foi realizado o II workshop, onde foram apresentados todos os resultados obtidos até aquele momento, possibilitando, durante os grupos de trabalho, novamente a participação de todos nas discussões relevantes sobre a RESEX e sobre o caminhar do Projeto.

5.3 Utilização de metodologia própria da GRI - “Ciclo preparatório para a elaboração de relatórios de sustentabilidade GRI: Manual para pequenas e médias organizações”

A GRI possui uma publicação denominada “Ciclo preparatório para a elaboração de relatórios de sustentabilidade GRI: Manual para pequenas e médias organizações” que explica passo a passo como as Diretrizes G3 devem ser utilizadas e como os indicadores GRI devem ser aplicados.

Tentou-se a partir desse documento, seguindo de forma completa sua metodologia, aplicar os indicadores da GRI na RESEX, afim de que fosse possível sua aplicação correta, além de ser verificado se tal metodologia se prestaria também para organizações não-empresariais. Vejamos.

5.3.1 Elaboração do cronograma

O tempo gasto em cada fase é diferenciado e muito peculiar a realidade de cada organização. No caso da Reserva Marinha de Arraial do Cabo, o prazo a ser descrito foi o período de 2007, em função das pesquisas do Projeto Ressurgência terem fornecido informações concretas sobre esse período. O cronograma deveria cumprir o prazo de seis meses (de março a agosto de 2008) para a pesquisa:

- Março: Preparação da pesquisa;
- Abril e maio: Contatos e coleta de dados;
- Junho e julho: Coleta de dados e aplicação dos indicadores;
- Agosto: Apresentação da pesquisa.

Como já salientado, para subsidiar a aplicação dos indicadores GRI foram utilizados os dados obtidos pelo Projeto Ressurgência através das entrevistas, questionários (aplicados em grupos de pescadores, setor de turismo e turistas), grupos focais⁴⁶, mapeamentos, oficinas e pesquisa bibliográfica feita por eles (processo detalhado no item 5.2)

5.3.2 Determinação do escopo e do limite

Esta é a primeira vez que os indicadores GRI de sustentabilidade são aplicados numa área de proteção ambiental. Não existe uma empresa, existe uma organização, uma área de proteção ambiental. Sendo assim, o primeiro ponto importante a ser levantado era tudo que causava impacto na área, a fim de delimitar o escopo e o limite da coleta de dados. Após as entrevistas e pesquisas preliminares do Projeto Ressurgência chegou à seguinte relação de impactos sofridos pela RESEX:

- Impacto da pesca;
- Impacto do passeio náutico;
- Impacto do mergulho;
- Impacto do Porto do Forno;
- Impacto da plataforma;
- Impacto da Marinha;
- Impacto da maricultura;

⁴⁶ Os grupos focais buscam reunir um conjunto expressivo de representantes desses segmentos, capaz de permitir a definição do perfil de cada um, bem como de seu comportamento e estratégias relacionadas aos recursos naturais e à possibilidade de compartilhá-los. Entre os grupos, estão os seguintes setores: turístico-esportivo; pesqueiro; empresas e prestadores de serviços da cadeia produtiva do petróleo & gás; representantes do poder público local; órgãos reguladores; e acadêmico-científico.

- Impacto da marina dos pescadores;
- Impacto do turismo/empreendimento de praia;
- Impacto do município (moradores e política municipal).

Seguindo as regras da GRI para o estabelecimento do limite foram consideradas tais atividades como sendo de influência significativa em função do impacto que as mesmas geram na RESEX:

- a Marina: Local de atracação dos barcos de pesca e de turismo, descarga do pescado e entrega aos vendedores e embarque dos turistas para passeio náutico ou mergulho. A Marina tem uma renda oriunda da entrada e do estacionamento de veículos dos turistas. Sua exploração é feita de forma conjunta pela FIPAC - Fundação Instituto de pesca de Arraial do Cabo e pela Colônia de pescadores Z5, o que trouxe a necessidade de obtenção dos dados de ambas;
- o Porto do Forno (Organização portuária. Local de embarque e desembarque de mercadorias de navios de carga e de apoio às plataformas *offshore*) (gerenciado pela COMAP – Companhia Municipal de administração Portuária);
- a pesca;
- o mergulho;
- o passeio náutico;
- a maricultura;
- a atividade *offshore*;
- a atividade da Marinha (Ao incluir a marinha deve-se fazer uma ressalva, existem três atividades distintas da Marinha que causam impacto na RESEX: a atividade de utilização da área da RESEX para, por exemplo, teste acústico (“raia acústica”) dos navios da Marinha; a atividade de pesquisa realizada pelo IEAPM; e a atividade de fiscalização de saúde e segurança no mar realizada pela Capitania dos Portos de Cabo Frio).

Segundo as regras da GRI para o estabelecimento de um limite para um relatório de sustentabilidade, “em princípio, um relatório deverá incluir em seu limite todas as entidades que gerem impactos de sustentabilidade significativos (reais ou potenciais) e/ou sobre as quais a organização relatora exerça controle ou influência significativa sobre políticas financeiras, operacionais e práticas.” (GUIDELINES 3 GRI, 2008)

As entidades sobre as quais a organização relatora exerce controle deverão ser abordadas através de indicadores operacionais e aquelas sobre as quais exerce influência significativa deverão ser cobertas através de indicadores de gestão. Para as

organizações ligadas a desafios fundamentais para a organização relatora deverão ser feitas divulgações dissertativas.

As oito atividades/organizações identificadas acima causam impacto e são impactadas pela RESEX, já que todas são exercidas dentro da área da reserva. A sobre-pesca causa impacto na biodiversidade da RESEX, assim como cada mudança nas regras de utilização da RESEX causa impacto em cada uma das atividades. Além disso, todas elas possuem assento no Conselho Deliberativo da RESEX, influenciando nas políticas da organização relatora. Sendo assim, as oito atividades/organizações foram incluídas na aplicação dos indicadores. Este foi o limite estabelecido para a pesquisa.

Vale ressaltar que, ao coletar os dados sobre um indicador, a organização relatora pode decidir que uma entidade específica não é relevante (ou seja, não altera ou agrega substancialmente os resultados relatados), não sendo, portanto, incluída nos trabalhos de coleta de dados. Como tal, a entidade ainda será considerada dentro do limite da pesquisa e sua exclusão do conjunto de dados de determinado indicador não impede que a pesquisa forneça um quadro coerente e equilibrado do desempenho da organização⁴⁷.

5.3.3 Caracterização da organização pesquisada

A RESEX é uma área de proteção ambiental de interesse ecológico e social, criada para garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados para pesca artesanal, por população extrativista do Município de Arraial do Cabo.

A atividade da RESEX em si é única e exclusivamente de gestão, nesse caso específico, significa apenas controle da área, controle este pela sua ação regulamentar (criar regras para a utilização e exploração da área) e pela sua ação de poder de polícia (fiscalizadora). Ou seja, cabe aos gestores da RESEX criar regras e fiscalizar a utilização da área no intuito de garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis. Esta é a atividade *da* RESEX, mas não há o que se falar de atividade produtiva executada *pela* RESEX.

Em relação à gestão da RESEX, esta se dá de forma compartilhada por duas entidades⁴⁸, o ICMBIO - Instituto CHICO MENDES de Conservação da Biodiversidade –

⁴⁷ “O exercício de estabelecimento do escopo aborda a pergunta “o que relatar”, mas ainda requer um trabalho adicional para se identificar “sobre quem relatar”. O exercício de estabelecimento do limite é o processo de determinar quais entidades são relevantes com a finalidade de avaliar o desempenho no contexto de determinado aspecto(s) ou indicador(es)” (GUIDELINES 3 GRI, 2008)

⁴⁸ O Chefe do Instituto Chico Mendes é escolhido pelo IBAMA. Já o presidente da AREMAC é escolhido por votação dos associados e exerce mandato de 3 anos, cabendo reeleição

gestor - e a AREMAC – Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo – co-gestora –, sendo assim, todos os indicadores consideraram as ações de ambas as entidades, já que constituem a “parte física” da RESEX. Ou seja, por exemplo, os indicadores de consumo de água ou de energia, por exemplo, refletem a realidade dos escritórios (sedes) das duas entidades gestoras, já que não há o que se falar de consumo de água ou de energia por uma reserva extrativista marinha.

A RESEX também possui um Conselho Deliberativo⁴⁹ constituído por 50% de representantes da pesca, 25% de representantes do poder público e 25% de organizações não governamentais, porém este ainda não começou a exercer diretamente suas funções, pois ainda depende da aprovação e homologação pelo ente público, diante disso a pesquisa pouco menciona suas atividades.

Atualmente, o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, possui a seguinte composição:

- Colônia de pescadores Z5 de Arraial do Cabo;
- Associação de pescadores de Arraial do Cabo;
- Associação de criadores e coletores de Mariscos de Arraial do Cabo;
- Associação de barqueiros tradicionais da beira da praia dos anjos;
- Associação de pescadores e turismo náutico de Arraial do Cabo;
- Associação de verdadeiros pescadores de bote boca aberta de Arraial do Cabo;
- Associação de moradores e amigos da restinga dos clubes e caiçaras de Arraial do Cabo;
- Associação de pescadores artesanais de traineiras de Arraial do Cabo;
- Associação de moradores e amigos do morro da cabocla;
- Associação de moradores e amigos da praia do pontal;
- Associação de moradores e amigos do morro da Boa Vista;
- União das entidades de pesca e aquicultura do estado do Rio de Janeiro;
- Associação de moradores e amigos da Prainha;
- Associação de moradores e amigos da Praia Grande;
- Associação de moradores e amigos da Praia dos Anjos;

⁴⁹ De acordo com o art. 18. § 2º da lei do SNUC, “a Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.”

Em 22 de novembro de 2007, foi feita reunião do conselho deliberativo a fim de reduzir o número de participantes de 34 para 29 entidades representativas governamentais, não-governamentais e de pesca, composição atual. Proporcionalmente, encontramos 15 entidades representantes dos pescadores, 8 entidades governamentais e 6 entidades não governamentais.

- Instituto Chico Mendes – RESEX de Arraial do Cabo
SUPLENTE – IBAMA – Escritório regional de Cabo Frio
- IEAPM – Marinha do Brasil
SUPLENTE – CASOP – Marinha do Brasil
- Agência da Capitania dos Portos – Marinha do Brasil;
- Gerência Regional do Patrimônio da União;
- Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente;
- Companhia Municipal de Administração Portuária – COMAP;
- Câmara Municipal de Arraial do Cabo;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SUPLENTE – Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo – FIPAC;
- Transpacto – Transportadora LTDA
SUPLENTE – Associação Comercial de Arraial do Cabo;
- Associação de Turismo de Arraial do Cabo;
- Associação de Turismo Náutico de Arraial do Cabo;
- Associação das empresas de mergulho recreativo, turístico e lazer de Arraial do Cabo;
- Sindicato dos trabalhadores da Álcalis;
- Sindicato dos trabalhadores portuários.

O decreto de criação da RESEX garante uma atividade de exploração: a pesca artesanal. Apesar disso, existem outras atividades econômicas que são exercidas dentro da área da RESEX. Para alguns a RESEX só deveria permitir a pesca tradicional dentro da sua área, mas isso está longe de ocorrer ou até mesmo de ser viável em termos econômicos para a região, considerando inclusive que essas atividades já existiam na área antes da transformação da mesma em uma área de preservação ambiental, como, por exemplo, o Porto do Forno e a Marinha.

5.3.4 Identificação e participação dos stakeholders

Chama-se de grupos de interesses⁵⁰ ou *stakeholders* aquelas pessoas ou grupos que influenciam – ou se vêem afetados – pelas atividades da organização. Conhecer quem eles são e o que lhes interessa saber ajuda na determinação do conteúdo do relatório. Escutar e levar em conta as preocupações e comentários dos grupos de

⁵⁰ A GRI define de forma ampla grupos de interesse como “aqueles, grupos ou indivíduos, que estima-se, possam ser significativamente afetados pelas atividades, produtos e/serviços da organização; ou cujas ações, estima-se, possam afetar a capacidade da organização de implementar suas estratégias e atingir seus objetivos com sucesso. (GUIDELINE 3 GRI, 2008)

interesse é uma forma eficaz de melhorar cada vez mais a gestão da organização e atingir os seus fins; também para isso, o relatório de sustentabilidade se faz vantajoso, pois permite e estimula esse diálogo.

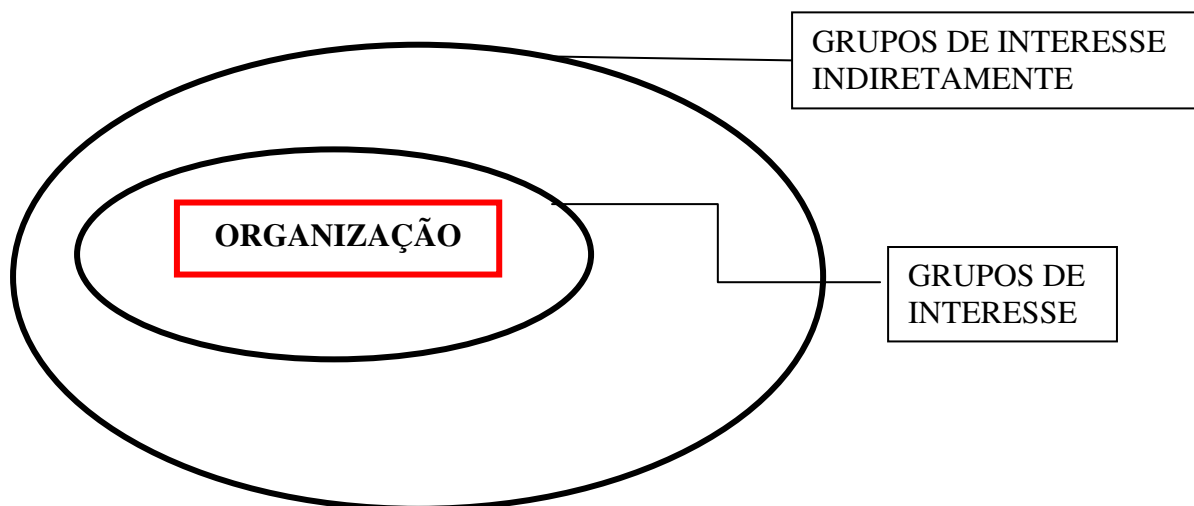
A inclusão dos grupos de interesse é um dos requisitos exigidos para a elaboração de relatórios de sustentabilidade G3 da GRI de qualquer nível. Uma autêntica participação dos grupos de interesse melhora a receptividade desses grupos e a utilização do relatório. Se a consulta se realizar de forma adequada, é muito provável que se tenha como resultado uma aprendizagem permanente tanto da organização relatora quanto dos *stakeholders*. A participação alimenta a confiança entre a organização relatora e seus grupos de interesse.

A participação dos grupos de interesse se faz necessária por vários motivos, dentre eles:

- Mostra o problema de uma outra perspectiva, podendo oferecer idéias mais precisas sobre os pontos fortes e fracos da organização.
- Pode ajudar a detectar problemas ainda não existentes.
- Pode ajudar a criar uma imagem exterior positiva da organização ao mostrar que a opinião dos grupos externos também são importantes.

Alguns fatores ajudam no momento da identificação dos grupos de interesse:

- Responsabilidade: Serão os grupos de interesse ligados a organização em virtude de normativas, leis, contratos, negócios, operações e etc.
- Influência: Serão os grupos de interesse que tem a capacidade influir na conquista dos objetivos da organização. Estão incluídos nesta categoria os que exercem uma influência informal ou os que tem poder de decisão formal, interna ou externamente.
- Proximidade: Serão aqueles grupos de interesse que dependem da organização para o seu funcionamento diário ou os que vivem próximos das instalações da organização.
- Dependência: Serão os grupos de interesse que mais dependem da organização, clientes de todo o tipo que dependem de seus produtos e/ou serviços, fornecedores para os quais a organização é uma grande cliente.
- Representação: Os que representam instituições chave as quais interagem com a organização, como os representantes sindicais, os líderes da comunidade, os políticos locais, ONGs, etc.



Com base na identificação das atividades que causam impacto na RESEX através das pesquisas do Projeto Ressurgência foram identificados os grupos de interesse da reserva. Foi feita uma lista preliminar com os nomes dos todos os *stakeholders* que podia ser lembrado, posteriormente os mesmos foram classificados em grupo de interesse direto e grupo de interesse indireto da reserva. Ainda em número muito elevado, os *stakeholders* foram reclassificados, agora por grau de relevância, já que cada *stakeholder* terá um grau de afetação, uma velocidade de reação às decisões e uma ligação com a organização diferente e peculiar ao mesmo.

O próprio Projeto Ressurgência por ser um fornecedor da reserva que vai ter grande influencia em suas decisões futuras, através dos dados de suas pesquisas, foi tido como um *stakeholders* de grande influencia. No final do processo de escolha, serão considerados *stakeholders* da reserva para efeitos desta pesquisa (todos estes terão seus dados analisados para a aplicação dos indicadores GRI):

- Projeto Ressurgência;
- Porto dos Anjos;
- Empresas do setor de Petróleo;
- Pescadores;
- Empresas de Mergulho;
- Marinha - IEAPM;
- Marinha – Capitania dos Portos;
- Grupos de Passeio Náutico;
- Turistas;
- Município de Arraial do Cabo;
- Moradores de Arraial do Cabo;
- Colônia de Pescadores Z5;

- FIPAC

5.3.5 *Diálogo com os stakeholders*

Um dos principais objetivos do diálogo com os grupos de interesse é conhecer quais são, em seu ponto de vista, os aspectos que consideram mais importantes e que, portanto, deveriam estar compreendidos num relatório de sustentabilidade.

Apesar dos dados disponíveis pelo Projeto, foi necessária a elaboração de novas entrevistas individuais específicas para obtenção de dados com foco nos indicadores de sustentabilidade, complementando alguns pontos não cobertos pelas entrevistas anteriormente feitas pela equipe do Projeto Ressurgência.

Tabela 14: Novas entrevistas (específicas):

Entrevistados	Data
Sr. João Mário – Presidente da FIPAC	17/05/2008
Comandante Bentes - IEAPM	17/05/2008
Sr. Maneque – Presidente da Colônia de Pescadores Z5	17/05/2008
Sargento Franciscone – Capitania dos Portos de Cabo Frio.	21/05/2008 – contato telefônico
Sr. Eraldo – Presidente da AREMAC – Co-gestor da RESEX	22/05/2008
Sr. Álvaro – Chefe do Instituto Chico Mendes – Gestor da RESEX	22/05/2008
Sr. Renato – Porto do Forno	22/05/08

Com base nos dados obtidos através das pesquisas do Projeto Ressurgência foi possível elaborar para as entrevistas específicas uma lista com pontos fortes e fracos sobre a reserva em termos econômicos, sociais e ambientais. Cada entrevistado deveria expor a sua opinião sobre os pontos, ajudando na identificação dos pontos que devem ter atuação imediata e os de atuação mediata.

Um ponto importante das entrevistas com os *stakeholders* foi a identificação dos pontos que eram importantes para cada um deles em relação à gestão da reserva e das atividades desta. Foi possível valorar os objetivos dos gestores da RESEX e aquilo que os interessados gostariam que fosse feito na reserva, assim como identificar os principais impactos positivos e negativos das atividades diárias executadas na reserva no âmbito econômico, ambiental e social.

Tentou-se discutir as ações que poderão ajudar a potencializar/minimizar esses impactos na reserva e através desta análise, começar a identificar os aspectos sobre os quais seus líderes querem e devem atuar e informar.

Em todas as entrevistas de forma introdutória foi exposto aos entrevistados os objetivos das entrevistas, o porquê da importância da reserva identificar seus impactos e seus objetivos, além dos objetivos que se desejava obter com a aplicação dos indicadores GRI de sustentabilidade e com a possibilidade de futuramente se elaborar um relatório de sustentabilidade da reserva. A partir dessa breve introdução foi questionada a opinião dos entrevistados sobre o assunto. Todos se mostraram de acordo com o processo e dispostos a colaborar.

Em suma, após as entrevistas tinha-se os pontos de vista de cada *stakeholder* consultado sobre:

- Os objetivos da reserva;
- A visão que cada um tem sobre a RESEX;
- Os principais impactos, positivos e negativos, econômicos, sociais e ambientais relacionados com os objetivos da reserva levantados;
- A lista inicial dos aspectos que lhes interessavam, os quais a reserva deveria agir e sobre os que deveria informar como parte da estratégia para contribuir com um futuro sustentável;

Em função da falta de tempo não foi possível fazer o feedback das entrevistas com os *stakeholders*, apesar de entender ser importante a fim de se garantir um maior envolvimento dos mesmos

Considerando que as questões que surgem no dia-a-dia da organização são numerosas, a G3 da GRI proporciona diferentes aspectos⁵¹ que supostamente são relevantes para quase todas as organizações. Estes aspectos constituem as questões mais importantes que deveriam estar incluídas num relatório GRI de sustentabilidade e podem oferecer uma boa base para clarear as questões a serem debatidas com os grupos de interesse.

⁵¹ Estes aspectos foram identificados ao longo de um processo permanente e consensual em que participam centenas de *experts* de todo o mundo. Este processo se iniciou em 1997 e vem sendo atualizado nos últimos anos, culminando na terceira e mais recente versão das Diretrizes GRI: a G3. De acordo com a definição de desenvolvimento sustentável, os aspectos se classificam em três categorias principais: econômicos, ambientais e sociais. Cada um dos aspectos está composto por um conjunto de indicadores. Uma das principais vantagens de se elaborar relatórios de sustentabilidade seguindo os indicadores específicos é assegurar que o seu desempenho em relação à sustentabilidade será medido ano após ano, sendo comparável com os seus relatórios anteriores e com os relatórios de outras organizações. Todos os aspectos e indicadores estão minuciosamente explicados nas diretrizes GRI- G3.

Tabela 15: Categoria, aspecto e Indicadores GRI
 Fonte: Elaboração própria

CATEGORIA	Ambiental (os outros são: econômicos e sociais)
ASPECTO	Energia (os outros são: materiais, água, biodiversidade)
INDICADORES	Consumo direto de energia por fonte de energia primária Economia de energia devido a melhoras na conservação e eficiência energética Etc.

Nas entrevistas com os *stakeholders* foi decidido não nomear os aspectos, (apesar de ter sido feita a referência de que a pesquisa envolveria questões ambientais, sociais e econômicas) e deixá-los abertos para expor o que era importante para os mesmos. Quando algum aspecto da GRI não era abordado pelo entrevistado, a pergunta era feita diretamente (por exemplo, dentro da categoria de meio ambiente, nada foi falado pelo entrevistado sobre mudança climática, então esse aspecto foi levantado pelo entrevistador em uma pergunta diretamente, tentando abrir uma discussão que possibilitasse a obtenção dos dados suficientes para responder os indicadores ligados a este aspecto).

A escolha deste método na entrevista se deu em função dos entrevistados, já que a maioria deles estava insatisfeita com a atual gestão. Preferiu-se deixá-los com a impressão de que a entrevista era aberta (apenas para a colocação de suas opiniões), muito embora a entrevista estivesse sendo controlada pelo entrevistador (como exemplificado acima), para que certos assuntos não fossem esquecidos pelos entrevistados.

Outro fator importante para a escolha da metodologia de uma entrevista “aberta” era o caso de alguns aspectos serem muito importante para a reserva, mas não constarem da lista da GRI, como o caso da pesca predatória e fiscalização da área. Para a GRI, é possível incluir qualquer tema que se queira estimular o trabalho conjunto entre a organização relatora e os *stakeholders*. Caso não haja a previsão nas diretrizes GRI de certos aspectos ou indicadores importantes para a organização ou para os *stakeholders*, os mesmos podem ser acrescentados. Os suplementos setoriais da GRI já ajudam cada setor específico a identificar e debater outras questões especiais a eles..

Tabela 16: Lista de aspectos
 Fonte: GUIDELINES 3 GRI, 2008.

Lista de aspectos separados por categoria e sub-categoria			
Econômicos		Ambientais	
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Desempenho econômico (p. ex. geração e distribuição de valor) ▶ Presença no mercado (p.ex. contratação local, fornecedores locais.) ▶ Impactos econômicos indiretos 		<ul style="list-style-type: none"> ▶ Materiais ▶ Energia ▶ Água ▶ Biodiversidade ▶ Emissões, efluentes e resíduos ▶ Produtos e serviços (p. ex. seu impacto, reciclagem de produtos) ▶ Conformidade ▶ Transporte ▶ Geral (p.ex. gastos ambientais) 	
Sociais			
Práticas trabalhistas	Direitos humanos	Sociedade	Responsabilidade pelo produto
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Emprego ▶ Relação entre os trabalhadores e a governança ▶ Saúde e segurança ▶ Treinamento e educação ▶ Diversidade e igualdade de oportunidades 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Práticas de investimentos e de processos de compra ▶ Não-discriminação ▶ Liberdade de associação e negociação coletiva ▶ Trabalho infantil ▶ Trabalho forçado ou análogo ao escravo ▶ Práticas de segurança ▶ Direitos indígenas 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Comunidade ▶ Corrupção ▶ Políticas públicas ▶ Concorrência desleal ▶ conformidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Saúde e segurança do cliente ▶ Rotulagem de produtos e serviços ▶ Comunicações de marketing ▶ Conformidade ▶ <i>Compliance</i> ▶ Privacidade do cliente

Existem muitas formas de diálogo entre a organização e os *stakeholders*, mas não há um método ideal, nem mesmo um que se aplique a todos os grupos de interesse. Foram considerados os métodos e as peculiaridades de cada um para decidir qual deles seriam aplicados para cada *stakeholder*, tentando, obviamente, escolher um método que se aplicasse melhor a um maior número de *stakeholders*, a fim de facilitar o processo.

Métodos	Aspectos a considerar
Carta	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Mais para transmitir informações do que para dialogar; ▶ Difícil saber se a carta chegou a pessoa adequada; ▶ Seguramente necessitará uma chamada telefônica ou uma outra carta cobrando a resposta;
Conversação Telefônica	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Estabelece um contato pessoal, o que aumenta as possibilidades de receber opiniões; ▶ Pode ter custos elevados; ▶ Oferece tempo adicional para que os grupos de interesse tragam dados mais específicos; ▶ Há de se organizar muito bem os resultados da conversa.
E-Mail	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Relativamente fácil para iniciar o contato; ▶ Pode ser que não seja a forma mais fácil para todos os grupos.
Encontro Cara a Cara	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Boa forma para gerar confiança e credibilidade; ▶ Fácil para captar a percepção que os grupos de interesse têm da sua organização; ▶ Fácil para coletar um conjunto de respostas compreensíveis; ▶ Pode ter custos elevados; ▶ É bom que haja uma terceira pessoa como facilitador; ▶ Assegure que todas as partes podem beneficiar-se da reunião; ▶ Pode ser difícil de marcar, encontrar um bom horário e local para todos.
Questionário	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Deve ser acessível, com perguntas relevantes e de fácil compreensão; ▶ Consome pouco tempo das partes; ▶ Forma relativamente fácil de avaliar os comentários; ▶ Fácil de rastrear. Pode-se informar aos <i>stakeholders</i> as ações que serão implementadas como resultados das considerações feitas por eles.
Ligação Telefônica Especial	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Acessível para muitas pessoas; ▶ Escolha quem são as pessoas que devem estar em cada lado da ligação; ▶ Pense que formato será mais eficiente: pergunta e resposta ou discussão aberta.

No caso da RESEX foi escolhido como método o encontro *face to face* (presencial) com os *stakeholders* (as pessoas entrevistadas e as datas podem ser verificadas na Tabela do início deste item 5.3.5), exceto no caso da Capitania dos Portos de Cabo Frio onde a entrevista foi feita por telefone, com o Sargento Franciscone.

5.3.6 Análise dos dados coletados e comprovação do princípios GRI.

Coletados os dados, aplicados os indicadores, há de se fazer uma análise. Considerando que, apesar da pesquisa não tem como objetivo a elaboração real de um relatório de sustentabilidade da RESEX e sim a comprovação da aplicabilidade dos indicadores e metodologia GRI numa organização não-empresarial. Ela, através do processo de coleta de dados e de aplicação dos indicadores, tem como resultado, obviamente, as informações, mesmo que ainda brutas, organizadas tais como se necessita para a elaboração de um relatório GRI.

Cada indicador foi aplicado de forma ampla tentando obter o máximo de dados possíveis, a fim de comprovar a sua aderência ou não e o que deveria ser alterado na interpretação do indicador para que este pudesse ser aplicado. Nesse caso, a pesquisa apresenta muitas informações que, claramente, para a pesquisa são importantes que sejam apresentadas desta forma, mas que para a elaboração de um relatório de sustentabilidade ainda precisariam ser “tratadas”, analisadas para que se obtivesse o grau de detalhamento correto.

Sendo assim, pode-se dizer que a pesquisa apresenta, mesmo que como resultado secundário, um “pré-relatório” ou um “relatório bruto” que possibilitará a elaboração de um futuro relatório de sustentabilidade.

Para que a metodologia GRI seja aplicada é necessário que se faça a comprovação do atendimento aos princípios GRI (explicados no capítulo III), porém, ao fazermos a análise para comprovação, principalmente aos princípios da qualidade da informação, devemos fazê-la considerando esta pesquisa, ou seja, este “pré-relatório”. A pergunta-chave então seria: Este “pré-relatório bruto” atende ao princípio da materialidade, por exemplo? Isso porque os princípios foram criados para serem aplicados em casos de relatórios reais e no caso da presente pesquisa não há esse relatório real, e sim apenas um pré-relatório bruto, mas, caso não se fizesse a comprovação do atendimento aos princípios não se poderia afirmar com certeza se as Diretrizes GRI poderiam ou não ser aplicadas no caso de organizações não-empresariais.

Se faz necessário então que todo esse processo de comprovação do atendimento aos princípios GRI seja refeito caso o relatório real seja elaborado.

5.3.6.1 Comprovação do princípio da materialidade

Para a lista final dos aspectos considerados relevantes impõe-se que se comprove a relevância de seu conteúdo, é a comprovação do Princípio da

Materialidade. Determinar que aspectos são mesmo materiais ou relevantes para a reserva e seus *stakeholders* possibilita a eleição dos melhores indicadores de desempenho GRI para esta realidade específica, sobre os quais informará num futuro relatório. Tanto aspectos quanto indicadores devem seguir o princípio da materialidade.

A materialidade vem determinada por dois fatores: a importância dos impactos da organização relatora e as prioridades de seus grupos de interesse. Pode-se entender o processo de comprovação da materialidade, seguindo o diagrama:



As perguntas-teste seguintes ajudam na análise e na comprovação da materialidade dos indicadores:

- O indicador foi mencionado pelo grupo de *stakeholders* como um indicador importante?
- Constitui um foco para o futuro do seu setor? Está sendo discutido pelos seus companheiros de setor?
- Tem relação com leis, acordos internacionais, normas, ou pactos voluntários de significação estratégica para a sua organização ou grupos de interesse?
- Constitui uma oportunidade para a sua organização?

- Aumenta as possibilidades de que a sua organização corra um risco importante?
- Está reconhecido pelos pesquisadores em sustentabilidade?
- Sua organização possui conhecimentos ou competências especializadas para contribuir com a sustentabilidade nesta área?
- Contribui para o êxito da implementação da sua estratégia ou fortalece os valores da sua organização?

É possível a valoração da relevância de cada indicador de acordo com as respostas às perguntas, o que possibilita chegar aos indicadores que deverão ser considerados. Como mencionado anteriormente, é possível acontecer de indicadores⁵² tidos como essenciais pela GRI não serem considerados relevantes e por outro lado, indicadores adicionais, serem relevantes para aquela organização especificamente. Para alguns setores já existem os suplementos setoriais, onde constam indicadores ainda mais específicos para aquele setor em especial, o que não é o caso da nossa organização pesquisada.

5.3.6.2 Comprovação do princípio da abrangência e do contexto de sustentabilidade.

Após a comprovação da materialidade e escolhidos os indicadores mais importantes, há de se fazer também a aplicação dos princípios da abrangência e do contexto de sustentabilidade.

Para que se comprove o princípio do contexto de sustentabilidade dentro da lista de indicadores, a GRI indica que se façam algumas perguntas-teste definidas no ciclo preparatório:

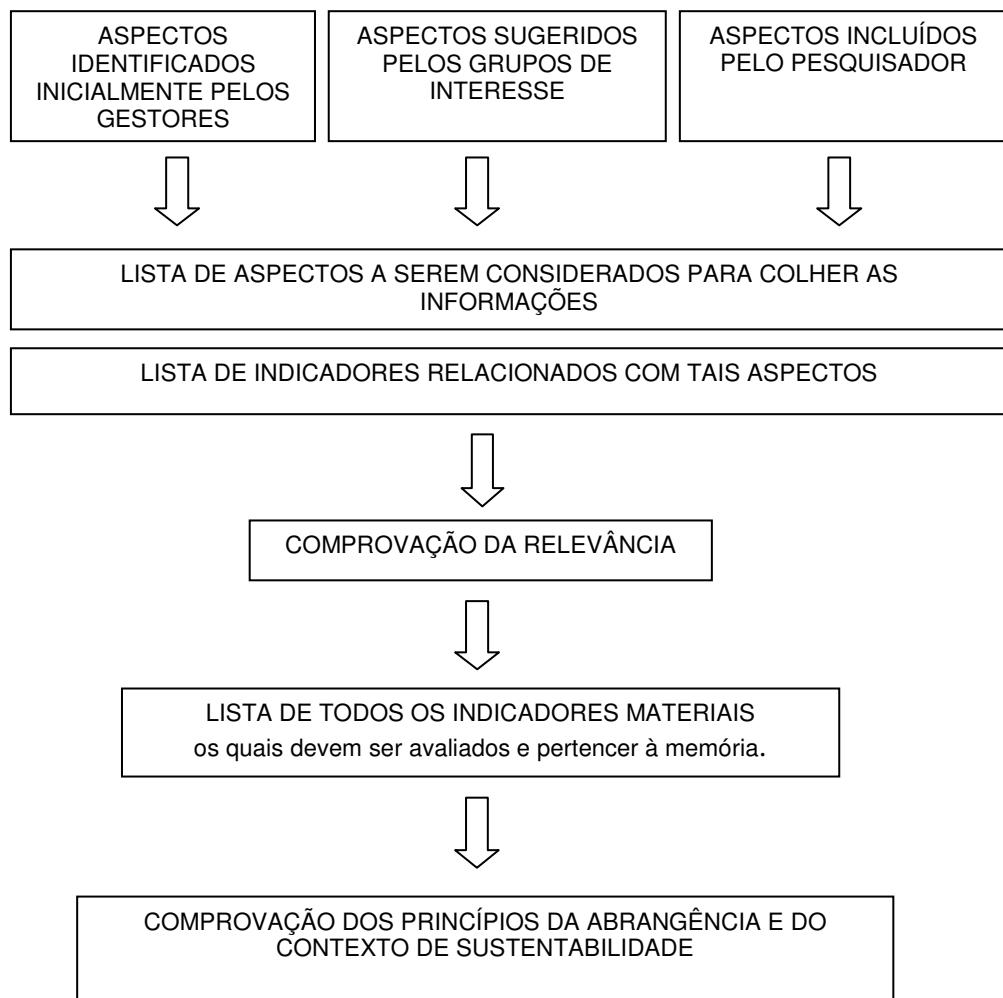
⁵² Vale lembrar que a GRI apresenta três tipos de indicadores:

Indicadores essenciais: são aqueles pertencentes ao G3 identificados como os que têm maior relevância para a maioria dos grupos de interesse. Deve ser considerados como materiais, salvo se com base nos princípios de elaboração de relatórios GRI de sustentabilidade se descobrir o contrário. Ou seja, pode ser que, após a avaliação da materialidade do indicador, tenha se chegado a conclusão que apesar do GRI considerá-lo essencial, para a para a minha organização especificamente, aquele indicador não figura como relevante.

Indicadores adicionais: são aqueles identificados pelo guia G3 como representantes e práticas emergentes ou que tratam aspectos que podem ser relevantes para determinadas organização, mas geralmente não são para a maioria delas.

Indicadores do suplemento setorial da GRI: são aqueles que complementam as Diretrizes com interpretações e orientações sobre como aplicá-las em determinado setor, incluindo indicadores de desempenho específicos. Eles visam superar as limitações de uma abordagem padronizada. Quanto à sua materialidade, os indicadores específicos setoriais, devem ser vistos assim como os essenciais, ou seja, materiais, salvo comprovação em contrário. Os suplementos setoriais aplicáveis deverão ser acrescentados às Diretrizes, e não usados em seu lugar. Possuem indicadores setoriais os setores: instituições financeiras, logística e transporte, metalúrgico e mineração, agências públicas, turismo, telecomunicações e automobilístico.

- A lista de indicadores derivada das comprovações de relevância expressa o que a organização relatora entende como desenvolvimento sustentável?
- A lista de indicadores inclui referências a condições e objetivos de desenvolvimento sustentável mais amplos?
- A lista de indicadores expressa o desempenho da organização de forma que comunica a magnitude de seus impactos em um contexto geográfico apropriado?
- A lista de indicadores descreve a estratégia, riscos e oportunidades de longo prazo da organização, incluindo os temas referentes à cadeia de suprimentos?



Analisando os indicadores definidos, foram respondidas as perguntas-teste da GRI e verificou-se que o trabalho feito consegue atender a todas positivamente. Por exemplo, no caso do questionamento sobre objetivos de desenvolvimento sustentável mais amplos (segunda pergunta-teste), os indicadores demonstram claramente os

trabalhos da AREMAC, co-gestora da Reserva, que presta atendimentos médicos para os associados, inclusive com os problemas de câncer, diabetes e alcoolismo, hoje muito preocupantes no município. O projeto social desenvolvido pela Associação é também outra comprovação e está devidamente mencionado na pesquisa.

O mesmo processo é indicado pela GRI para verificação do atendimento ao princípio da abrangência, através das perguntas-teste:

- A lista de indicadores cobre as prioridades de toda a cadeia?
- A lista de indicadores reflete o desempenho de todas as entidades que influenciam ou são influenciadas pela organização, direta ou indiretamente, salvo declaração em contrário?
- A lista de indicadores inclui todas as ações e eventos significativos ocorridos no período exposto? Considera também os futuros impactos de acontecimentos passados e futuros?
- A lista de indicadores omite informação relevante que influenciariam avaliações ou decisões dos *stakeholders* ou refletiriam impactos econômicos, sociais e ambientais?

Novamente foi obtida resposta positiva em todas as quatro perguntas. Uma demonstração disso foram os indicadores trazerem referências (sobre as atividades, os conflitos, as problemáticas e etc.) de todas as atividades que são exercidas na reserva (*stakeholders*), como a pesca, o mergulho, os passeios turísticos, o porto, a atividade *offshore*, a maricultura e as atividades da Marinha.

A pesquisa abrange todas as entidades sobre as quais a reserva exerce controle ou influencia significativa, muito embora não informe da mesma maneira sobre todas as entidades incluídas.

Assim como a GRI aconselha, mesmo para esta pesquisa, os indicadores foram considerados tentando colocar as informações de forma bem clara e de fácil interpretação (como em figuras, tabelas, gráficos e textos simples), até mesmo para subsidiar a elaboração de um futuro relatório. Aqueles indicadores que não foram considerados relevantes e, por conseguinte, não foram incluídos, devem ter a devida fundamentação no futuro relatório demonstrando os motivos da omissão dos mesmos.

Uma peculiaridade desta pesquisa é que normalmente a decisão de utilizar as Diretrizes GRI é uma decisão da alta direção da organização relatora, no presente caso, isso não ocorreu já que por ser um trabalho científico a idéia partiu do pesquisador e de seu orientador. Como já mencionado, a idéia foi apresentada aos coordenadores do Projeto Ressurgência, e conseqüentemente apresentada aos gestores da RESEX.

Obviamente após tomarem consciência da proposta do trabalho, houve uma grande participação, incentivo e crédito por parte dos gestores da Reserva.

Além disso, a definição final dos indicadores e do conteúdo também foi feita pelo pesquisador, trazendo uma deformação do processo normal indicado pela GRI, que é a definição dos indicadores e do conteúdo final pela alta direção da organização relatora. Os gestores e os *stakeholders* se mantiveram em constante processo de participação, o que garante que o processo de escolha dos indicadores e do conteúdo definido pelo pesquisador não se deu de forma arbitrária, muito menos descompassada com os objetivos dos interessados.

O Projeto Ressurgência num processo participativo entre os pesquisadores, gestores e *stakeholders* da Reserva criou uma tabela (exposta na demonstração dos indicadores) com os problemas, as causas dos mesmos, as soluções, os objetivos e as metas atuais e futuras da Reserva, apresentando os resultados gerais da sua pesquisa de forma bem didática. Nem todos os objetivos e metas foram expressos em formas exatas, mensuráveis. Por exemplo, foi considerado objetivo: melhorar o desempenho ou a política de administração e fiscalização; implementar novos sistemas de controle do pescado; implementar programas de sustentabilidade e etc.

5.3.6.3 Comprovação dos princípios da qualidade da informação

A qualidade da informação permite que os *stakeholders* compreendam e avaliem o que foi exposto com confiança e que tomem decisões bem embasadas. Estes princípios orientam também a decisão da melhor forma de apresentação das informações.

Para assegurar a qualidade da informação a GRI também indica testes, assim como foi demonstrado anteriormente com os princípios da materialidade, abrangência e contexto da sustentabilidade. São estes:

- I. A respeito do Princípio do Equilíbrio⁵³: Os indicadores devem abordar tanto os aspectos positivos quanto negativos sobre o desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do desempenho geral.
 - Os indicadores abordam os resultados e aspectos desfavoráveis?

⁵³ Segundo a GRI: “Para atender o princípio do equilíbrio, a apresentação geral do conteúdo do relatório deverá retratar de modo imparcial o desempenho da organização. É preciso evitar escolhas, omissões ou formatos de apresentação que tendam a influenciar indevida ou inapropriadamente uma decisão ou julgamento por parte do leitor. O relatório deve incluir resultados tanto favoráveis quanto desfavoráveis e abordar temas que possam influenciar as decisões dos stakeholders proporcionalmente à sua materialidade. Os relatórios têm que fazer uma clara distinção entre a apresentação objetiva dos fatos e a interpretação das informações por parte da organização relatora”. (GUIDELINES 3 GRI, 2008)

- A informação se representa de tal modo que permite ao usuário ver as tendências positivas e negativas do desempenho de ano para ano?
 - A ênfase sobre os diferentes aspectos e indicadores tratados é proporcional à sua materialidade?
- II. A respeito do Princípio da Comparabilidade⁵⁴: Os aspectos e os indicadores devem ser selecionados, coletados e expressos de maneira coerente que permita aos grupos de interesse analisar as mudanças no desempenho experimentadas pela organização ao longo do tempo e subsidiar análises e comparações com outras organizações.
- O desempenho da organização pode ser comparado com o das organizações de referência (*benchmarks*) correspondentes ou com os dados de organizações similares?
 - Os indicadores e as informações ali contidas podem ser comparadas de um ano para o outro?
 - As variações existentes com respeito a limite, escopo, duração do período analisado ou informações cobertas podem ser identificadas e explicadas?
 - Foi utilizado o suplemento setorial da GRI? (Em caso de existir para o seu setor)
- III. A respeito do Princípio da Confiabilidade⁵⁵: A informação e os procedimentos seguidos deverão ser coletados, registrados, compilados, analisados e

⁵⁴ “Princípio da comparabilidade: A comparabilidade é necessária para a avaliação de desempenho. Os *stakeholders* que usarem o relatório deverão poder comparar as informações sobre o atual desempenho econômico, ambiental e social da organização com o anterior, com seus objetivos e, na medida do possível, com o desempenho de outras organizações. É preciso incluir números totais (ou seja, dados absolutos, tais como toneladas de resíduos) e também proporções (ou seja, dados normalizados, como (cont.) resíduos por unidade de produção) para possibilitar comparações analíticas. A consistência no relato permite às partes internas e externas comparar o desempenho e avaliar progressos como parte das atividades de classificação, decisões de investimentos, programas de defesas de direitos ou conscientização (*advocacy programs*), entre outras. Comparações entre organizações exigem sensibilidade a fatores como diferenças de porte, influências geográficas e outras considerações que possam afetar o desempenho relativo de cada uma. Quando necessário, os relatores deverão fornecer um contexto que ajude os usuários dos relatórios a compreender fatores que possam contribuir para as diferenças de desempenho entre organizações.” (GUIDELINES 3 GRI, 2008)

⁵⁵ “Os *stakeholders* deverão ter a certeza de que o relatório poderá ser verificado para que se estabeleça a confiabilidade de seu conteúdo e se saiba até que ponto os princípios de relatório da GRI foram aplicados. As informações e dados incluídos deverão ser apoiados por controles ou documentação internos que possam ser analisados por outras partes que não as que elaboraram o relatório. Informações sobre o desempenho que não sejam embasadas por comprovação não deverão constar no relatório de sustentabilidade, salvo se apresentarem informações relevantes e o relatório trazer explicações inequívocas de quaisquer dúvidas relacionadas a elas. Os processos decisórios subjacentes ao relatório deverão ser documentados de uma forma que permita analisar em que foram baseadas as decisões fundamentais (tais como os processos para determinar o conteúdo e o limite do relatório e o engajamento

divulgados de forma que possam ser submetidos a revisões e estabeleça a qualidade e materialidade das informações.

- Sua organização pode identificar a fonte original de todas as informações? (para uma comprovação interna)
- Quando contenham hipóteses ou cálculos complexos, a organização pode fornecer comprovações dos mesmos? (para uma comprovação interna)
- Encontra disponível uma declaração por parte de quem forneceu os dados ou informações originais, atestando sua confiabilidade ou exatidão dentro das margens de erro aceitáveis?
- A abrangência da verificação externa está identificada?

IV. A respeito do Princípio da Exatidão⁵⁶: As informações contidas devem ser exatas e suficientemente detalhadas a fim de permitir que os diferentes *stakeholders* da organização possam avaliar o seu desempenho.

- As técnicas de medição de dados e bases de cálculos utilizadas estão bem descritas? Podem ser reproduzidas com resultados semelhantes?
- Está indicado quais dados foram estimados e que hipóteses e técnicas empregadas para gerar tais estimativas? Está indicado onde essas informações podem ser encontradas?
- As declarações qualitativas são válidas em função do resto das informações apresentadas e de outros documentos disponíveis?
- A margem de erro dos dados quantitativos é suficientemente pequeno para não influenciar substancialmente a capacidade dos *stakeholders* de chegar a conclusões adequadas e consistentes sobre o desempenho da organização?

V. A respeito do Princípio da Periodicidade⁵⁷: A informação deve ser apresentada com regularidade e em seu devido tempo, de forma que os *stakeholders*

dos *stakeholders*). Ao desenvolver seu sistema de informação, a organização relatora deve prever verificação externa.” (GUIDELINES 3 GRI, 2008)

⁵⁶ “As respostas a temas e indicadores econômicos, ambientais e sociais podem ser expressas de muitas maneiras, desde respostas qualitativas até medições quantitativas detalhadas. As características que determinam a exatidão variam de acordo com a natureza das informações e o usuário delas. Por exemplo, a precisão das informações qualitativas é, em grande parte, determinada pelo grau de clareza, detalhamento e equilíbrio de sua apresentação dentro do adequado limite do relatório. Por outro lado o rigor das informações quantitativas pode depender dos métodos específicos usados para coletar, compilar e analisar dados. O nível de exatidão necessário dependerá, em parte, do uso que se pretende fazer das informações. Certas decisões exigirão um nível mais alto em determinadas informações relatadas do que em outras.” (GUIDELINES 3 GRI, 2008)

possam tomar suas decisões bem embasados, ou seja, contando com as informações adequadas. A organização deverá se comprometer a apresentar de maneira consolidada seu desempenho na área de sustentabilidade em um momento determinado no tempo.

- A informação apresentada é recente comparada ao período que os indicadores se referem?
- A coleta e a publicação dos principais dados de desempenho são coerentes com o calendário de elaboração da pesquisa?
- A informação indica claramente o período a que faz referência, quando foi atualizada pela última vez e quando será a sua próxima atualização?

VI. A respeito do Princípio da Clareza⁵⁸: As informações devem ser expostas de maneira compreensível e acessível pelos *stakeholders*.

- A pesquisa contém informações suficientes para atender às expectativas dos *stakeholders* sem ser excessiva de desnecessariamente detalhada?
- Os *stakeholders* podem encontrar as informações que procuram sem ter que fazer esforços extraordinários, por meio de índices, mapas, *links*, ou outras ferramentas?
- Evitou-se termos técnicos, siglas, jargões ou termos poucos conhecidos a quem não seja da área? Possui um glossário com os termos incomuns?

⁵⁷ “A utilidade das informações está intimamente ligada ao fato de o momento de sua divulgação permitir aos *stakeholders* integrá-las eficazmente em seu processo decisório. O momento da divulgação se refere tanto à regularidade do relatório como à atualidade dos eventos nele descritos. Embora seja desejável um fluxo permanente de informações para satisfazer certos propósitos, as organizações relatoras deverão se comprometer a fornecer regularmente informação consolidada sobre seu desempenho econômico, ambiental e social em algum momento específico. A consistência na periodicidade dos relatórios e na duração dos períodos cobertos também é fundamental para assegurar tanto a comparabilidade das informações ao longo do tempo como a acessibilidade do relatório entre os *stakeholders*. Pode ser igualmente relevante para os *stakeholders* que o calendário dos relatórios financeiro e de sustentabilidade esteja alinhado. A organização deve equilibrar a necessidade de fornecer informações seguindo um calendário com a importância de assegurar que as informações sejam confiáveis.” (GUIDELINES 3 GRI, 2008)

⁵⁸ “O relatório (quer impresso, quer em outras mídias) deverá apresentar as informações de forma compreensível, acessível e utilizável pelos *stakeholders* da organização. As informações desejadas deverão ser encontradas sem demasiado esforço e apresentadas de maneira clara para os *stakeholders* que detêm um conhecimento razoável a respeito da organização e de suas atividades. Os gráficos e as tabelas de dados consolidados podem ajudar a tornar as informações do relatório acessíveis e compreensíveis. O nível de agregação das informações também pode afetar a clareza do relatório caso elas sejam significativamente mais ou menos detalhadas do que os *stakeholders* esperam.” (GUIDELINES 3 GRI, 2008)

- As informações estão acessíveis para pessoas com habilidades distintas (por exemplo, diferença de idiomas, de acesso a tecnologia)?

Considerando os resultados obtidos na pesquisa, as respostas foram positivas, o que garantiria o cumprimento aos princípios GRI da qualidade da informação. Porém, há de se fazer algumas considerações.

Em relação ao Princípio da Comparabilidade, a primeira pergunta (sobre a possibilidade de comparar com outros relatórios de organizações similares) fica prejudicada por ser este o primeiro trabalho feito em uma organização desse tipo. Com já foi destacado, esta é a primeira vez que os indicadores GRI são aplicados numa organização não-empresarial no perfil de uma Reserva Extrativista Marinha, o que obviamente impossibilita qualquer comparação.

Quanto à segunda pergunta (sobre comparabilidade entre dados de um ano para o outro) deve-se destacar que esta pesquisa apresentou os dados de forma a permitir a comparabilidade (ou seja, este pré-relatório possibilitaria a comparabilidade com as informações apresentadas), porém foge do controle da pesquisa se será feito ou não um real relatório de sustentabilidade, a forma que a informação será apresentada neste e até mesmo a existência de futuros outros relatórios de sustentabilidade para serem comparados com esse. O mesmo se verifica no caso do princípio da periodicidade.

Quanto à quarta pergunta, obviamente, não existe um suplemento setorial para o caso da Reserva.

Considerando a terceira pergunta do Princípio da Clareza sobre a elaboração de um glossário com os termos incomuns, este não foi elaborado para o presente trabalho, mas certamente deverá o ser no momento da elaboração de um relatório real. A mesma consideração deve ser feita em relação à quarta pergunta.

5.3.7 Estrutura

O relatório pode ser estruturado de várias formas. Cada organização, segundo sua cultura, decide a melhor estrutura a seguir para montar o seu relatório. O que não deve ser esquecido é que o objetivo de um relatório de sustentabilidade é oferecer informação sobre o desempenho geral da organização, considerando questões materiais de forma clara, simples e compreensível.

A GRI apresenta uma sugestão de estrutura que contém todas as partes vistas. O fluxo de informações segue pela informação contextual, questões estratégicas de alto nível, enfoque de gestão e acaba com os resultados de desempenho. É uma forma mais

simples de assegurar que se cubra toda a informação, contextual e de desempenho, que, através do processo G3 da GRI, tenha se considerado importante.

- Estratégia e análise;
- Perfil da organização;
- Parâmetros do relatório;
- Governança corporativa, compromissos, desafios e participação dos grupos de interesse;
- Gestão e indicadores de desempenho;
- Planilha de níveis de aplicação.

5.3.8 Indicação do meio de comunicação de um futuro relatório

Para a decisão do meio de comunicação do relatório dois fatores devem ser considerados: os destinatários e os meios de comunicação possíveis. É importante pensar nos destinatários, para que se escolha o meio de comunicação o qual captará melhor as atenções. Os destinatários são os grupos de interesse internos e externos.

É possível a decisão por diferentes meios de comunicação, visto que talvez um grupo prefira que o relatório esteja disponível de uma forma e outro grupo, prefira de outra forma, ou até mesmo estejam interessados em informações de diferentes tipos. Pode-se separar os principais grupos de interesses, comparar os distintos métodos, pensar qual funcionará melhor com cada um, e eleger o melhor meio de comunicação (pensando sempre que os grupos têm perspectivas e contextos diferentes).

A GRI indica para grupos de interesses externos os meios de comunicação:

- Reuniões;
- Apresentações em diferentes eventos (feiras comerciais, convenções, conferências, reuniões da comunidade, reunião de fornecedores e etc.);
- Correio eletrônico;
- Notas na imprensa;
- Artigos em jornais ou boletins de associações comerciais, sindicatos e etc;
- Relatório impresso;
- CD ou DVDs;
- Site da organização, site do GRI.

Tabela 17: Vantagens e desvantagens de cada meio.
 Fonte: Ciclo Preparatório da GRI

MÉTODO	VANTAGENS	DESVANTAGENS
Reuniões	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Muito interativo; ▶ As informações podem se adaptar aos destinatários; ▶ Diálogo direto. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Alcance limitado; ▶ Necessita mais tempo.
Feiras comerciais, apresentações	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Pode ajudar a diferenciar o seu negócio ou atrair novos investidores ou clientes; ▶ As informações podem se adaptar aos destinatários; ▶ Diálogo direto 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ O custo para preparação dessas apresentações (material, estande e etc.) pode sair alto.
Boletim, folheto, e-mail	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Pode identificar listas de distribuição; ▶ Pode incluir outra informação; ▶ Mais barato do que publicar o relatório impresso. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ É um canal com apenas uma direção; ▶ Pode dar a entender que a sustentabilidade não é o fator prioritário; ▶ Pode ser facilmente ignorada ou mal interpretada.
Nota na imprensa	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Baixo custo; ▶ Amplo alcance 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ É necessário uma boa história para que venda a notícia; ▶ São necessários contatos; ▶ Não existe controle real do que se publica.
Relatório Impresso	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Imagem de profissionalismo; ▶ Exaustividade ▶ Acessível e transparente. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Elevado custo de impressão. ▶ Custo adicional com um relações públicas.
Página na Web	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Não há custo de impressão; ▶ Disponível gratuitamente para todos; ▶ Poupa papel. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Não é tão bom ler no computador; ▶ É necessário ter acesso à internet.

Apesar de não ser apresentado o relatório final nesta pesquisa, recomenda-se que este seja disponibilizado na versão impressa, on-line e que sejam feitos workshops pelo Projeto Ressurgência a fim de difundir os dados do relatório e a importância de um processo de melhoria contínua.

A GRI permite que a organização relatora escolha pelo menos um canal onde o relatório completo esteja disponível (impresso ou no site da organização, por exemplo) e distribua partes do relatório para os *stakeholders*, destacando para cada um apenas as

informações relevantes para atender as expectativas do mesmo; ou mesmo um relatório resumido para todos os *stakeholders*, apenas com os dados mais importantes (como um sumário executivo, por exemplo). Porém, a GRI destaca que pelo menos em algum lugar o relatório GRI completo terá que estar disponível e que os meios de comunicação eleitos guardem a máxima coerência para demonstrar o compromisso com a transparência.

No caso da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo não é indicado que isso seja feito, já que atualmente os *stakeholders* se sentem muito inseguros sobre a Reserva. Neste momento o melhor seria disponibilizar o máximo de informações possíveis para o máximo de interessados, pelo menos até que se instaure entre os interessados e os gestores da RESEX a devida confiança. Em relação a esta pesquisa espera-se fazer uma apresentação de seus resultados ao final aos *stakeholders* envolvidos.

5.4 Aplicação dos Indicadores GRI na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo

5.4.1 Protocolo de Indicadores Econômicos da GRI

Os dados de desempenho gerados a partir dos indicadores econômicos devem ilustrar o fluxo de capital entre diferentes *stakeholders* e os principais impactos da organização sobre a sociedade como um todo.

Para os leitores o dado econômico relevante é a contribuição da organização à sustentabilidade dos sistemas econômicos em que está inserida. Os indicadores econômicos GRI são divididos em três categorias:

- ▶ Desempenho econômico: aborda os impactos econômicos diretos das atividades da organização e o valor agregado por essas atividades;
- ▶ Presença no mercado: fornecem informações sobre as interações em mercados específicos;
- ▶ Impactos econômicos indiretos: medem os impactos econômicos resultantes das atividades econômicas e transações da organização.

INDICADOR 1

EC1. Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos

Dados sobre a geração e distribuição de valor econômico fornecem uma indicação básica de como a organização gerou riqueza para os *stakeholders*. Os dados devem ser compilados e criada uma tabela EVG&D (Valor econômico gerado e distribuído). Nesta tabela devem estar incluída o valor econômico direto gerado (receita), o valor econômico distribuído (custos operacionais, salários e benefícios de empregados, pagamentos para provedores de capital, pagamentos ao governo, investimentos na comunidade) e o valor econômico acumulado (calculado como valor econômico gerado menos valor econômico distribuído).

Tabela 18: Receitas
Fonte: Diretrizes 3 GRI, 2008

Componente	Comentário
Valor Econômico Direto Gerado	
Venda líquida	Vendas líquidas mais receitas provenientes de investimentos financeiros e vendas de ativos.
Valor Econômico Distribuído	
Custos Operacionais	Pagamentos para fornecedores, investimentos não estratégicos, royalties e pagamentos de facilitação.
Salários e benefícios de empregados	Total da folha de pagamento dos empregados (pagamentos atuais e não as obrigações futuras)
Pagamentos para provedores de capital	Todos os pagamentos financeiros feitos para os provedores de capital da organização.
Pagamentos ao governo	Impostos brutos
Investimentos na comunidade	Contribuições voluntárias e investimento de fundos na comunidade como um todo (inclui doações)
Valor Econômico Acumulado (calculado como valor econômico gerado menos valor econômico distribuído).	Investimentos, hipoteca e etc.

APLICAÇÃO NA RESEX:

1) Quais são as receitas da RESEX (taxa de turistas, governo)?

A receita da RESEX hoje é um problema grave, já que não há uma fonte de receita clara.

Receita do Instituto Chico Mendes: (Não disponibilizada)

Valor repassado do IBAMA ao Chico Mendes: Segundo o Chefe do Instituto, o IBAMA não repassa os valores devidos para a RESEX de Arraial do Cabo.

As multas aplicadas na área da RESEX, quando são pagas, o valor vai diretamente para o fundo das unidades de conservação, juntando com o valor arrecadado pelas outras unidades também, não ficando qualquer valor para a RESEX de Arraial do Cabo especificamente. Para tentar amenizar tal problema, o Instituto aceita que as empresas façam doações para a AREMAC, dinheiro este que supostamente será empregado na RESEX. Pode ocorrer, inclusive, de o Instituto entrar em acordo com a empresa e aplicar uma multa do valor de X (mais baixa que o valor que realmente deveria ser aplicado) e a diferença, entre o valor devido e a multa aplicada, ser paga como doação à AREMAC. Em 2007, o Chefe do Instituto Chico Mendes aplicou duas multas por pesca de arrasto (proibidas na área da RESEX), desde sua posse, há nove meses; uma no valor de R\$ 155.000,00 para a empresa JP Lopes e R\$ 5.000,00 em outra empresa. (A discrepância nos valores se dá pelo tamanho da embarcação e por ser a terceira reincidência da primeira empresa).

Receitas da AREMAC (com base na prestação de contas da AREMAC):

Doações, mensalidade dos associados e taxas da RESEX para o turismo e atividades *offshore*.

Os valores pagos pelas empresas *Offshore* à AREMAC não ficam claros na prestação de contas da Associação o porquê do recebimento (se foi a título de doação, compensação aos pescadores pela impossibilidade de pescar ou multa).

Tabela 19: Entradas e saídas AREMAC

Meses	Valor pago pelo Grupo Cassinú	Valor pago por outra empresa	Valor repassado pela AREMAC às Associações de pescadores a título de compensação.
Setembro	R\$ 5.000,00	-	-
Outubro	R\$ 84.080,00	-	-
Novembro	R\$ 75.000,00	R\$ 11.240,00	R\$ 48.595,92
Dezembro	R\$ 81.430,00	R\$ 10.000,00	R\$ 65.528,00

1. Valores extraídos da prestação de contas de 2007 da AREMAC.
2. Existem recebimentos em valores altos na prestação de contas sem identificação de fonte pagadora, como, por exemplo, R\$ 8.800,00 em agosto, R\$ 45.000,00 em setembro e R\$ 24.661,87 em outubro.

Há taxas pagas a AREMAC para utilização da RESEX, como, por exemplo, R\$ 5,00 cobrados por pessoa pelo mergulho noturno (Para que se possa fazer mergulho noturno na área da RESEX é necessário autorização da AREMAC) e R\$ 400,00 por ano por embarcação de turismo.

A AREMAC recebe também o valor de R\$ 5,00 mensais por associado. São 1800 associados hoje, porém, segundo o presidente da AREMAC, 95% estão inadimplentes.

Receita da Marina:

Na entrada da Marina é cobrado o valor de R\$ 3,00 de cada visitante e R\$ 5,00 em dias úteis e R\$ 10,00 nos finais de semana e feriados, por veículo estacionado. Moradores e veículos de Arraial do Cabo estão isentos das taxas. Embarcações de Arraial do Cabo não pagam para atracarem na Marina, apenas embarcações de outros municípios. A marina tem uma administração compartilhada entre a FIPAC - Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo, autarquia vinculada à prefeitura municipal - e a Colônia de pescadores Z5. Até julho de 2007 todo o valor arrecadado na Marina era dividido nas seguintes proporções: 20% para manutenção da Marina, 40% para a FIPAC e 40% para a Colônia. Após julho, cada instituição se alterna na exploração da Marina por 48 horas, encerrando a briga pelo repasse dos valores de cada instituição, mas aumentando a briga pelo valor de 20% da manutenção da Marina. Segundo depoimento do presidente da Colônia Z5 de julho a dezembro de 2007 a Colônia arrecadou o valor de, mais ou menos, R\$ 180.000,00 na Marina. Os dados exatos não foram disponibilizados por nenhuma das duas instituições. Nada desse valor é revertido para a RESEX, muito embora haja uma tentativa da AREMAC em entrar num acordo com ambas as instituições a fim de conseguir algum repasse.

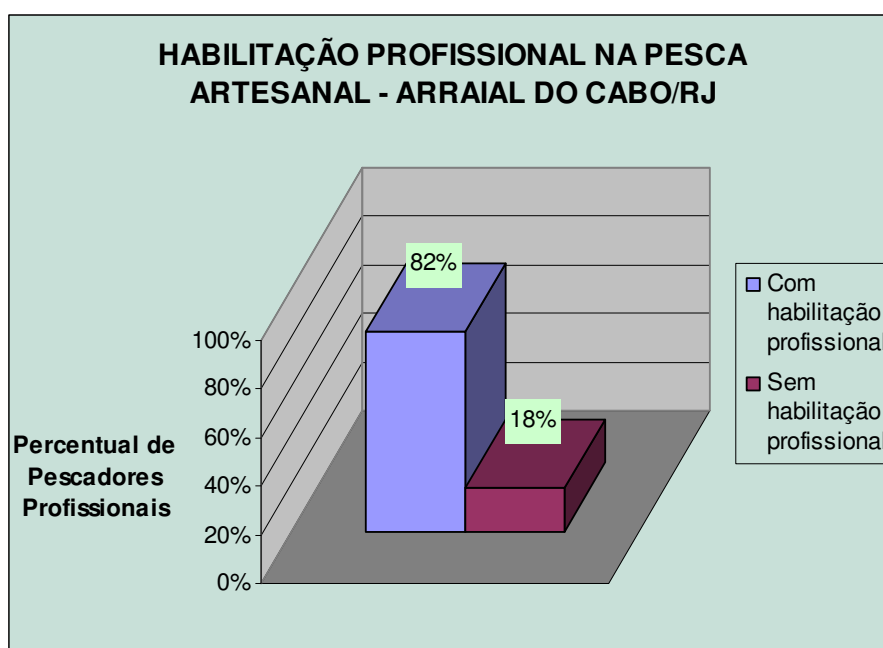
Receita do Porto do Forno:

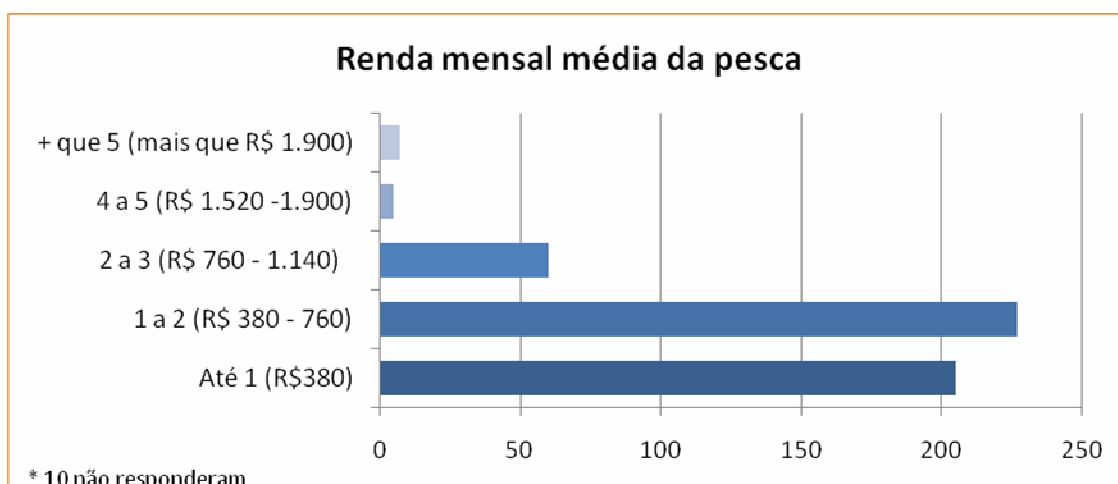
O porto recebe as taxas portuárias, as diárias dos barcos atracados e os serviços prestados pelo porto ao navio, como balança, guindaste e etc. Nenhum desses valores é repassado à RESEX.

Receita da Capitania dos Portos:

Cabe a Capitania dos Portos fiscalizar as embarcações em termos de saúde e segurança no mar, inclusive verificando se os marinheiros possuem ou não os registros próprios. Os valores obtidos com multas em embarcações feitas na área da RESEX vão para o fundo geral da Marinha e nada é revertido para a RESEX.

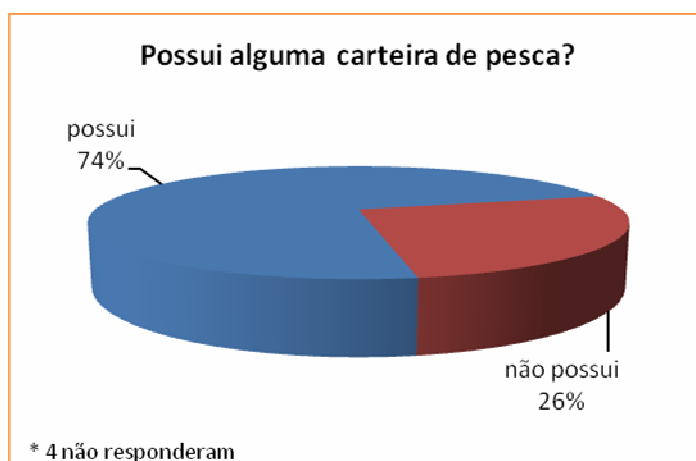
Dentre os 100 pescadores entrevistados, pode-se deduzir que a maioria, 82%, possui habilitação profissional, conforme o gráfico abaixo, configurando um índice elevado de formalidade do trabalho da pesca artesanal. No passeio náutico e no mergulho essa formalidade se faz ainda maior pela exigência da Capitania dos Portos do registro também para transporte de passageiros.





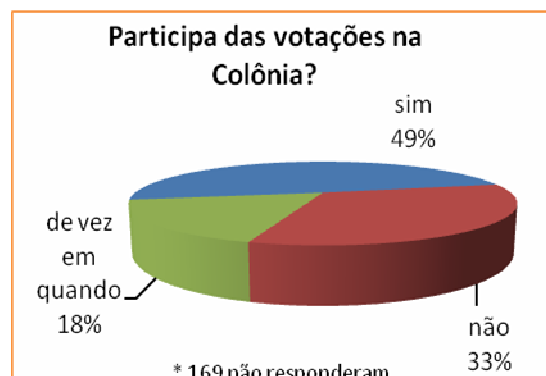
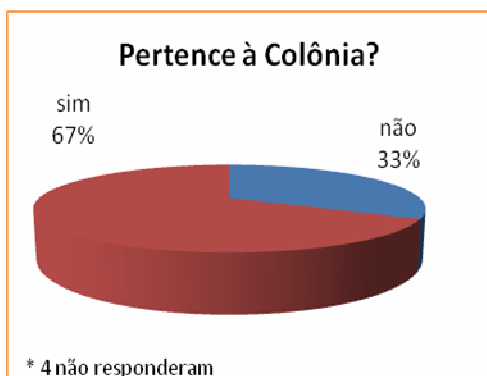
Em entrevista com 514 pescadores, a maioria declarou possuir alguma carteira de pesca. 373 entrevistados possuem a carteira da Colônia de Pescadores Z5 (outras também têm o poder de anuência pelo Ministério do Trabalho para a profissionalização do pescador artesanal).

Apesar da existência de diversas associações ainda 26% dos entrevistados não tem a carteira de pesca. Ressaltamos que muitos deste que não possuem documentação pescam há mais de dez anos. A informalidade da pesca tem relação tanto com a falta de crédito das associações representativas da categoria quanto com a falta de informação.



A proporção de pescadores que pertencem à Colônia é bem semelhante ao gráfico anterior. Atualmente muitos pescadores fazem a carteira para poderem receber o defeso da sardinha, de um salário mínimo por três meses por ano. A Colônia e a APAC podem encaminhar a documentação para a requisição do defeso, o único requisito é que o pescador esteja em dia com as mensalidades. E quanto à participação nestas instituições, a maioria respondeu que se limita a pagar a mensalidade, e em seguida em

comparecer nas votações. Quase metade dos associados entrevistados participa das votações.



*Turismo*⁵⁹:

Os que vêm de ônibus ou de van par Arraial do Cabo, pagam embutido no preço uma taxa cobrada pela secretaria de turismo para acesso à cidade, ao cruzar o Pórtico. Este pagamento, cobrado por meio de DAM – documento de arrecadação municipal –, é de R\$60,00 e R\$30,00, respectivamente. O valor é arrecadado pela Secretaria de Fazenda, que repassa para a Secretaria de Turismo, mas nada é repassado à RESEX.

2) *Dos royalties que Arraial recebe, algo vai para a RESEX?*

Arraial do Cabo recebe um valor muito baixo de royalties do petróleo, comparado com os municípios vizinhos, principalmente, Cabo Frio, que em 2007 foi o terceiro município do Rio de Janeiro no ranking dos royalties. O valor recebido, porém, fica com a prefeitura, não havendo repasse para a RESEX, apesar desta esporadicamente fazer “doações” à Reserva, como a obra e a água da sede. Acredita-se que, para o próximo

⁵⁹ Observemos a lei do SNUC a qual dispõe que:

Art. 33. A exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, dependerá de prévia autorização e sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento.

Art. 34. Os órgãos responsáveis pela administração das unidades de conservação podem receber recursos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a sua conservação. Parágrafo único. A administração dos recursos obtidos cabe ao órgão gestor da unidade, e estes serão utilizados exclusivamente na sua implantação, gestão e manutenção.

Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o *caput* deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.

ano, se eleve consideravelmente o recebimento de royalties por parte de Arraial do Cabo, já que está na área de influência das novas mega reservas de Tupi e Júpiter, segundo mapa divulgado pela ANP. (Fato divulgado no jornal O Estado de São Paulo on line, - acesso em 08-01-2008. A distribuição dos royalties é calculada a partir de um mapa elaborado pelo IBGE, que indica qual porção do oceano pertence a cada Estado e a cada cidade).

Tabela 20: Royalties (Os valores obtidos do Estado do Rio de Janeiro representam um somatório dos valores recebidos por todos os municípios)

Fonte: ANP – WWW.anp.gov.br , acesso em 27/05/2008

Royalties		
Municípios do Rio de Janeiro	Valor acumulado recebido em 2007.	Valor recebido em 2008 até o mês de maio
Araruama	4.806.518,41	2.438.732,89
Arraial do Cabo	4.233.079,09	2.462.594,12
Búzios	41.949.135,71	21.705.082,08
Cabo Frio	116.805.655,64	56.677.403,67
Campos	386.812.955,63	202.439.046,34
Macaé	289.542.845,97	151.342.819,35
Rio das Ostras	116.009.309,34	61.141.341,17
Estado do Rio de Janeiro - total	1.735.204.620,82	907.299.619,82

3) *Quais são os custos (custo de escritório)? Valor não disponibilizado.*

4) *A RESEX tem algum gasto?*

O Instituto Chico Mendes tem gastos fixos que são pagos por doação. Para o abastecimento de água da sede, a prefeitura doa o carro pipa. A conta de luz é repartida entre a Álcalis e o Instituto Chico Mendes, que segundo o Chefe do Instituto, vem no valor de R\$ 200 a 250,00. Não há aluguel da sede, já que esta fica no alojamento dos ex-funcionários da Álcalis. Quando houve o contrato de comodato da sede para o Instituto Chico Mendes, o Porto do Forno e a Prefeitura fizeram a obra no local (como doação) para adaptá-lo a ser a sede do Instituto. O telefone é pago pela AREMAC.

Segundo o Chefe do Instituto, não há recebimento de doação pelo Instituto por empresa privada, para que se evite a parcialidade na fiscalização destas. Porém, o que

se vê na prática é que a doação é feita para a AREMAC e esta repassa o dinheiro ou paga diretamente as contas fixas do Instituto, como funcionários e telefone.

A AREMAC tem custos fixos. A prestação de contas da AREMAC não é transparente (além de existir gastos sem identificação clara, como, por exemplo, em outubro de 2007 o valor de R\$ 13.950,00 como “adiantamentos diversos” e R\$ 77.336,00 como “pagamentos diversos conforme recibos”, não há uma homogeneidade nos valores dos gastos fixos, como, por exemplo, o pagamento de R\$ 2.176,38 em novembro com água, telefone e luz, R\$ 1.475,02 em setembro, R\$ 386,41 em julho, R\$ 712,70 em junho e R\$ 88,57 em maio, e, R\$ 6.890,00 em novembro com serviços de táxi), porém alguns custos fixos podem ser identificados, como: aluguel da sede, água, luz, telefone, internet, empregados, contador, material de escritório e manutenção. Além dos gastos fixos, a AREMAC tem gastos com os serviços sociais que presta aos seus associados, como farmácia, transporte e cestas básicas.

Em função da falta de estrutura própria do Instituto Chico Mendes, o gasto com a fiscalização da RESEX fica por conta da AREMAC. Quando não há ação conjunta com algum órgão (Polícia Federal, IEF e Capitania dos Portos) que dispõe da embarcação para fazer a fiscalização, a AREMAC precisa arcar com o custo do aluguel da embarcação, o que no mês de dezembro de 2007 foi de R\$ 2.485,00 e no mês de outubro consta um valor de R\$ 2.250,00 com “monitoramento sócio ambiental”. Além disso, identificou-se o gasto com barreiras de contenção de R\$ 17.300,00 em dezembro, R\$ 21.015,00 em novembro e R\$ 13.975,00 em outubro de 2007. Não houve explicação sobre tais gastos, já que a responsabilidade pela colocação de barreiras de contenção de óleo não é da RESEX e sim do proprietário da embarcação (pessoa física ou jurídica).

5) *Os gestores recebem algo?*

O chefe do Instituto Chico Mendes por ser funcionário do IBAMA, recebe seu salário pago pelo mesmo. Já o presidente da AREMAC não tem qualquer remuneração em função da gestão da RESEX.

6) *Tem alguém que trabalha para a RESEX?*

No instituto Chico Mendes trabalham 3 funcionários do IBAMA e na AREMAC trabalham 8 funcionários contratados pela própria. Dois funcionários da AREMAC estão cedidos para o Instituto Chico Mendes.

7) *A RESEX aluga algo?*

A sede da AREMAC é alugada.

Além disso, por falta de embarcação própria, quando necessário e não se consegue firmar uma parceria com outras entidades de fiscalização, tais como Polícia Federal, IEF e Capitania dos Portos, a AREMAC aluga uma embarcação para poder fazer a fiscalização da RESEX em conjunto com o Chico Mendes.

8) *Tem algum bem?*

A AREMAC possui um carro e 6 computadores.

O Instituto Chico Mendes possui 3 computadores e uma lancha. Tal lancha foi danificada numa operação de fiscalização pelo antigo Chefe do Instituto Chico Mendes, tendo ficado parada até o presente momento (junho de 2008) onde o Estaleiro Cassinú, a título de doação, aceitou fazer o conserto da mesma.

INDICADOR 2:

EC2. Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.

As mudanças climáticas trazem riscos e oportunidades para as organizações, seus investidores e seus *stakeholders*. A alta direção deve relatar se as mudanças climáticas, seus riscos e oportunidades foram considerados. Além disso, a compilação deve dispor os riscos e/ou oportunidades trazidos por mudanças climáticas que têm implicações financeiras potenciais para a organização, incluindo riscos devido a mudanças físicas, riscos regulatórios, oportunidades de fornecimento de novas tecnologias, produtos e serviços e possíveis vantagens competitivas. Devem ser calculadas também quantitativamente as implicações financeiras (ex.: custo de seguros e créditos de carbono) da mudança climática para a organização.

APLICAÇÃO NA RESEX:

1) *Como a mudança climática pode influenciar os negócios da RESEX?*

Sendo uma unidade de conservação o objeto do relatório qualquer mudança climática a influenciará. Certamente a mudança climática mudará a biodiversidade do local, a temperatura e muito provavelmente o nível de água, o que influenciará certamente nas atividades feitas dentro da RESEX, seja portuária, passeio náutico, mergulho, marinha, atividade *offshore* ou pesca.

2) *Quais são os riscos para os negócios da RESEX no caso de mudança climática?*

As alterações de qualquer origem – climática, antrópica – aparentemente alteraram os ciclos de Arraial do Cabo. Segundo os pescadores, a pesca funciona

diferente do que era no passado. O que fica explícito na fala de um dos pescadores entrevistados, Jonas: *“a pesca não é mais regular. Antes, quando vinha vento leste/nordeste, a incidência de chuva era menor. Isto era uma regra. Hoje já não é mais assim. O aquecimento global tem mudado o clima no mundo inteiro. Inverno ficou mais quente, épocas mais irregulares. Chove com vento leste. As regras não são mais as antigas. De uns tempos para cá o clima tem mudado significativamente. Antes as águas vinham trazendo peixes e não trazem mais; ou as águas não vêm mais ou trazem outro tipo de peixe. Peixe tem um ciclo que não é obedecido. O esforço da pesca aumentou muito e se pesca na época de reprodução. Antigamente, não tinha problema porque era artesanal e então pegava menos”*. Jonas ainda afirma que há uma total ausência da fiscalização do IBAMA. *“O IBAMA esta em greve aqui; não está atuante”*.

3) *Quais são as oportunidades para os negócios da RESEX no caso de mudança climática?*

Os gestores não souberam responder tal pergunta.

4) *A RESEX está preparada para isso?*

Hoje com a estrutura que a RESEX tem não há preparo para qualquer consequência negativa em decorrência da mudança climática.

Em se tratando de consciência ambiental, os pescadores não têm qualquer preocupação. Eles têm noção de que a quantidade de peixe diminuiu, mas justificam o fato apenas com a pesca predatória. Raros são os pescadores, como o Jonas, do depoimento acima que tem uma noção sobre mudança climática.

O IBAMA tem preocupação ambiental inerente à sua atividade, mas pelo que é repassado pelos *stakeholders* ele não faz nenhum trabalho de conscientização ambiental dentro da RESEX com os que têm atividades lá.

INDICADOR 3.

EC3. Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.

Um plano de pensão corretamente financiado pode ajudar a atrair e manter uma mão-de-obra estável e dar suporte ao planejamento financeiro e estratégico de longo prazo do empregador.

APLICAÇÃO NA RESEX:

Obviamente a RESEX não oferece qualquer plano de pensão então o indicador fica prejudicado. Sendo assim, para que se pudesse avaliar uma possível política relacionada a planos de previdência ou plano de saúde, modificou-se um pouco o questionamento.

- 1) *A RESEX incentiva que o pescador faça planos de previdência ou plano de saúde?*

Não há qualquer trabalho de conscientização de contratação de previdência privada. O trabalho que a colônia faz é dar uma declaração de que a pessoa que deseja se aposentar é pescador para que este dê entrada na documentação, no INSS. Hoje a previdência social pede também que o pescador comprove a quantidade de pescado, a fim de ter maior controle da atividade e evitar possíveis fraudes.

Em relação aos planos de saúde, tanto a AREMAC quanto a Colônia de Pescadores Z5 prestam serviço de atendimento médico o que inibe um pouco o problema da falta de dinheiro para pagar um plano de saúde pelos pescadores.

INDICADOR 4.

EC4. Ajuda financeira significativa recebida do governo

Esse indicador fornece uma medida da contribuição do governo para a organização relatora. A comparação entre a ajuda financeira significativa recebida do governo e os impostos pagos pode ser útil para a obtenção de uma visão equilibrada das transações entre a organização relatora e o governo.

Para a compilação dos dados devem ser considerados os valores das ajudas financeiras significativas⁶⁰, considerando, por exemplo, incentivos fiscais/créditos; subsídios; subvenção para investimento, pesquisa e desenvolvimento e outros tipos relevantes de concessões; incentivos financeiros; e, ajuda financeira de Agências de Crédito de Exportação.

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *Existe alguma ajuda significativa recebida do governo?*
 - ▶ Incentivo fiscais/créditos;

⁶⁰ Para a GRI ajuda financeira significativa são benefícios financeiros significativos diretos ou indiretos que não representam uma transação de bens e serviços, mas que são um incentivo ou compensação por ações empreendidas, pelo custo de um ativo ou por despesas incorridas. O provedor de ajuda financeira não espera um retorno financeiro direto da ajuda oferecida.

- ▶ subsídio;
- ▶ subvenção para investimento, pesquisa e desenvolvimento e outros tipos relevantes de concessões;
- ▶ prêmios;
- ▶ royalty;
- ▶ ajuda financeira de agências de crédito;
- ▶ incentivos financeiros;
- ▶ ajuda de outros governos.

Recebe royalties, mas o valor não é repassado para a RESEX. Não há repasse dos valores das multas aplicadas na RESEX.

Os pescadores recebem o defeso pago pelo governo e a compensação ambiental paga pelas empresas de petróleo, não necessariamente brasileiras.

INDICADOR 5

Aspecto: Presença no mercado

EC5. (adicional) Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.

Bem-estar econômico é uma das formas de uma organização investir naqueles que exercem suas atividades relacionadas a ela. Esse indicador ajuda a demonstrar como a organização contribui para esse bem-estar econômico. O indicador também fornece indicações sobre a competitividade dos salários e informações relevantes para a avaliação do efeito do salário no mercado de trabalho local. A compilação dos dados deve considerar: se parcela significativa dos que exercem sua atividade relacionada à organização relatora tem sua remuneração relacionada ao salário mínimo; a comparação do salário mínimo local com o menor salário recebido dentro da organização; variação das atividades.

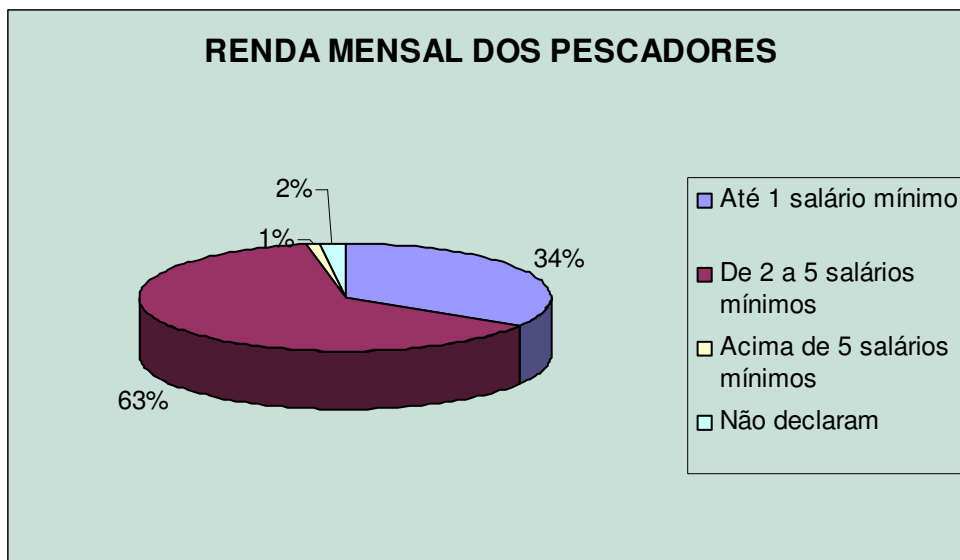
No caso da nossa organização relatora, como não seria possível a utilização de dados relacionados às “unidades operacionais importantes” da organização, já que estas não existem, cada atividade exercida dentro da RESEX será trabalhada como se fossem “unidades operacionais importantes”, sendo usados os dados relativos àquelas em todo o relatório, inclusive dados relativos à remuneração. Não há o que se falar em empregados da RESEX, salvo aqueles que trabalham para a AREMAC (que está sendo considerada pelo relatório, juntamente com o Instituto Chico Mendes, a parte física da RESEX).

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) Qual é o rendimento dos que vivem da RESEX?
- 2) Comparação com o salário mínimo?

Os valores aqui apresentados foram obtidos através das pesquisas, por meio de entrevistas, feitas pelo Projeto Ressurgência.

Pesca:



Fonte: Projeto Ressurgência.

Passeio Náutico:

O passeio náutico representa um setor em expansão dentro da atividade turística em Arraial do Cabo. Dados divulgados pela assessoria da ATAC – Associação de turismo de Arraial do Cabo - por meio da Sra. Rose Cintra revelam que o passeio náutico em Arraial é uma das atrações turísticas mais visitadas no estado do Rio de Janeiro. De acordo com os entrevistados do setor, estima-se que existam em torno de 100 barcos operando na atividade com capacidade que variam entre 10 até 120 lugares. Estimativas da secretaria de turismo (informação não documentada), na baixa temporada, essa atividade apresenta um fluxo médio de 200 pessoas nos finais de semana. Já na alta temporada, esse número sobe para 4.000 pessoas/dia.

De acordo com informação verbal obtida na secretaria de turismo o número de turistas no carnaval chega a 250.000 pessoas, cerca de dez vezes a população local (última contagem do IBGE, em abril de 2007, divulgou o número de 25.248 pessoas). O fluxo de turistas concentra-se em épocas específicas do ano: Natal, Ano Novo, mês de janeiro e carnaval, considerado como alta temporada, onde a taxa média de ocupação

das pousadas oscila entre 80% e 100%. Considera-se o restante do ano como média (março, abril, julho, setembro, outubro e novembro) e baixa temporada (maio, junho e agosto) com ocupação média abaixo de 30%, excetuando feriados, onde volta a ocorrer maior procura. Segundo um proprietário de pousada, nos meses de baixa temporada, sua ocupação fica em torno de 10 diárias/mês.

O valor cobrado para o passeio de barco oscila entre R\$5,00 para passeios curtos (percurso entre a Marina e a Praia do Forno), até R\$25,00 para passeio mais longos com três a quatro horas de duração (trajeto que percorre: Prainhas, Boqueirão, Gruta Azul, Praia da Ilha do Farol e Praia do Forno com passagem pelo restaurante flutuante e pela fazenda de maricultura).

Uma característica da baixa temporada é o aumento da procura para a prática da pesca amadora, uma vez que os condutores conhecem bem a atividade e os locais próprios.

Grande parte das pessoas que fazem passeio náutico está fortemente vinculada à atividade de pesca e, em alguns casos, também prestam apoio à atividade *offshore*. Quando questionados a respeito dessas atividades paralelas, afirmam obter maior rentabilidade com a atividade turística. Muitos pescadores ou abandonaram a atividade pesqueira para dedicar-se, exclusivamente, ao turismo, ou praticam a pesca apenas em períodos de baixa temporada.

Mergulho:

Já o custo para quem pretende fazer o mergulho pode ser dividido em dois grupos: aqueles que optam apenas pelo “batismo” (que consiste em breves instruções e logo após o mergulho acompanhado do instrutor), que varia de acordo com a escola, entre R\$110,00 e R\$135,00, e aqueles que fazem o curso completo, com duração de quatro dias, entre aulas práticas e teóricas, a um custo aproximado de R\$550,00.

Considerando os custos de cada atividade:

Para o passeio náutico, durante o levantamento feito junto aos barqueiros, foi possível verificar que os principais itens de custo referem-se ao combustível (óleo diesel), marinheiros, alimentação. Existem ainda os custos referentes à legalização da atividade junto a Capitania dos Portos/Marinha do Brasil que se referem aos equipamentos de segurança (coletes, botes), bem como curso de capacitação para transporte de passageiros.

Da mesma forma, o barqueiro Amarildo Godinho Gonçalves argumentou que os custos da pescaria são bem superiores (quantidade de combustível, compra de iscas),

quando comparados aos de passeio náutico, além de ser menos desgastante fisicamente e ter retorno mais garantido nos últimos anos, devido principalmente à redução dos estoques pesqueiros.

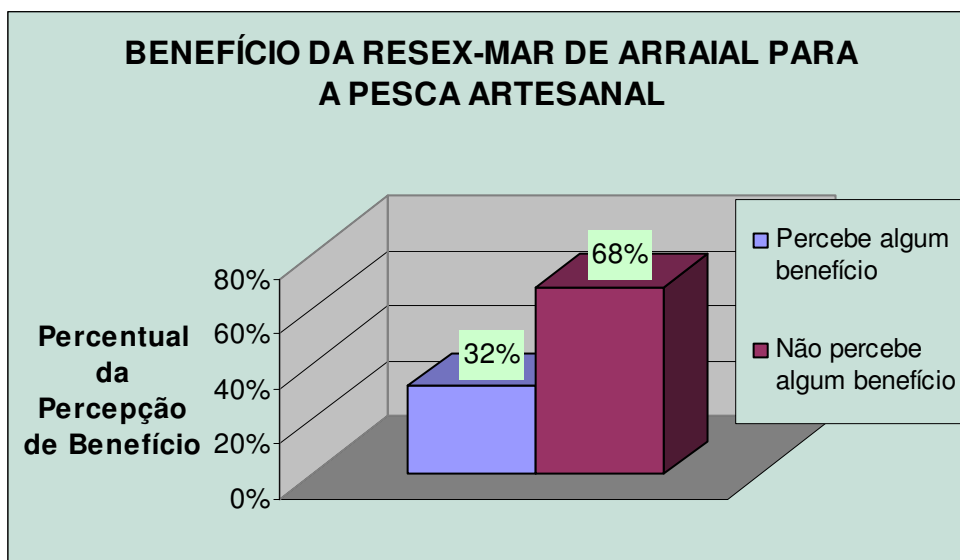
Para a atividade de mergulho, as principais despesas do empreendimento são relativas aos equipamentos (cilindros, roupas próprias); pagamento de funcionários, combustível e alimentação (lanche servido a bordo). O custo total por saída é de, aproximadamente, R\$ 250,00

Porto: (A receita do porto não foi divulgada).

3) *A criação da RESEX diminuiu ou aumentou a renda dos que vivem da RESEX?*

Uma das expectativas com a criação da RESEX era que a quantidade de peixes voltasse a crescer. Observava-se uma queda cada vez maior da quantidade de pescado e conseqüentemente da renda obtida com eles, o que muito preocupava a todos. A intenção era que tornando a área uma reserva se conseguisse acabar com a pesca predatória, fator de maior impacto na diminuição dos peixes. Infelizmente a precária fiscalização da RESEX, fez com que tal objetivo não fosse alcançado em sua totalidade. Houve uma melhora, mas o problema está longe de ser solucionado.

Em entrevista com 100 pescadores foram encontrados os seguintes valores:



4) *Qual a atividade dentro da RESEX que tem um melhor retorno financeiro?*

Sem dúvida as atividades desenvolvidas dentro da RESEX que obtém maior lucro são as atividades *Offshore* e a atividade portuária.

Comparando a pesca com a atividade voltada para o turismo (passeio ou mergulho), a segunda é melhor remunerada.

INDICADOR 6

EC6. Políticas práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.

A influência que uma organização pode exercer sobre uma economia local vai além de empregos diretos e pagamento de salários e impostos. Ao apoiar os negócios locais na cadeia de suprimentos, uma organização pode indiretamente atrair investimentos adicionais para a economia local. As organizações podem obter ou manter sua “licença social de operação” em parte através da demonstração de impactos econômicos locais positivos. A contratação de fornecedores locais⁶¹ pode ser uma estratégia.

No caso da RESEX, sua legitimidade sendo tão discutida em Arraial do Cabo, é importante que esta se mostre uma grande incentivadora do crescimento local. Para o presente trabalho o termo “local” se refere à região de Arraial do Cabo. Para a compilação dos dados deste indicador deve ser observada se a organização possui uma política ou práticas comuns de preferência aos fornecedores locais; a porcentagem das compras feitas no local; e, os fatores que influenciaram na escolha daquele fornecedor (por exemplo, custos, desempenho ambiental e social) além da localização geográfica.

APLICAÇÃO NA RESEX:

1) *O que significa o termo “local”?*

No contexto do nosso trabalho o “fornecedor local” será o fornecedor cabista, ou seja, aquele proveniente de Arraial do Cabo.

2) *A RESEX tem impacto na economia local?*

O impacto da RESEX na economia local deve ser observado em função das atividades que ocorrem na área da RESEX:

Pesca:

A pesca ainda é a saída para os moradores de Arraial do Cabo. Depois do fechamento da Álcalis, muitos voltaram para a pesca. A pesca ainda é a atividade da

⁶¹ Para a GRI fornecedores locais são os fornecedores de materiais, produtos e serviços localizados no mesmo mercado geográfico que a organização relatora. A definição geográfica de “local” poderá variar, pois, em determinadas circunstâncias, cidades, regiões dentro de um país e até pequenos países poderão ser considerados “locais”.

maioria dos moradores de Arraial do Cabo. A pesca impacta na economia local através da renda dos pescadores cabistas que gastam seu dinheiro no município, mas não pelo pescado, já que este praticamente não fica na cidade, sendo o pescado quase em sua totalidade, escoado para os mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo. O impacto do pescado na economia local, por exemplo, com a abertura de peixarias, o que criaria empregos e impostos, não ocorre em Arraial do Cabo, em função do escoamento do pescado. Alguma parte do pescado de Arraial também fica (ou é beneficiado) em Cabo Frio o que gera movimento para a economia do município vizinho.

Segundo publicação da prefeitura, através da FIPAC a marina dos pescadores receberá em 2008 uma obra de R\$ 135.000,00 para a construção do entreposto de pesca com 18 boxes e uma câmara fria que comporta 60 toneladas de estocagem. De acordo com o presidente da FIPAC, João Mario da Rocha, com a construção do entreposto o pescador poderá vender o pescado no atacado e no varejo sem passar pelos atravessadores, baixando o preço do pescado e ajudando na economia do município.

Turismo: (Passeio Náutico e Mergulho)

Segundo publicação da Prefeitura, “Arraial do Cabo é uma cidade com notada vocação turística. Por causa da Ressurgência, fenômeno que se caracteriza pela elevação de águas profundas de origem polar, a extrema transparência da água do mar de Arraial do Cabo, torna o local um dos melhores pontos de mergulho subaquático da América do Sul.”

Seja o turismo de passeio náutico, seja o de mergulho, certamente os turistas são atraídos ao município em função das belezas naturais de Arraial do Cabo.

Em entrevista com 1143 turistas todos dizem que apreciam a natureza do lugar (99,8%), e deram uma nota média ponderada, 9,3, à qualidade do ambiente de Arraial (escolhendo de 0 a 10). Dentre os fatores que mais atraem os visitantes ao local, os prioritários são a natureza (citado em primeiro lugar por 68% dos entrevistados) e a calma (27%). Os fatores preço e acessibilidade não foram considerados prioritários.

Isso demonstra a forte influência do turismo estimulado pelas belezas da RESEX na economia, já que movimentam restaurantes e pousadas. A RESEX poderia ter um impacto ainda maior se o município estivesse melhor preparado para o turismo.

Segundo uma assessora da ATAC (Associação de turismo de Arraial do Cabo), o turismo emprega em torno de 1000 pessoas, direta e indiretamente. No entanto, dados mais exatos são de difícil mensuração, pois ocorre que muitos funcionários não são registrados (trabalham por temporada e sem registro na carteira de trabalho).

Porto e Atividade Offshore:

As atividades do porto trazem impostos para o município, contratação de mão de obra (o porto tem uma política de dar preferência aos moradores de Arraial do Cabo nas contratações), além de movimentar pousadas e restaurantes por aqueles que chegam a trabalho nos navios atracados no Porto.

Depois do fechamento da Álcalis, principal empregadora do município até o encerramento de suas atividades, o Porto se tornou uma das grandes esperanças de crescimento econômico para a cidade. Além dos investimentos da Petrobras, o Porto do Forno recebeu investimento de aproximadamente 13 milhões de reais da empresa Barley Malting Company, para desembarcar e estocar granéis sólidos. O navio com o malte vem da Argentina e desembarca no Porto. A expectativa é que o movimento seja de 15.000 toneladas de malte por mês. "A deterioração da Álcalis foi negativa porque 70% da receita do porto vinham da empresa. Mas por outro lado o porto ficou liberado quase de um monopólio de atividade, que era o granel de sal", diz Atila Szabó, presidente do Porto do Forno.

A Sal Cisne ainda opera pelo Porto do Forno, mas viu os custos portuários aumentarem com a paralisação da Álcalis já que não teve mais com quem dividir estes custos. Agora com a entrada de novos produtos, as perspectivas melhoram. "Com situação financeira melhor, o porto talvez possa investir e melhorar a operação", diz Max Bosch, diretor da Sal Cisne. O desembarque de sal é de, em média, 10 toneladas de 50 em 50 dias.

A presença de rebocadores e plataformas de petróleo e gás no Porto marca o início de uma nova atividade. Tal atividade movimenta lojas, pousadas e restaurantes com os chegam a trabalho no município.

3) *Quem utiliza a RESEX é do local?*

Pelo decreto de criação da RESEX, em tese, o foco da reserva é o pescador tradicional de Arraial do Cabo. Quem utiliza a RESEX tomando por base as atividades e são locais: os pescadores, os marinheiros de barcos de turismo, os marinheiros de barco de mergulho e os maricultores. Quem utiliza a RESEX e não é local: os turistas de praia, os turistas de mergulho, de passeio náutico, os trabalhadores da atividade *offshore*, os trabalhadores dos navios de carga e a marinha⁶².

⁶² Art. 18 da lei do SNUC. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

4) *Os “clientes” da RESEX são locais?*

São locais e não locais de acordo com o apresentado acima. Se entendermos clientes aqueles que têm interesse em que a RESEX cumpra seus objetivos, esse leque se faz mais abrangente, pois segundo a CF/88, é de interesse de todos.

5) *Os pescadores vendem para o mercado local?*

Praticamente a totalidade do pescado é escoada de caminhão para o mercado do RJ e de SP e quase nada fica no mercado de arraial do cabo. Quando os moradores de arraial querem comprar peixe devem ir para a Marina de madrugada comprar diretamente dos pescadores ou devem ir à Cabo Frio comprar lá.

6) *Existe alguma política de preferência pelo pescador local?*

O Decreto de criação da reserva menciona em pesca pelo pescador cabista.

Art. 2º do decreto de criação da RESEX: “A Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo tem por objeto garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados para pesca artesanal, por população extrativista do Município de Arraial do Cabo.”

7) *A RESEX compra algo do local?*

8) *Se comprar, o que define a escolha por aquele fornecedor (preço, local)?*

A RESEX compra coisas acessórias à sua atividade, como material de escritório, farmácia e cestas básicas para assistência social. Mesmo para esses gastos não há uma política de escolha dos fornecedores, muito embora, normalmente os fornecedores sejam locais.

INDICADOR 7

EC7. Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.

A seleção de pessoal e da alta gerência baseia-se em uma série de considerações. Assegurar que cargos da alta gerência sejam ocupados por moradores locais⁶³ pode beneficiar tanto a comunidade local como a capacidade da organização de

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

⁶³ Para a GRI “local” refere-se tanto aos indivíduos nascidos como àqueles com direito legal para residir indefinidamente no mesmo mercado geográfico da operação. As organizações relatoras poderão escolher

compreender as necessidades locais. Considerar-se-á como morador local aquele morador de Arraial do Cabo, ou no máximo, de Cabo Frio.

Neste indicador é importante que se relate se a organização possui uma política global ou práticas comuns de preferência para a contratação de moradores locais, assim como a proporção de membros da alta gerência provenientes da comunidade local.

APLICAÇÃO NA RESEX:

No caso da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo as atividades em geral são exercidas por moradores do local. Mesmo a RESEX tendo várias atividades deve ser lembrado que esta foi criada exatamente para proteger a atividade dos pescadores tradicionais locais. A gerência exercida em conjunto pela AREMAC e pelo Instituto Chico Mendes também possui membros da comunidade local, na primeira, todos são locais e no Instituto Chico Mendes, seus agentes hoje moram na região. Para o presente trabalho “alta gerência” deverá ser entendida como as duas instituições co-gestoras, AREMAC e Instituto Chico Mendes. Como órgão também de grande relevância gerencial não podemos nos esquecer do Conselho Deliberativo da RESEX.

1) Quem participa da co-gestão e do conselho deliberativo?

Segundo o art. 30 da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC -, “As unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão.

Da mesma forma o art. 3º do decreto de criação da RESEX dispõe que: “O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA poderá assinar convênios com as organizações legalmente constituídas, tais como Cooperativas e Associações existentes na Reserva, para proteção e administração da Unidade de Conservação de que trata este Decreto.”

Segundo tal disposição, hoje a gestão da RESEX é feita de forma compartilhada entre o Instituto Chico Mendes, e a AREMAC – Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, OSCIP definida para gerir a RESEX.

Gestores:

Sr. Álvaro Luiz Ahrends Braga – Chefe do Instituto Chico Mendes de Arraial do Cabo.

sua própria definição de “local”, pois, em alguns casos, cidades, regiões e até mesmo pequenos países podem ser classificados como “local”.

Sr. Eraldo Teixeira da Cunha – Presidente da AREMAC.

O Chefe do Instituto Chico Mendes é escolhido pelo IBAMA. Já o presidente da AREMAC é escolhido por votação dos associados e exerce mandato de 3 anos, cabendo reeleição.

De acordo com o art. 18. § 2º da lei do SNUC, “a Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.”

Em 22 de novembro de 2007, foi feita reunião do conselho deliberativo a fim de reduzir o número de participantes de 34 para 29 entidades representativas governamentais, não-governamentais e de pesca. Proporcionalmente, encontramos 15 entidades representantes dos pescadores, 8 entidades governamentais e 6 entidades não governamentais. Atualmente, o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, possui a seguinte composição:

- ▶ Colônia de pescadores Z5 de Arraial do Cabo;
- ▶ Associação de pescadores de Arraial do Cabo;
- ▶ Associação de criadores e coletores de Mariscos de Arraial do Cabo;
- ▶ Associação de barqueiros tradicionais da beira da praia dos anjos;
- ▶ Associação de pescadores e turismo náutico de Arraial do Cabo;
- ▶ Associação de verdadeiros pescadores de bote boca aberta de Arraial do Cabo;
- ▶ Associação de moradores e amigos da restinga dos clubes e caiçaras de Arraial do Cabo;
- ▶ Associação de pescadores artesanais de traineiras de Arraial do Cabo;
- ▶ Associação de moradores e amigos do morro da cabocla;
- ▶ Associação de moradores e amigos da praia do pontal;
- ▶ Associação de moradores e amigos do morro da Boa Vista;
- ▶ União das entidades de pesca e aqüicultura do estado do Rio de Janeiro;
- ▶ Associação de moradores e amigos da Prainha;
- ▶ Associação de moradores e amigos da Praia Grande;
- ▶ Associação de moradores e amigos da Praia dos Anjos;
- ▶ Instituto Chico Mendes – RESEX de Arraial do Cabo
- ▶ SUPLENTE – IBAMA – Escritório regional de Cabo Frio
- ▶ IEAPM – Marinha do Brasil
- ▶ SUPLENTE – CASOP – Marinha do Brasil
- ▶ Agência da Capitania dos Portos – Marinha do Brasil;

- ▶ Gerência Regional do Patrimônio da União;
- ▶ Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente;
- ▶ Companhia Municipal de Administração Portuária – COMAP;
- ▶ Câmara Municipal de Arraial do Cabo;
- ▶ Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- ▶ SUPLENTE – Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo – FIPAC;
- ▶ Transpacto – Transportadora LTDA
- ▶ SUPLENTE – Associação Comercial de Arraial do Cabo;
- ▶ Associação de Turismo de Arraial do Cabo;
- ▶ Associação de Turismo Náutico de Arraial do Cabo;
- ▶ Associação das empresas de mergulho recreativo, turístico e lazer de Arraial do Cabo;
- ▶ Sindicato dos trabalhadores da Álcalis;
- ▶ Sindicato dos trabalhadores portuários.

2) *As decisões da RESEX passam por uma discussão ou são decididos pelo “presidente” da RESEX exclusivamente?*

As decisões são sempre tomadas em comum acordo entre as duas entidades gestoras. As decisões de maior complexidade são levadas ao conhecimento e discussão pelo Conselho Deliberativo, que deverá começar a atuar em breve.

3) *Qual o percentual da população extrativista tradicional no conselho deliberativo?*

Ao considerarmos, 15 entidades representantes dos pescadores, 8 entidades governamentais e 6 entidades não governamentais. Podemos dizer que 50% da composição são representantes da população extrativista tradicional.

INDICADOR 8

Aspecto: impactos econômicos indiretos.

EC8. Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividade pro bono⁶⁴.

Além de gerar e distribuir valor econômico, uma organização pode afetar uma economia através de seus investimentos em infra-estrutura. Esta é uma medida da contribuição do capital de uma organização à economia.

Na compilação dos dados para esse indicador há de se verificar a extensão do desenvolvimento dos principais investimentos e apoios, e dos impactos atuais ou esperados nas comunidades e nas economias locais; além de mencionar se a organização realizou uma avaliação das necessidades da comunidade em relação à infra-estrutura e outros serviços, com os devidos resultados da avaliação.

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *A RESEX fez algum investimento em infra-estrutura ou serviços na comunidade?*
- 2) *Por exemplo, os pescadores da RESEX já se uniram para construir algo para a comunidade?*

Segundo depoimento do Presidente da AREMAC, a associação deseja muito em breve criar um fábrica de beneficiamento de peixes a fim de acabar com os atravessadores e trazer um maior valor agregado ao pescado vendido pelo próprio pescador. Além disso, a Associação presta serviços sociais aos associados, querendo ainda aumentar mais os serviços que presta.

INDICADOR 9

EC9. (adicional) Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.

Os impactos econômicos diretos⁶⁵ são geralmente medidos como o valor das transações entre a organização relatora e seus *stakeholders*, enquanto que os impactos

⁶⁴ Para a GRI “infra-estrutura” se refere a obras visando principalmente fornecer um serviço ou bem público, em vez de movido por um propósito comercial, do qual a organização não busca obter um benefício econômico direto.

Já “apoio a serviços” é o fornecimento de um benefício público tanto através de benefício direto dos custos operacionais como do fornecimento de pessoal para a instalação/serviço com os próprios empregados da organização relatora. Benefício público também poderá incluir serviços públicos.

⁶⁵ Para a GRI “impacto econômico” consiste numa mudança no papel produtivo da economia, a qual poderá exercer uma influência no bem-estar de uma comunidade ou de stakeholders e em perspectivas de desenvolvimento a longo prazo. “Impacto econômico indireto” é uma consequência adicional do impacto direto das transações financeiras e do fluxo monetário entre uma organização e seus stakeholders.

econômicos indiretos são os resultados, às vezes não monetários, da transação. Os impactos indiretos são um aspecto importante do papel que uma organização desempenha como participante ou agente de mudança sócio-econômica, especialmente nas economias em desenvolvimento. Os impactos indiretos são particularmente importantes para serem avaliados e relatados em relação a comunidades locais e economias regionais.

Para fins de gestão, os impactos econômicos indiretos são um indicativo importante de onde podem se desenvolver riscos de reputação, ou onde podem surgir oportunidades de ampliação do acesso ao mercado ou de uma licença social de operação.

Na compilação dos dados é importante que se explique o trabalho realizado no sentido de se compreender os impactos econômicos indiretos que a organização gera em nível regional, nacional e local; além de relatar os exemplos dos impactos econômicos indiretos gerados, tanto negativos, quanto positivos (por exemplo: empregos indiretos nas cadeias de suprimentos ou distribuição, mudanças na produtividade de organizações, impacto econômico na melhoria ou deterioração das condições sociais e ambientais, etc.). Vale também relatar o grau de importância dos impactos no contexto de *benchmarking* externo e prioridades dos *stakeholders*, tais como normas, protocolos e agendas de políticas nacionais e internacionais.

APLICAÇÃO NA RESEX:

1) *Quais são as atividades econômicas que ocorrem dentro da área da RESEX?*

- ▶ Pesca tradicional;
- ▶ Passeio náutico;
- ▶ Passeio de mergulho;
- ▶ Porto
- ▶ Fazenda de mariscos.
- ▶ Atividades dos navios da marinha.
- ▶ Atividades *Offshore*

2) *Quais são as atividades econômicas estimuladas pela RESEX?*

Além estimular o crescimento das atividades já existentes, deseja-se criar uma maior referência sobre a RESEX na população que pouco conhece a RESEX, criando lojinhas de artesanato com o motivo RESEX, utilizando como mão de obra as mulheres dos pescadores. A FIPAC (prefeitura) também está criando um mercado de peixe na

marina para estimular a venda de peixe pelos próprios pescadores, acabando com os atravessadores que hoje ficam com a maior parte do lucro do peixe⁶⁶.

3) *Quais são as atividades econômicas desestimuladas pela RESEX?*

É desestimulada a pesca predatória, a sobre-pesca e qualquer atividade que possa causar impactos ambientais negativos⁶⁷.

4) *Que impactos locais, regionais ou nacionais isso gera?*

As atividades que ocorrem na RESEX têm um grande impacto econômico, local, regional e nacional, já que a pesca e o turismo geram renda para o município, a venda dos peixes abastece Estados Brasileiros importantes como RJ e SP, e tem grande impacto nacional em função do porto, do petróleo e da marinha.

5) *Com a RESEX houve mudança na produtividade?*

Desejava-se que com a criação da RESEX a fiscalização conseguisse acabar com a pesca predatória, aumentando a biodiversidade novamente revitalizando a pesca, mas isso não ocorreu por inoperância da fiscalização.

⁶⁶ Pela lei do SNUC podemos destacar:

Art. 18 § 3º A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

§ 4º A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

Art. 32. Os órgãos executores articular-se-ão com a comunidade científica com o propósito de incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a fauna, a flora e a ecologia das unidades de conservação e sobre formas de uso sustentável dos recursos naturais, valorizando-se o conhecimento das populações tradicionais.

⁶⁷ De acordo com a lei do SNUC:

Art. 18 § 6º São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

Art. 23. A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

§ 1º As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação.

§ 2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas:

I - proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;

II - proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;

III - demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.

Art. 28. São proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos.

Parágrafo único. Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

6) *Aumento ou diminuição da pobreza local?*

O fechamento da Álcalis gerou um grande empobrecimento do local, que em função disso se voltou diretamente para a RESEX, seja com a pesca ou com o turismo. O que nos faz crer que a população foi salva de uma crise mais grave econômica pela RESEX. Não creio que houve aumento ou diminuição da pobreza, mas evitou que houve um maior empobrecimento iniciado pelos desempregos da Álcalis.

7) *Mudança no mercado de trabalho?*

A grande mudança no mercado de trabalho não se deu em função da criação da RESEX, mas sim do fechamento da Álcalis, que, como já foi dito, reverteu a população para a pesca e para o turismo. O que se faz necessário é que a gestão da RESEX seja mais efetiva a fim de melhorar as condições das atividades exercidas dentro da RESEX.

8) *Tem alguma política de preços especiais para o local?*

Existem sim preços diferenciados para os cabistas, seja nas atividades da Marina, seja no valor do peixe vendido em Arraial (já que muitos compram de seus próprios familiares pescadores), ou nos passeios náuticos. Não é uma política instituída, mas sim uma conduta informal típica de uma cidade pequena onde todos, direta ou indiretamente, se relacionam.

9) *A RESEX criou novos empreendimentos no local?*

Não houve a criação de novos empreendimentos pela RESEX, mas logicamente esta acaba estimulando outros setores e empreendimentos, localizados dentro e fora de seus limites. Um exemplo disso é o estímulo gerado pelas atividades turísticas de passeio náutico e mergulho, no desenvolvimento de bares, restaurantes e pousadas. As atividades *Offshore* e do porto estimulam também os bares, restaurantes e pousadas já que aqueles que chegam a trabalho precisam utilizar a estrutura local.

10) *Trabalhadores/empregos indiretos?*

O setor de turismo talvez seja o setor que mais se beneficie da RESEX. Bares, restaurantes, pousadas, hotéis, supermercados e lojas abrem novos postos de trabalho estimulados pelas atividades da RESEX.

A crescente utilização do porto e as atividades *offshore* criam também novos postos de trabalho. Para o preenchimento destes é exigida uma maior qualificação, o que

faz hoje o porto e as atividades de petróleo criarem cursos próprios de capacitação, alguns inclusive, em parceria com a AREMAC.

11) *A RESEX teve algum impacto em financiamentos externos?*

A RESEX nunca recebeu nem manteve qualquer relação com financiamento externo. O único financiamento externo registrado na área da RESEX (mas não pela/para a RESEX) foi um investimento dado pelo governo japonês a ACRIMAC para a criação da fazenda marinha. O investimento não foi empregado corretamente.

12) *Quando muda a temporada de certos peixes na RESEX isso influencia as atividades dentro e fora da RESEX?*

Quando muda a temporada de certos peixes, muda-se automaticamente o que é pescado, impactando diretamente na venda.

Vale ressaltar a época do defeso onde por um determinado período a pesca fica proibida e é subsidiado pelo governo. Neste momento o pagamento do defeso está suspenso para a criação de novas regras de pagamento.

13) *Qual o impacto de normas, protocolos, agendas políticas na economia da RESEX?*

Sendo a RESEX uma unidade de conservação esta deverá atender fielmente as normas estabelecidas. Cada norma, protocolo ou agenda criada afeta diretamente a economia da RESEX.

5.4.2 Protocolo de Indicadores de Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente da GRI

A Agenda de Trabalho Decente da OIT está estruturada dentro do contexto de uma globalização justa que visa tanto o crescimento econômico como a equidade por meio de uma combinação de objetivos sociais e econômicos. A Agenda é composta por quatro elementos: emprego, diálogo, direitos e proteção.

A estrutura dos indicadores de práticas trabalhistas está profundamente baseada no conceito de trabalho decente. O conjunto de indicadores começa com divulgações sobre o escopo e diversidade do público interno da organização relatora, enfatizando-se os aspectos da distribuição por gênero e faixa etária. A GRI decidiu dividir os indicadores em cinco aspectos: emprego, relações entre os trabalhadores e a governança, segurança

e saúde no trabalho, treinamento e educação, e diversidade e igualdade de oportunidades.

Como já mencionamos anteriormente, no caso da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo, não há o que se falar em empregados da RESEX, salvo aqueles que trabalham para a AREMAC (que está sendo considerada pelo relatório, juntamente com o Instituto Chico Mendes, a parte física da RESEX, já que são os gestores). Para este protocolo de indicadores utilizaremos os dados relativos às atividades que são exercidas na RESEX.

INDICADOR 1

Aspecto: emprego

LA1. Total de empregadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.

O tamanho do público interno fornece uma visão da extensão dos impactos gerados por questões trabalhistas. A elevação ou queda no emprego líquido, demonstrada por meio de dados divulgados ao longo de três ou mais anos, é um aspecto importante da contribuição da organização ao desenvolvimento econômico e sustentabilidade do público interno.

Para a compilação dos dados deve-se identificar o total de trabalhadores, os tipos de contratos, as situações de contratação por tempo integral ou meio período, a quantidade e o reconhecimento de trabalhadores autônomos ou liberais, os impactos das variações sazonais nos empregos e o local onde está sendo prestado o serviço. É de grande relevância que todas as informações sejam sempre verificadas considerando a legislação em vigor, assim como as regras da OIT, protocolos e acordos internacionais.

APLICAÇÃO NA RESEX:

1) Que atividades existem na RESEX?

Consideraremos para este relatório sete atividades desenvolvidas na RESEX:

- ▶ Atividade de pesca;

Não há vínculo empregatício, os pescadores são autônomos, apesar de haver uma relação de dependência com o atravessador, para a maioria deles.

- ▶ Atividade da Marinha;

Aqueles que trabalham na Capitania dos Portos, ou mesmo no IEAPM, têm vínculo empregatício com a Marinha.

- ▶ Atividade portuária;

No caso das atividades do Porto, os trabalhadores são vinculados a COMAP – Companhia Municipal de Administração Portuária. Existem os que têm vínculo por concurso e os contratados. O Porto do Forno faz parte do complexo portuário da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ). Por meio do Convênio 001/99/MT, entre o Ministério dos Transportes e a prefeitura do município de Arraial do Cabo, a partir de 1/1/99, o porto passou a ser administrado pela COMAP, criada pelo município especialmente com essa finalidade.

▶ Atividade de passeio náutico (turismo);

As atividades de passeio náutico apesar de muitos não terem vínculo formal com os donos das embarcações (quando não é o caso de embarcação própria, obviamente), a relação é mais direta entre dono da embarcação e marinheiro, funcionando como se vínculo formal tivesse.

▶ Atividade de mergulho (turismo);

Aqueles que trabalham com mergulho têm vínculo empregatício com as empresas de mergulho.

▶ Fazendas de maricultura;

Aqueles que trabalham nas fazendas são seus administradores, não existe vínculo empregatício.

▶ Atividades *Offshore*.

A formalidade na atividade *Offshore* é total havendo vínculo por concurso, no caso da Petrobras, ou contratos de prestação de serviços.

2) *Existe diferença entre os registros dos pescadores?*

Para os pescadores profissionais existem dois tipos de registro: o registro para pesca artesanal e o registro para pesca industrial.

O passeio náutico e o mergulho precisam do registro na Capitania dos Portos para o transporte de passageiros.

3) *Existe contrato entre os pescadores e atravessadores?*

Em 2002 somente 12 por cento dos pescadores de Arraial eram donos ou parceiros das canoas em que pescam e a maioria era constituída de não-proprietários. Isso significa que cada vez mais os pescadores pescam para outros, o que diminui o lucro da atividade da pesca.

Os pescadores não possuem qualquer estrutura, seja para o acondicionamento dos peixes ou para a logística de venda, sendo assim dependem da utilização da estrutura dos “atravessadores”. São assim chamados os donos de barcos de pesca, por

comprarem os peixes dos pescadores por preços baixos e revenderem para o mercado de peixe no Rio de Janeiro e São Paulo num preço em média três vezes maior, assumindo todo o lucro. Estes possuem a estrutura de embarcações, câmaras frias e caminhões, sendo assim, os pescadores pescam com toda estrutura fornecida pelos “atravessadores”, tais como barco, óleo, estopa, isca, gelo e pagamento diário. Tal elo é muito difícil de se romper, pois os pescadores dependem da estrutura fornecida, já que não têm meios de adquiri-las sozinho.

Muito embora o sistema apresentado muito se assemelhe com uma relação trabalhista, não há qualquer contrato entre os mesmos, nem qualquer das partes se identifica como empregado ou empregador.

Já no turismo náutico os barcos pertencem um grupo restrito de donos e os que trabalham nas embarcações são empregados, ou mesmo ex-pescadores que com a diminuição dos estoques pesqueiros migraram para o turismo, adaptando seus antigos barcos, com nova pintura, cobertura e equipamento de salvatagem.

Já no turismo de mergulho, as empresas de mergulho são as donas dos barcos e os instrutores e marinheiros são seus empregados também.

4) *Empregados do Chico Mendes que trabalham no escritório.*

No escritório do Instituto Chico Mendes trabalham 3 funcionários, incluindo o Chefe da RESEX. Estes são pagos pelo IBAMA, pois são funcionários do IBAMA.

No escritório da AREMAC trabalham 8 funcionários (2 destes foram cedidos ao Instituto Chico Mendes), todos pagos pela própria instituição. Possui também 6 diretores não remunerados.

INDICADOR 2

LA2. Número total e taxa de rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região.

Uma alta taxa de rotatividade⁶⁸ pode indicar níveis de incerteza e insatisfação entre empregados ou pode sinalizar uma mudança fundamental na estrutura das operações essenciais da organização.

Para a compilação dos dados para esse indicador deve ser avaliado o número total de empregados que deixaram o emprego durante o período coberto pelo relatório, inclusive fazendo as considerações por gênero, faixa etária e região.

⁶⁸ Para a GRI “rotatividade” é o número de empregados que deixam a organização voluntariamente ou devido à demissão, aposentadoria ou morte em serviço.

APLICAÇÃO NA RESEX:

1) *Quantos pescadores?*

Em média 1500 pescadores, pertencendo a maioria deles na faixa etária de 25 a 30 anos.

2) *Mulheres ou homens?*

Apesar do censo de 2000 ter identificado uma proporção de 100,6 homens para cada 100 mulheres, o número de mulheres trabalhando na pesca é muito inferior. Identifica-se uma média de 2% do número total de pescadores. Já na pesca noturna de lula na pedra foi encontrado um número cada vez mais crescente de mulheres.

A proporção de homens é maior em todas as atividades da RESEX.

3) *Quantos fazendeiros?*

Atualmente a RESEX conta com três fazendas marinhas que ocupam uma área de 6 a 7 ha dividido entre as associações ACRIMAC, APAC, Colônia e Associação dos Maricultores. Apesar disso, apenas a fazenda da APAC está em funcionamento.

4) *Quantos barcos de mergulho?*

São 13 escolas de mergulho em Arraial, cada uma com um barco em média.

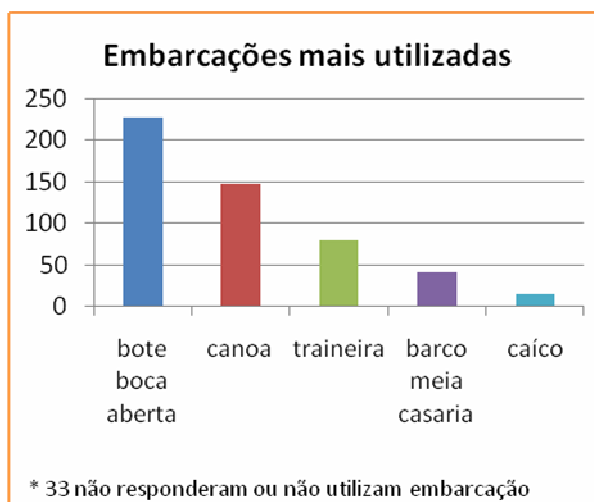
5) *Quantos barcos de passeio?*

Em média 100 barcos de passeio, com capacidade de 10 a 120 pessoas.

6) *Quantos barcos de pesca?*

A pesca marinha de pequena escala é responsável por cerca de 40 % dos peixes marinhos consumidos como alimento pela população mundial (FAO, 1999) e compreende cerca de 50 milhões de pescadores (BERKES *et al.*, 2001). A frota pesqueira da região de Arraial do Cabo apresenta pequeno porte, pouca autonomia de mar, atua normalmente junto ao litoral e não possui sistema de conservação do pescado, que a caracteriza como artesanal. Em 2004 a frota de pesca possuía 217 embarcações, sendo 11 traineiras (8 a 13,5 m), 182 embarcações tipo “boca aberta” (6 a 8,5 m) e 24 canoas de praia (5 a 10 m). As traineiras são utilizadas na pescaria de rede de cerco. As embarcações tipo “boca aberta” são utilizadas predominantemente na pesca de linha e de rede de armar, mas também na pescaria com espinhel. E as canoas, utilizadas na pesca de arrasto de praia. Existe ainda a pescaria de retinida, característica da região, para a captura de cação. As artes de pesca empregadas são tradicionais e, segundo

pesquisa, ocorre inclusive certa resistência do pescador cabista a mudanças que aumentem a eficiência na captura do pescado, associada à reafirmação da identidade tradicional dos pescadores da região, contrários a mudanças que possam descaracterizar este laço social. A pesca de linha é a modalidade que mais ocupa pescadores atualmente, seguida diretamente pela pesca de canoa ou cerco de praia, e em terceiro lugar está o cerco de traineira.



7) Há muita rotatividade? Sazonalidade?

A sazonalidade é um fator muito importante para a maioria das atividades da RESEX. Sendo Arraial do Cabo uma cidade com grande influência turística, todo o setor de turismo trabalha em função dos períodos de alta e de baixa temporada.

A sazonalidade também é bem identificada na pesca, pela maior ou menor existência de determinados peixes em certos períodos, incluindo as épocas do defeso.

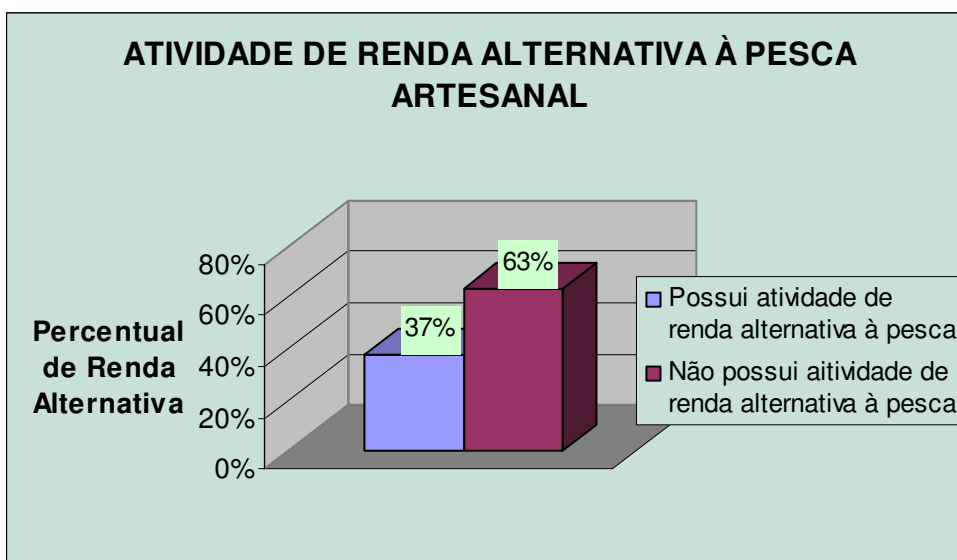
Quanto à atividade portuária, agora se identifica um aumento nas operações que em função do fechamento da Álcalis, tinha ficado muito reduzido. Todos os empregados do porto são concursados ou contratados pela COMAP – Companhia Municipal de Administração Portuária e remunerados pela mesma.

Em relação à atividade *offshore*, em função das discussões sobre a possibilidade ou não da permanência de plataformas na área da RESEX esta atividade está muito reduzida. Segundo dados oferecidos pelo Porto do Forno e pela AREMAC, foram gerados 500 empregos diretos e 1000 a 1200 indiretos durante a permanência da plataforma.

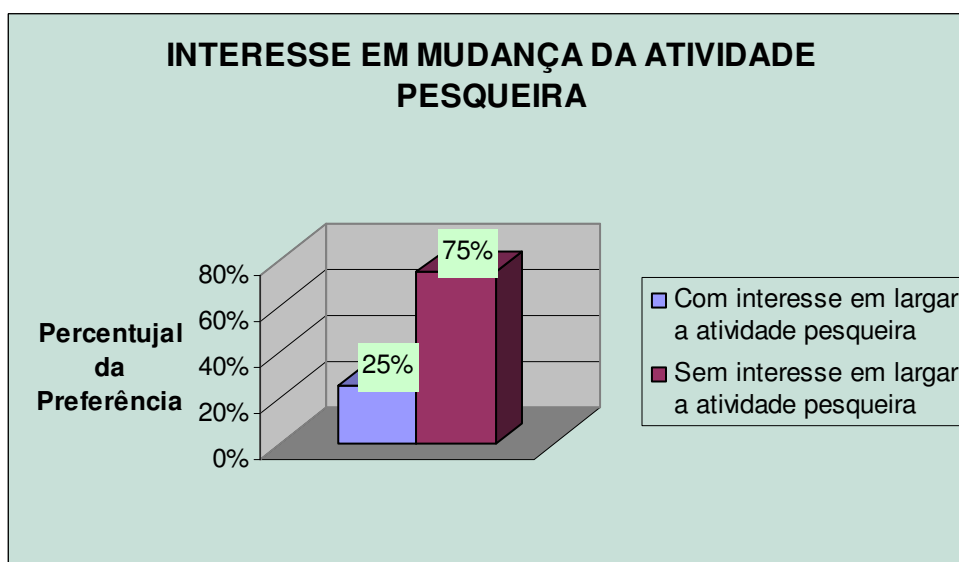
Em função da sazonalidade das atividades existe uma grande rotatividade entre os trabalhadores e até mesmo a existência daqueles que praticam mais de uma atividade ao mesmo tempo. Dentre 85 pescadores entrevistados, 20 % trabalhavam no turismo e

na pesca. A rotatividade ocorre principalmente entre as atividades da pesca, passeio náutico e atividade *offshore* de menor qualificação.

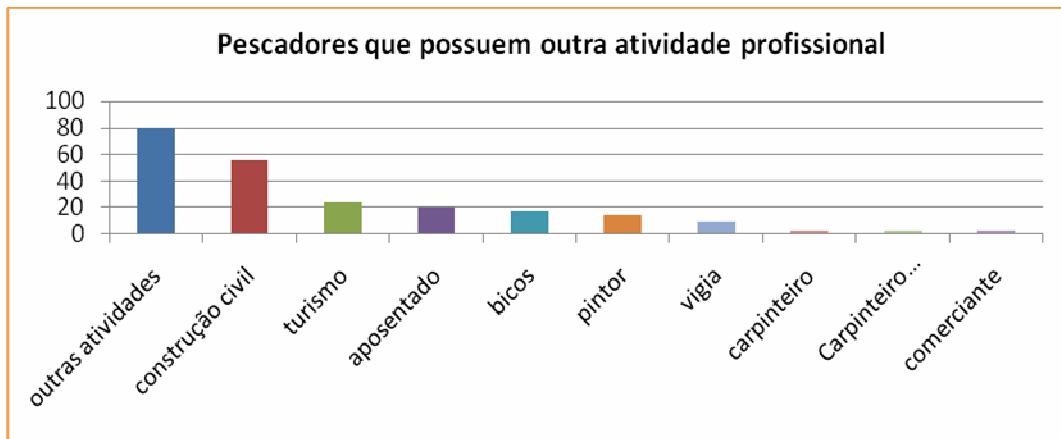
Em entrevista feita por outra linha de pesquisa do Projeto Ressurgência agora com 100 pescadores confirma tal resultado.



Apesar disso:



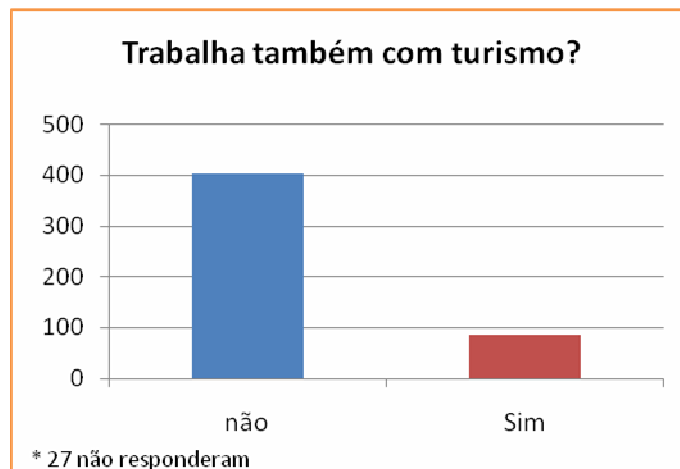
Em entrevista com 514 pescadores, observou-se que praticamente metade dos pescadores possui alguma outra atividade para ajudar na renda. As atividades que os pescadores realizam são, de modo geral, de caráter temporário. A maioria dos pescadores que fazem outros trabalhos além da pesca faz serviços ligados à construção civil.



E

m
se
gu

ndo temos o turismo, que é feito principalmente por pescadores que possuem embarcações e que utilizam no verão para o transporte de turistas. Na alta temporada, o número de pescadores que trabalham nos passeios turísticos pode ultrapassar os que trabalham na construção civil. Isso pôde ser constatado com uma pergunta direta sobre o trabalho no turismo, gráfico abaixo, onde 85 pescadores responderam que eventualmente trabalham com turismo.



INDICADOR 3

LA3. (adicional) Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações.

A qualidade dos benefícios para pessoal em tempo integral é um fator-chave para a retenção de empregados. O indicador também oferece uma indicação do investimento relativo em partes diferentes do público interno.

Para atender a esse indicador devem ser identificados os benefícios oferecidos a todos os empregados e relatado quais dos benefícios são padrão para empregados de tempo integral, mas não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período.

APLICAÇÃO NA RESEX:

1) *A RESEX dá algum benefício àqueles que exercem suas atividades nela?*

A AREMAC oferece aos seus associados: serviços médicos, transporte de pacientes com câncer para o Rio de Janeiro e cestas básicas. Além disso, a AREMAC deseja iniciar o projeto “pé do diabético” para pessoas com diabetes e uma fábrica de beneficiamento de peixes.

INDICADOR 4

Aspecto: relações entre os trabalhadores e a governança

LA4. Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.

O percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva⁶⁹ é a forma mais direta de se demonstrar as práticas de uma organização no que se refere à liberdade de associação.

Liberdade de associação é um direito humano conforme definido por declarações e convenções internacionais, especialmente as Convenções Fundamentais da OIT n° 87 e 98. A negociação coletiva é uma forma importante de engajamento dos *stakeholders* e especialmente relevante para as diretrizes usadas na elaboração de relatórios.

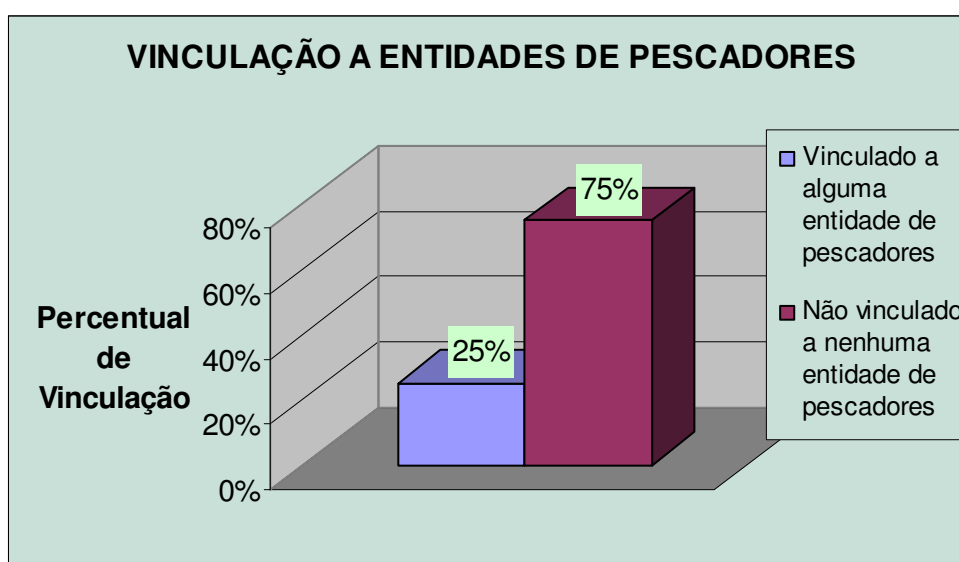
Para a compilação dos dados devem ser conhecidos os acordos coletivos existentes, usados os dados do indicador LA1 e identificados o número total de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva, após, relatado o percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva em relação ao número total de empregados.

⁶⁹ Para a GRI “acordos de negociação coletiva vinculantes” incluem aqueles assinados pela própria organização relatora ou por associações de empregados das quais é membro. Esses acordos poderão ser setoriais, nacionais, regionais, organizacionais ou por unidades operacionais.

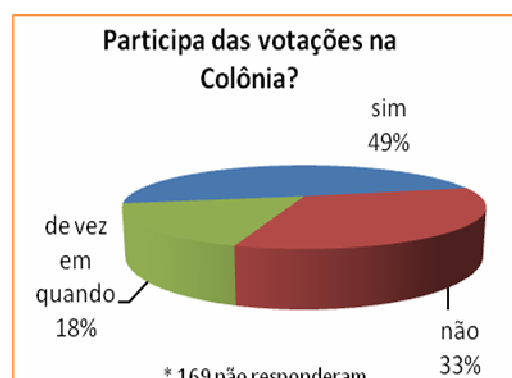
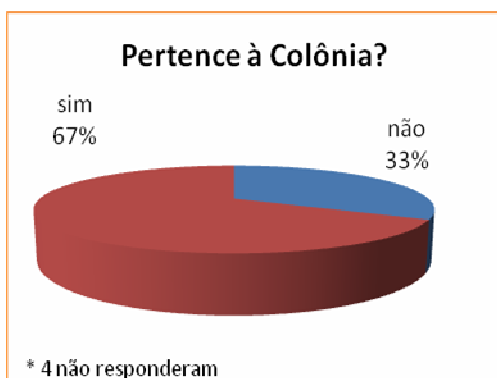
APLICAÇÃO NA RESEX

1) *Todos os pescadores, mergulhadores, fazendeiros, e barqueiros de passeio são registrados em alguma entidade?*

Quanto à vinculação a alguma entidade de pescadores, 75% dos 100 entrevistados declararam não pertencer a nenhuma das entidades representativas da pesca artesanal existentes em Arraial do Cabo, sendo que a minoria, 25%, afirmou pertencer a alguma dessas entidades (Colônia e associações), conforme o Gráfico. Tal quadro não difere da realidade da maioria das entidades sindicais do Brasil, o que reflete uma crise da *democracia representativa* das sociedades ocidentais do pós-guerra do século passado, dando lugar a formas de *democracia direta*. As associações em Arraial do Cabo afloraram na ocasião da criação da Resex-Mar no final da última década de 90, sendo a Colônia de Pescadores Z5 a mais antiga delas, fundada no início do século XX.

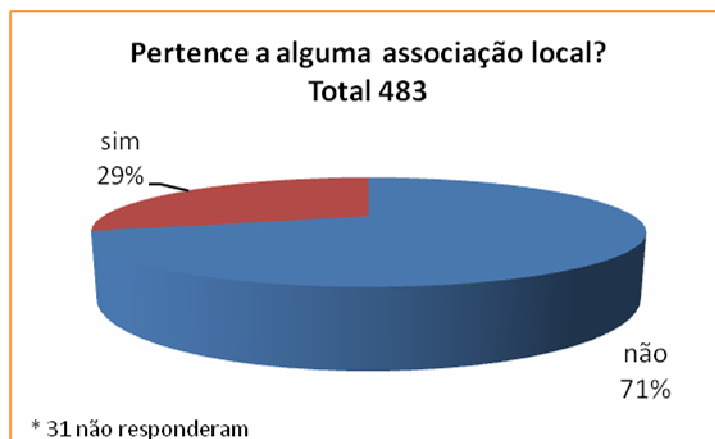


Em entrevista com 514 pescadores, a proporção de pescadores que pertencem à Colônia é bem semelhante ao gráfico anterior. Atualmente muitos pescadores fazem a carteira para poderem receber o defeso da sardinha, de um salário mínimo por três meses por ano. A Colônia e a APAC podem encaminhar a documentação para a requisição do defeso, o único requisito é que o pescador esteja em dia com as mensalidades. E quanto à participação nestas instituições, a maioria respondeu que se limita a pagar a mensalidade, e em seguida em comparecer nas votações. Quase metade dos associados entrevistados participa das votações.



Aos que não são associados perguntou-se qual seria o motivo da não participação. A resposta mais freqüente foi “não tenho interesse”, a segunda mais freqüente foi “falta de tempo”, e em terceiro lugar podemos agrupar os pescadores que não tem uma opinião positiva da Colônia, frases como as seguintes aparecerem em diversas formas: “sistema ruim”, “não é avisado das reuniões”, “acho que não ganho nada”, “não é avisado em época de eleição”.

A fim de obter informações sobre a participação dos pescadores em associações locais perguntou-se se participavam de alguma, e se sim, como. A maioria não participa de nenhuma associação local, apesar do grande número de associações de pesca em Arraial do Cabo. Os motivos dos que não participam são semelhantes às respostas dadas em relação a não participação na Colônia, o principal é a falta de interesse.



Outro registro que deve ser feito é o registro na AREMAC de todos aqueles que exercem suas atividades na área da RESEX. A AREMAC deve manter um cadastro dos mesmos.

2) *Tem regras específicas de cada grupo?*

Cada associação ou a Colônia de pescadores tem suas regras próprias para os seus associados, mas não em relação ao uso da RESEX. As regras relacionadas ao uso da RESEX são as mesmas para qualquer pescador, seja este associado a qualquer entidade.

O que existe, muito antes da criação da RESEX, são acordos coletivos relacionados a pesca firmados pelos pescadores. Existem acordos em vários sentidos, como a divisão do direito a pesca (sistema da vez), acordo de uso da praia estabelecido entre surfistas e pescadores (os surfistas usam a praia em dia de mar alto e feriado), acordo de divisão do pescado (quinhão) e etc. São regras, acordos coletivos, tradição. Inclusive foi verificada a existência de regras diferentes de pesca em algumas praias.

INDICADOR 5

LA5. Prazo mínimo para notificação com antecedência referentes a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.

Esse indicador permite avaliar a prática de uma organização de assegurar que discussões acerca de mudanças operacionais significativas⁷⁰ sejam realizadas com antecedência e de engajamento de seus empregados e representantes dos mesmos em negociações e implementação dessas mudanças (que poderão implicar impactos positivos ou negativos para os trabalhadores).

Consultas prévias e eficazes junto a trabalhadores e outras partes relevantes, quando viáveis (tais como à autoridades governamentais), ajudam a minimizar os impactos adversos ocasionados por mudanças operacionais nos trabalhadores e nas comunidades do entorno.

Há de se verificar para a compilação dos dados com quanto tempo de antecedência normalmente os empregados são consultados sobre as eventuais mudanças e se algum acordo de negociação coletiva já impõe algum prazo de consulta prévia aos empregados.

⁷⁰ Para a GRI “mudanças operacionais significativas” são alterações no padrão de operações da organização relatora que resultarão em conseqüências significativas, quer positivas ou negativas, para seus empregados. Tais mudanças poderão incluir, por exemplo, reestruturação, terceirização de operações, encerramento de atividades, expansões, novas unidades, aquisições, venda da totalidade ou de parte da organização ou fusões.

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *Existe algum prazo mínimo para aviso de mudanças dentro da RESEX?*

Não há nenhum prazo estabelecido para isso, porém no caso de qualquer mudança dentro das normas de utilização da área da RESEX, esta deverá passar pelo Conselho Deliberativo que se constitui de representantes das atividades existentes dentro da reserva, o que configuraria a discussão e aviso à classe.

INDICADOR 6

Aspecto: segurança e saúde no trabalho

LA6. Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, composto por gestores e trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.

Um comitê de segurança e saúde com representação conjunta pode promover uma cultura positiva de segurança e saúde. O uso de comitês é uma forma de envolver os trabalhadores nas ações de melhoria da segurança e saúde ocupacional no local de trabalho. Esse indicador mostra até que ponto os empregados estão ativamente envolvidos em segurança e saúde.

Para a compilação dos dados deve ser verificada a existência ou não dos comitês, o percentual de empregados envolvidos nesse comitê e representado por ele, além dos níveis em que os comitês operam.

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *Existe algum comitê sobre saúde e segurança no mar?*

A RESEX não possui um comitê de saúde e segurança no mar.

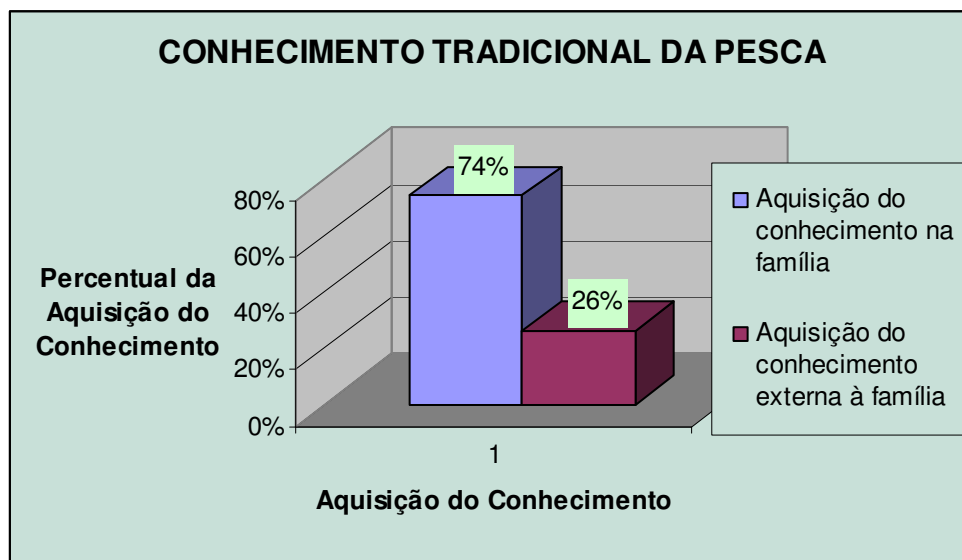
- 2) *Existe algum programa sobre saúde e segurança no mar?*

Apesar da RESEX não possuir um programa de saúde e segurança no mar, não há registro de acidentes significativos no mar, segundo a Capitania dos Portos.

Apenas dois acidentes foram identificados pelo Chefe do Instituto Chico Mendes: um funcionário que caiu de uma plataforma e um mergulhador que morreu durante um mergulho (cabe salientar que o mesmo não possuía registro e o barco se encontrava em local impróprio para a atividade).

Para que se possa trabalhar no mar é necessário que se faça o curso na Capitania dos Portos, onde é recebido noções de segurança. Porém, o que se verifica é que a orientação de segurança não é um conhecimento técnico entre os pescadores de

Arraial do Cabo e sim um conhecimento tradicional, passado entre as gerações. Dentre 100 pescadores entrevistados, 74% possuem descendência familiar de pescadores.



3) *Existe alguma fiscalização?*

Toda a fiscalização de saúde e segurança no mar é feita pela Capitania dos Portos. Esta fiscaliza se aquele que está trabalhando no mar tem o curso exigido, se a embarcação está dentro das normas técnicas de segurança e se possuem os equipamentos de salvatagem.

INDICADOR 7

LA7. Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.

O desempenho em segurança e saúde é uma medida fundamental do dever de cuidar de uma organização. Baixas taxas de lesões e de absenteísmo estão geralmente relacionadas a tendências positivas na moral e produtividade do pessoal. Esse indicador mostrará se as práticas de gestão de segurança e saúde estão resultando em um menor número de incidentes relacionados à segurança e saúde no trabalho.

Na compilação dos dados desse indicador deve ser verificado⁷¹:

- ▶ o total de trabalhadores, discriminados por tipo de contrato de trabalho;
- ▶ os tipos de lesões a serem consideradas;
- ▶ as taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos e absenteísmo;
- ▶ os óbitos, com números absolutos, não taxas; e,
- ▶ o sistema de regras aplicado no registro e relato de estatísticas de acidentes;

APLICAÇÃO NA RESEX:

1) Doenças mais comuns entre os profissionais do mar?

De acordo com o relatado pela AREMAC, as doenças mais comuns são: câncer de pele e diabetes.

Não existe porém controle pela RESEX dessas doenças, o que existe é uma idéia sobre as doenças mais comuns baseado nos atendimentos médicos que a AREMAC e a Colônia de Pescadores Z5 fazem.

2) Muitas mortes ou lesões?

Não existe registro (controle) de mortes ou acidentes significativos na área da RESEX. Apenas dois acidentes foram identificados pelo Chefe do Instituto Chico Mendes: um funcionário que caiu de uma plataforma e um mergulhador que morreu durante um mergulho (cabe salientar que o mesmo não possuía registro e o barco se encontrava em local impróprio para a atividade).

⁷¹ Para a GRI entende-se por:

Lesão: Uma lesão não fatal ou fatal decorrente do trabalho ou ocorrida no curso do trabalho.

Taxa de lesão: A freqüência de lesões em relação ao tempo total trabalhado pelo total de trabalhadores no período coberto pelo relatório.

Doença ocupacional: Uma doença decorrente da situação ou atividade de trabalho.

Taxa de doença ocupacional: A freqüência de doenças ocupacionais em relação ao tempo total trabalhado pelo total de trabalhadores no período coberto pelo relatório.

Dia perdido: Tempo ("dias") que não pôde ser trabalhado (portanto, "dias perdidos") como consequência de um trabalhador ou trabalhadores não terem podido executar seu trabalho habitual devido a um acidente de trabalho ou doença ocupacional. Um retorno para tarefas limitadas ou trabalho alternativo para a mesma organização não conta como dias perdidos.

Taxa de dias perdidos: O impacto de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais que resultaram em afastamento do trabalho por parte dos trabalhadores afetados. É expressa comparando-se o total de dias perdidos com o número total de horas programadas para serem trabalhadas pelos empregados no período coberto pelo relatório.

Absenteísmo: Quando um empregado se ausenta do trabalho devido a qualquer incapacidade, não apenas resultante de lesão ou doença relacionada ao trabalho. Licenças temporárias permitidas tais como feriados, estudo, licença maternidade/paternidade ou por luto deverão ser excluídas.

Taxa de absenteísmo: Percentual do número real de dias perdidos, conforme definido acima, em relação ao total de dias programados para serem trabalhados pelos empregados no mesmo período.

Óbito: A morte de um empregado ocorrida no período coberto pelo relatório atual, decorrente de uma lesão ou doença relacionada ao trabalho sofrida ou contraída na condição de empregado da organização relatora.

INDICADOR 8

LA8. Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.⁷²

Como parte de ma estratégia preventiva de gestão de segurança e saúde, esse indicador é relevante para qualquer organização.

A prevenção de doenças graves contribui para a saúde, satisfação e estabilidade dos empregados e ajuda uma organização a manter sua licença social de operação em uma comunidade ou região.

Na compilação há de se relatar os programas de assistência aos empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves; e se há trabalhadores envolvidos em atividades ocupacionais em que haja uma alta incidência ou alto risco de doenças específicas.

APLICAÇÃO NA RESEX:

1) *Existe algum programa de controle de risco.*

Nenhum programa ou treinamento para controle de riscos de doenças graves.Existe os atendimentos médicos gratuitos feitos tanto na sede da AREMAC quanto na Colônia de Pescadores Z5 para os associados a essas organizações.

INDICADOR 9

LA9. Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.

Esse indicador demonstra uma das formas de se garantir a segurança e saúde dos empregados. Acordos formais⁷³ podem promover a aceitação de responsabilidades por ambas as partes e o desenvolvimento de uma cultura positiva de saúde e segurança.

Há de se relatar se acordos formais (locais ou globais) cobrem saúde e segurança; caso a resposta seja afirmativa, até que ponto os vários temas de segurança e saúde estão cobertos pelos acordos locais e globais assinados pela organização.

⁷² Para a GRI “controle de risco” são práticas que buscam limitar a exposição e transmissão de doenças. E “doenças graves” são danos à saúde relacionados ou não ao trabalho com conseqüências graves para os empregados, seus familiares e para as comunidades, tais como HIV/AIDS, diabetes, LER e estresse.

⁷³ Para a GRI “acordos formais” são documentos escritos, assinados por ambas as partes, declarando a intenção mútua de cumprir o que neles está estabelecido. Esses acordos podem incluir, por exemplo, acordos locais de negociação coletiva, assim como acordos de diretrizes (*framework agreements*) nacionais e internacionais.

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *Há acordos formais sobre saúde e segurança?*

Não há qualquer acordo formal sobre saúde e segurança na RESEX.

INDICADOR 10

Aspecto: treinamento e educação

LA10. Média de horas de treinamento por ano, por empregado, discriminadas por categoria funcional.

A manutenção e melhoria do capital humano, especialmente por meio de treinamento que amplia a base de conhecimento dos empregados, é um elemento fundamental para o desenvolvimento organizacional. Esse indicador fornece uma visão da dimensão do investimento da organização nessa área e do grau em que o investimento é feito em toda a sua base de empregados.

O indicador se resume na identificação do número total de empregados em cada categoria funcional; a carga horária total dedicada a treinamento de pessoal dentro de cada categoria funcional; e o número médio de horas de treinamento⁷⁴ por ano, por empregado, por categoria funcional (Divisão da carga horária total por categoria pelo total de empregados por categoria).

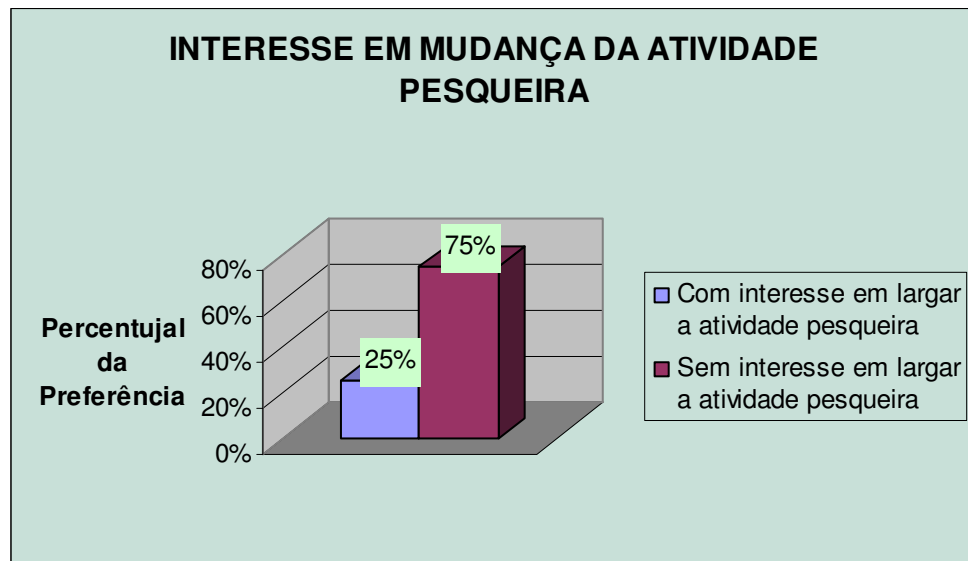
APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *Existe algum treinamento oferecido pela RESEX?*

Segundo relato da AREMAC em função da diminuição dos estoques pesqueiros e do crescimento das outras atividades na RESEX, as empresas de *Offshore* em parceria com a AREMAC e com o Porto oferecerão cursos de capacitação no setor de petróleo e gás, para os cabistas. Para junho de 2008 apresentou-se cursos de guindasteiro (para 10 pessoas) e de empilhadeira (para 10 pessoas). Os cursos serão gratuitos, custeados pelas empresas Cassinú e Cabo *Offshore*. A AREMAC cederá sua sede para as aulas teóricas e o Porto permitirá a entrada dos alunos para as aulas práticas.

Apesar deste panorama, a pesquisa entre 100 pescadores demonstra que a maioria dos pescadores não tem interesse em trocar a pesca por outra atividade.

⁷⁴ Para a GRI "treinamento" se refere a todos os tipos de instrução profissional; licença remunerada para estudos fornecida pela organização relatora para seus empregados; treinamento ou capacitação realizados externamente e pagos parcial ou integralmente pela organização relatora; treinamento em temas específicos como saúde e segurança. Não são incluídos no conceito de treinamento os *coachings* na empresa por supervisores.



Resultado confirmado por pesquisa com 514 pescadores. Apesar da baixa renda e das dificuldades relacionadas à atividade pesqueira, a maioria dos pescadores (70%) não gostaria de trocar de profissão. Os motivos podem ser entendidos por algumas respostas: “eu gosto do que faço”, “quero morrer pescando”, “eu amo e vivo da pesca”, “porque quando eu pesco me distraio”, “porque adoro pescar e isso vem de gerações”. A paixão pela pesca é um dos fatores que mantém muitos pescadores na profissão, que pode ser um fator positivo para a gestão compartilhada.



INDICADOR 11

LA11. Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.⁷⁵

Programas de gestão de competências permitem que as organizações planejem a aquisição de competências que irão capacitar seus empregados a atingirem objetivos estratégicos em um ambiente de trabalho em mudança. Um público interno mais qualificado e consciente enriquece o capital humano da organização e contribui para a satisfação do empregado, o que guarda uma íntima relação com a melhoria no desempenho.

Para aqueles que estão se aproximando da aposentadoria, a confiança e qualidade das relações de trabalho são melhoradas pela consciência de que eles receberão apoio em sua transição do trabalho para a aposentadoria.

O indicador deverá identificar se existem e quais são os programas de capacitação dos empregados e programas de apoio à transição para empregados que estão se aposentando ou foram demitidos.

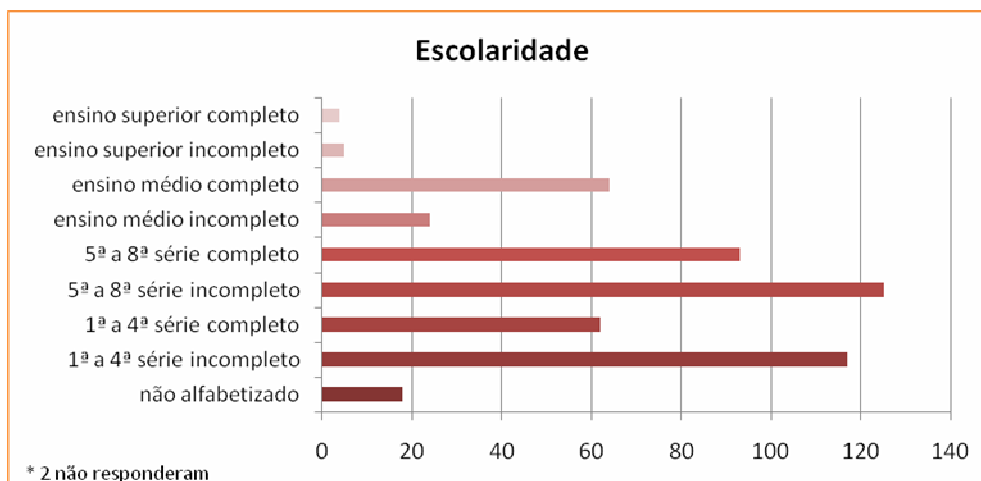
APLICAÇÃO NA RESEX:

1) *Existe algum programa de gestão de competências?*

Não existe nenhum programa de gestão de competência. Recentemente é que a AREMAC em parceria com o Porto e com empresas *Offshore* estão oferecendo cursos, como explicado no indicador anterior.

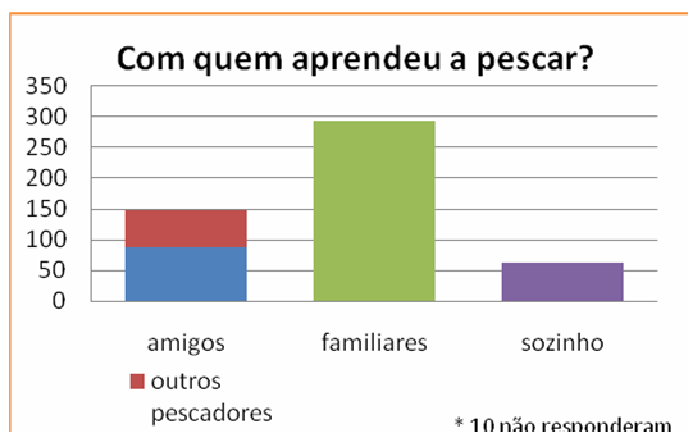
A escolaridade dos pescadores é baixa: 38% dos entrevistados não chegam na 5ª série do ensino fundamental, 24% alcançou acima da 5ª série, mas não completou o ensino fundamental, e somente 18% completou. Por outro lado cerca de 12,5% dos entrevistados (514 pescadores) completou o ensino médio, e apenas 1,7% chegou ao ensino superior (incompleto e completo).

⁷⁵ Para a GRI “continuidade da empregabilidade” é a adaptação às novas exigências do local de trabalho por meio da aquisição de novas competências. “Fim de carreira” é a aposentadoria ao atingir o limite de idade estabelecido pela legislação nacional ou demissão em consequência de reestruturação. “Gestão de competência” são políticas e programas que visam o desenvolvimento de competências de empregados para atender às crescentes necessidades estratégicas da organização e/ou setor. “Aprendizagem contínua” é a aquisição e atualização de habilidades, conhecimento, qualificações e interesses ao longo da vida, desde a pré-escola até depois da aposentadoria.



A pesca é uma atividade extremamente tradicional.

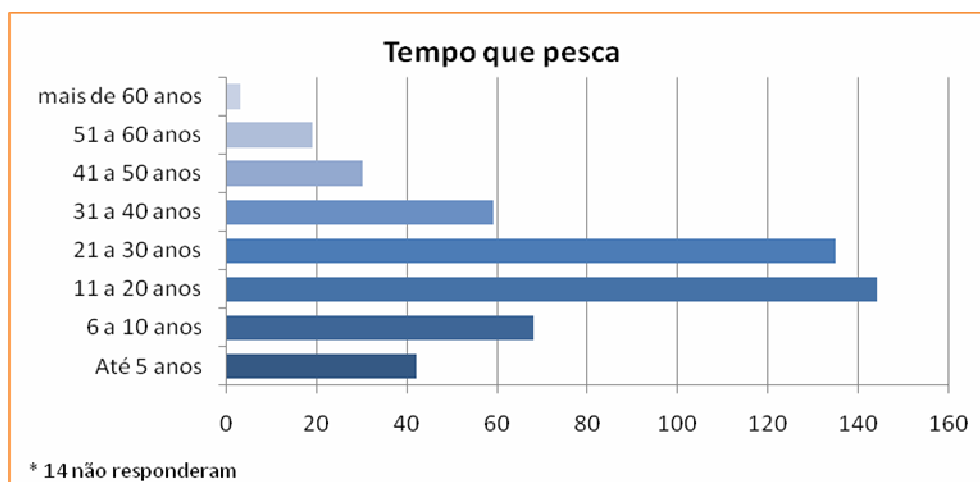
A tradição familiar da pesca de Arraial do Cabo fica evidente quando perguntamos aos pescadores com quem aprenderam a pescar. A grande maioria (59%) aprendeu com familiares, principalmente com o pai. Chama a atenção que mais de 60 pescadores responderam que aprenderam a pescar sozinhos, o que deve estar diretamente relacionado do aprendizado se dar mais por observação do que por instrução. Muitos aprenderam com outros pescadores que não são familiares (30%).



A tradição da pesca também se reflete no tempo de atividade dos entrevistados, mostrando que apesar de muitos exercerem outras atividades temporárias a pesca é uma constante. A presença de pescadores com mais de 30 anos de pesca (22%) também é um atestado desta tradição.

A maioria dos entrevistados pesca há mais de 11 anos e menos de 31 anos. Talvez a inflexão na faixa dos 30 anos de pesca represente um certo limite nesta atividade. A pequena quantidade de pessoas que pescam há pouco tempo (menos que

6 anos) pode indicar, juntamente com a faixa-etária dos pescadores, que não tem havido a entrada de muitos pescadores na atividade.



INDICADOR 12

LA12. Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

As análises de desempenho de empregados à luz de metas comuns ajudam no desenvolvimento pessoal dos empregados e contribuem tanto para a gestão de competências como para o desenvolvimento de capital humano dentro da organização. A satisfação dos empregados também pode aumentar, guardando uma íntima relação com a melhoria no desempenho organizacional. Esse indicador demonstra indiretamente como a organização relatora trabalha para monitorar e manter os conjuntos de competências de seus empregados.

Para a compilação dos dados deve ser usado o indicador LA1 e relatado o percentual do total de empregados que receberam análise e acompanhamento formal de desempenho durante o período coberto pelo relatório.

APLICAÇÃO NA RESEX:

1) *Há alguma análise de desempenho das atividades executadas na área da RESEX?*

Não há nenhuma análise de desempenho das atividades exercidas na área da RESEX. Obviamente, é possível observar se determinada atividade está sendo executada mais ou se está com menos regularidade, especialmente em relação à pesca.

INDICADOR 13

Aspecto: diversidade e igualdade de oportunidades

LA13. Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com o gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.

Esse indicador fornece uma medida quantitativa da diversidade dentro de uma organização e pode ser usado em conjunto com *benchmarks* setoriais e regionais. O nível de diversidade dentro de uma organização fornece uma visão do capital humano da mesma.⁷⁶

Na compilação dos dados devem ser identificados os indicadores de diversidade usados pela organização relatora em seu próprio monitoramento e registro que possam ser relevantes para o relatório; o número total de empregados em cada categoria funcional; o percentual de empregados por gênero, minorias e faixas etárias; e o percentual de indivíduos dentro dos órgãos de governança da organização por gênero, minorias e faixas etárias.

APLICAÇÃO NA RESEX:

1) *Qual é a composição do grupo responsável pela governança corporativa?*

A composição do Conselho deliberativo se deu: 50% de representantes da pesca; 25 % de entidades governamentais; 25% de ONGs ou entidades de pesquisa. Esta divisão demonstra uma homogeneidade das representações, sem disparidades. O Conselho deliberativo possui representantes de todas as atividades executadas na RESEX.

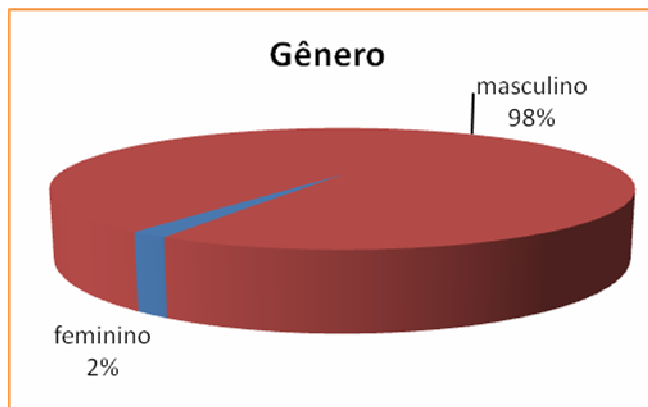
2) *Composição na pesca.*

Em entrevista com 514 pescadores (num universo total de 1500 pescadores em Arraial do Cabo):

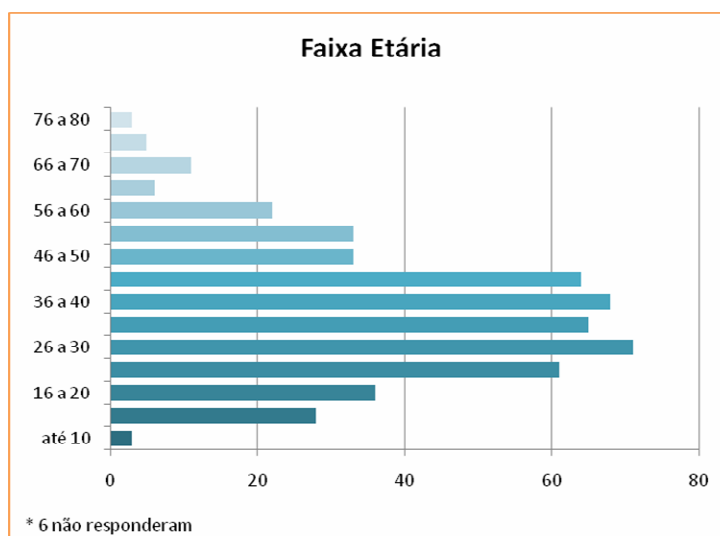
A maior parte das entrevistas (33%) foi feita nas praias de Arraial do Cabo, 22% foram realizadas nas casas dos pescadores, outra parte considerável (22%) foi feita na marina dos pescadores, 11% foram feitas nas ruas da cidade.

⁷⁶ Para a GRI “órgãos de governança corporativa” são comitês ou conselhos responsáveis pela orientação estratégica da organização, o efetivo monitoramento da gestão e a prestação de contas da gestão à organização como um todo e aos seus *stakeholders*. “Indicadores de diversidade” são indicadores para os quais a organização relatora coleta dados sobre diversidade; poderão incluir, por exemplo, cidadania, ascendência e origem étnica, credo e deficiências.

A grande maioria dos entrevistados são homens (98%), sendo mulheres que pescam profissionalmente um reduzido número (2%). Todas as mulheres entrevistadas (9) praticam a pesca de linha, apenas duas também participam do cerco de praia.



A maioria dos pescadores tem de 20 a 45 anos. Há uma grande diferença entre este grupo e os que têm mais de 45 e menos que 21.



INDICADOR 14

LA14. Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.

Essa questão é tratada pela Convenção n° 100 da OIT, relativa à Igualdade de Remuneração da Mão de Obra Masculina e Feminina por Trabalho de Igual Valor. A igualdade de remuneração é um fator de retenção de candidatos qualificados na organização. Quando há desequilíbrio, a organização corre risco para a sua reputação e de ações judiciais com base em discriminação.

Na compilação dos dados deve ser Identificado o número total de empregados em cada categoria funcional discriminados por gênero; identificado o salário base ara

mulheres e homens em cada categoria funcional; além de relatada a proporção entre o salário base para mulheres e o salário base para homens em cada categoria funcional.

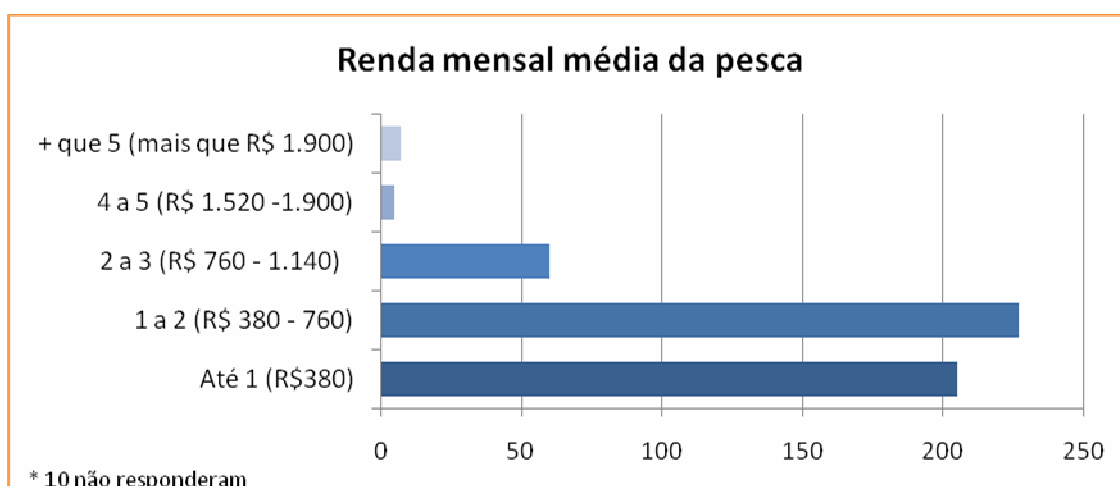
APLICAÇÃO NA RESEX:

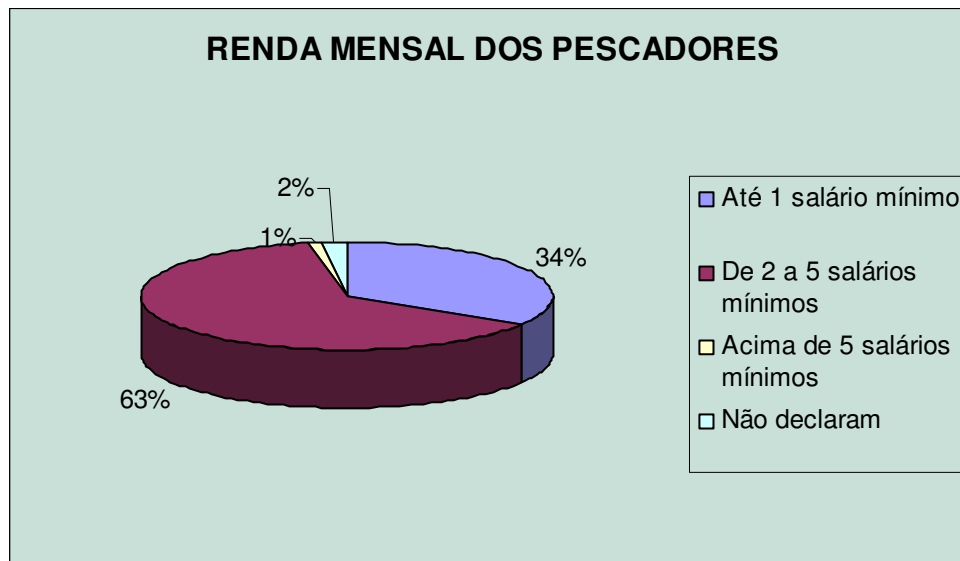
1) *Existe diferença entre a renda da mulher e do homem na RESEX?*

Muito embora a quantidade de homens seja bem maior do que a de mulheres nas atividades da RESEX não há registro de diferença de renda entre os mesmos.

A pesquisa com os pescadores artesanais identificou a faixa de 02 a 05 salários como a maior para os pescadores de pequena escala, 63%, sendo que, a faixa de 01 salário mínimo também é bastante significativa, 34%, configurando, assim, tal atividade profissional na região como de baixa renda para padrões nacionais atuais. Cabe salientar, entretanto, que tal atividade tem um valor de subsistência como fonte de alimentos, o que pode proporcionar às famílias de pescadores artesanais menos dependentes das imposições do mercado, diferenciando-as, assim, da categoria de trabalhadores urbanos.

A renda da pesca sofre grandes variações devido à sazonalidade do pescado, e por ser um recurso móvel. A incerteza é um aspecto inerente à pesca. É difícil obter uma resposta precisa dos pescadores sobre a renda da pesca. Pedimos a eles que dessem uma média aproximada, as respostas estão tabuladas no gráfico abaixo. Podemos observar que a maioria ganha de 1 a 2 salários mínimos (na época da pesquisa R\$ 380,00).





5.4.3 Protocolo de Indicadores de Responsabilidade pelo Produto da GRI

O conjunto de indicadores de responsabilidade pelo produto aborda os efeitos da gestão de produtos e serviços em clientes e usuários. Espera-se que as organizações tenham o devido cuidado na concepção de seus produtos e serviços para garantir que os mesmos sejam adequados para seu uso pretendido e não apresentem perigos indesejados para a saúde e segurança.

Além disso, as comunicações tanto sobre os produtos e serviços quanto sobre seus usuários precisam levar em conta as necessidades de informações dos clientes e seus direitos à privacidade. Os indicadores são estruturados normalmente de dois em dois, com um indicador essencial buscando a divulgação sobre os processos em andamento para abordar o aspecto e um indicador adicional para relatar o grau de conformidade.

INDICADOR 1

Aspecto: saúde e segurança do cliente

PR1. Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.

Essa medida ajuda a identificar a existência e escopo de esforços sistemáticos para abordar saúde e segurança ao longo do ciclo de vida de um produto e/ou serviço. Os clientes esperam que os produtos ou serviços cumpram suas funções satisfatoriamente e não apresentem riscos para a saúde e segurança. Essa

responsabilidade não só está sujeita a leis e regulamentos, mas também está prevista em códigos voluntários como as diretrizes da OCDE para empresas multinacionais.

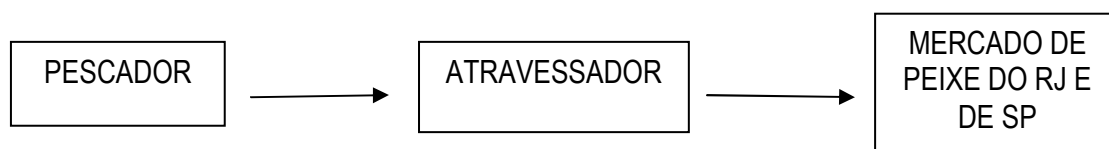
Os esforços feitos para proteger a saúde e segurança das pessoas que usam ou entregam o produto/serviço têm impactos diretos na reputação de uma organização, no risco legal e financeiro da organização devido a recall, diferenciação de mercado em relação à quantidade e motivação dos empregados.

Na compilação dos dados deve ser observado se os impactos em saúde e segurança dos produtos e serviços são avaliados nos estágios do ciclo de vida (desenvolvimento do conceito do produto; pesquisa e desenvolvimento; certificação; fabricação e produção; marketing e promoção; armazenamento, distribuição e fornecimento; uso e serviço; disposição, reutilização ou reciclagem), além de relatado o percentual das categorias significativas de produto ou serviço para as quais esses procedimentos são aplicados e sua conformidade avaliada.

APLICAÇÃO NA RESEX:

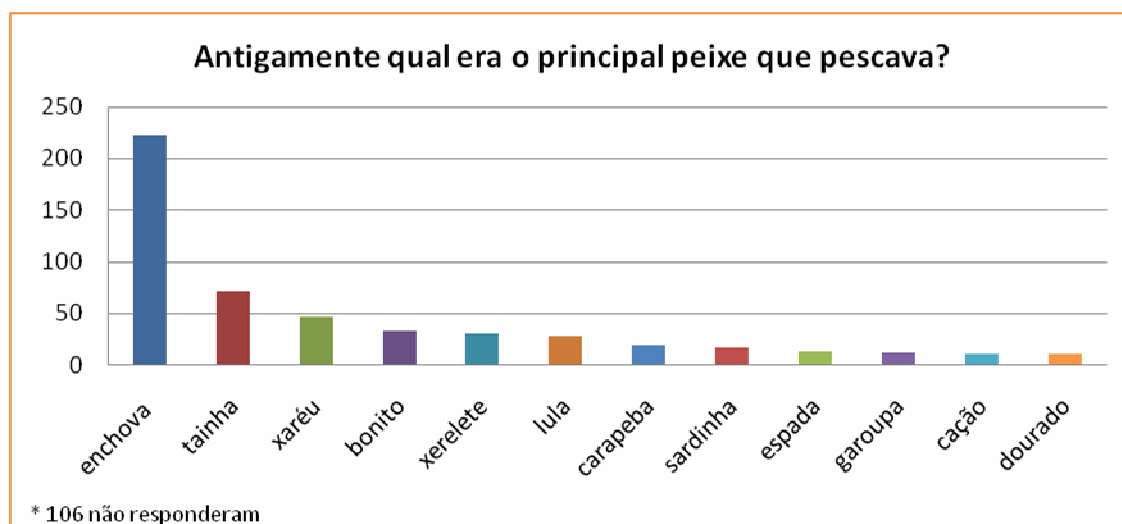
1) Ciclo de vida da pesca.

A maioria dos pescadores pesca e vende seus peixes para os donos dos barcos, também chamados “atravessadores”. Estes vendem para os mercados de peixe do Rio de Janeiro e de São Paulo, por um preço, em média, três vezes maior do que o pago aos pescadores.

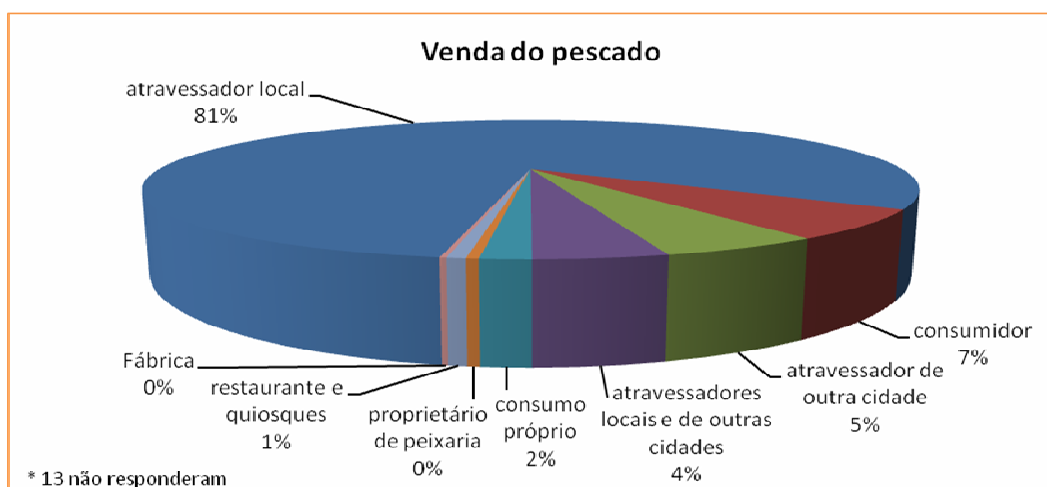


Em pesquisa com 514 pescadores, as 12 espécies mais citadas por eles na questão “qual peixe você pesca?” estão relacionadas no gráfico abaixo. Talvez os meses em que foi feita a pesquisa possa ter influenciado as respostas – pois a lula e a espada são sazonais. A pesca da espada é relativamente recente na cidade. Anos atrás esta espécie não tinha valor comercial, e atualmente tem pescadores que só capturam esta espécie, que é muito utilizada para fazer filé por sua consistência firme.

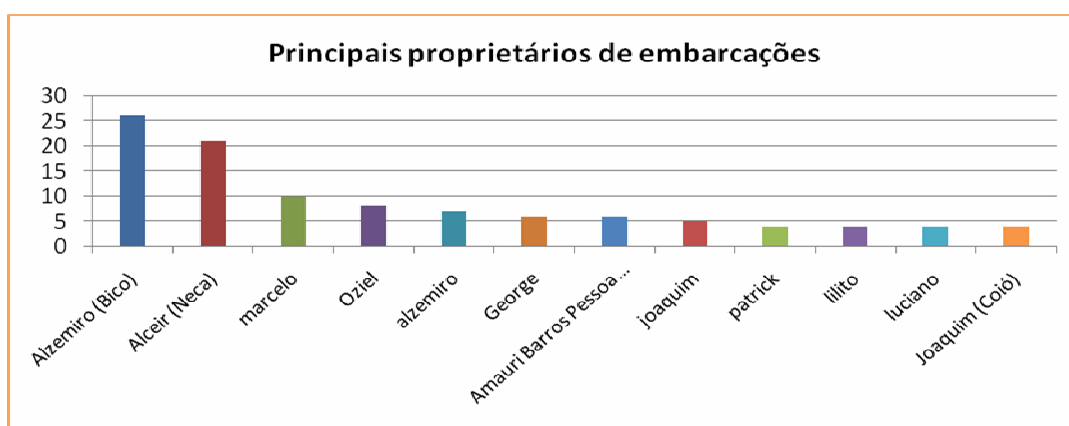
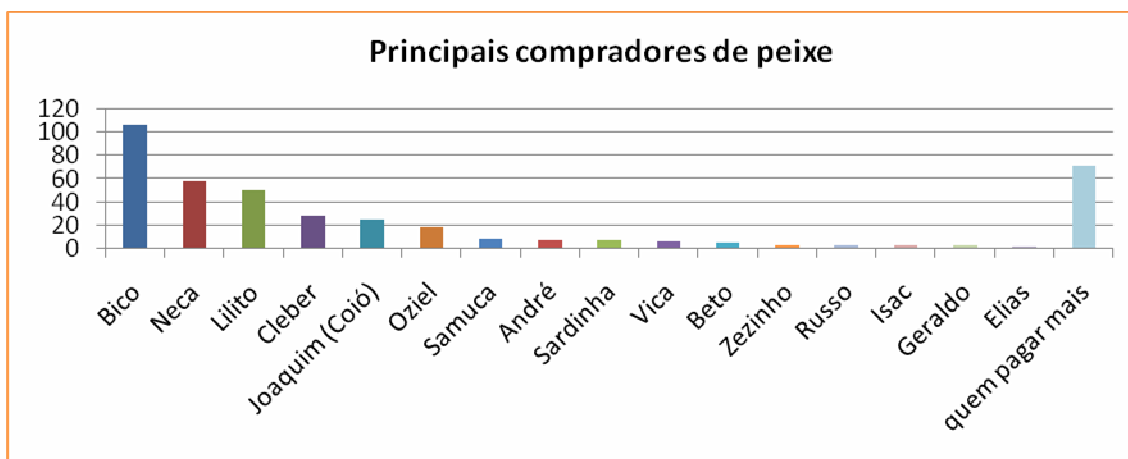
A pergunta seguinte, “antigamente qual era o principal peixe que pescava”, visava conhecer as mudanças de curto prazo que aconteceram na pesca em Arrial do Cabo. Pode-se ver que algumas espécies citadas sequer aparecem no gráfico dos peixes pescados atualmente: xaréu, carapeba, cação, garoupa, namorado. Vale ressaltar que foi observado que as mudanças da pesca estão relacionadas não só com mudanças no ambiente marinho, mas também no mercado do pescado.



Acompanhando a trajetória do pescado, foi perguntado a quem eles vendem o peixe. A maioria absoluta vende aos atravessadores locais. Entretanto há uma fatia considerável para os atravessadores de outras cidades, principalmente de Cabo Frio. Ao voltarem de uma pescaria mesmo os pescadores que tem compromisso com algum comerciante separam alguns peixes para vender imediatamente para ter um dinheiro imediato. Neste caso eles vendem para quem os procurar, ou para “cambalaxeiros” atravessadores que pagam um pouco a mais que os comerciantes, mas que não dão nenhum tipo de apoio ao pescador.



As respostas de 403 pescadores indicam os principais compradores de peixe. Os outros pescadores ou não responderam ou vendem para compradores que não são expressivos. Esta relação é semelhante à lista dos principais proprietários de embarcações, afirmando a concentração dos meios de produção e comercialização. Contudo ainda existem pescadores mais independentes, constatação que pode ser feita pela última coluna do gráfico: 14% dos entrevistados vende seu pescado para quem pagar mais.



A venda do pescado tem de ser praticamente imediata, pois não há estrutura para a conservação do peixe. Esta condição acaba por prejudicar o pescador, pois não tem muito como negociar. Outro aspecto no qual os pescadores são prejudicados é a queda do preço se os pescadores têm grande quantidade de peixe para vender, isto é, se a pesca é boa o preço cai.

2) *Existe algum controle sobre os peixes vendidos?*

Não existe qualquer controle sobre a quantidade de peixe vendido. O que existe é um controle feito pela FIPAC de quantos e quais peixes foram pescados, porém, apenas nos barcos que atracam na Marina dos Pescadores, na Praia dos Anjos. O Projeto Ressurgência capturou os dados de pesca, considerando também as outras praias (Praia dos Anjos, Praia Grande, Prainha, Praia do Pontal e Figueira). O projeto utilizou bolsistas do ensino médio, filhos de pescadores, a fim de fazer com que estes se interessem pela atividade da pesca e pela RESEX, sem necessariamente terem que ser pescadores.

Tabela 21: Produção pesqueira desembarcada no município de Arraial do Cabo entre janeiro e março de 2008.

Fonte: Projeto Ressurgência. – Relatório IV

Locais de desembarque	Captura (kg)	Número de espécies
Marina dos Pescadores	288.096,6	42
Praia Grande	25.953	19
Prainha	17.580	13
Praia do Pontal	14.690	10
Figueira	9.358,95	8
Total (Arraial do Cabo)	355.678,55	59

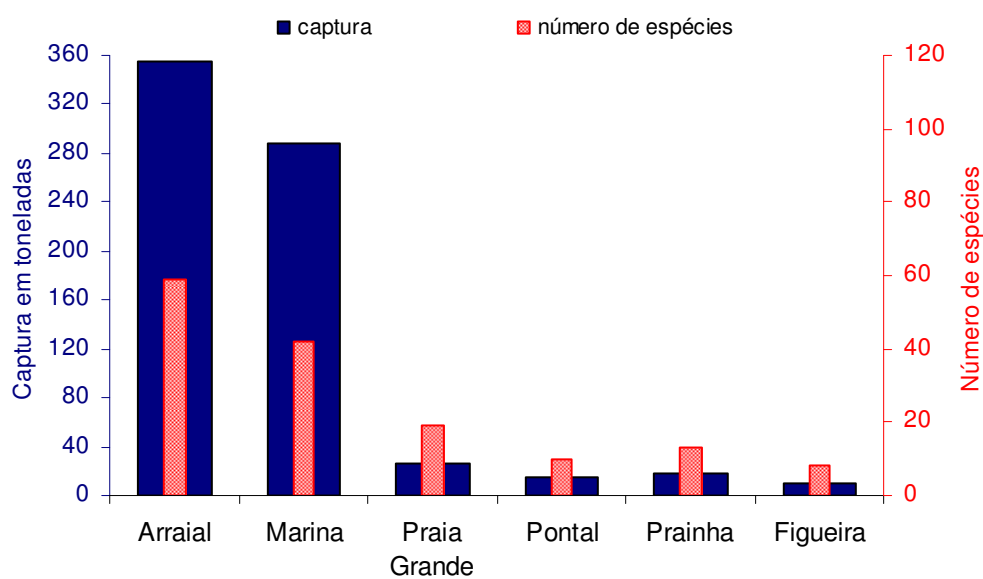


Figura 2: Captura e número de espécies pescadas nas praias de Arraial do Cabo no programa piloto de monitoramento da produção pesqueira entre janeiro e março de 2008.

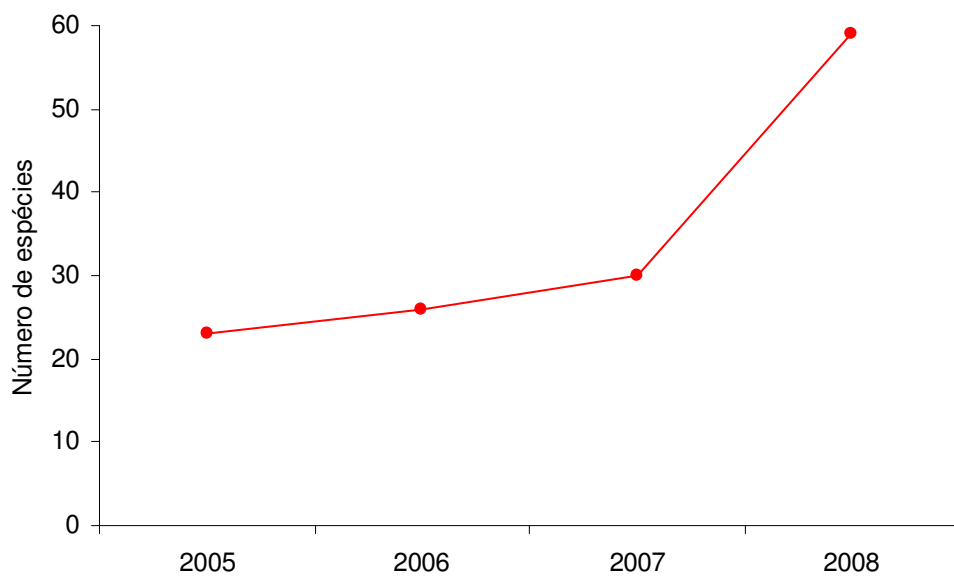


Figura 3: Número de espécies pescadas e desembarcadas na Marina dos Pescadores de Arraial do Cabo no primeiro trimestre entre os anos de 2005 e 2008.

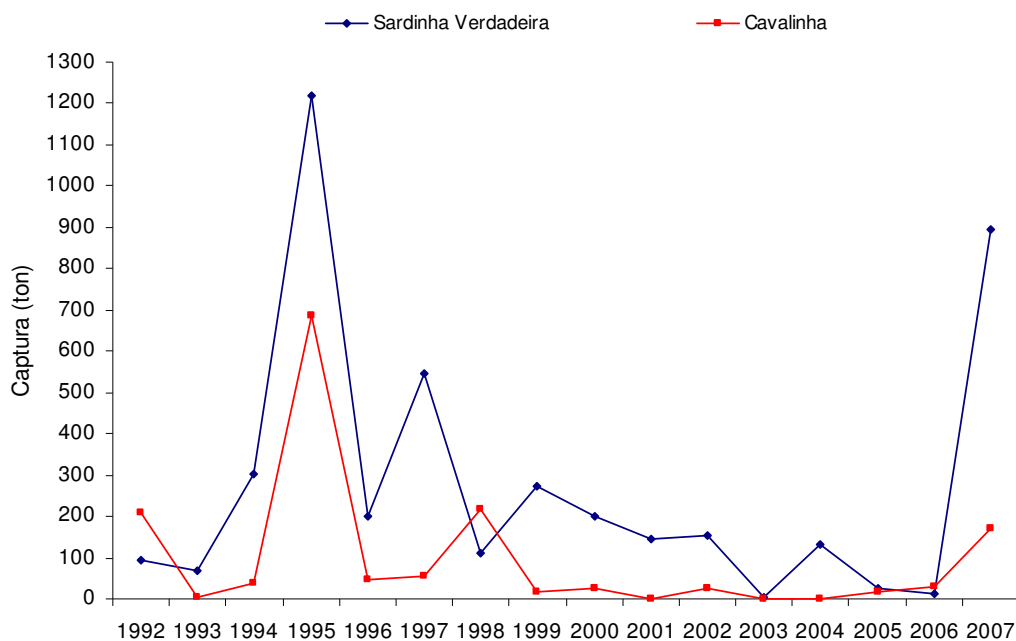


Figura 4: Produção pesqueira da Sardinha verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) e da Cavalinha (*Scomber japonicus*) desembarcada na Marina dos Pescadores no município de Arraial do Cabo entre os anos de 1992 e 2007 (fonte: FIPAC).

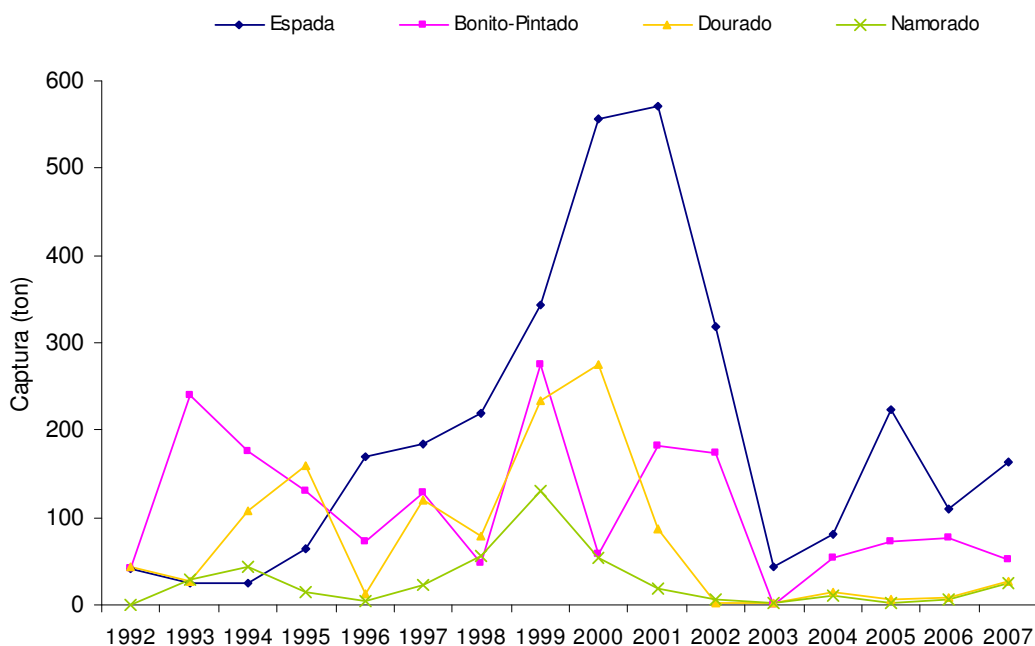


Figura 5: Produção pesqueira da Espada (*Trichiurus lepturus*), do Bonito-pintado (*Enthynnus alleteratus*), do Dourado (*Coryphaena hippurus*) e do Namorado (*Pseudopercis numida*) desembarcada na Marina dos Pescadores no município de Arraial do Cabo entre os anos de 1992 e 2007 (fonte: FIPAC).

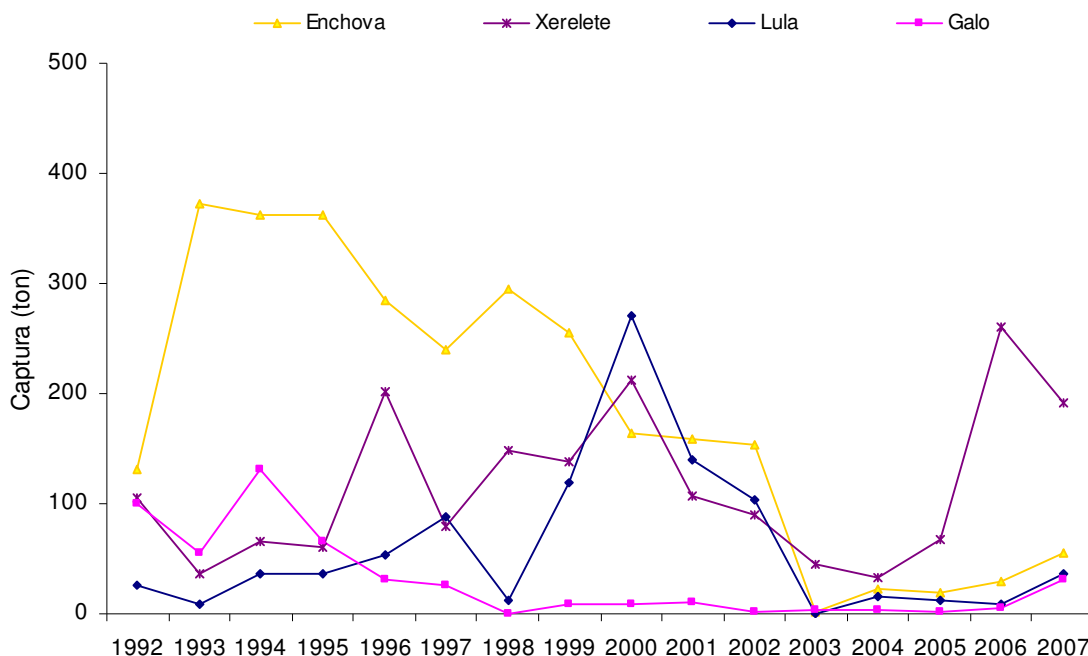


Figura 6: Produção pesqueira da Enchova (*Pomatomus saltatrix*), do Xerelete (*Caranx latus*), da Lula (*Loligo plei*) e do Galo (*Selene setapinnis*) desembarcada na Marina dos Pescadores no município de Arraial do Cabo entre os anos de 1992 e 2007 (fonte: FIPAC).

**GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DA RESEX-MAR DE ARRAIAL DO CABO
COPPE - SAGE - COPPETEC - PETROBRÁS AMBIENTAL - FIPAC**

ESTATÍSTICA PESQUEIRA - LINHA 1 - Ecologia Pesqueira

1) Dados Logísticos

Local da entrevista: _____ Data: _____

Embarcação: _____ Tipo: _____

Pescador ou entrevistado: _____

2) Dados de esforço de pesca

CERCO LINHA REDE EMALHAR ESPINHEL MERGULHO OUTROS: _____

Número de pescadores: _____ Horas de pesca: _____

Tempo de cerco: _____ Número de cercos: _____

Número de anzóis: _____

Pesqueiro: _____

3) Dados de captura em quilograma (kg)

espécies	quilos	espécies	quilos	espécies	quilos
Abrótea		Enchova		Piruí	
Albacora		Enxada		Pitangola	
Anequim		Espada		Polvo	
Bicuda		Galo		Raia manteiga	
Bonito cachorro		Garoupa		Robalo	
Bonito pintado		Guaivira		Sardinha lage	
Badejo		Lagosta		Sardinha verdadeira	
Batata		Linguado		Serra	
Cação Anjo		Lula		Tainha	
Cação galha branca		Maria-mole		Tintureira	
Cação galha preta		Marimbá		Xaréu	
Cação martelo		Merluza		Xorelete	
Cação viola		Mero		Xixarro	
Cação corta garoupa		Namorado		Mistura	
Castanha		Palombeta		Outros:	
Cavala		Pampo			
Cavalinha		Parati			
Cherne		Pargo			
Congro rosa		Pescada			
Dourado		Pescadinha			

Total da Captura: _____

Esforço de pesca: _____

CPUE: _____

Entrevistador: _____

Figura 7: Ficha de campo utilizada pelos monitores ambientais para coleta dos dados de desembarque da pesca nas praias de Arraial do Cabo (adaptada da ficha utilizada pela FIPAC entre 1992 e 2002 na Marina dos Pescadores).

3) Controle de qualidade?

Não existe qualquer fiscalização de qualidade dos peixes. Os peixes e mariscos de Arraial do Cabo por serem pescados dentro de uma área limpa, têm normalmente uma alta qualidade e um valor no mercado, em média, maior do que o dos outros pescados. Isto é uma avaliação do mercado, sem registros, em princípio, de avaliação técnica da qualidade do pescado de Arraial do Cabo.

INDICADOR 2

PR2. (adicional) Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.

A não-conformidade⁷⁷ com exigências legais indica sistemas e procedimentos internos de gestão inadequados ou não implementados. Além das consequências financeiras diretas, a continuidade da não-conformidade impõe um crescente risco financeiro devido a danos tanto a reputação como à motivação dos empregados. As tendências reveladas por esse indicador indicarão melhorias ou deterioração na eficácia dos controles internos.

Para a compilação desse indicador deve ser identificado o número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos à saúde e segurança de produtos e serviços durante o período coberto pelo relatório, discriminando os casos de não-conformidade com regulamentos que resultaram em multa ou penalidade, em advertência e casos de não-conformidade com códigos voluntários. Caso não se identifique nenhuma não-conformidade isso deve ser relatado. Os casos de não-conformidade em que houve isenção de culpa, não devem ser relatados.

APLICAÇÃO NA RESEX:

1) *Tem casos de intoxicação com os peixes?*

Não há registro de intoxicação pelo pescado de Arraial do Cabo.

2) *Tem caso de acidentes com os turistas (mergulho ou passeio)?*

Não há registro de acidentes com pescadores ou turistas em passeios náuticos ou mergulho. Muito embora não haja treinamento sobre saúde e segurança no mar para os marinheiros ou pescadores que trabalham na RESEX, não há registros de acidentes no mar, o que nos leva a crer que o conhecimento tradicional supre, pelo menos até certo ponto, a necessidade de treinamento nesta área.

3) *Casos de não-conformidade em relação à RESEX?*

A maior não-conformidade da RESEX é estar sem um plano diretor. A RESEX usa um plano de utilização deveras ultrapassado. Essa não-conformidade implica em impacto nela mesma, no momento em que não se estabelece boas formas de gerir a reserva. Não há sanção para a falta de elaboração do plano de manejo.

⁷⁷ Para a GRI, “tipo de não-conformidade” é a sentença de um tribunal para ato em desacordo com os regulamentos ou leis, categorizado pela natureza das leis ou regulamentos infringidos.

INDICADOR 3

PR3. Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.

Informações acessíveis e adequadas sobre os impactos de sustentabilidade (positivos e negativos) dos produtos e serviços são necessárias para que os clientes e usuários finais façam escolhas bem informadas para suas compras e para que essas preferências sejam refletidas no mercado. A disponibilização de informações e rotulagens apropriadas referentes a impactos de sustentabilidade está diretamente vinculada à conformidade com certos tipos de regulamentos e códigos (tais como a legislação nacional ou as Diretrizes da OCDE para empresas multinacionais) e potencialmente vinculada a estratégias para diferenciação de marca e mercado.

Para a GRI “informações/rotulagem de produtos e serviços” são sinônimos e descrevem a comunicação entregue junto com o produto ou serviço a respeito de suas características.

1) *Existe rotulagem?*

2) *Algum tipo de informação para os consumidores sobre o produto (pescado)?*

Os peixes de Arraial do Cabo não são identificados como sendo de Arraial do Cabo, não havendo qualquer tipo de rotulagem, com data da pesca ou local. Apenas os revendedores do mercado do peixe, conhecem a procedência, já que compram diretamente dos atravessadores, mas os consumidores finais não têm essa informação. Isso é uma perda para os consumidores finais que certamente gostariam de saber que aquele peixe que estão consumindo foi pescado numa área limpa de uma reserva extrativista marinha.

3) *Os clientes de mergulho e passeio são informados sobre o serviço?*

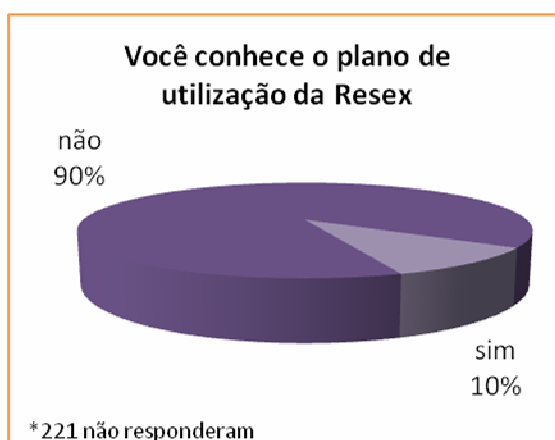
Normalmente as atividades de passeio náutico e mergulho garantem alguma informação ao cliente sobre o serviço. No caso do passeio náutico não são prestadas muitas informações sobre segurança no barco. Já o mergulho informa sobre segurança.

4) *Existe informação sobre a RESEX em si?*

Na avaliação da percepção de 514 pescadores sobre a Resex-Mar, a primeira pergunta era se o entrevistado sabia o que era a reserva. Esta pergunta, embora simples, acabou gerando pequenas confusões, pois muitos pescadores tinham 'ouvido falar' da reserva, mas não sabia o que era. O grande número de pescadores que responderam negativamente é preocupante, pois reflete a falta de informação sobre a Resex para quem é a razão de sua criação, o pescador artesanal, e, principalmente, a sua fraca participação nas suas entidades e instâncias de gestão desta unidade de conservação de uso sustentável em zona marinha e costeira.



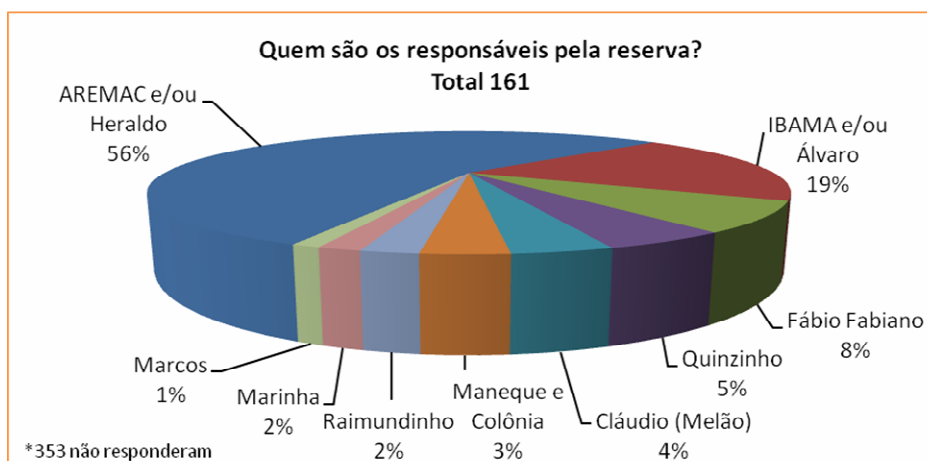
E outro resultado preocupante: 90% dos pescadores que sabem o que é a reserva desconhecem o seu plano de utilização, isto é, o documento que contém as regras de ordenamento de uso da Resex. Mais uma vez é um indicador de falta de informação e baixa participação dos pescadores.



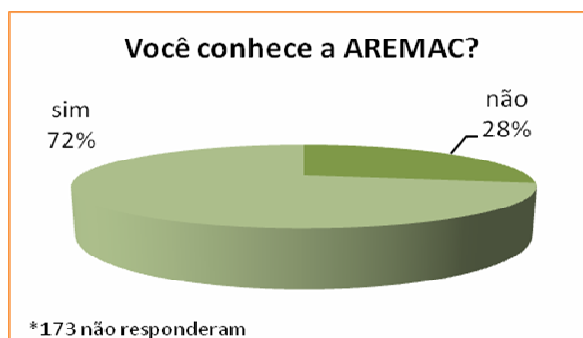
Apenas dentre àqueles que sabem o que era a reserva extrativista, pouco mais da metade destes pescadores disseram que sabiam quem eram os responsáveis pela

reserva. Ou seja, apesar de saberem da existência da reserva os principais usuários não conhecem nem o plano de utilização da reserva nem seus responsáveis.

Os 161 pescadores que diziam conhecer os responsáveis pela reserva foram indagados sobre quem, na opinião deles, seriam estes responsáveis. As respostas encontram-se no gráfico abaixo. Mais da metade vê a AREMAC como responsável, e quase 1/5 reconhece o IBAMA e seu atual representante, Álvaro Braga, e podemos observar certa confusão, pois aparecem nomes, como de Fabio Fabiano e Marcos, que já não ocupam mais o cargo de chefe da reserva pelo IBAMA. Outra confusão é a presença de nomes de presidentes de outras associações, como Quinzinho e Raimundinho (presidente e vice-presidente da APAC), Cláudio (presidente da Associação dos Verdadeiros Pescadores de Bote Boca Aberta) e a Colônia Z5.



Perguntou também se os pescadores conheciam a AREMAC, associação que virou OSCIP neste ano, e está como co-gestora da Resex juntamente com o Instituto Chico Mendes. Ainda 28% dos pescadores que sabem da Resex não conhecem a AREMAC. Esta é menos conhecida, principalmente, em bairros mais afastados do centro urbano de Arraial do Cabo, como Figueira, Monte Alto, a AREMAC é mais desconhecida.



Dos 281 pescadores que sabem o que é Resex 71 desconhecem os limites da reserva, e muitos não têm clareza do tamanho da área apesar de afirmarem conhecê-la. Dos que conhecem a maioria acha que é suficiente. Alguns entrevistados ressaltaram que só é suficiente se houver fiscalização. Mas parcela expressiva (41%) é da opinião que deveria ser ainda maior.



INDICADOR 4

PR4. (adicional) Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado

A exibição e disponibilização de informações e rotulagem referentes a produtos e serviços estão sujeitas a muitos regulamentos e leis. A não-conformidade indica sistemas e procedimentos inadequados de gestão interna ou implementação ineficaz. Além de conseqüências financeiras diretas, tais como penalidades e multas, a não-continuidade impõe um risco à reputação e à lealdade e satisfação do cliente. As tendências reveladas por esse indicador indicarão melhorias ou deterioração na eficácia dos controles internos.

Na compilação dos dados devem ser identificados os casos de não-conformidade com regulamentos relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços e discriminá-los por: casos de não-conformidade com regulamentos que resultaram em multa ou penalidade, que resultaram em advertência e casos de não-conformidade com códigos voluntários.

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *Há controle sobre a rotulagem?*
- 2) *Fiscalização por órgão público?*

Em termos de direito do consumidor, em função da falta de informação ao consumidor sobre produto ou serviço (informações sobre o pescado ou sobre os serviços de passeio náutico e mergulho) os órgãos de defesa do consumidor, público ou privados, devem atuar, assim como o Ministério Público. As secretarias de vigilância sanitária e de turismo também devem fiscalizar. Não houve relato, porém, de qualquer fiscalização ou de multa.

- 3) *Há casos de não-conformidade?*

O fato de não haver informação adequada aos consumidores já é uma não-conformidade, porém, não existe qualquer fiscalização.

INDICADOR 5

PR5. (adicional) Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.

A satisfação do cliente é uma medida da sensibilidade de uma organização às necessidades de seus clientes e é, do ponto de vista organizacional, essencial para o sucesso ao longo prazo. No contexto da sustentabilidade, a satisfação do cliente propicia a compreensão de como uma organização aborda sua relação com um dos grupos de *stakeholders*, os clientes.

Para a compilação dos dados devem ser relatadas as práticas em vigor usadas para avaliar e manter a satisfação dos clientes, o resultados das pesquisas, identificando a categoria de produtos/serviços ou os locais aos quais elas se referem.

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *Existe alguma pesquisa sobre a satisfação do cliente da RESEX?*

Consideraremos como clientes da RESEX, aqueles que desenvolvem suas atividades na RESEX e os turistas de praia, passeio náutico e mergulho.

Os turistas que sabem que a área é uma Reserva Extrativista Marinha têm uma percepção muito boa da RESEX e, segundo resultado de pesquisa feita por questionários pelo Projeto Ressurgência com 1143 turistas, estes seriam capazes, inclusive, de pagar mais pelo uso da RESEX, se houvesse divulgação efetiva.

Já os que exercem suas atividades na RESEX, nem todos estão satisfeitos com a RESEX. Em geral as reclamações são sobre a falta de uma fiscalização eficiente e da falta de ordenamento do espaço da RESEX.

A análise da tabela abaixo indica um número expressivo de “Indiferentes” à existência da Resex, em todos os grupos estudados (há empate apenas em dois). Este resultado pode esconder certo pudor ou receio dos entrevistados em dizer “não” à Resex, sentimento detectado em vários depoimentos. Outra interpretação possível para esta resposta está relacionada à própria ambigüidade da Resex, reforçada pela obscuridade a que vem sendo relegada por seus gestores (Ibama e um conselho inoperante). Conforme expressou um dos participantes do Grupo Focal: *“É complicado explicar para o turista que há um porto em reserva ambiental, que há uma plataforma e barco soltando rede. Por isso, é melhor nem mencionar a existência de uma unidade de conservação. O Ibama cobrava uma taxa, mas o dinheiro não era reinvestido em Arraial”*.

Tabela 22: Opinião sobre a RESEX

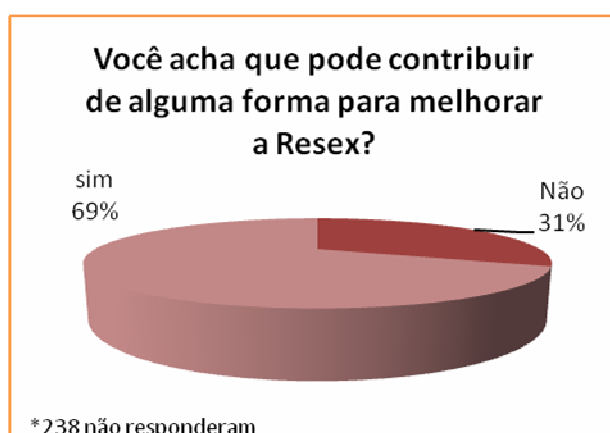
Segmento	total= 32 entrevistados	opinião sobre a Resex (%)		
		contra	favorável	indiferente
hotéis/pousadas	5		40	60
mergulho	2		50	50
passeio náutico	6		33,3	66,6
setor público	11	9,10	45,45	45,45
ONGs	3		33,3	66,6
pescadores/associações	3	33,3	33,3	33,3

A falta de ordenamento da área da RESEX é um dos principais pontos de conflito, já que uma atividade impacta na outra diretamente. Até que o plano de manejo da RESEX seja criado, as insatisfações tendem a se manter, já que o plano de utilização está ultrapassado.

Tabela 23: Pesquisa sobre impactos

Questões (respostas em %)	passeio náutico (90)		mergulho (10)	
	Sim	Não	Sim	Não
1- A plataforma gera impacto sobre a sua atividade?	27,8	72,2	60	40
2- Ocorre impacto da sua atividade sobre a pesca?	34,5	65,5	20	80

Um dos pontos de maior insatisfação por parte dos pescadores é a falta de fiscalização e a falta de um plano diretor. Para saber da disposição dos pescadores em participar de alguma forma da reserva baseado nessa insatisfação, havia a questão “você poderia contribuir de alguma forma para melhorar a Resex?”. Responderam que sim 69%, freqüentemente estas respostas estavam relacionadas à fiscalização, isto é, os pescadores se dispõem a denunciar, se houver fiscalização.



2) *Dos consumidores de peixe e dos turistas?*

Não há registro de insatisfação nem dos turistas, nem dos consumidores de peixes da RESEX.

INDICADOR 6

Aspecto: comunicações de marketing

PR6. Programa de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.

Somando às legislações nacional e internacional, os códigos voluntários ou auto-regulatórios (tais como o Código Internacional da Prática Publicitária da ICC ou as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais) buscam expressar conceitos de responsabilidade em comunicações de marketing⁷⁸. A adoção de tais códigos ou regras auto-disciplinares pode ajudar as organizações a garantirem que suas práticas de comunicações de marketing se adéquem a padrões geralmente aceitos.

Abordagens de marketing vistas como inapropriadas podem trazer riscos para as organizações, entre os quais a perda de clientes e outros *stakeholders*, danos à reputação, custos financeiros e ação judicial.

Para a compilação dos dados desse indicador é importante relatar os códigos ou padrões relacionados a marketing aplicados pela organização; a frequência com que a organização analisa sua conformidade com esses padrões ou códigos; se a organização vende produtos proibidos em certos mercados ou que são objeto de perguntas de *stakeholders* ou de debate público; e, como a organização responde a perguntas ou preocupações sobre esses produtos.

APLICAÇÃO NA RESEX:

1) Quem faz o marketing da RESEX?

Existe uma falta de marketing sobre a RESEX enorme. Muitos dos próprios moradores de Arraial do Cabo desconhecem que a área seja uma Reserva Extrativista.

Apesar de fazer, em 2008, 11 anos de fundação, a implementação da Resex-Mar de Arraial do Cabo continua como sendo uma “ferramenta de gestão dos recursos naturais” que não conta com a participação da maioria dos pescadores, ou mesmo sequer conhecida pela maioria de seus principais usuários. A demarcação da área marinha não possui sequer uma representatividade cognitiva para os próprios extrativistas costeiros, os pescadores artesanais que pescam em sua extensão. Estas asserções derivam aqui dos depoimentos coletados dos 100 pescadores entrevistados, sendo que 55% declararam desconhecer a Resex-Mar e 45% disseram conhecê-la.

⁷⁸ Para a GRI “comunicação de marketing” é a combinação de estratégias, sistemas, métodos e atividades usados por uma organização para promover sua reputação, marcas, produtos e serviços junto aos públicos alvo. As comunicações de marketing podem incluir atividades como publicidade, venda pessoal, promoção, relações públicas e patrocínio.

Percentuais confirmados na pesquisa com 514 pescadores.

Provavelmente, a pouca interatividade entre as instituições locais dos pescadores e a lógica da gestão que prevaleceu na fundação da Resex-Mar de Arraial do Cabo deve ter como reflexo a falta de identidade por parte dos pescadores artesanais com esta unidade de conservação e uso sustentável em zona marinha. Mesmo expondo para aqueles que desconheciam a existência da Resex, o descrédito com a possibilidade de lograr algum benefício para a pesca é ainda maior do que o percentual de conhecimento, 68%, sendo os outros 32% admitirem a possibilidade de algum benefício da Resex para a pesca artesanal.

Uma maior divulgação da RESEX aumentaria o turismo e muito provavelmente o respeito por todos das regras de preservação. Muito embora isso se verifique na prática, em entrevista, com 90 profissionais de passeio náutico e 10 de mergulho, 93,4% dos profissionais de passeio e 10% dos profissionais de mergulho, disseram que informam o cliente sobre a existência da RESEX; e 6,6% dos profissionais de passeio náutico e 90% dos profissionais de mergulho disseram que não informam sobre a existência da RESEX. Muitos empresários consideram que a Resex não tem apelo turístico, e por isso não fazem menção a ela nos seus materiais de divulgação.

Conforme depoimento de um proprietário de pousada, *“evito falar que aqui é uma unidade de conservação para meus clientes. Como é possível conciliar a existência de uma Resex com o lixo nas praias, lixo no trajeto para a Praia do Forno, invasão das áreas de proteção ambiental?”* Segundo este mesmo empresário, é necessário um trabalho conjunto e de longo prazo para superar esses problemas.

Em entrevista com 1143 turistas feitas em janeiro de 2008 em praias de Arraial do Cabo, 63% dos entrevistados declararam saber o que é uma unidade de conservação, mais de 70% não sabia que Arraial do Cabo está inserido numa UC.

O Projeto Ressurgência tem como uma de suas propostas uma maior divulgação da RESEX, seja com divulgação educativa do que é uma RESEX, seja com a criação de artigos de divulgação da RESEX como camisas, bolsas, chaveiros, cartões postais e artigos artesanais para turistas. A idéia é de criar cursos de artesanato e impressão em tecidos para que as próprias moradoras da região possam aprender a fazê-los, vender e ajudar na renda familiar.

2) *E das atividades na RESEX?*

A atividade de mergulho já tem a área de Arraial do Cabo como paraíso do mergulho conhecido no mundo todo pelos praticantes. O passeio náutico traz turistas de vários municípios vizinhos e até turistas estrangeiros pelas belezas naturais da área.

Os maiores atrativos são as belezas naturais de Arraial do Cabo e isso ainda não é bem divulgado de forma geral.

O turismo em Arraial do Cabo ainda é muito precário, lidando com pousadas ainda sem maiores estruturas, pessoal desqualificado e sem registros e, principalmente, sem uma agenda de eventos do local. O Projeto Ressurgência tem proposta de orientação da atividade turística, com, inclusive, cursos de capacitação, análise das datas importantes (Revitalização da Festa de São Pedro, divulgação da Festa da Lula, por exemplo) e divulgação das atividades de turismo na RESEX.

3) *Expor os problemas do não conhecimento da RESEX pela maioria.*

O maior problema do não conhecimento da RESEX pela maioria é certamente a não valorização. As normas de proteção não são cumpridas e nem mesmo os benefícios que a RESEX pode trazer conseguem sequer ser identificados.

INDICADOR 7

PR7. (adicional) Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos à comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo e resultados.

A não-conformidade indica sistemas e procedimentos inadequados de gestão interna ou implementação ineficaz. Além de conseqüências financeiras diretas, tais como penalidades e multas, a não-continuidade impõe um risco à reputação e à lealdade e satisfação do cliente. As tendências reveladas por esse indicador indicarão melhorias ou deterioração na eficácia dos controles internos.

Na compilação dos dados devem ser identificados os casos de não-conformidade com regulamentos relativos a comunicações de marketing e discriminá-los por: casos de não-conformidade com regulamentos que resultaram em multa ou penalidade, que resultaram em advertência e casos de não-conformidade com códigos voluntários.

APLICAÇÃO NA RESEX:

1) *Há casos de não conformidade?*

Não há registro de multas

INDICADOR 8

Aspecto: privacidade do cliente.

PR8. (adicional) Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes.

A proteção da privacidade do cliente⁷⁹ é um objetivo geralmente reconhecido em regulamentos nacionais e políticas organizacionais.

Há de se verificar para a compilação dos dados desse indicador o número total de casos de violação da privacidade do cliente, categorizados por: reclamações recebidas de partes externas, comprovadas pela organização e reclamações de agências reguladoras; e, o número de vazamentos, roubos ou perdas de dados de clientes.

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *Há casos de violação da privacidade do cliente, categorizados por: reclamações recebidas de partes externas, comprovadas pela organização e reclamações de agências reguladoras; e, o número de vazamentos, roubos ou perdas de dados de clientes.?*

Não há registro de perda de documentos por parte da AREMAC ou do Chico Mendes.

INDICADOR 9

Aspecto: conformidade

PR9. Valor monetário de multas (significativas) por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.

Do ponto de vista econômico, garantir a conformidade ajuda a reduzir riscos financeiros que ocorrem diretamente, através de multas, ou indiretamente, através de impactos na reputação.

Na compilação dos dados devem ser identificadas as sanções administrativas ou judiciais impostas; e, o valor monetário total das multas significativas.

⁷⁹ Para a GRI entende-se por:

“Privacidade do Cliente”: O direito do cliente à privacidade e proteção pessoal, incluindo assuntos como proteção de dados, uso de informações/dados apenas para seu propósito original (salvo se especificamente acordado em contrário), a obrigação de respeitar a confidencialidade e proteção contra uso indevido ou furto. Entende-se cliente como os clientes finais (o consumidor), assim com os clientes B2B (comércio entre empresas).

“Violação da Privacidade do Cliente”: Abrange qualquer não-conformidade com regulamentos legais e normas (voluntárias) existentes, dos quais a organização relatora é membro, relativos à proteção da privacidade do cliente.

“Reclamação Comprovada”: Declaração por escrito feita por agência reguladora ou órgão oficial similar endereçada à organização relatora identificando violações da privacidade do cliente ou reclamação apresentada contra a organização que tenha sido reconhecida como legítima pela organização.

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *Qual o valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços?*

Não há registro de multas

5.4.4 Protocolo de Indicadores de Direitos Humanos da GRI

Os indicadores de desempenho referentes a Direitos Humanos produzem divulgações sobre os impactos e atividades que uma organização tem nos direitos humanos civis e políticos de seus *stakeholders*. Os aspectos dentro desses indicadores de desempenho são baseados em normas internacionais reconhecidas, principalmente:

- ▶ na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, 1948;
- ▶ na Convenção das Nações Unidas: Pacto Internacional de Direitos Civil e Políticos, 1966;
- ▶ na Convenção das Nações Unidas: Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 1966;
- ▶ na Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, 1998 (em particular as oito Convenções da OIT identificadas como fundamentais);
- ▶ na Declaração de Viena e Programa de Ação, 1993.

Embora estejam intimamente relacionados, as categorias de Direitos Humanos e Práticas Trabalhistas servem a propósitos distintos, enquanto a primeira enfoca como a organização relatora mantém e respeita os direitos básicos de um ser humano, a segunda reflete a qualidade e o ambiente de trabalho.

O conjunto de indicadores de Direitos Humanos está dividido em sete aspectos: Práticas de Investimento e de Processos de Compra; Não Discriminação; Liberdade de Associação e Negociação Coletiva; Trabalho Infantil; Trabalho Forçado ou análogo ao Escravo; Práticas de Segurança; e, Direitos Indígenas.

INDICADOR 1

Aspecto: práticas de investimento e de processos de compra

HR1. Percentual e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.

Essa medida é uma indicação de até que ponto os direitos humanos estão integrados nas decisões econômicas de uma organização. Isso é relevante para

organizações que operam ou são sócias de empreendimentos em regiões onde a proteção dos direitos humanos é objeto de grande preocupação.

Na compilação dos dados há de se observar o número total de contratos significativos fechados e desse total, quantos incluíam cláusulas de direitos humanos⁸⁰ ou foram submetidos a uma avaliação de direitos humanos.

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *A RESEX assina contratos?*
- 2) *Se assinar esses contratos incluem cláusulas referentes a direitos humanos?*

A RESEX na pessoa da AREMAC tem algumas relações contratuais, como doações, parcerias e aluguel. Apesar disso, nenhum desses contratos incluíam cláusulas referentes a direitos humanos ou foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.

Podemos dizer que as doações e parcerias têm um fim social, mas não podemos considerar que mesmo nesses contratos foram feitas análises de Direitos Humanos. As doações são recebidas pela AREMAC e investidas também na compra de cestas básicas e atendimentos médicos para os associados com a finalidade de melhorar as condições de vida. O contrato de parceria entre a AREMAC, Porto e empresas *offshore* visa criar cursos de capacitação com o intuito de absorver os moradores do município na atividade.

INDICADOR 2

HR2. Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.

O desenvolvimento de redes extensas de empresas contratadas e fornecedores⁸¹ para produzir produtos e serviços gerou interesse em como as organizações relatoras aplicam suas políticas de direitos humanos com respeito a suas redes de fornecimento. Isso é particularmente relevante para organizações em setores que dependem pesadamente de terceirização e de redes globais.

⁸⁰ Para a GRI “cláusula de direitos humanos” são termos e condições específicos em um acordo por escrito que definem expectativas mínimas de desempenho com relação a direitos humanos como uma exigência para o investimento. E, “avaliação referente a direitos humanos”, o processo formal ou documentado que aplica critérios de desempenho em direitos humanos como um dos fatores que determinam se deve-se ou não dar continuidade a um investimento.

⁸¹ Para a GRI “empresas contratadas e fornecedores significativos” são terceiros de quem são obtidos produtos ou serviços ou com quem são celebrados contratos para o fornecimento de tais produtos ou serviços. No contexto desse indicador, “significativos” se refere a empresas contratadas e fornecedores que são: os principais fornecedores de um determinado tipo de bem ou serviço e, no cômputo geral, representam a maioria das compras da organização; ou os identificados como tendo o risco mais alto de incidentes relativos a direitos humanos.

Os processos de avaliação e monitoramento do desempenho em direitos humanos na cadeia de suprimentos podem evidenciar o impacto positivo de uma organização na comunidade empresarial como um todo, do contrário pode haver danos à sua reputação de seus parceiros de negócios e/ou criar instabilidade nas operações de fornecedores.

Deve ser relatado o número total de empresas contratadas e fornecedores significativos; o percentual de contratos com empresas contratadas e fornecedores significativos que incluíram critérios ou avaliação de direitos humanos; além do percentual de contratos com empresas contratadas e fornecedores significativos que foram recusados ou exigiram condições de desempenho, ou estiveram sujeitos a outras ações como resultado de avaliação referente a direitos humanos.

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *Quando a RESEX compra ela se importa se o fornecedor tem uma conduta de direitos humanos correta?*
- 2) *Quando os pescadores vendem, eles se importam se os compradores têm uma conduta de direitos humanos correta?*

Não há preocupação com condutas e Direitos Humanos nem na compra, nem na venda. Uma grande prova disso é o empoderamento que os atravessadores exercem sobre os próprios pescadores. Não há uma tentativa por parte dos gestores da RESEX e nem mesmo dos pescadores de impedirem ou resistirem ao constante e crescente poder dos atravessadores.

INDICADOR 3

HR3. (adicional) Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento.

As informações fornecidas por este indicador permitem avaliar a capacidade de uma organização de implementar suas políticas e procedimentos referentes a Direitos Humanos. O número de empregados treinados e a quantidade de treinamento recebido permitem uma avaliação da profundidade do conhecimento sobre direitos humanos dentro da organização.

Na compilação dos dados é relevante: identificar o número total de horas dedicadas ao treinamento de empregados usando os dados do indicador LA10, realçando as horas de treinamento específicas de direitos humanos; identificar o número total de

empregados, usando os dados do indicador LA1; identificar o número total e o percentual dos empregados que receberam treinamento de direitos humanos.

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *Existe alguma política de direitos humanos na RESEX?*
- 2) *Existe algum treinamento sobre direitos humanos daqueles que tem atividades na RESEX?*
- 3) *Quantas horas de treinamento?*

O art. 2º do Decreto de Criação da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo dispõe que a Reserva “tem por objeto garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados para pesca artesanal, por população extrativista do Município de Arraial do Cabo.”

Foi no intuito de garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis e/para proteger uma população tradicional (pescadores artesanais) que a RESEX foi criada. Sendo assim, podemos concluir que a própria criação da RESEX tem um fundo social e ambiental. Em função da pesca predatória o estoque de peixes caiu e os pescadores tradicionais foram ficando sem ter o que pescar. Esse era o contexto do momento da criação da RESEX. Mas, o que fazer? O recurso natural estava se esvaindo e, conseqüentemente, a atividade tradicional também. E os Direitos Humanos deste grupo especificamente? Foi criada a RESEX de Arraial do Cabo. Hoje, a política de direitos humanos instituída é apenas a de tentar criar um ambiente onde todas as atividades lá exercidas tenham seus espaços e com isso criem condições humanas cada vez melhores para os seus trabalhadores, tudo isso, sem, obviamente, causar danos ao meio ambiente da reserva.

INDICADOR 4

Aspecto: não discriminação.

HR4. Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.

Os direitos humanos vão além dos direitos dos empregados no local de trabalho. A política de não-discriminação⁸² é uma exigência fundamental das convenções internacionais, da legislação e diretrizes sociais. A questão da discriminação é também abordada pelas Convenções Fundamentais nº100 e 111 da OIT. É necessário um

⁸² Para a GRI “discriminação” é o ato e o resultado de tratar uma pessoa de forma desigual, impondo encargos desiguais ou negando-lhe benefícios, ao invés de tratar a pessoa de maneira justa com base em seu mérito individual. A discriminação também pode incluir assédio, definido como uma série de comentários ou ações indesejados, ou que sabe-se que serão indesejados, pela pessoa a quem são direcionados.

sistema de monitoramento eficaz para garantir conformidade nas operações da organização relatora. Os *stakeholders* buscarão garantia de que tais políticas e monitoramento sejam eficazes.

Na compilação dos dados é importante a identificação dos casos de discriminação com base em raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social, conforme definidos pela OIT, para

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *Existe algum tipo de discriminação de sexo, cor ou grupo na RESEX?*
- 2) *O que foi feito?*

Segundo depoimento da FIPAC e da Colônia de Pescadores Z5 não existe caso significativo de discriminação por cor, sexo, ou grupo na RESEX. Apenas 2% dos pescadores são mulheres, mas trabalham nas mesmas condições dos homens.

INDICADOR 5

Aspecto: liberdade de associação e negociação coletiva

HR5. Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.

Este indicador visa revelar medidas que a organização relatora tem tomado para avaliar se há oportunidades para os trabalhadores exercerem seus direitos de liberdade de associação e negociação coletiva. Visa também revelar medidas tomadas para apoiar esses direitos em todas as operações da organização.

Na compilação dos dados devem ser identificadas as operações em que os direitos dos empregados de exercerem liberdade de associação⁸³ ou negociação coletiva possam estar sob risco, discriminadas por tipo de operação ou por países ou áreas geográficas com operações consideradas sob risco. Além disso, devem ser relatadas as medidas tomadas pela organização visando apoiar os direitos a liberdade de associação e negociação coletiva.

APLICAÇÃO NA RESEX:

A instituição de classe mais antiga dos pescadores de Arraial do Cabo é a Colônia de Pescadores. Esta instituição, porém, perdeu a sua legitimidade e o verdadeiro reconhecimento por parte dos pescadores, o que os levou a criarem outras associações.

⁸³ Para a GRI “liberdade de associação” significa os trabalhadores e empregadores poderem estabelecer e unirem-se em associações de sua própria escolha sem a necessidade de autorização prévia.

Certamente tal conduta desgasta e diminui o poder do setor e cria discordâncias dentro de um mesmo grupo. Isso tudo gera perda de força. Várias associações, cada qual lutando isoladamente.

A liberdade de associação está instituída, mas o problema está na efetiva eficiência das associações.

A tentativa hoje é que a AREMAC por sua vez recomponha a sua legitimidade também uma vez perdida e com isso consiga criar boas negociações coletivas, não só no setor da pesca, mas no de todas as atividades exercidas na RESEX, para o bem da reserva.

1) *Existem brigas de grupos dentro da RESEX?*

Existem brigas entre os pescadores, o que a existência de muitas associações representantes só agrava a situação.

Existem também brigas entre os grupos das atividades que ocorrem dentro da RESEX (por exemplo, brigas entre pescadores e pessoal de mergulho; marinha e pescadores;) Essas são mais complexas e com o início dos trabalhos do conselho deliberativo que inclui representantes de todos os grupos, espera-se criar um ambiente propício a futuros acordos, além da criação do plano de manejo.

2) *A Colônia de pescadores é representativa?*

3) *Cada grupo procura se associar e segrega o outro grupo?*

Não houve relato de segregação de grupos.

4) *A RESEX incentiva ou não apóia a criação das associações?*

A RESEX não incentiva, nem não apóia a criação de novas associações, apenas deseja que as associações criadas respeitem e tentem participar para que se alcance um gerenciamento eficaz para a RESEX. O medo apresentado é que a criação de várias associações dificulte ainda mais o entendimento entre as partes e diminua o poder dos pescadores, afetando diretamente no bom funcionamento da RESEX.

INDICADOR 6

Aspecto: trabalho infantil

HR6. Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.

A abolição do trabalho infantil é um princípio e objetivo fundamental das principais declarações e legislação de direitos humanos, e está sujeita às Convenções da OIT

nº138 e 182. A presença e implementação efetiva de políticas de combate ao trabalho infantil são uma expectativa básica da conduta socialmente responsável.

Para a compilação dos dados devem ser identificadas as operações que possam estar correndo risco de casos de trabalho infantil e/ou trabalhadores jovens expostos a trabalho perigoso, discriminando o tipo de operação e o país ou áreas geográficas com operações consideradas sob risco, além das medidas tomadas pela organização para a abolição do trabalho infantil⁸⁴.

APLICAÇÃO NA RESEX:

1) *Existe trabalho infantil na pesca?*

Não é comum a presença de crianças trabalhando com pesca. Observa-se o início da participação na pesca profissional aos 16 anos, em função dos jovens começarem a ter vontade de obter remuneração própria. Em função da quantidade de peixe estar diminuindo, os pais pescadores não mais incentivam que seus filhos se tornem também pescadores, estimulando, então, a educação e manutenção das crianças nas escolas.

2) *E nas outras atividades da RESEX?*

Em nenhuma atividade se observa trabalho infantil.

3) *Existe alguma fiscalização?*

Em função da não incidência não há registro de fiscalização.

4) *Existe algum trabalho de educação nos usuários da RESEX contra o trabalho infantil?*

Não há promoção pela RESEX de campanha de conscientização contra o trabalho infantil especificamente na pesca, mas existem as campanhas públicas gerais e a própria percepção dos pescadores da diminuição da quantidade de peixes, o que os desincentiva a tirarem seus filhos da escola para ajudar na pesca.

⁸⁴ Para a GRI “criança” é toda pessoa abaixo da idade de 15 anos ou abaixo da idade de conclusão da escolaridade obrigatória (o que for mais alto), salvo em determinados países em que a economia e o sistema educacional são insuficientemente desenvolvidos e poderia se aplicar a idade mínima de 14 anos. E, “trabalhador jovem” é a pessoa que se encontra entre a idade mínima para admissão no trabalho e 18 anos de idade.

INDICADOR 7

Aspecto: trabalho forçado ou análogo ao escravo.

HR7. Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.

Não estar sujeito a trabalho forçado ou análogo ao escravo⁸⁵ é considerado um direito humano fundamental, é uma cláusula da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e está definido pelas Convenções Fundamentais n° 29 e 105 da OIT.

Para a compilação dos dados devem ser identificadas as operações que possam estar correndo risco de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo, discriminando o tipo de operação e o país ou áreas geográficas com operações consideradas sob risco, além das medidas tomadas pela organização para a abolição do trabalho forçado ou análogo ao escravo.

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *Existe trabalho forçado na pesca?*
- 2) *E nas outras atividades da RESEX?*
- 3) *Existe alguma fiscalização?*
- 4) *Existe algum trabalho de educação nos usuários da RESEX contra o trabalho forçado?*

Não há incidência de trabalho forçado na pesca, nem em qualquer outra atividade desenvolvida na RESEX.

Se há muitos anos atrás os pais pescadores forçavam seus filhos a entrarem para o ramo da pesca para ajudar na renda familiar e porque viam na atividade um futuro, atualmente o quadro não é mais o mesmo em função da diminuição dos estoques pesqueiros. Os pais, hoje, querem que seus filhos estudem para que tenham uma vida melhor do que a da pesca.

Isso faz com que a fiscalização e a existência de campanhas de conscientização se façam desnecessárias.

⁸⁵ Para a GRI “trabalho forçado ou análogo ao escravo” é todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade (Convenção n° 29 da OIT sob o trabalho forçado, 1930). Os exemplos mais extremos são trabalho escravo, trabalho prisional e servidão por dívida, mas também podem ser usadas dívidas como forma de manter os trabalhadores em uma situação de trabalho forçado. São exemplos de trabalho forçado, a retenção de documentos de identidade, a exigência de depósitos compulsórios ou a coação de trabalhadores, sob ameaça de demissão, a trabalhar horas extras com as quais eles não tenham acordado previamente.

INDICADOR 8

Aspecto: práticas de segurança

HR8. (adicional) Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações.

A conduta do pessoal de segurança em relação a terceiros é fundamentada pelo seu treinamento nas questões de direitos humanos, particularmente no tocante ao uso de força.⁸⁶

É importante para a compilação dos dados o número total de pessoal de segurança que a organização emprega diretamente; o percentual do pessoal de segurança que recebeu treinamento formal para as políticas da organização ou procedimentos específicos relativos a questões de direitos humanos e sua aplicação na segurança; e, se as exigências de treinamento também se aplicam a empresas contratadas que fornecem pessoal de segurança.

APLICAÇÃO NA RESEX:

1) *Os fiscais tiveram treinamento sobre direitos humanos (para evitar agressões)?*

Os fiscais da marina não tiveram qualquer treinamento para evitar agressões. Da mesma forma que os fiscais do Instituto Chico Mendes também não tiveram qualquer treinamento.

INDICADOR 9

Aspecto: direitos indígenas

HR9. (adicional) Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.

O número de casos registrados envolvendo direitos dos povos indígenas fornece informações sobre a implementação das políticas da organização para povos indígenas. Essas informações ajudarão a indicar o estado das relações com essas comunidades de *stakeholders*. As Convenções n° 107 e 169 da OIT abordam os direitos dos povos indígenas.

Para a compilação dos dados devem ser identificados e contabilizados os casos envolvendo direitos indígenas, além disso, deve ser relatada a situação atual dos casos e as providências tomadas pela organização.

⁸⁶ Para a GRI “pessoal de segurança” são indivíduos contratados para a vigilância das instalações e do patrimônio da organização, controle de multidões, prevenção de perda e escolta de pessoas, bens e valores.

APLICAÇÃO NA RESEX:

Esse indicador não se aplica à RESEX.

5.4.5 Protocolo de Indicadores da Sociedade da GRI.

Os indicadores de desempenho referentes à Sociedade focam nos impactos das organizações nas comunidades em que operam e em como são geridas e mediadas as interações da organização com outras instituições sociais. Em particular, buscam-se informações sobre suborno e corrupção, envolvimento na elaboração de políticas públicas, práticas de monopólio e conformidade com leis e regulamentos fora da esfera trabalhista e ambiental.

INDICADOR 1

Aspecto: comunidade

SO1. Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.

As operações organizacionais como entrada, operação e saída apresentam vários impactos de sustentabilidade significativos em área geográfica específica. Indicadores da Estrutura da GRI, tais como emissões ambientais ou dados econômicos, oferecerão uma visão geral desses impactos positivos e negativos, mas podem não ser capazes de discriminá-los no nível de comunidades ou áreas geográficas individuais.⁸⁷

Dessa forma, é importante haver uma medida que reflita a abordagem usada pela organização para gerir seus impactos, tanto negativos como positivos, sistematicamente nas várias comunidades em que atua.

Para a compilação dos dados é importante relatar: se há programas em vigor antes, durante e depois das operações para avaliar impactos da operação em comunidades locais, e que definam como e por quem os dados são coletados e como são selecionados os membros da comunidade (individualmente ou em grupo) de quem são coletadas as informações; o número percentual de operações para os quais os programas são aplicados; se os programas foram eficazes na mitigação dos impactos negativos e maximização dos impactos positivos, incluindo o número de pessoas afetadas; e exemplos de como o *feedback* e a análise de dados sobre impactos na

⁸⁷ Para a GRI, “impactos da operação”, no contexto desse indicador, referem-se principalmente aos impactos sociais, tais como: saúde e segurança da comunidade, relativas à infra-estrutura, materiais perigosos, emissões e descartes, e saúde e doença; reassentamento involuntário, deslocamento físico e econômico e restauração dos meios de vida; cultura local, gênero, povos indígenas e herança cultural.

comunidade ofereceram informações sobre medidas visando a continuidade do processo de engajamento da comunidade por parte da organização relatora.

APLICAÇÃO NA RESEX:

Este indicador tem sua análise contida em outros indicadores, como por exemplo o EN14.

Aspecto: corrupção

SO2. Percentual e número total de unidades de negócios submetidas as avaliações de riscos relacionados a corrupção.

Esforços para gerir riscos à reputação decorrentes de práticas de corrupção⁸⁸ por parte de empregados ou parceiros de negócio exigem um sistema com procedimentos de apoio em vigor. Essa medida identifica duas ações específicas para assegurar o uso efetivo das políticas e procedimentos da organização relatora por parte de seus próprios empregados e intermediários ou parceiros de negócio. Avaliação de risco é um processo de gestão importante e necessário que ajuda a avaliar o potencial de casos de corrupção dentro da empresa.

Na compilação dos dados deve ser relatado o número total e o percentual de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos organizacionais relacionados à corrupção.

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *Existe corrupção dos fiscais?*
- 2) *Existe corrupção entre os pescadores?*

As fiscalizações tanto pelo IBAMA/Chico Mendes quanto pela Capitania dos Portos/Marinha estão sujeitas à corrupção no momento da aplicação da multa. Outro foco de possível corrupção é a gestão da Marina por parte da FIPAC e da Colônia, se os valores estão mesmo sendo empregados nas finalidades estabelecidas.

A AREMAC também é um possível foco de corrupção.

A fiscalização deve ser feita pelos órgãos públicos, sociedade civil e Ministério Público.

⁸⁸ Para a GRI, “corrupção” é o “abuso de uma função para obter ganhos particulares” e pode ser instigada por indivíduos nos setores público ou privado. Esse termo, na forma como é entendido aqui, inclui práticas de corrupção como suborno, fraude, extorsão, conluio, conflito de interesses e lavagem de dinheiro. Nesse contexto inclui ou o recebimento de qualquer presente, empréstimo, taxa, recompensa ou outra vantagem por parte de qualquer pessoa como uma indução de fazer algo que é desonesto, ilegal ou uma quebra da confiança na conduta dos negócios da empresa. Isso pode incluir presentes que não sejam dinheiro, como mercadorias e viagens gratuitas ou serviços pessoais especiais prestados com a finalidade ou passíveis de resultar em uma vantagem imprópria ou que possa resultar em pressão moral para receber tal vantagem.

INDICADOR 3

SO3. Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.

O treinamento é um elemento importante por desenvolver conscientização e capacitação internas necessárias para prevenir casos de corrupção. Essa medida revela a proporção de empregados da organização que devem estar conscientes das políticas e procedimentos anticorrupção.

Neste indicador deve ser relatado o número total de empregados (LA1) e o percentual (apresentado separadamente) do número total de empregados gestores e não gestores que receberam treinamento anticorrupção.

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *Tem algum treinamento entre os fiscais sobre corrupção?*

Não existe uma política anticorrupção na RESEX.

Os agentes públicos, fiscais do IBAMA/Chico Mendes e da Marinha possuem um conhecimento sobre corrupção inerente ao de um agente público, mas não há treinamento especial para isso.

INDICADOR 4

SO4. Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.

Esse indicador demonstra ações específicas realizadas para limitar a exposição a fontes de corrupção e reduzir o risco de novos casos de corrupção. Para os *stakeholders*, há interesse no relato tanto da ocorrência de casos como da maneira pela qual a organização decide responder a eles.

Devem ser relatadas as medidas tomadas em resposta a casos de corrupção, incluindo: o número total de casos em que empregados foram demitidos ou punidos por corrupção; o número total de casos em que contratos com parceiros de negócios não foram renovados devido a violações relacionadas à corrupção. Quaisquer ações judiciais encerradas referentes à prática de corrupção movidas contra a organização relatora ou seus empregados durante o período coberto pelo relatório e os resultados de tais casos também devem ser relatados.

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *O que foi feito para evitar a corrupção?*

O Ministério Público Federal tem estado alerta às hipóteses de corrupção, instaurando os devidos inquéritos civis e propondo ações civis públicas.

INDICADOR 5

Aspecto: políticas públicas

SO5. Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.

Esse indicador fornece informações que permitem às organizações comparar as posições das políticas públicas⁸⁹ com as políticas e os objetivos formais de sustentabilidade. Essas informações indicam até que ponto as posições publicamente expressas referentes à sustentabilidade estão incorporadas de forma coerente por toda a organização e alinhadas entre diferentes unidades. Além disso, ajuda a dar transparência às atividades de *lobby* para aqueles preocupados com a integridade das práticas e os possíveis impactos nos *stakeholders*.

Para a compilação dos dados devem ser relatadas as questões significativas que são o foco da participação da organização relatora no desenvolvimento de políticas públicas e *lobbies*; também devem ser relatadas as posições essenciais assumidas em cada uma das questões acima mencionadas e explique quaisquer diferenças significativas entre posições de *lobby* e políticas, objetivos de sustentabilidade ou outras posições públicas declaradas.

APLICAÇÃO NA RESEX:

1) Planos da RESEX para a população. (ações do projeto)

A RESEX tem um grande impacto na sociedade de Arraial do Cabo como um todo. Os resultados deste indicador deve ser observado no ANEXO I através das Tabelas de Metas da RESEX propostas pelo Projeto Ressurgência.

INDICADOR 6

SO6. Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.

O propósito desse indicador é refletir o grau de compromisso das organizações relatoras no financiamento de campanhas políticas e assegurar transparência em acordos e relacionamentos políticos da organização relatora.

⁸⁹ Para a GRI “desenvolvimento de políticas públicas” são atividades organizadas ou coordenadas para influenciar a formulação das políticas governamentais. E “lobbies” são esforços para persuadir ou influenciar pessoas que ocupem cargo político, ou candidatos a tais cargos, a patrocinar políticas e/ou influenciar o desenvolvimento de legislação ou de decisões políticas.

Deve ser relatado o valor monetário total de contribuição⁹⁰ em dinheiro e em espécie feita pela organização relatora durante o período coberto pelo relatório a partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, abrangendo os países onde a organização tem suas principais operações e/ou vendas, ou detém uma participação significativa de mercado.

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *Há contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos ou instituições relacionadas?*

Não há relato de contribuição financeira e em espécie à partidos políticos ou instituições relacionadas por parte da RESEX.

INDICADOR 7

Aspecto: concorrência desleal

SO7. Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.

Fusões e aquisições podem afetar a escolha do consumidor, a formação de preços e outros fatores essenciais para mercados eficientes. Ação judicial indica uma situação em que as ações ou situação de mercado da organização alcançaram um grau suficiente para merecer preocupações por parte de terceiros.

Para a compilação dos dados devem ser identificados e relatados o número total de ações judiciais por concorrência desleal⁹¹, práticas de truste e monopólio, além dos principais resultados de tais ações.

APLICAÇÃO NA RESEX:

- 1) *Existe alguma reclamação sobre concorrência entre os pescadores?*

Existem reclamações, mas não ações propostas.

⁹⁰ Para a GRI no conceito de “contribuições” podem incluir doações, empréstimos, patrocínios, compra de ingressos para eventos de arrecadação de fundos, publicidade, uso de instalações, design e gráfica, doação de equipamentos, gastos com consultoria ou empregos para políticos eleitos ou candidatos a cargos, etc.

⁹¹ Para a GRI, “concorrência desleal” são ações da organização relatora e/ou de seus empregados que possam resultar em conjunto com concorrentes potenciais visando fixar preços, coordenar licitações, criar restrições de mercado ou produção, impor cotar geográficas ou alocar clientes, fornecedores, áreas geográficas e linhas de produto com o propósito de limitar os efeitos da concorrência de mercado. E “práticas de truste e monopólio” são ações da organização relatora que possam resultar em conluio visando a criar barreiras à entrada no setor, práticas injustas de negócio, abuso de posição de mercado, cartéis, fusões que levem a concorrência desleal, cartelização de preços e outros atos envolvendo conluio que evitem a concorrência.

2) *Quais são as reclamações relacionadas a concorrência desleal, práticas de truste e monopólio?*

Os conflitos no espaço costeiro e o manejo tradicional:

Existe uma competição entre os pescadores de Arraial pelo uso do espaço costeiro, sobretudo das praias. A chamada “corrida das canoas”, arranjo que expressa um conjunto de regulamentos para o uso de cada praia para o arrasto é um dos mecanismos construído pelos pescadores para resolver os conflitos de uso do espaço (e dos cardumes). Esse direito costumeiro aparece desde a criação da Colônia de Pescadores do Arraial do Cabo em 1921. Já nessa época, o regulamento impunha sanções em dinheiro a quem desobedecesse as regras da corrida das canoas.

Trata-se de um rodízio das diversas pescarias e companhas nos locais estratégicos de pesca, estabelecendo, em princípio, oportunidades iguais de apropriação do produto aos pescadores que participam dessa pesca (BRITTO, 1999). O princípio básico no processo é o “direito a vez” de fazer o lanço. Nesse tipo de pescaria não se admite outra técnica que não seja a do arrasto de praia com canoas a remo.

Esse rodízio acontece onde as canoas ficam encalhadas, isto é Praia Grande, Praia do Anjo, Prainha e Praia do Pontal. Nenhuma canoa pode ser transferida de uma praia para a outra, uma vez que cada uma delas tem naquela praia (e não em outra) sua oportunidade de pescar.

A Praia Grande é considerada a mais piscosa e nela vigora o sistema de “canoas casadas”, sendo a regra básica o rodízio diário e sistemático de pares distintos de canoas que tem acesso à pesca. O calendário da “vez das canoas” segue um calendário rígido que compreende ciclos de 21 dias corridos, dentro do qual pares fixos de canoas, em igual número se sucedem no direito da vez (BRITTO, 2004).

O direito à vez é passado por herança, mas pode também ser comprado. Como resultado, nem toda canoa que faz parte da corrida existe na realidade, pois sua vez foi comprada por outro proprietário que assim passa a ter o direito de pescar em um número maior de vezes do que o formalmente estabelecido. Ou seja, se a canoa for comprada por alguém que já possuía uma outra canoa e já estava participando do sistema da vez, este passará a pescar duas vezes. Isso não era permitido anteriormente.

Nesse sentido, existe uma concentração desse direito nas mãos de alguns donos de pescaria, que chegam a deter até 10 das 42 chances de pescar, enquanto que outros participam de cada corrida uma única vez por possuírem apenas uma “pescaria” (canoas e redes) em alguns casos pertencentes a vários proprietários consorciados (BRITTO, 2004). Essa concentração se agrava com o alto investimento na canoa e rede que foge às possibilidades da maioria dos pescadores. É, claramente, uma concorrência desleal.

Na Praia dos Anjos cerca de 62.5% das canoas são de propriedade de donos de canoas da Praia Grande. Essa concentração de propriedade de canoas tem causado tensões entre os pescadores que se tornam cada vez mais não-proprietários, pescando em canoas alheias.

Sistema semelhante existe no verão para a pesca da lula por canoas pequenas, mas os conflitos são mais freqüentes, pois o investimento em canoas e redes menores não é alto. Existe, no entanto, na Praia Grande um limite de 16 pescarias, o que restringe a entrada de mais pescadores.

Em 1983 houve um novo acordo formal, testemunhado pelo presidente da Colônia e da Capitania dos Portos de Cabo Frio, reduzindo o número de canoas na Praia Grande para 42 na pesca do arrasto e 12 canoas (6 pares) na pescaria da lula.

Na Praia dos Anjos, na Prainha e do Pontal existe também a corrida das canoas, mas as regras são estabelecidas pelos donos de pescaria, segundo o tempo frio e quente e segundo o trecho de praia a ser ocupado. Essas regras também são mais flexíveis.

Organização social na pescaria:

Cada tipo de pescaria tem sua organização própria que se reflete na organização dos grupos de pesca. A organização básica- “a companhia”- equipe composta pelos pescadores e seus petrechos de pesca - é usada tanto para a pesca de arrasto de praia (rede grande) quanto na pesca da lula, variando de número de pescadores e funções.

a) A pesca do arrasto de praia com canoas:

Na rede de arrasto de praia o grupo de trabalho é formado por nove pescadores com funções específicas, sobressaindo a figura do mestre e do vigia, mais responsáveis pelas decisões no ato de pesca. Ao *vigia* cabe vislumbrar e anunciar a aproximação dos cardumes e orientar, com sinais, as manobras de pesca, indicando a necessidade de haver um ou mais lanços (cerco). Já o mestre conduz as operações práticas das canoas no lançamento das redes e é o responsável final do ato de captura. Uma captura eficaz se realiza quando existe um entrosamento entre o vigia e a companhia (grupo de pescaria), sobretudo com o mestre.

Em alguns casos os mestres também são donos dos meios de produção (canoas e rede). Na Praia Grande, em oito companhias existentes, a metade tem o mestre/vigia como donos de rede, o mesmo ocorrendo com uma companhia da Praia dos Anjos. Já na Prainha e Praia do Pontal a maioria dos meios de produção pertence a proprietários que não-participam da pescaria. Além disso, algumas das companhias são compostas por

parentes, o que assegura uma maior continuidade nas operações, o que muitas vezes não ocorre quando os donos de pescaria são absenteístas.

Segundo Silva (2002) já são poucos os pequenos proprietários de pescarias, como também aqueles que detinham uma parte da propriedade dos meios de produção, pois estes estão cada vez mais concentrados nas mãos de uns poucos (aproximadamente três) que pertencem à mesma família extensa. Além disso, são também donos de peixarias e fábricas de gelo.

Em 2002 somente 12 por cento dos pescadores de Arraial eram donos ou parceiros das canoas em que pescam e a maioria era constituída de não-proprietários.

Na pesca de arrasto de praia a divisão do produto é feita pelo sistema tradicional de partes ou quinhão, que varia segundo a posição ocupada por cada pescador na pescaria (dono de rede, canoa, vigia, mestre, e demais pescadores). Em algumas praias ainda se reserva o quinhão da santa e mesmo a dos não-pescadores que ajudaram na puxada da rede.

Já na pesca da traineira, que fica no mar por vários dias, a tripulação, constituída de oito pescadores tem funções distintas daquelas existentes na pesca de canoas, sobressaindo, além do mestre-proeiro, a figura do mecânico responsável pelo motor, o cozinheiro, entre outros. O sistema de pesca é distinto, pois se trata de uma pesca com rede grande de cerco, cujo alto valor não está na alçada dos pescadores de canoa. O sistema de divisão da produção é ainda o das “partes” ou quinhão. O sistema de comercialização é também distinto uma vez que o volume capturado é maior que a das canoas e a maior parte das espécies capturadas não é comercializada diretamente no local.

A comercialização do pescado:

O sistema de comercialização é composto pelos donos de peixarias, alguns dos quais são pescadores, os “paioleiros” ou “atravessadores” que se dedicam à negociação do pescado em grande escala com os centros de consumo (Rio de Janeiro e São Paulo). Quatro desses paioleiros, dos quais dois são empresários de Cabo Frio monopolizam quase toda a produção. No caso dos “atravessadores” de Cabo Frio, ainda ocorre outro problema, que é o da arrecadação de impostos, que no caso é toda feita para o outro município.

Na temporada turística, quando o preço do pescado sobe, aparecem os conflitos entre os pescadores e os comerciantes, (sobretudo os que também são pescadores) acusados de ganhar muito dinheiro em cima do trabalho dos companheiros de pesca.

Nos meses de veraneio também surgem alternativas de trabalho vinculado ao turismo, sendo o período em que os pescadores ganham algum dinheiro com os altos preços do produto, sobretudo quando podem vender diretamente para os restaurantes.

INDICADOR 8

Aspecto: conformidade

SO8. Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.

Esse indicador pretende mostrar as multas significativas e sanções não-monetárias sob leis e regulamentos não cobertos pelos indicadores EN28 e PR9, tais como as leis e regulamentos referentes à fraude contábil, discriminação no local de trabalho, corrupção, etc.

Na compilação dos dados é importante ressaltar as multas significativas e sanções não-monetárias em termos de valor monetário total de multas significativas; número de sanções não-monetárias; processos movidos através de mecanismos de arbitragem.

APLICAÇÃO NA RESEX:

1) *Existe ação do MP contra a RESEX?*

▶ AREMAC X Marinha

Processo: 2001.51.08.000561-7

Ação Civil Pública com pedido de liminar, pelas restrições impostas pela Marinha à pesca. (raia acústica)

▶ Mandado de segurança

Processo: 2003.51.08.000344-7

Banana Ski atividades náuticas Ltda X AREMAC (presidente) e gerentes da RESEX

Expedição e liberação de documentos. Pedido de liminar.

▶ MPF X COMAP, ÁTILA ANGERMANN, INSTITUT CHICO MENDES, IBAMA, ESTALEIRO CASSINÚ

Processo 2008. 51. 08.000395-0

AÇÃO CIVIL PÚBLICA, em função das plataformas em área de reserva.

- ▶ Associação de turismo de arraial do cabo/RJ X administrador da RESEX
Proc. 2000.51.08.000733-6
Processo por fiscalização de mercadorias/produtos. Sanção contra atividades.

5.4.6 Protocolo de Indicadores de Meio Ambiente

Aspecto: materiais

EN1. Materiais usados por peso e volume

Para a compilação dos dados deve ser observado o total de materiais comprados de fornecedores externos e os obtidos de fontes internas (produção cativa e atividades de extração).

APLICAÇÃO NA RESEX:

Este indicador não pode ser aplicado, pois a atividade da RESEX não exige qualquer material de matéria prima e a lista de materiais usados pelos gestores nas sedes, não foi disponibilizada. Os gestores alegaram que utilizam apenas material de escritório.

Em relação ao material que a RESEX disponibiliza aos pescadores podemos considerar a listagem:

Tabela 24: Espécies capturadas (1992 à 2006)
Fonte: Banco de dados do Projeto Ressurgência

Relação das espécies capturadas em Arraial do Cabo entre 1992 e 2006, ordenadas pela posição de produção

Nome popular	Nome científico	Família	Captura (kg)
Peixes ósseos	Actinopterygii		
Sardinha Verdadeira	<i>Sardinella brasiliensis</i> (Steindachner, 1789)	Clupeidae	3.489.755
Espada	<i>Trichiurus lepturus</i> (Linnaeus, 1758)	Trichiuridae	2.974.699
Enchova	<i>Pomatomus saltatrix</i> (Linnaeus, 1766)	Pomatomidae	2.851.886
Bonito-Pintado	<i>Euthynnus alleteratus</i> (Rafinesque, 1810)	Scombridae	1.730.350
Xerelete	<i>Caranx latus</i> (Agassiz, 1831)	Carangidae	1.650.681
Cavalinha	<i>Scomber japonicus</i> (Houttuyn, 1782)	Scombridae	1.368.511
Dourado	<i>Coryphaena hippurus</i> (Linnaeus, 1758)	Coryphaenidae	1.179.876

Galo	<i>Selene setapinnis</i> (Mitchill, 1815)	Carangidae	448.729
Namorado	<i>Pseudopercis numida</i> (Ribeiro, 1903)	Mugiliodidae	399.240
Sardinha lage	<i>Opisthonema oglinum</i> (Lesueur, 1818)	Clupeidae	373.082
Palombeta	<i>Chloroscombrus chrysurus</i> (Linnaeus, 1760)	Carangidae	305.789
Serra/Sarda	<i>Sarda sarda</i> (Bloch, 1793)	Scombridae	271.150
Parati	<i>Mugil curema</i> (Valenciennes, 1836)	Mugilidae	233.876
Tainha	<i>Mugil liza</i> (Valenciennes, 1836)	Mugilidae	218.450
Maria Mole	<i>Cynoscion striatus</i> (Cuvier, 1829)	Sciaenidae	177.926
Xaréu	<i>Caranx hippos</i> (Linnaeus, 1766)	Carangidae	161.606
Raquete	<i>Aluterus monoceros</i> (Linnaeus, 1758)	Monacanthidae	136.233
Bonito Cachorro	<i>Auxis thazard</i> (Lacépède, 1800)	Scombridae	133.121
Pitangola	<i>Seriola fasciata</i> (Bloch, 1793)	Carangidae	124.626
Olhete	<i>Seriola lalandi</i> (Valenciennes, 1833)	Carangidae	119.680
Congro	<i>Conger orbignyanus</i> (Valenciennes, 1847)	Congridae	99.451
Marimba	<i>Diplodus argenteus</i> (Valenciennes, 1830)	Sparidae	90.783
Garoupa	<i>Epinephelus guaza</i> (Linnaeus, 1758)	Serranidae	84.004
Marlim-azul	<i>Makaira nigricans</i> (Lacépède, 1802)	Istiophoridae	72.799
Pescada	<i>Macrodon ancylodon</i> (Bloch & Schneider, 1801)	Sciaenidae	70.172
Peixe Sapo	<i>Porichthys porosissimus</i> (Valenciennes, 1837)	Batrachoididae	70.155
Atum	<i>Thunnus thynnus</i> (Linnaeus, 1758)	Scombridae	70.048
Pargo	<i>Pagrus pagrus</i> (Linnaeus, 1758)	Sparidae	68.982
Corvina/Cascote	<i>Micropongonias furnieri</i> (Desmarest, 1823)	Sciaenidae	68.977
Batata	<i>Lopholatilus villarii</i> (Ribeiro, 1915)	Branchiostegidae	66.232
Cherne	<i>Epinephelus niveatus</i> (Valenciennes, 1828)	Serranidae	61.681
Guarassuma/Cavaco/ Graçainha	<i>Caranx crysos</i> (Mitchill, 1815)	Carangidae	24.421
Olho de Cão/Mirassol	<i>Priacanthus arenatus</i> (Cuvier, 1829)	Priacanthidae	21.205

Castanha riscada	<i>Umbrina coroides</i> (Cuvier, 1830)	Sciaenidae	20.382
Bonito-Listrado	<i>Katsuwonus pelamis</i> (Linnaeus, 1758)	Scombridae	17.320
Farnangalho	<i>Hyporhamphus unifasciatus</i> (Ranzani, 1842)	Exocoetidae	13.121
Peroá	<i>Balistes</i> sp.	Balistidae	11.447
Ubarana	<i>Elops saurus</i> (Linnaeus, 1766)	Elopidae	11.367
Gordinho	<i>Pepilus paru</i> (Linnaeus, 1758)	Stromateidae	9.964
Pescada-bicuda	<i>Cynoscion microlepidotus</i> (Cuvier, 1830)	Sciaenidae	9.883
Cavala	<i>Scomberomorus cavalla</i> (Cuvier, 1829)	Scombridae	9.100
Albacora Lage	<i>Thunnus albacares</i> (Bonnaterre, 1788)	Scombridae	9.000
Tira vira	<i>Percophis brasiliensis</i> (Quoy & Gaimarde, 1824)	Percophidae	8.836
Peixe Porco	<i>Balistes capriscus</i> (Gmelin, 1788)	Balistidae	8.275
Abrótea	<i>Urophycis brasiliensis</i> (Kaup, 1858)	Gadidae	7.405
Albacora branca	<i>Thunnus alalunga</i> (Bonnaterre, 1788)	Scombridae	7.159
Trilha	<i>Mullus argentinae</i> (Hubbs & Marini, 1935)	Mullidae	6.936
Enxada	<i>Chaetodipterus faber</i> (Broussonet, 1782)	Ephippidae	6.820
Baiacu	<i>Lagocephalus lagocephalus</i> (Linnaeus, 1758)	Tetraodontidae	6.728
Vela	<i>Istiophorus albicans</i> (Latreille, 1840)	Istiophoridae	6.430
Garapau	<i>Decapterus macarellus</i> (Cuvier, 1833)	Carangidae	5.332
Pampo	<i>Trachinotus carolinus</i> (Linnaeus, 1766)	Carangidae	5.265
Linguado	<i>Paralichthys brasiliensis</i> (Ranzani, 1840)	Paralichthyidae	4.257
Olhudo	<i>Selar crumenophthalmus</i> (Bloch, 1793)	Carangidae	3.670
Bagre bandeira	<i>Bagre marinus</i> (Mitchill, 1814)	Ariidae	3.568
Xixarro	<i>Decapterus macarellus</i> (Cuvier, 1933)	Carangidae	3.033
Badejo-da-areia	<i>Mycteroperca microlepis</i> (Goode & Bean, 1880)	Serranidae	2.492
Goete	<i>Isopisthus parvipinnis</i> (Cuvier, 1830)	Sciaenidae	2.255
Merluza	<i>Merluccius hubbsi</i> (Marini, 1933)	Merluccidae	2.041
Vermelho	<i>Lutjanus purpureus</i> (Poey, 1875)	Lutjanidae	1.780

Piranjica	<i>Kyphosus sectatrix</i> (Linnaeus, 1758)	Kyphosidae	1.399
Pescadinha	<i>Isopisthus parvipinnis</i> (Cuvier, 1830)	Sciaenidae	1.376
Cocoroça	<i>Orthopristis ruber</i> (Cuvier, 1830)	Pomadasyidae	1.130
Rombudo	<i>Trachinotus falcatus</i> (Linnaeus, 1758)	Carangidae	1.060
Mero	<i>Epinephelus itajara</i> (Lichtenstein, 1822)	Serranidae	968
Cabrinha	<i>Prionotus punctatus</i> (Bloch, 1797)	Triglidae	675
Galhudo	<i>Trachinotus goodei</i> (Jordan & Evermann, 1896)	Carangidae	605
Agulha preta	<i>Hemiramphus brasiliensis</i> (Linnaeus, 1758)	Exocoetidae	500
Marmota	<i>Cynoscion leiarchus</i> (Cuvier, 1830)	Sciaenidae	374
Guaivira	<i>Oligoplites palometa</i> (Cuvier, 1833)	Carangidae	340
Caratinga	<i>Eugerres brasilianus</i> (Cuvier, 1830)	Gerreidae	320
Carapicu	<i>Eucinostomus gula</i> (Cuvier, 1830)	Gerreidae	260
Robalo	<i>Centropomus undecimalis</i> (Bloch, 1792)	Centropomidae	192
Roncador	<i>Conodon nobilis</i> (Linnaeus, 1758)	Pomadasyidae	96
Olho de boi	<i>Seriola dumerili</i> (Risso, 1810)	Carangidae	85
Cangolo	<i>Balistes</i> sp.	Balistidae	80
João Guriçá	<i>Holocentrus adscencionis</i> (Osbeck, 1765)	Holocentridae	50
Sargo de Beiço	<i>Boridia grossidens</i> (Cuvier, 1830)	Haemulidae	45
Manjuba	<i>Anchoviella lepidentostole</i> (Fowler, 1911)	Engraulidae	24

Peixes cartilagosos	Chondrichthyes		
Cação Galha Preta	<i>Carcharhinus maculipinnis</i> (Poey, 1865)	Carcharhinidae	122.004
Cação Pata	<i>Sphyrna tiburo</i> (Linnaeus, 1758)	Sphyrnidae	13.754
Cação Galha Branca	<i>Carcharhinus longimanus</i> (Poey, 1816)	Carcharhinidae	10.800
Raia Manteiga	<i>Gymnura altavela</i> (Linnaeus, 1758)	Gymnuridae	9.743
Anequim	<i>Isurus oxyrinchus</i> (Rafinesque, 1810)	Lamnidae	8.839
Cação Anjo	<i>Squatina argentina</i> (Marini, 1930)	Squatinae	2.982
Cação Viola	<i>Rhinobatos percellens</i> (Walbaum, 1792)	Rhinobatidae	1.018

Cação Barriga D'água	<i>Carcharhinus milberti</i> (Valenciennes, 1841)	Carcharhinidae	531
Cação Canejo	<i>Mustelus canis</i> (Mitchill, 1815)	Triakidae	496
Cação Tintureira	<i>Galeocerdo cuvieri</i> (Péron e Lesueur, 1822)	Carcharhinidae	400
Cação Martelo	<i>Sphyrna zygaena</i> (Linnaeus, 1758)	Sphyrnidae	235
Cação Serra-Garoupa	<i>Carcharhinus limbatus</i> (Valenciennes, 1841)	Carcharhinidae	230
Cação Gato	<i>Scyliorhinus haeckelii</i> (Miranda Ribeiro, 1907)	Scyliorhinidae	135

Invertebrados	Molusca e crustacea		
Lula	<i>Loligo plei</i> (Blaville, 1823)	Loligidae	928.011
Polvo	<i>Octopus vulgaris</i> (Cuvier, 1797)	Octopodidae	141.309
Mexilhão	<i>Perna perna</i> (Linnaeus, 1758)	Mityllidae	4.841
Cavaquinha	<i>Squilla</i> sp.	Squillidae	740
Ostra	<i>Crassostrea gigas</i> (Thunberg, 1793)	Crassostreidae	490
Camarão-rosa	<i>Farfantepenaeus paulensis</i> (Pérez-Farfante, 1967)	Penaeidae	235
Camarão 7 barbas	<i>Xiphopenaeus kroyeri</i> (Heller, 1862)	Penaeidae	67
Lagosta	<i>Panulirus</i> sp.	Palinuridae	30
Camarão Santana	<i>Pleoticus muelleri</i> (Bate, 1888)	Solenoceridae	27

EN2. Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem

Esse indicador visa identificar a capacidade da organização relatora de usar insumos reciclados.

APLICAÇÃO NA RESEX:

Nada foi exposto sobre compra de materiais reciclados e não foi visto nas sedes dos gestores nenhuma tentativa de utilização de material reciclado.

Aspecto: energia

EN3. Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.

EN4. Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária .

A capacidade da organização relatora de usar eficientemente a energia pode ser revelada por meio de cálculo da quantidade de energia que ela consome.

APLICAÇÃO NA RESEX:

Não houve acesso direto às contas de luz dos gestores da RESEX, sob a alegação do Instituto Chico Mendes de que não sabiam onde estas estavam e da AREMAC que poderíamos saber os valores gastos com luz através de seu documento de prestação de contas. Porém, a verificação dos valores não foi possível, já que a prestação de contas apresenta os valores somados de luz, água e telefone, não identificando os valores de cada um dos itens.

A energia consumida pelos pescadores nos motores é o óleo diesel.

EN5. (adicional) energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.

Esse indicador demonstra os resultados de esforços proativos para melhorar a eficiência energética por meio de melhorias tecnológicas de processos e outras iniciativas de conservação de energia.

APLICAÇÃO NA RESEX:

As alterações no consumo de energia na sede da AREMAC se deram por motivos de mudança de local e férias e não em função de melhorias para conservação de energia. Nenhuma ação foi verificada na sede para conservação de energia.

Nada foi verificado na atividade da pesca de economia de óleo diesel.

EN6. (adicional) Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo custo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.

EN7. (adicional) Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.

O fornecimento de produtos e serviços com baixo consumo de energia é uma parte importante das iniciativas de responsabilidade sobre produtos. Tecnologias visando o baixo consumo de energia também podem reduzir o custo de bens de consumo.

APLICAÇÃO NA RESEX:

Nenhuma ação foi verificada neste sentido nas sedes dos gestores.

Existe um projeto do Instituto Chico Mendes em parceria com empresas produtoras de óleo diesel, como Shell e Petrobras, para recolher o óleo usado pelos pescadores e enviar para as empresas fazerem a reciclagem. Após o óleo seria devolvido aos pescadores que passariam a usar esse óleo reciclado. Não houve qualquer implantação deste projeto até o momento do fim desta pesquisa.

Aspecto: água

Através dos indicadores de água o que se deseja é compreender a magnitude global dos impactos e riscos potenciais associados ao uso da água por parte da organização.

EN8. Total de retirada de água por fonte.

APLICAÇÃO NA RESEX:

Foi solicitado a AREMAC as contas de água da sede, mas sem qualquer retorno.

O Instituto Chico Mendes expôs que sua água vem de caminhões pipa doados pela Prefeitura ou comprados pela AREMAC.

EN9. (adicional) Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.

APLICAÇÃO NA RESEX:

Água da sede da AREMAC vem da concessionária de serviço público Pró-lagos e a água do Instituto Chico Mendes vem de caminhões pipa, porém os gestores não sabiam informar de que fonte hídrica.

EN10. (adicional) percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.

APLICAÇÃO NA RESEX:

Não há qualquer preocupação com reciclagem ou reutilização de água pelos gestores.

Aspecto: biodiversidade.

Ao relatar sobre o impacto potencial em terras dentro de áreas legalmente protegidas, que contenham as referidas áreas ou sejam adjacentes a elas, assim como áreas de alto índice de biodiversidade fora de áreas protegidas, a organização poderá identificar e compreender certos riscos associados à biodiversidade.

O monitoramento de quais atividades estão sendo realizadas tanto em áreas protegidas quanto em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas possibilita à organização relatora reduzir os riscos dos impactos. Possibilita também à organização gerir impactos na biodiversidade ou evitar a má gestão dos mesmos.

EN11. Localização e tamanho de área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.

APLICAÇÃO NA RESEX:

Sendo a pesquisa referente à Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, toda a nossa área descrita se encontra dentro de uma unidade de conservação, ou seja, uma área protegida. A área é definida pelo IBAMA como sendo de 56.769 ha de lâmina d'água.

Segundo o artigo 1º do Decreto de criação da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo:

Fica criada a Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, no Município de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro, compreendendo um cinturão pesqueiro entre a praia de Massambaba, na localidade de Pernambuco e a praia do Pontal, na divisa com Cabo Frio, incluindo a faixa marinha de três milhas da costa de Arraial do Cabo, conforme a seguinte descrição baseada em coordenadas geográficas aproximadas: Limite Oeste: Lat. Sul - 22°56'21" - Long. Oeste 042° 18'02" - Limite Nordeste: Lat. Sul - 22°56'00" - Long. Oeste - 041° 55'30" - Limite Sueste: Lat. Sul - 23° 04'00" - Long. Oeste - 041°55'30" - Limite Sudoeste: Lat. Sul - 23°04'00" - Long. Oeste - 042° 18'02".



Fonte: IBAMA/CNPT. 2005

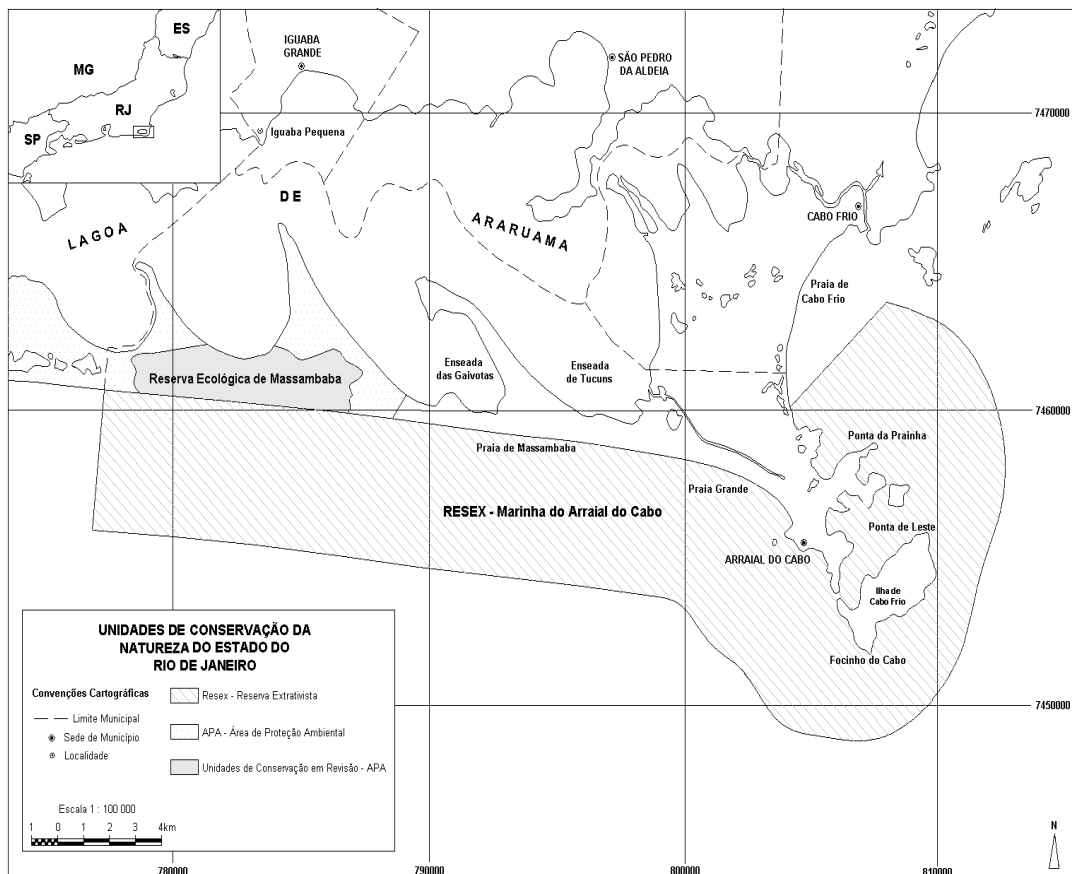


Figura : Mapa da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ. (Fonte: Adaptado do Atlas das Unidades de Conservação da Natureza, Governo do Estado do Rio de Janeiro / SEMA, 2001).

EN12. Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.

EN14. (adicional) estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.

APLICAÇÃO NA RESEX:

Para respondermos tais indicadores consideraremos duas áreas: a área da RESEX e a área determinada como zona de amortecimento, ou seja, o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

Observando a Lei do SNUC:

Art. 24. O subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites das unidades de conservação.

Art. 25. As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.

§ 1º O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma unidade de conservação.

§ 2º Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o § 1º poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente.”

No caso da nossa RESEX não há uma zona de amortecimento definida ainda.

IMPACTO DA PESCA:

- ▶ Lixo jogado no mar pelos pescadores.
- ▶ Derramamento de óleo.
- ▶ Pesca predatória.
- ▶ Sobre-pesca.

IMPACTO DO PASSEIO NÁUTICO:

- ▶ Lixo jogado no mar pelos turistas.
- ▶ Derramamento de óleo.

IMPACTO DO MERGULHO:

- ▶ Retirada de objetos do mar (corais, conchas, estrelas do mar).
- ▶ Mergulho para pescar espécies protegidas com arpão.
- ▶ Mergulho noturno com luzes que podem impactar a fauna e flora mais sensíveis à luz.

IMPACTO DO PORTO:

- ▶ Obras para aumento da profundidade do Porto.
- ▶ Atividade de entrada e saída de navios.
- ▶ Lixo.
- ▶ Derramamento de óleo.
- ▶ Impacto Visual.

Toda a parte de gestão ambiental do Porto é feita pela empresa Alpina.

O lixo é retirado dos navios e recolhido pela prefeitura.

Todos que atracam no Porto têm que colocar barreiras de contenção por ordem do IBAMA.

IMPACTO DA PLATAFORMA:

- ▶ Derramamento de óleo
- ▶ Lixo jogado no mar pela plataforma.
- ▶ Estudos sísmicos.
- ▶ Atividades de Perfuração e Extração.
- ▶ Impacto Visual.

IMPACTO DA MARINHA:

- ▶ Troca da água de lastro.
- ▶ Derramamento de óleo.

Segundo depoimento do Comandante Bentes da base da Marinha de Arraial do Cabo, não há troca de água de lastro dentro da área da RESEX pelos navios da Marinha, nem mesmo histórico de derramamento de óleo.

A NORMAM 20/DPC – Diretoria de Portos e Costas, órgão da Marinha - em seu item 2.3.3 sobre Diretrizes gerais para a troca de Água de Lastro de navios, dispõe na alínea j que “é proibida a descarga de Água de Lastro nas Áreas Ecologicamente Sensíveis e em Unidades de Conservação (UC) ou em outras áreas cautelares

estabelecidas pelos órgãos ambientais ou sanitários, nas AJB, quando plotadas em carta náutica.”

IMPACTO DA MARINA DOS PESCADORES:

- ▶ Lixo
- ▶ Derramamento de óleo
- ▶ Impacto Visual.

Segundo depoimento, a área da Marina é o local onde mais existe vazamento de óleo. Os barqueiros não têm preocupação com o derramamento de óleo no mar. Para eles “um litrinho de óleo” não vai sujar tanta água. Assim cada barqueiro ao trocar o óleo do seu barco suja um pouco e não se sente culpado por isso. Não aprenderam ainda o efeito do acúmulo.

No depoimento do Presidente da Colônia foi exposto que há pouco tempo foi colocado um tonel na Marina para o descarte do óleo usado. O tonel quando cheio é levado pela prefeitura. Apesar disso, os barqueiros continuam jogando o óleo no mar.

O Chefe do Instituto Chico Mendes mencionou um futuro projeto em conjunto com algumas empresas como Shell e Petrobras, onde será doada estopa, manta para o fundo do barco e óleo novo para os barqueiros em troca da estopa e da manta suja e do óleo velho.

IMPACTO DA PRAIA:

- ▶ Lixo deixado pelos freqüentadores.
- ▶ Lixo e esgoto de quiosques e restaurantes da praia.
- ▶ Impacto visual dos quiosques e restaurantes.

IMPACTO DO MUNICÍPIO:

- ▶ Esgoto.
- ▶ Permissão de construções em encostas e em áreas ainda de proteção.
- ▶ Regulamentação ineficiente ou inexistente.

EN13.(adicional) Habitats protegidos ou restaurados.

APLICAÇÃO NA RESEX:

Sendo a pesquisa referente à Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, toda a nossa área descrita se encontra dentro de uma unidade de conservação, ou seja, uma área protegida.

Não há local restaurado e sim protegido

EN15. (adicional) Número de espécies na lista vermelha da iucn e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.

APLICAÇÃO NA RESEX:

Não há descrição de espécies em risco de extinção ou que façam parte da lista vermelha da IUCN ou em listas nacionais na área da RESEX especialmente.

Aspecto: emissões, efluentes e resíduos

As emissões de gases de efeito estufa são a principal causa de mudança climática e são regulamentadas pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC) e pelo subsequente Protocolo de Kyoto. Conseqüentemente, diferentes regulamentos e sistemas de incentivo nacionais e internacionais (como o comércio de certificados de emissões reduzidas – CER's) visam controlar o volume e recompensar a redução de emissão de gases de efeito estufa.

EN16. Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa, por peso.

EN17. Outras emissões indiretas relevantes de gases causadores do efeito estufa, por peso.

EN19. Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.

EN20. Nox, sox e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.

APLICAÇÃO NA RESEX:

As emissões a serem consideradas deveriam ser relacionadas às emissões dos barcos de pesca, mergulho, passeio, marinha e etc. o que exigiria mais tempo de pesquisa em função de cada motor ter um índice de emissão relativo ao seu peso, tamanho, idade e etc, apesar de todos usarem o diesel como tipo de óleo. Infelizmente não pôde ser verificado isso para essa pesquisa, apesar de ser possível.

EN18. (adicionais) Iniciativas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa e as reduções obtidas.

Não há qualquer iniciativa por nenhuma das atividades.

EN21. Descarte total de água, por qualidade e destinação.**APLICAÇÃO NA RESEX:**

Foi solicitado a AREMAC as contas de água da sede para se obter uma idéia do descarte, mas sem qualquer retorno. A água descartada vai para a rede de esgotamento público. No documento de prestação de contas da AREMAC os valores do consumo de água estão somados com os de telefone e luz, o que impossibilita a identificação do valor.

É preocupante o descarte de água de lastro na área da RESEX pelos navios.

EN22. Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.**APLICAÇÃO NA RESEX:**

Não há controle da quantidade de resíduos que as sedes geram. O lixo é recolhido pela Prefeitura. Não há preocupação com a separação do lixo para reciclagem. Também não há controle da quantidade de lixo gerada na área da RESEX, muito embora um cálculo médio fosse possível, sem contar obviamente com o lixo que é jogado no mar e não é possível ter controle.

EN23. Número e volume total de derramamentos significativos.**APLICAÇÃO NA RESEX:**

Perguntado sobre derramamentos de óleo, o Instituto Chico Mendes expôs que não houve no período nenhum grande vazamento de óleo e que hoje o maior problema é

a Marina dos Pescadores que joga o óleo no mar. O Porto por determinação do Instituto deve colocar bóias de contenção quando faz qualquer procedimento especial. As Plataformas também precisam colocar para estarem dentro de área de reserva.

Também não há controle da quantidade de óleo que os pescadores jogam no mar.

EN24. (adicional) Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da convenção de basileia – anexos i, ii, iii e viii, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.

APLICAÇÃO NA RESEX:

Os resíduos das sedes, da Marina dos Pescadores e do Porto são recolhidos, transportados e dispostos pela Prefeitura. Os navios e plataformas que param no Porto entregam o seu lixo para o Porto que repassa à prefeitura.

EN25. (adicional) Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.

APLICAÇÃO NA RESEX:

Um grande problema hoje são as espécies exóticas existentes na RESEX, provavelmente provenientes de descarte de águas de lastro. Com base nas perdas de biodiversidade já detectadas em outras localidades da costa, e sendo a área da RESEX-MAR de Arraial do Cabo uma unidade de conservação com alta biodiversidade marinha, qualquer iniciativa de erradicação e controle de espécies exóticas é uma ação inovadora e importante para o ecossistema, devendo ser incentivada em todas as instâncias. Aliado à total desinformação por parte das autoridades competentes bem como da população no geral, tais iniciativas devem prever programas de divulgação e conscientização de modo a existir continuidade nas ações programadas.

Esse programa de erradicação deveria focar nas duas espécies de corais (*Tubastraea coccinea* e *Chromonephthya aff. curvata*) e de bivalve (*Isognomon bicolor*), além do estabelecimento de um controle sobre uma possível recolonização desses organismos nas áreas de erradicação. O programa deveria incluir uma etapa de diagnóstico da invasão dessas espécies para quantificar os impactos causados pelas mesmas sobre o meio ambiente local e atualização dos registros das espécies invasoras na RESEX-MAR. Posteriormente deveria ser realizada a erradicação das espécies

através de técnicas de remoção mecânica. Um monitoramento deve ser realizado nos locais de ocorrência após a retirada das espécies. As informações geradas após a remoção permitiriam caracterizar o processo de recomposição das comunidades autóctones. O programa deveria também contemplar uma campanha de divulgação, inclusive da problemática da bioinvasão.

Aspecto: produtos e serviços

Esse indicador avalia ações que a organização realiza para reduzir impactos ambientais negativos e aumentar positivos no que se refere à concepção e entrega de seus produtos e serviços.

EN26. Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.

APLICAÇÃO NA RESEX:

Em relação à pesca, os pescadores não tem muita noção da extensão dos impactos da pesca, mas estão começando, devido a diminuição da quantidade de peixes a ter uma idéia de que algo mudou e associar a mudança a certas formas incorretas de pesca. Os próprios pescadores estão tentando fiscalizar as ocorrências de pesca predatória.

A imposição pelo Instituto Chico Mendes da utilização de bóias de contenção para o Porto e para as plataformas são exemplos de iniciativas de mitigação de impactos ambientais.

EN27. Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.

APLICAÇÃO NA RESEX:

No caso da RESEX não há o que se falar em embalagem, já que nenhuma das atividades nem mesmo os gestores trabalham com embalagens. Os peixes saem da RESEX por meio de caminhões. Os isopores usados nesta fase são reutilizados. A embalagem é feita só depois do beneficiamento.

Aspecto: conformidade

O nível de não conformidade dentro da organização ajuda a indicar a capacidade de gestão de assegurar que as operações obedeçam a certos parâmetros de desempenho.

EN28. Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.**APLICAÇÃO NA RESEX:**

No caso da RESEX foram utilizados os valores das multas aplicadas pela RESEX.

Em 2007, o Chefe do Instituto Chico Mendes aplicou duas multas por pesca de arrasto (proibidas na área da RESEX), desde sua posse, há nove meses; uma no valor de R\$ 155.000,00 para a empresa JP Lopes e R\$ 5.000,00 em outra empresa. (A discrepância nos valores se dá pelo tamanho da embarcação e por ser a terceira reincidência da primeira empresa).

Observou-se que não há controle sobre quantas e quais foram as multas aplicadas pelo Instituto Chico Mendes.

Aspecto: transporte

Os impactos ambientais de correntes de sistemas de transporte têm longo alcance, do aquecimento global à poluição atmosférica e sonora locais. Avaliar os impactos do transporte de produtos, bens e materiais para fins logísticos e do transporte do público interno faz parte de uma abordagem abrangente para o planejamento de estratégias de gestão ambiental.

EN29. (adicional) Impactos ambientais significativos do transporte dos produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte dos trabalhadores.**APLICAÇÃO NA RESEX:**

Podemos considerar as emissões dos veículos, da AREMAC (um jeep antigo) e dos turistas que chegam a Arraial do Cabo e as emissões dos caminhões que levam os peixes para venda nos mercados do RJ e de SP. Os valores dessas emissões devem ser levantados em outra pesquisa, pois não houve tempo de verificar nesta.

Outro impacto significativo é o odor emitido pelos caminhões de transporte de peixe, que deixam escorrer a água dos peixes pelas estradas e ruas.

Aspecto: geral

A medição de mitigação ambiental e despesas com proteção ambiental permite que as organizações avaliem a eficiência de suas atividades ambientais.

EN30. (adicional) Total de investimentos e gastos em proteção ambiental.**APLICAÇÃO NA RESEX:**

Cabe à RESEX os gastos com fiscalização ambiental, mas os gastos com certos tipos de proteção ambiental, como barreiras de contenção, são de responsabilidade daqueles que exercem as atividades. Não se compreende o porquê da absorção desses gastos pela AREMAC, salvo pela hipótese de não identificação do responsável pelo efetivo ou potencial vazamento.

De acordo com a prestação de contas da AREMAC foi gasto com fiscalização os valores conforme Tabela abaixo:

Tabela 25: Despesas com fiscalização ambiental

Despesas	Outubro	Novembro	Dezembro
Barreira de Contenção	R\$ 13.975,00	R\$ 21.015,00	R\$ 17.300,00
Monitoramento Sócio Ambiental	R\$ 2.250,00		
Apreensões de Arrastões na Reserva			R\$ 2485,00

CONCLUSÕES

A sustentabilidade e suas formas de mensuração ainda devem ser objetos de muitas pesquisas devido a pouca literatura. A própria prática da “sustentabilidade” ainda passará por muita evolução.

As Diretrizes GRI hoje se perfazem como a melhor metodologia para medição do grau de sustentabilidade e conseqüente exposição das condutas sustentáveis para uma organização.

Os objetivos colocados na introdução se fizeram positivos, cabendo a análise de cada um separadamente:

1. *Os indicadores GRI podem ser aplicados em organizações não-empresariais, mesmo tendo sido criados com foco empresarial? Apesar dos indicadores GRI terem um foco nitidamente empresarial, a própria GRI sempre entendeu a sua diretriz como aplicável a qualquer organização, seja ela empresarial ou não empresarial. O presente trabalho conseguiu demonstrar que esta objetivação da GRI é possível, já que, com algumas alterações na aplicação do indicador, (tomando como base as explicações dos Protocolos de Indicadores), estes podem facilmente ser aplicados em organização não-empresariais.*
2. *Os indicadores podem ser aplicados numa Reserva Extrativista Marinha? Considerando que toda reserva extrativista, diferentemente de uma reserva biológica, tem por objeto não a conservação dos recursos naturais apenas, mas também a garantia da exploração auto-sustentável por população extrativista tradicional local, podemos dizer que os indicadores GRI de sustentabilidade são aplicáveis. É possível talvez que a mesma aplicabilidade não se verifique em unidades de conservação do grupo das unidades de proteção integral.*
3. *Seria possível a obtenção dos dados suficientes para a aplicação dos indicadores GRI numa Reserva Extrativista Marinha? No caso específico estudado, era necessário que a coleta de dados fosse feita em duas partes: na parte física da RESEX (entendida como os gestores, suas sedes e o Conselho Deliberativo) e na “parte mar”, onde deveriam ser consideradas as atividades exercidas na área da reserva, além das atividades que causam/sofrem impacto significativo na/pela área (comércio, hotelaria, por exemplo). A dificuldade na obtenção dos dados se deu em função do número extenso de *stakeholders* priorizados e da dificuldade de relacionamento entre eles e entre eles e os gestores. Apesar disso, acredita-se que, uma vez conscientizados os*

stakeholders sobre a importância da atividade, instalado o processo de obtenção dos dados e este sendo verdadeiramente absorvido pelos interessados, a coleta será facilitada, possibilitando inclusive um processo de melhoria contínua.

4. *A metodologia de passo a passo criada pelo GRI para pequenas e médias empresas pode ser aplicada numa organização não-empresarial?* Apesar de a metodologia expor claramente em seu título que se presta à aplicação em organizações empresariais, sua aplicação também foi observada (não considerando, obviamente, pequenos ajustes) nesta organização não empresarial estudada.
5. *São necessárias muitas adaptações?* Como já dito, não foram necessárias muitas adaptações e acredita-se que para a própria elaboração do relatório de sustentabilidade esta metodologia se fará ainda mais eficiente.
6. *A aplicação dos indicadores GRI possibilita a medição do grau de sustentabilidade em que a reserva se encontra?* Sem dúvida alguma a aplicação dos indicadores GRI possibilita uma visão bem ampla do grau de sustentabilidade em que a organização se encontra. No presente estudo, após a aplicação dos indicadores GRI de sustentabilidade foi possível identificar que a RESEX-MAR de Arraial do Cabo ainda se encontra em um grau de sustentabilidade muito inferior ao esperado para alcançar a eficácia e a eficiência. Ainda há muito que se fazer em relação às atividades exercidas na RESEX e em relação à própria reserva, seja sobre a fiscalização ou sobre seus recursos. Certamente o Projeto Ressurgência e a aplicação dos indicadores GRI servirão de norte para muitos avanços.
7. *É possível vislumbrar as ações necessárias para que se alcance a sustentabilidade objetivada através da observação dos resultados da aplicação dos indicadores?* A aplicação dos indicadores GRI permite que se “observe a organização com uma lente de aumento”, ou seja, tudo fica mais “visível” na organização. Durante o próprio processo de aplicação muitas mudanças já podem ser identificadas, algumas, inclusive, com necessidade imediata. Certamente a observação dos resultados da aplicação dos indicadores GRI permitirá que se tracem as ações da organização rumo aos seus objetivos no âmbito da sustentabilidade. No caso aqui estudado, foi possível levantar, conjuntamente com o Projeto Ressurgência, as ações necessárias para que se avance rumo à sustentabilidade.

Apesar do objetivo não ter sido a elaboração do relatório de sustentabilidade da RESEX, a pesquisa acabou elaborando mesmo que de forma ainda bruta, um pré-relatório de sustentabilidade. O que comprovou a aderência da metodologia GRI para a RESEX.

A utilização do GRI é sem dúvida uma excelente ferramenta tanto para avaliar o grau de sustentabilidade de uma organização, empresarial ou não-empresarial, e traçar objetivos, quanto para relatar de forma transparente as condutas da organização relatora informando aos *stakeholders* de forma eficaz.

Espera-se que a pesquisa se preste à replicação em outras organizações não-empresariais, e que derrube o mito de que apenas organizações empresariais devem monitorar a sua sustentabilidade e aplicar metodologias novas como a GRI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ABBOT, J., GUIJT, I, *Novas Visões sobre Mudança Ambiental: Abordagens Participativas de Monitoramento*. Rio de Janeiro, Editora AS-PTA, 1999.

ALBRECHT, KARL, “A Terceira Revolução da Qualidade”, *HSM Management*, v.3, n. 17, pp. 108-112, Nov./Dez. 1999.

ALMEIDA, FERNANDO, *O Bom Negócio da Sustentabilidade*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2002.

ANP – Agência Nacional de Petróleo – Disponível em <<http://www.anp.gov.br>.

ANTUNES, PAULO DE BESSA, *Direito Ambiental*. 7ª ed. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2004.

ANTUNES, PAULO DE BESSA., *Manual de Direito Ambiental – Para Cursos Universitários*, Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2007.

ASQUINI, ALBERTO, *Profili Dell`Impresa*, Rivista Del Diritto Commerciale, v. 41, I, 1943, tradução Fábio Konder Comparato, Revista de Direito Mercantil, São Paulo, Revista dos Tribunais, n. 104, p. 116, out/dez, 1996.

AZAPAGIC, ADISA, “Developing a framework for sustainable development indicators for the mining and minerals industry”, *Journal of Cleaner Production* 12, pp.639–662, 2004.

AZZONE G, BROPHY M, NOCI G, WELFORD R, YOUNG W. “A Stakeholder’s Views of Environmental Reporting”, *Long Range Planning*, 30(5), pp. 699-709, 1997.

Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6V6K-3SX245V-6&_user=10&_rdoc=1&_fmt=&_orig=search&_sort=d&view=c&_version=1&_urlVersion=0&_userid=10&md5=3126d0de5f72d20ef1137cfcac0aa4f7

Acesso em: Março de 2008.

AZZONE G, MANZINI R, NOCI G. “Evolutionary Trends in Environmental Reporting”. In: Ulhoi, JP, Madsen, H (editors), *Industry and the Environment: Practical Applications of Environmental Management Approaches in Business.*, The Aarhus School of Business; pp.15-28, 1996

BEAVER, BELLOF, “Sustainability Indicators and Metrics of Industrial Performance”, In: *SPE International Conference on Health, Safety and Environment in Oil Gas and Production*, SPE 60982, Stavanger, Norway, 26-28 June 2000

Disponível em <<http://www.spe.org/elibrary/servlet/spepreview?id=00060982>> Acesso em: Março de 2008.

BEGON, MICHAEL; TOWNSEND, COLIN R.; HARPER, JOHN L., *Ecologia: de Indivíduos a Ecossistemas*. 4ª ed. Porto Alegre, Editora Artmed, 2007.

BELLEN, HANS MICHAEL VAN, *Indicadores de Sustentabilidade: Uma Análise Comparativa*. Rio de Janeiro, Editora FGV , 2007.

BERKES, FIKERT et al., *Managing Small-Scale Fisheries: Alternative Directions and Methods*, Ottawa, International Development Research Centre, 2001.

BITTENCOURT, CARLOS MAGNO ANDRIOLI, 2006, *A informação e os indicadores de sustentabilidade: um estudo de caso no Observatório Regional Base de Indicadores da Sustentabilidade Metropolitano de Curitiba- ORBIS MC*. Tese de D.Sc., Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas/ Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil.

Disponível em: <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/14463.pdf>
Acesso em: Março de 2008.

BOFF, LEONARDO. *Saber Cuidar: Ética do Humano - Compaixão pela Terra*. São Paulo, Editora Vozes, 1999.

BRITTO, R.C.C., *Modernidade e Tradição: Construção da Identidade Social dos Pescadores de Arraial do Cabo (RJ)*, Coleção Antropologia e Ciência Política, 14, A pesca no Estado do Rio de Janeiro, 2, Rio de Janeiro, Editora UFF, 1999.

BRÜSEKE, FRANZ J. O., “Problema do Desenvolvimento Sustentável”. In: CAVALCANTI, CLÓVIS, *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, 4 ed., São Paulo, Editora Cortez; Recife, PE:, Fundação Joaquim Nabuco, pp.29-40, 2003.

BULGARELLI, WALDIRIO, *Tratado de Direito Empresarial*. 2ed, São Paulo, Editora Atlas, 1995.

CABETTE, EDUARDO L.S., *É Sustentável a Tese do Desenvolvimento Sustentável?*
Disponível em: <<http://www.lo.unisal.br/sistemas/bioetica/arquivos/textoetica.doc>> Acesso em: Março de 2008.

CAVALCANTI, AGOSTINHO P.B., (Org.). *Desenvolvimento Sustentável e Planejamento: Bases Teóricas e Conceituais*. Fortaleza, UFC – Imprensa Universitária, pp.9-26, 1997.

CAVALCANTI, CLÓVIS (Org.) André Furtado, Andri Stahel, Antônio Ribeiro, Armando Mendes, Celso Sekiguchi, Clóvis Cavalcanti, Dália Maimon, Darrell Posey, Elson Pires, Franz Brüseke, Geraldo Rohde, Guilherme Mammana, Héctor Leis, Henri Acselrad, Josemar Medeiros, José Luis D'Amato, Maria Lúcia Leonardi, Maurício Tolmasquim, Oswaldo Sevá Filho, Paula Stroh, Paulo Freire, Peter May, Regina Diniz, Antônio Rocha Magalhães, *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*. 4 ed. São Paulo, Editora Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003

CAVALCANTI, CLÓVIS, “Sustentabilidade da Economia: Paradigmas Alternativos de Realização Econômica”. In: _____ (Org.), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, 4 ed. São Paulo, Editora Cortez; Recife, PE, Fundação Joaquim Nabuco, pp. 153 – 174, 2003.

CHIAVENATO, IDALBERTO, *Administração: Teoria, Processo e Prática*. 4ed, Rio de Janeiro, Editora Elsevier, 2007.

CLEMENTE A.; HIGACHI, H. Y., *Economia e Desenvolvimento Regional*. São Paulo, Editora Atlas, p. 130, 2000.

CORAL, ELIZA, STROBEL, JULIANA SCAPULATEMPO, SELIG, PAULO MAURÍCIO, “A Competitividade Empresarial no Contexto dos Indicadores de Sustentabilidade Corporativa”. In: *XXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção ENEGEP-ABEPRO 5122*, Florianópolis, Nov. 2004.

Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2004_Enegep1002_0574.pdf

Acesso em: Março de 2008.

COSTA, PATRÍCIA CÔRTEZ. *Unidades de Conservação – Matéria-Prima do Ecoturismo*. São Paulo, Editora Aleph, 2002.

COTTRELL, G, RANKIN, L. *Developments in Environmental Reporting in the Resources Industry: Future Directions in Australia*, PriceWaterHouseCoopers; 1998.

Disponível em: <www.pwcglobal.com>

CRETELLA JÚNIOR, JOSÉ, *Tratado de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, Forense, p. 15, 1968.

DATASUS– Disponível em: <<http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php>>

DAVIS-WALLING P, BATTERMAN S. “Environmental reporting by Fortune 50 firms”. *Environmental Management*, 21(6), pp.865-875, 1997

Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9336485>>

Acesso em: Março de 2008.

DEPONTI, CIDONEA MACHADO, ECKERT, CÓRDULA, AZAMBUJA, JOSÉ LUIZ BORTOLI DE, “Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas”, *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.4, Out/Dez 2002.

Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n4/artigo3.pdf>

Acesso em: Março de 2008.

DIEGUES, ANTÔNIO CARLOS, *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo, Editora Hucitec, pp. 169, 1996.

DOW JONES – Disponível em: <<http://www.djindexes.com>> Acesso em: Fev. de 2008.

DOW JONES. - *Dow Jones Sustainability Index*. Disponível em: <www.sustainability-indexes.com>. Acesso em: Março de 2008.

DRUCKER, PETER F., *O gerente eficaz*. 7.ed. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1968.

FAO - FISCHERY RESOURCES DIVISION. *Indicators for sustainable development of marine capture fisheries n. 8*. Technical Guidelines for Responsible Fisheries. Rome, 1999.

FAO, *Integrated coastal area management and agriculture, forestry, and fisheries*. Rome, Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1998

FERNANDES, DJAIR R. “Uma Contribuição sobre a Construção de Indicadores e sua Importância para a Gestão Empresarial”, *Revista da FAE*, Curitiba, v.7, n.1, p. 1-18, jan./jun. 2004

Disponível em: <http://www.cde.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n1/rev_fae_v7_n1_01_dejair.pdf>

Acesso em: Março de 2008.

FIGGE, F., SCHALTEGGER, S., “What is “Stakeholder Value”? Developing a Catchphrase into a Benchmarking Tool”. Lüneburg: Center for Sustainability Management (CSM) and Bank Pictet & Cie in association with UNEP - United Nations Environment Programme, 2000.

FIORILLO, CELSO ANTONIO PACHECO, *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. 6ªed.ampl. São Paulo, Editora Saraiva, 2005.

FUNDAÇÃO CIDE – Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br/cide/index.php>>

GALLOPÍN, G. C., “Environmental and Sustainability Indicators and the Concept of Situational Indicators: A System Approach”, *Environmental Modelling & Assessment*,1, pp.101-117, 1996.

GRAY R, KOUHY R, LAVERS S, “Corporate Social and Environmental Reporting: A Review of the Literature and a Longitudinal Study of UK Disclosure”. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 8(2), pp.47-77, 1995.

Disponível em:

<<http://www.emeraldinsight.com/Insight/viewContentItem.do?contentType=Article&contentId=869644>>

Acesso em: Março de 2008.

GRI –Global Reporting Initiative – Disponível em: < www.globalreporting.org>

GUERRA, SIDNEY; GUERRA, SÉRGIO, *Direito ambiental*. Rio de Janeiro, Editora Freitas Bastos, 2005.

GUIDELINES 3 GRI – GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Disponível em: http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/812DB764-D217-4CE8-B4DE-15F790EE2BF3/0/G3_GuidelinesPTG.pdf - Acesso em: Março de 2008.

HALES, DAVID, PRESCOTT-ALLEN, ROBERT, “Vôo Cego: Avaliação do Progresso Rumo à Sustentabilidade”.In: Esty, Daniel C.; Ivanova, Maria H, *Governança Ambiental Global: opções & oportunidades*, São Paulo, Editora SENAC-São Paulo, pp. 32-62, 2005.

HERBST T., “Environmental Disclosure: Corporate Use of the World Wide Web”. *Corporate Environmental Strategy*, 5(2), pp. 81-90, 1998.

Disponível em: <http://www.ingentaconnect.com/content/els/10667938/1998/00000005/00000002/art80071>

Acesso em: Março de 2008.

HOPKINSON, P, WHITAKER, M., “The Relationship Between Company Environmental Reports and their Environmental Performance: a Study of the UK Water Industry”. In: Bennett M, James P, (editors), *Sustainable Measures: Evaluation and Reporting of Environmental and Social Performance*. Sheffield, Greenleaf Publishing, pp. 392-411, 1999.

HOUAISS, *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão 1.0, Editora Objetiva Ltda, 2001.

IBGE – Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>

IBGE - INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL –

Disponível em: <<ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursosnaturais/ids/ids2008.pdf>>

Acesso em: Março de 2008.

JENKINS, HELEDD, YAKOVLEVA, NATALIA “Corporate Social Responsibility in the Mining Industry: Exploring Trends in Social and Environmental Disclosure”, *Journal of Cleaner Production* 14, pp.271-284, 2004.

Disponível em:<http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6VFX-4G1MD7F-2&_user=10&_rdoc=1&_fmt=&_orig=search&_sort=d&view=c&_version=1&_urlVersion=0&_userid=10&md5=31fe6c0d44c4e6f0a58db2b40e3a7fba>

Acesso em: Março de 2008.

KOGUT, B.; ZANDER, U., "Knowledge of the Firm, Combinative Capabilities, and The Replication of Technology", *Organization Science*, v.3, n. 3, pp. 383-397,1992.

KPMG. *International Corporate Sustainability Reporting Survey for Mining*. Disponível em: http://www.kpmg.ca/en/industries/enr/mining/documents/mining_sustainsurvey.pdf
Acesso em: Março de 2008.

KRUT, R, MORETZ, A.. "The State of Global Environmental Reporting: Lessons from the Global 100", *Corporate Environmental Strategy*, 7(1), pp.85-91, 2000.

Disponível em: <https://www.ecoresearch.net/content/state-global-environmental-reporting-lessons-global-100>
Acesso em: Março de 2008.

LEFF, ENRIQUE, *Racionalidade Ambiental: a Reapropriação Social da Natureza*. Rio de Janeiro, Editora Civilização, 2006.

LEMONS, AMALIA INES G. DE. *Turismo: Impactos Socioambientais*. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

LEONARDI, MARIA LÚCIA A. "A sociedade Global e a Questão Ambiental". In: CAVALCANTI, CLÓVIS, *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, 4 ed., São Paulo, Editora Cortez; Recife, PE:,Fundação Joaquim Nabuco, pp.195-207, 2003.

LONDON, JACK, "Um pouco de malandragem", *Exame - edição especial*, São Paulo, p. 17- 21, Dez. 2001.

LOPES, ANDRÉ LUIS FRANÇA, "Sociedade da Informação", *Gazeta Mercantil*, São Paulo, Caderno A, p.3, 15 fev. 2002.

MACHADO, PAULO AFFONSO LEME. *Direito Ambiental Brasileiro*. 13ª ed. São Paulo, Editora Malheiros, 2005.

MARZALL, KÁTIA., ALMEIDA, JALCIONE, *O Estado da Arte sobre Indicadores de Sustentabilidade para Agroecossistemas*.

Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/438.pdf>>

Acesso em: Março de 2008.

MAXIMIANO, ANTONIO CESAR AMARU, *Teoria Geral da Administração: da Revolução Urbana à Revolução Digital*. 6 ed, 2 reimpr., São Paulo, Editora Atlas, 2007.

MEIRELLES, HELY LOPES, *Direito Administrativo Brasileiro*. 18ª ed. São Paulo, Editora Malheiros, p. 115, 1994.

MICHAELLIS. *Dicionário Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, São Paulo, Editora Melhoramentos, 2000

MILARÉ, ÉDIS, *Direito do Ambiente. A gestão Ambiental em Foco. Doutrina, Jurisprudência. Glossário*. 5ª ed. ref., atualiz. e ampl. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, pp.687, 2007.

MITCHELL, G., *Problems and fundamentals of sustainable development indicators*, 1997. Disponível em: <<http://www3.interscience.wiley.com/user/accessdenied?ID=231>>

65&Act=2138&Code=4719&Page=/cgi-bin/fulltext/23165/PDFSTART>

Acesso em: Março de 2008.

MONTAÑO, CARLOS, *Terceiro Setor e Questão social: Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Social*. São Paulo, Editora Cortez, 2002.

MOORE, ALAN, OMARZABAL, CÉSAR, *Manual de Planificación de Sistemas Nacionales de Áreas Silvestres Protegidas en la America Latina – Metodología e Recomendaciones*. Santiago, FAO/PNUMA, pp. 137, 1988.

MORGAN, GARETH. *Imagens da Organização*. Tradução de Cecília Whitaker Bergamini, Roberto Coda, 1ed, 12. reimpr., São Paulo, Editora Atlas, 2007

NEGRÃO, RICARDO, Manual de Direito Comercial e de empresa. vol.1, 5 ed. ver. atual., São Paulo, Editora Saraiva, 2007.

NEU P, WARSAME H, PENDWELL K. “Managing Public Impressions: Environmental Disclosures in Annual Reports”, *Accounting, Organizations and Society*, 23(3), pp.265-282, 1998.

Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/B6VCK-3SX7SVM-2/2/41ffb95f201a8a879bd4d7a1f3699324>> Acesso em: Março de 2008.

NISKANEN J, NIEMINEN T, “The Objectivity of Corporate Environmental Reporting: a Study of Finnish Listed Firms’ Environmental Disclosures”, *Business Strategy and the Environment*; 10(1), pp.29-37, 2001.

Disponível em: <http://www3.interscience.wiley.com/journal/76506835/abstract>
Acesso em: Março de 2008.

OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. - *Technology, Productivity and Creation. Analytical Report*, Paris, OECD, 1993.

Disponível em:<www.oecd.org>. Acesso em: Fev. 2008.

OMT - Organização Mundial do Turismo – Disponível em: http://www.unwto.org/frameset/frame_sustainable.html Acesso em: Fev. 2008
PNUD, 2008. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: Março de 2008.

PROJETO ORLA (MMA/SPU/MP):

Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=11>

PROJETO RESSURGÊNCIA – Disponível em: <<http://www.ressurgencia.org.br>>.

RABELO, LAUDEMIRA SILVA, LIMA, PATRÍCIA VERÔNICA P. SALES, “Indicadores de Sustentabilidade: a Possibilidade de Mensuração do Desenvolvimento Sustentável”, *REDE – Revista eletrônica do Prodema*, v.1, n.1, pp. 55-76, Dez. 2007.

Disponível em: <http://www.prodema.ufc.br/revista/v01n01/art04.pdf>
Acesso em Março de 2008.

REQUIÃO, RUBENS, *Curso de Direito Comercial*, 1º vol, 27ed. rev.atual., São Paulo, Editora Saraiva, 2007.

REZENDE, DENIS ALCIDES, CASTOR, BELMIRO VALVERDE JOBIM, *Planejamento Estratégico Municipal: Empreendedorismo Participativo nas Cidades, Prefeituras e Organizações Públicas*. Rio de Janeiro, Editora Brasport, 2005.

REZENDE, DENIS ALCIDES, ABREU, ALINE FRANÇA DE, *Tecnologia da Informação*. São Paulo, Editora Atlas, p.60, 2000.

RIBEIRO, ADAGENOR LOBATO, *Sistema de Indicadores e Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmaDilOportunidades/rev20011213_09.pdf>. Acesso em: Fev. 2008.

ROCCO CARZO, Jr & JOHN N. YANOZAS, *Formal Organizations: A systems Approach*. Homewood, Ill, Richard D. Irwin & The Dorsey Press, 1971.

RODRIGUEZ, JOSÉ M.M., “O Meio Ambiente: Histórico e Contextualização”. In: Cavalcanti, Agostinho P.B. (Org.). *Desenvolvimento Sustentável e Planejamento: Bases Teóricas e Conceituais*. Fortaleza, UFC – Imprensa Universitária, pp.9-26, 1997.

RUSCHEINSKY, ALOÍSIO (Org.), *Sustentabilidade: Uma paixão em Movimento*. Porto Alegre, Editora Sulina, 2004.

SALTERBAXTER. *Context. Directions n° 3: Trends in CSR Reporting 2002 e 2003*. London, Ed. Salterbaxter; 2003.

Disponível em: <<http://www.salterbaxter.com/>> Acesso em: Fev. 2008.

SATO, ANA CARLA. *Índices de Sustentabilidade*.

Disponível em: <<http://www.unicamp.br/fea/ortega/temas530/anacarla.htm>>. Acesso em: Março 2007.

SCHUMPETER, JOSEPH ALOIS, *Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico*. São Paulo, Editora Abril Cultural, p. 47, 1982.

SÉGUIN, ÉLIDA. *O Direito Ambiental. Nossa Casa Planetária*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Editora Forense, pp.127, 2006.

SEVÁ, OSVALDO, *A Energia, a Indústria e as Águas. Um Roteiro para Estudo de Problemas Ambientais no Estado do RJ*. Rio de Janeiro, ICHF / UFF, 2002.

SIENA, OSMAR, 2002, *Método para Avaliar Progresso em Direção ao Desenvolvimento Sustentável*. Tese de D.Sc., Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro Tecnológico (CTC), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP), Florianópolis, Brasil.

SIH/SUS– Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/catalogo/sihsus.htm>>

SILVA, AMÉRICO LUÍS MARTINS DA, *Direito do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais*. vol. 2, São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2005.

SOUZA, NALI DE JESUS DE, *Desenvolvimento Econômico*. 4.ed. São Paulo, Editora Atlas, p.20, 1999.

STAIR, RALPH M., *Princípios de Sistemas de Informações: Uma Abordagem Gerencial*. Rio de Janeiro, Editora LTC, p.4, 1998.

SUTTON, K. “UK Company Law and Corporate Social Responsibility”, *Ethical Corporation Magazine*, 14, Set. 2002.

Disponível em: <<http://www.ethicalcorp.com/content.asp?ContentID=206>>
Acesso em: Março de 2008.

SWARBROOKE, JOHN, *Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental*. Vol.1. Trad. Margarete Dias Pulido. São Paulo, Editora Aleph, 2000.
TÁCITO, CAIO, *O Poder de Polícia e seus Limites*, São Paulo, Revista de Direito Administrativo. V.27, p.8, 1952.

TCE – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – Disponível em: <www.tce.rj.gov.br>

TILT CA, SYMES, C.F..”Environmental Disclosure by Australian Mining Companies: Environmental Conscience or Commercial Reality?” *Accounting Forum*, 23(2), pp.137-154, 1999.

Disponível em: <http://www3.interscience.wiley.com/journal/120140258/abstract?CRETRY=1&SRETRY=0>
Acesso em Março de 2008.

TURBAN, EFRAIM., *Administração de tecnologia da informação*. Rio de Janeiro, Editora Campus, p. 17, 2003.

UICN – Disponível em <<http://cms.iucn.org/>> Acesso em: Fev. de 2008.

VANN, JOHN, PACHECO, PEDRO, MOTLOCH, JOHN, “Cross-Cultural Education for Sustainability: Development of an Introduction to Sustainability Course”, *Journal of Cleaner Production*, n.14, pp.900-905, 2006.

Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6VFX-4JJGB2X-2&_user=10&_rdoc=1&_fmt=&_orig=search&_sort=d&view=c&_acct=C000050221&_version=1&_urlVersion=0&_userid=10&md5=90a433f28f57a3879cf83b3e35bf2889
Acesso em Março de 2008

VECCHIATTI, KARIN, *Três Fases Rumo ao Desenvolvimento Sustentável: do Reduccionismo à Valorização da Cultura*, 2004.

WCED, 1987 - World Commission on Environment and Development. *Our Common Future*. Oxford University Press. Oxford. England.

WCED - World Commission on Environment and Development “Our Common Future”, 1987. Versão Traduzida: Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991

WIKCIONÁRIO – Disponível em: <<http://pt.wiktionary.org>>

WIKIPÉDIA – Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>

ANEXO I

META 01: Avanço na Cooperação entre o Conhecimento Ecológico Científico - CEC e o Conhecimento Ecológico Tradicional – CET

Resultado esperado: Constituição de um quadro referencial de uma ecologia humana revitalizada para um efetivo ecodesenvolvimento e gestão do patrimônio marítimo da Resex-Mar do Arraial do Cabo como meio de regulação das inter-relações entre os sistemas naturais e sociais no longo prazo.					
Indicadores de resultado: Público abrangido das comunidades científicas e pesqueiras. Capacidade de articulação com os atores sociais locais; Numero de seminários, debates e publicações produzidos; reconhecimento da validade do Conhecimento Ecológico Tradicional dos Pescadores.					
Ações Estratégicas		Prazo (meses)	Competências		Recursos financeiros (R\$)
Nº	Descrição		Responsáveis	Parceria	
01	Workshop de avaliação da Resex-Mar do Arraial do Cabo com pesquisadores das ciências sociais e da natureza que atuaram – e atuam – nesta unidade de conservação e de uso sustentável	03	Antonio Diegues Ricardo Coutinho	NUPAUB e IEAPM	5.000,00
02	Elaboração de livro sobre a Resex-Mar do Arraial do Cabo na perspectiva do CET por professores e alunos das escolas públicas de Arraial do Cabo.	06	Antônio Marcos Muniz Carneiro Antonio Diegues	NUPAUB/USP, Núcleo de Pesquisa Pesca Familiar– Sudeste 02, Centro Cultural Camargo, ICMBio	25.000,00
03	Oficinas para a inserção do CET dos pescadores artesanais no currículo escolar e no processo de elaboração do plano de manejo participativo da Resex-Mar do Arraial do Cabo	03	Antônio Marcos Muniz Carneiro, Norma Valencio	Secretaria Municipal de Educação, ICMBio, CEFET Química	5.000,00
04	Avaliação de cooperação e viabilidade técnica de anteprojeto de museu sobre a interação do homem com o mar na região de Arraial do Cabo desde a sua pré-história até à atualidade.	03	Cristina Tenório Rogério Bedim Luiz Fernando Vieira	Museu Nacional - UFRJ	5.000,00
Subtotal					40.000,00

META 02: Investimentos em Instituições Locais para o Ecodesenvolvimento: Pesca Artesanal, Turismo Sustentável

Resultado esperado: Fortalecimento de instituições atuantes no contexto da Resex (pesca, turismo, pesquisa) para o aumento de suas capacidades adaptativas às crescentes mudanças não-lineares ecossistêmicas e globais.					
Indicadores de resultado: Números de acesso a programas de acesso a crédito e investimentos em bases comunitárias da pesca artesanal; caracterização de formatos institucionais que intensifiquem interações interescolares					
Ações Estratégicas		Prazo (meses)	Competências		Recursos financeiros (R\$)
Nº	Descrição		Responsáveis	Parcerias	
01	Estudo de conexões entre as cadeias de produção da pesca e do turismo para um comércio de desenvolvimento endógeno	03	Rogério Valle e Dejair Sousa	COPPE/UFRJ	2.500,00
02	Assessoria técnica para a obtenção de custeio e investimentos para a produção dos pescadores artesanais no PRONAF	03	Luiz Fernando Vieira Liandra Caldasso	Atores sociais locais, SEAP, UFRJ	2.500,00
02	Assessoria técnica para investimentos em turismo de base comunitária na Resex-Mar do Arraial do Cabo e região da Restinga de Massambaba	03	Edilaine Moraes – EICOS/UFRJ	AMA Cabo Frio, AMAREC, EICOS/UFRJ, outras	2.500,00
03	Assessoria técnica para a organização de cooperativa de artesanato com recursos marinhos e costeiros de Arraial do Cabo, com apoio da SEAP – PR	03	Iris Mara – COPPE/UFRJ	Colônia de Pescadores Z5 e outras associações, SEBRAE, AMA/CF ICT-COPPE/UFRJ SEAP	2.500,00
04	Elaboração de programa de prevenção em SMS para pescadores profissionais artesanais.	06	Antonio Colucci – FUNDACENTRO/RJ	Programa ACQUAFORUM/FUNDACENTRO, Secretaria Municipal de Saúde	10.000,00
05	Assessoria técnica em projeto participativo de reestruturação da Marina dos Pescadores, envolvendo a pesca, o turismo e o porto.	03	Edilaine Moraes e Liandra Caldasso	FIPAC, Colônia de Pescadores, ATAC, Porto e Secretaria de Turismo	2.500,00
06	Apoio à regularização do defeso de Arraial do Cabo.	03	Edson Bedim Luiz Fernando Vieira	Colônia de Pescadores Z5, Colônia de Pescadores Z8 SEAP-PR	2.500,00
07	Projeto de rede de pesquisa para o auxílio à implementação e desenvolvimento do Núcleo de Pesquisa de Pesca Familiar – Sudeste 02 – MEC/SEAP	03	Antônio Marcos Muniz Carneiro José Antonio Aravena – NETEC/UFJF	CEFET Química e Colônia de Pescadores Z5, MEC, SEAP	2.500,00

08	Reavaliação do projeto de escola profissional de pesca da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo	03	Luiz Fernando Vieira	Secretaria Municipal de Educação CEFET Química Escola de Pesca de Piúma/ES Escola dos Pescadores de Macaé/RJ	1.500,00
09	Programa de apoio à redução da concentração da propriedade dos meios artesanais de produção pesqueira artesanal	06	Antônio Marcos Muniz Carneiro Luiz Fernando Vieira Ricardo Coutinho	SEAP – PR ICMBio FIPAC FUNDACENTRO	30.000,00
10	Transferência de tecnologias alternativas de cultivo de organismos marinhos com foco em unidades familiares de produção	08	Ricardo Coutinho Luiz Fernando Vieira	Programa estadual de maricultura de Santa Catarina	30.000,00
11	Estudo de viabilidade econômica e técnica da comercialização do pescado através da Internet para todas as organizações de pescadores de Arraial do Cabo	02	Jose Antonio Aravena	POLI/UFRJ NUPAUB/USP SEAP – PR ICMBio	5.000,00
12	Estudo de viabilidade de eco-rotulagem da pesca artesanal de Arraial do Cabo, como estratégia para agregação de valor e o combate à pesca predatória	02	Valeria da Vinha Marcos Carneiro	Instituto de Pesca - SP SEAP	2.500,00
Subtotal					94.000,00

META 03: Apoio á Implementação da Gestão Compartilhada e Co-Manejo da Resex-Mar do Arraial do Cabo

Resultado esperado: Formação de redes de atores sociais para uma participação amplificada e qualificada dos multiusuários para o co-gestão da Resex-Mar do Arraial, tendo em vista a criação de um fórum para este fim.					
Prazo para execução do plano: Março de 2009					
Indicadores de resultado: Ampliação do grau de conhecimento da Resex pelos pescadores artesanais de Arraial do Cabo; diretrizes para um novo desenho desta UC feito de modo interativo; consideração no plano de manejo da complexidade da dinâmica das populações da itiofauna das praias da região da ressurgência.					
Ações Estratégicas		Prazo (meses)	Competências		Recursos financeiros (R\$)
Nº	Descrição		Responsáveis	Parceria	
01	Feedback dos resultados para os pescadores entrevistados par afins de formulação diretrizes para a elaboração do plano de manejo participativo da Resex-Mar do Arraial do Cabo.	03	Antônio Marcos Muniz Carneiro, Jutta Gutberlet e Naila.	Instituições parceiras do projeto - UVlc	7.000,00
02	Atualização do plano de utilização com participação dos multiusuários da Resex-Mar do Arraial do Cabo de auxílio à elaboração do plano de manejo participativo.	06	Ricardo Coutinho e Luiz Vieira	Conselho Deliberativo e Câmara Técnica da Resex-Mar ICMBio	2.500,00
03	Estudo de viabilidade de um sistema e/ou modelo de fiscalização com a participação dos multiusuários para o ordenamento das diversas atividades exercidas na área da Resex, tendo em vista a preservação da biodiversidade marinha e costeira	06	Antônio Marcos Muniz Carneiro, Jose Antonio Aravena e Edson Bedim	ICMBio, Marinha, Polícia Federal, Guarda Costeira de Cabo Frio IBAMA, Guarda Florestal COPPE/UFRJ Secretaria de Meio Ambiente AC, Conselho Deliberativo da Resex-Mar de AC	2.500,00
04	Análise integrada dos resultados do levantamento socioambiental do projeto Ressurgência de auxílio para a elaboração do plano de manejo participativo da Resex-Mar do Arraial do Cabo	03	Antônio Marcos Muniz Carneiro e Jose Antonio Aravena	ICMBio Câmara Técnica da Resex	2.500,00
05	Delineamento de fórum organizado em rede como instrumento de co-gestão da Resex-Mar do Arraial do Cabo para validação na fase de pós-implementação do projeto	06		ICMBio, NUPAUB, NETEC, SEAP-PR	15.000,00
Subtotal					29.500,00

META 04: Conservação, Preservação e Recuperação do Ecossistema Marinho e da Qualidade de Vida das Populações Costeiras Tradicionais

Resultado esperado: Contribuições para a redução e/ou reversão da queda dos estoques pesqueiros e a regeneração da biodiversidade marinha, com benefícios diretos às comunidades pesqueiras tradicionais					
Prazo para execução do plano: Março de 2009					
Indicadores de resultado: Criação de índice de lixo nas praias; dimensão do público envolvido; propostas inovadoras de combate à degradação ambiental, em especial, à reversão do declínio dos estoques pesqueiros					
Ações Estratégicas		Prazo (meses)	Competências		Recursos financeiros (R\$)
Nº	Descrição		Responsáveis	Parceria	
01	Campanha de educação ambiental para a preservação da limpeza nas praias e para a erradicação da bioinvasão, como formas de reversão às ameaças de degradação da biodiversidade do ecossistema marinho da região.	03	Ricardo Coutinho	Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Turismo Projeto da CASSINU	10.000,00
02	Aprimoramento da estatística pesqueira, com ampliação da contabilidade dos pontos de desembarque, inclusão de outras informações (CPUE, modalidades de captura etc.)	08	Ricardo Coutinho, Luiz Fernando Vieira.	FIPAC	15.000,00
03	Instalação de recifes artificiais na RESEX para a redução da pressão sobre os ecossistemas naturais e da pesca predatória	08		Colônia de Pescadores Z5 COPPE/UFRJ NUPAUB/USP IEAPM	38.000,00
Subtotal					63.000,00

META 05: Sistema de Informação Distribuído de Auxílio à Gestão Integrada e Participativa

Resultado esperado: Redução da fragmentação do conhecimento da Resex-Mar do Arraial do Cabo, bem como do seu sistema de tomada de decisão, aumentando a interatividade entre os atores sociais locais.					
Prazo para execução do plano: Março de 2009					
Indicadores de resultado: Quantia e qualidade do público abrangido das comunidades pesqueiras. Capacidade de articulação de pescadores de diferentes comunidades. Número de projetos elaborados, aprovados e desenvolvidos.					
Ações Estratégicas		Prazo (meses)	Competências		Recursos financeiros (R\$)
Nº	Descrição		Responsáveis	Parceria	
01	Sistema de tecnologia de informação e comunicação para os vigias da pesca artesanal de auxílio ao monitoramento da pesca, fiscalização e sinistro.	03	Jose Antonio Aravena	FIPAC, Marinha, Colônia de Pescadores Z5 e associações de pescadores	10.000,00
02	Formação de uma rede de atores sociais da Resex-Mar com suporte computacional em auxílio à criação de um eFórum para ampliação da autonomia dos usuários diretos dos recursos naturais no gerenciamento desta UC.	03	Jose Antonio Aravena e Antônio Marcos Muniz Carneiro	ICMBio, Secretaria de Educação, CEFET Química	10.000,00
03	Coordenação de 150 workshops para a formação de multiplicadores em gestão socioambiental da Resex-Mar do Arraial do Cabo	06	Antonio Marcos Muniz Carneiro	Instituições Parceiras	15.000,00
Subtotal					35.000,00
TOTAL					261.500,00